

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
DOUTORADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

TERESA CRISTINA COELHO MATOS

**DEMOCRACIA DIRETA COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL E  
COMBATE À CORRUPÇÃO: a experiência da Força Tarefa Popular**

Teresina – Piauí  
2015

TERESA CRISTINA COELHO MATOS

**DEMOCRACIA DIRETA COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL E  
COMBATE À CORRUPÇÃO: a experiência da Força Tarefa Popular.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí como requisito para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

Orientadora:  
Profa. Dra. Maria D'Alva Macedo Ferreira

Teresina – Piauí

2015

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

M433d MATOS, Teresa Cristina Coelho.

Democracia direta como mecanismo de controle democrático e combate à corrupção: a experiência da Força Tarefa Popular / Teresa Cristina Coelho Matos. – Teresina: 2015.  
193 f.: il.

Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí.

Orientação: Profª. Dra. Maria D'Alva Macedo Ferreira

1. Democracia Direta. 2. Controle Democrático. 3. Combate à Corrupção. 4. Força Tarefa Popular. I. Título.

CDD 321.8

TERESA CRISTINA COELHO MATOS

TESE DE DOUTORADO

Área de concentração: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

**DEMOCRACIA DIRETA COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL E COMBATE À CORRUPÇÃO: a experiência da Força Tarefa Popular**

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

**Profa. Dra. Maria D’Alva Macedo Ferreira**  
Orientadora e Presidente

**Profa. Dra. Lucineide Barros Medeiros**  
Universidade Estadual do Piauí

**Prof. Dr. José da Cruz Bispo de Miranda**  
Universidade Estadual do Piauí

**Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira**  
Universidade Federal do Piauí

**Profa. Dra. Simone de Jesus Guimarães**  
Universidade Federal do Piauí

**Profa. Dra Maria Sueli Rodrigues/Suplente**  
Universidade Federal do Piauí

Teresina – Piauí  
2015



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
Campus Universitário Petrônio Portella - Bairro Ininga - Teresina-PI  
CEP 64.049-550 – [mpp@ufpi.br](mailto:mpp@ufpi.br) – Fone (086) 3215-5808 3237-1221(Fax)



#### ATA DE DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM

#### POLÍTICAS PÚBLICAS DA ALUNA TERESA CRISTINA COELHO MATOS

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se na Universidade Federal do Piauí, em sessão pública para a defesa da Tese de Doutorado, da Doutoranda TERESA CRISTINA COELHO MATOS, intitulada: **“DEMOCRACIA DIRETA COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL E COMBATE À CORRUPÇÃO: a experiência da Força Tarefa Popular”**; e encaminhada pela Professora Orientadora Maria D’Alva Macedo Ferreira, segundo os termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. A Comissão Julgadora foi composta pelos seguintes membros: Presidente da Banca Examinadora: Maria D’Alva Macedo Ferreira, Professora da Universidade Federal do Piauí, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP; Membros da Banca Examinadora: Simone de Jesus Guimarães, Professora da Universidade Federal do Piauí, Doutora Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (Membro Interno); Francisco Mesquita de Oliveira, Professor da Universidade Federal do Piauí, Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Membro Externo ao Programa); Lucineide Barros Medeiros, Professora da Universidade Estadual do Piauí, Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos (Membro Externo a UFPI); José da Cruz Bispo de Miranda, Professor da Universidade Estadual do Piauí, Doutor em Ciências Sociais - Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (Membro Externo a UFPI). Os trabalhos foram instalados pela Presidente da mesa e a Comissão passou à arguição pública da Doutoranda. Ao final dos trabalhos a Comissão Julgadora reuniu-se em sessão secreta para julgamento e atribuição de parecer. De acordo com o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas a Doutoranda foi considerada APROVADA. Proclamado o resultado pela Professora Maria D’Alva Macedo Ferreira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e para constar eu Laiany Maria Bezerra Sousa, Secretária Administrativa-Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, lavrei a presente Ata que assino com os demais membros da Banca Examinadora.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
Campus Universitário Petrônio Portella – Bairro Ininga – Teresina-PI  
CEP 64.049-550 – [mpp@ufpi.br](mailto:mpp@ufpi.br) – Fone (086) 3215-5808 3237-1221 (Fax)



Teresina (PI), 16 de novembro de 2015.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria D'Alva Macedo Ferreira  
Presidente da Banca Examinadora  
(Universidade Federal do Piauí – UFPI)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone de Jesus Guimarães  
Membro da Banca Examinadora (interno)  
(Universidade Federal do Piauí – UFPI)

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Francisco Mesquita de Oliveira  
Membro da Banca Examinadora (externo ao Programa)  
(Universidade Federal do Piauí – UFPI)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucineide Barros Medeiros  
Membro da Banca Examinadora (externo a UFPI)  
(Universidade Estadual do Piauí-UESPI)

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> José da Cruz Bispo de Miranda  
Membro da Banca Examinadora (externo a UFPI)  
(Universidade Estadual do Piauí – UESPI)

Laiany Maria Bezerra Sousa  
Secretária Administrativa-Acadêmica

Dedico este trabalho a minha Mãe, Maria dos Prazeres, a minha irmã, Francisca Tereza, e aos meus filhos Clarissa e Filipe, pelas trocas afetivas e aprendizados da vida.

## AGRADECIMENTOS

Aos militantes da Força Tarefa Popular, especialmente Arimateia Dantas, Carlota, Gorete e Xavier, empenhados em atingir mentes e corações para o exercício do controle social e para a luta anticorrupção;

Aos cidadãos e às cidadãs dos municípios percorridos pela 11<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup> Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida, por terem consentido em participar desta pesquisa, pelo tempo dispensado às entrevistas e pelos depoimentos sinceros e esperançosos de que é possível prevenir a corrupção na gestão pública;

Aos professores Francisco Mesquita e Francisco Farias que, solidariamente, ajudaram-me a tirar dúvidas e a corrigir equívocos teóricos;

À minha querida orientadora, professora D'Alva Macedo, por ter compartilhado seus conhecimentos e suas percepções na sustentação teórica deste estudo;

À professora Dione Moraes, incentivadora da minha jornada acadêmica, pela atenção e pelas doações de afeto e saberes;

À professora Masilene Rocha, com quem dei os primeiros passos desta pesquisa;

Ao professor Fernando Filgueiras, meu orientador durante a realização do Doutorado-Sanduíche, na UFMG, e a toda a equipe de pesquisadores e pesquisadoras do Centro de Referência do Interesse Público (CRIP), pela acolhida, pelo carinho e pelas trocas de conhecimentos. Meus sinceros agradecimentos a Maria Letícia, Ana Luiza, Ana Raquel, Lucas, Maíra, Davi, Mateus, Philippe, Rayza, Stephanie e Wesley;

Meu agradecimento especial ao Leo Barros, do Projeto Democracia Participativa (PRODEP/UFGM), meu irmão nordestino, pela solidariedade, pelas doações de conhecimento e pela afetividade;

Às minhas amigas Maria Dimas e Edilene Facundes, e aos meus amigos Eloi e Paulinho, por compreenderem a minha ausência nos encontros de confraternização, e pelas ofertas constantes de carinho e de aconchego. Agradeço, também, ao meu amigo João Filho, por seu carinho e pelas doações, ainda que em terras francesas. *Merci à mon ami!*;

Às minhas irmãs Ritinha e Lauriene, pelo apoio e pela presteza todas as vezes que pedi ajuda para lidar com as exigências do doutorado para a leitura e a escrita em inglês. Muito grata, irmãs!;

À coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/ UFPI, professora Simone Guimarães, e à secretária Layane, pelos préstimos e pela atenção no atendimento às minhas demandas de doutoranda;

Agradeço especialmente à minha família, minha mãe, Maria dos Prazeres, minha irmã, Francisca Tereza, e aos meus queridos “filhinhos” Clarissa e Filipe, pelo apoio, pela compreensão diante das ausências compulsórias que o doutorado exigiu de mim.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar o uso de mecanismos de democracia direta, no contexto da democracia representativa, como instrumento para o exercício do controle da sociedade sobre as ações do Estado. Situada na realidade brasileira atual, no Estado do Piauí, na dimensão da sociedade civil, enfoca o protagonismo de movimentos sociais no controle e na fiscalização dos investimentos públicos, sem a intermediação de representantes. O *locus* empírico da investigação foi a Força Tarefa Popular (FTP), um movimento de articulação da sociedade civil que, desde 2002, utiliza como principal estratégia de ação a “Marcha Contra a Corrupção e pela Vida” a fim de sensibilizar e de mobilizar pessoas e entidades, em municípios piauienses, para a realização do controle da aplicação dos recursos públicos, por meio da participação direta dos cidadãos, tendo em vista a prevenção e o combate à corrupção. Para construção e análise dos dados, utiliza, especialmente, métodos e técnicas de abordagem qualitativa, além da identificação de dados quantitativos. A Tese está estruturada da seguinte forma: inicia pela apresentação do percurso metodológico e das motivações que instigaram a investigação, dentre elas a lacuna no conhecimento referente a experiências empíricas, gestadas pela sociedade civil, na área do controle social e do combate à corrupção (Capítulo I). Segue apresentando o debate teórico sobre as principais categorias de análise da pesquisa, situadas, principalmente, no campo da teoria democrática e da participação dos movimentos sociais (Capítulos II e III). A partir dessas referências teóricas, é descrita e analisada a experiência empírica (Capítulo IV), que confirma a tese proposta de que o uso de mecanismos de democracia direta é alternativa que viabiliza o exercício do controle social democrático, compreendido como a capacidade de participação direta de sujeitos sociais na fiscalização e no controle das ações estatais, podendo influenciar nas decisões políticas, na qualidade da gestão pública e no combate à corrupção.

**Palavras-chave:** Democracia Direta. Controle Democrático. Combate à Corrupção. Força Tarefa Popular.

## ABSTRACT

This research aims to investigate the use of direct democracy mechanisms in the context of the representative democracy as a tool toward the control of society practices in relation to the State actions. Having as its context the current Brazilian reality in the state of Piauí, into the field of the civil society, focused on the leadership of social movements upon the control and oversight of public investments without the intermediation of representatives. The empirical locus of this investigation was the Popular Task Force (Força Tarefa Popular - FTP) a civil society movement created in 2002, which uses as main action strategy the "March Against Corruption and for Life" to raise awareness and mobilize people and entities in the municipalities of Piauí, carrying out the control of the use of public funds through the direct participation of citizens, having as its purpose to preventing and combating corruption. The construction and analysis of data uses, especially, methods and techniques of qualitative approach, the identification of quantitative data is also used in the research. The thesis is structured as it follows: presentation of the methodological approach and the motivations that prompted such a investigation, among them, the gap of knowledge related to empirical experiences, generated by civil society in the field of social control and the fight against corruption, (Chapter I). It continues by presenting the theoretical debate about the major categories of research analysis, situated mainly in the field of democratic theory and the action of social movements (Chapters II and III). From these theoretical references, the aforementioned empirical experience is also described and analyzed. (Chapter IV), confirming this way the thesis proposed which displays the direct democracy mechanisms as an alternative that enables the exercise of the democratic social control, seen as the ability of the direct social participation in the supervision and control of the State actions, which may influence the political decisions, the quality of public administration and fighting corruption.

**Keywords:** Direct Democracy. Democratic control. Fighting Corruption. Popular Task Force.

## RÉSUMÉ

Cette recherche a pour objectif l'étude de l'utilisation des mécanismes de démocratie directe, dans le cadre de la démocratie représentative, comme un moyen de contrôle social sur les actions de l'Etat. Située dans la réalité brésilienne actuelle, dans l'État du Piauí, cette étude de la société civile met en perspective le rôle des mouvements sociaux sur le contrôle et sur la supervision des investissements publics, sans l'intermédiaire de ses représentants. Le *locus* empirique de l'enquête portait sur la Força Tarefa Popular (FTP), un mouvement d'organisation de la société civile. Depuis 2002, la FTP a comme stratégie principale d'action la « Marche Contre la Corruption et Pour la Vie » pour sensibiliser et pour mobiliser les gens et les institutions, dans les municipalités du Piauí, au contrôle de l'utilisation des fonds publics grâce à la participation directe des citoyens, afin de prévenir et de combattre la corruption. Pour l'exploitation et l'analyse des données, cette recherche utilise, en particulier, des méthodes et des techniques d'approche qualitative, en plus de l'identification des données quantitatives. La thèse est structurée de cette manière: elle présente d'abord l'approche méthodologique et les motivations qui ont suscité cette recherche, parmi lesquelles le manque de connaissances sur les expériences empiriques, qui ont pour origine la société civile dans le domaine du contrôle social et de la lutte contre la corruption (Chapitre I). Elle présente ensuite le débat théorique sur les principales catégories d'analyse de la recherche, relevant principalement du domaine de la théorie démocratique et de l'action des mouvements sociaux (Chapitres II et III). Cette expérience empirique est décrite et analysée à l'appui de ces références théoriques (chapitre IV). Elle confirme la thèse proposée que l'utilisation de mécanismes de démocratie directe représente une alternative qui permet l'exercice du contrôle social et démocratique. Ce contrôle se définit comme la capacité de la participation directe des sujets sociaux à superviser et à contrôler les actions de l'État, qui peuvent influencer sur les décisions politiques, sur la qualité de l'administration publique et sur la lutte contre la corruption.

**Mots-clés:** Démocratie directe. Contrôle démocratique. Lutte contre la corruption. Task Force Populaire.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Panfleto usado na mobilização da 1ª Marcha .....	94
FIGURA 2 – Reunião de articulação, em São Raimundo Nonato, junho/2013 .....	97
FIGURA 3 – Lançamento da 13ª Marcha, na OAB/PI, em 18/07/2014 .....	97
FIGURA 4 – Ambiente físico predominante do percurso (Cidade de Guaribas-PI) .....	98
FIGURA 5 – Lutadores anticorrupção em marcha (11ª Marcha/jul./2012).....	100
FIGURA 6 – Lutadores anticorrupção em marcha (12ª Marcha/jul./2013).....	100
FIGURA 7 – Lutadores anticorrupção em marcha (13ª Marcha/jul. ago./2014).....	101
FIGURA 8 – Câmara Municipal de Campo Alegre do Fidalgo .....	102
FIGURA 9 – Capacitação para fiscalização das contas públicas .....	103
FIGURA 10 – Fiscalização de obra zona rural durante a 11ª Marcha.....	104
FIGURA 11 – Fiscalização de obra na zona urbana durante a 12ª Marcha.....	104
FIGURA 12 – Placas de obras públicas (informa valor da obra e prazo de execução).....	105
FIGURA 13 – Orientação para leitura das placas de obras públicas.....	105
FIGURA 14 – Aula de Cidadania no município de Lagoa do Barro (12ª Marcha).....	106
FIGURA 15 – Grupo de fiscalizadores da localidade Cajueiro, em Guaribas .....	107
FIGURA 16 – I Marcha de Combate à Corrupção e Pela Vida do Ceará.....	109
FIGURA 17 – Ficha Técnica do Projeto de Extensão “Grito do Sertão” /UFPI.....	111
FIGURA 18 – Desfile de apresentação da coleção “grito do sertão” .....	112
FIGURA 19 – Arte grafite contra a corrupção .....	112
FIGURA 20 – Fiscalização da obra de abastecimento de água no Povoado Buritizinho .....	118
FIGURA 21 – Fiscalização da obra de construção do matadouro Público do município de Floriano .....	118
FIGURA 22 – Extrato da denúncia da FTP ao CNJ .....	120
FIGURA 23 – Mapa das Marchas.....	121
FIGURA 24 – Panfleto da 11ª marcha .....	123
FIGURA 25 – Carro pipa usado para o abastecimento de água na região semiárida do Piauí .....	126
FIGURA 26 – Obra da barragem do Estreito, Município de Francisco Macedo-PI .....	127
FIGURA 27 – Barragem de Piaus, Município de Pio IX – PI .....	127
FIGURA 28 – Panfleto da 12ª Marcha.....	128
FIGURA 29 – Evidência da gravidade da seca, registrada no trajeto da 11ª Marcha .....	129

FIGURA 30 – Álbum com imagens da deterioração do acervo de mobílias, equipamentos, computadores do Memorial Fome Zero, Guaribas/PI.....	136
FIGURA 31 – Convite para o 1º encontro de organização do Comitê de Controle Social de Políticas Públicas .....	139
FIGURA 32 – Panfleto da 13ª Marcha.....	140
FIGURA 33 – Pedido de informação da FTP para a CEF .....	142
FIGURA 34 – Negativa da CEF ao pedido de informação da FTP.....	143
FIGURA 35 – Recurso da FTP ao indeferimento da CEF.....	143
FIGURA 36 – Fiscalização, pelos estudantes, dos gastos públicos com merenda escolar ....	146

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Tipologias de participação prevalentes no Brasil .....	58
QUADRO 2 – Percepção da corrupção do Brasil no contexto mundial.....	67
QUADRO 3 – Composição do Sistema Nacional de Integridade no Brasil .....	69
QUADRO 4 – Síntese da rede social de combate à corrupção no Brasil .....	76
QUADRO 5 – Organizações Não Governamentais (ONG) de assessoria aos movimentos sociais do Piauí .....	84
QUADRO 6 – Demonstrativo das Marchas realizadas (2002 a 2015).....	92

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 – Principais problemas que preocupam os brasileiros .....	67
GRÁFICO 2 – Fluxograma da metodologia da CONSOCIAL.....	72

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABRACCI – Articulação Brasileira de Combate à Corrupção e Impunidade  
ACECCI – Associação Cearense Contra a Corrupção e a Impunidade  
ALAS – Congresso Latino Americano de Sociologia  
AMARRIBO – Brasil – Associação de Amigos de Ribeirão Bonito  
CCOQ – Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas  
CEF – Caixa Econômica Federal  
CEPAC – Centro Piauiense de Ação Cultural  
CEPES – Centro de Educação Popular Esperantinense  
CESOP – Centro de Estudos de Opinião Pública  
CGU – Controladoria Geral da União  
CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público  
CNJ – Conselho Nacional de Justiça  
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa  
CONSOCIAL – Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social  
COOTAPI & ASSOCIADOS - Cooperativa de Técnicos Agrícolas e Associados do Piauí  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CRIP – Centro de Referência de Interesse Público  
CSP – Central Sindical Popular Conlutas  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DENOCS – Departamento de Obras Contra as Secas  
DICOR – Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado  
DPP – Departamento de Polícia Federal  
FAMCC – Federação de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários  
FETAG – Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura  
FPCSA – Fórum Permanente de Convivência com o Semiárido  
FTP – Força Tarefa Popular  
IACC – Conferência Internacional de Combate à Corrupção  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IFC – Instituto de Fiscalização e Controle  
IPC – Índice de Percepção da Corrupção  
INTERSINDICAL – Central Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora

JOINPP – Jornada Internacional de Políticas Públicas

LDB – Lei de Diretrizes Básicas

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

MPA – Movimento de Pequenos Agricultores

MPF – Ministério Público Federal

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

NMS – Novos Movimentos Sociais

NUPPs – Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OCS – Observatório de Controle Social

ONG – Organização Não Governamental

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PLS – Projeto de Lei do Senado

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PETROBRAS – Empresa Brasileira de Petróleo

RECID – Rede de Educação Cidadã

SEMAR – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SINDSERM – Sindicato de Servidores Municipais

SPCI – Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

SRDP – Serviço de Repressão a Desvios de Recursos Públicos

STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SWP – Doutorado Sanduíche no País

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Transparência Internacional

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UMP – União de Mulheres de Picos

UNICAMP – Universidade de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO: curiosidade científica e percurso metodológico</b> .....	21
1.1	OBJETO DE ESTUDO .....	21
1.2	<i>LOCUS</i> EMPÍRICO: a Força Tarefa Popular (FTP).....	27
1.3	MÉTODO E INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS .....	30
<b>2</b>	<b>ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: relação na construção democrática</b> .....	36
2.1	AS DIMENSÕES DA DEMOCRACIA NO CONTEXTO DO ESTADO MODERNO.....	36
2.1.1	<b>Democracia direta</b> .....	36
2.1.2	<b>Democracia representativa</b> .....	39
2.1.3	<b>Democracia participativa</b> .....	40
2.2	ESTADO E SOCIEDADE CIVIL À LUZ DO PENSAMENTO GRAMSCIANO ...	43
2.3	CARACTERIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL .....	47
2.4	DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E DEMOCRACIA DIRETA COMO PRINCÍPIOS COMPLEMENTARES: o papel dos movimentos sociais .....	50
2.5	DO CONTROLE SOCIAL INSTITUCIONALIZADO AO CONTROLE SOCIAL DEMOCRÁTICO .....	53
<b>3</b>	<b>PARTICIPAÇÃO SOCIAL E LUTA ANTICORRUPÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: o que há de novo no cenário brasileiro?</b> .....	56
3.1	OS DIFERENTES MATIZES DE PARTICIPAÇÃO .....	56
3.2	A CORRUPÇÃO NO CAMPO DA GESTÃO PÚBLICA .....	61
3.3	COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL PELA VIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL: velhos desafios, novas estratégias.....	65
3.3.1	<b>Ação anticorrupção na esfera estatal</b> .....	68
3.3.2	<b>Luta anticorrupção na esfera da sociedade civil</b> .....	71
<b>4</b>	<b>CONTROLE SOCIAL E COMBATE À CORRUPÇÃO PELA VIA DA DEMOCRACIA DIRETA: a experiência da Força Tarefa Popular em municípios do Piauí</b> .....	79
4.1	CARACTERIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO ESTADO DO PIAUÍ .....	79
4.2	A FORÇA TAREFA POPULAR (FTP) E A LUTA ANTICORRUPÇÃO: a Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida como estratégias para o controle social democrático.....	88
4.2.1	<b>Metodologia de ação: o jeito de fazer da FTP</b> .....	95

4.2.1.1 Detalhamento da fase preparatória.....	95
4.2.1.2 Detalhamento da fase operativa .....	96
<b>4.2.2 Visibilidade e reconhecimento público da ação da Força Tarefa Popular (FTP).....</b>	<b>108</b>
4.3 GANHOS E LIMITAÇÕES DA LUTA ANTICORRUPÇÃO PELA VIA DA DEMOCRACIA DIRETA .....	115
<b>4.3.1 A Marcha em movimento: evidências empíricas da luta anticorrupção pela via da democracia direta.....</b>	<b>122</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>151</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>156</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>167</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>190</b>

## 1 INTRODUÇÃO: curiosidade científica e percurso metodológico

Neste capítulo apresento o caminho trilhado na investigação, iniciando pela exposição do objeto de estudo, para evidenciar quais questões se buscou elucidar e que lacuna do conhecimento instigou a pesquisa. Na sequência, exponho a caracterização do *locus* empírico, ou seja, a realidade concreta delimitada para a construção do saber científico e mostro os procedimentos metodológicos utilizados na construção e tratamento dos dados, permeados pelos pressupostos teóricos e pela base conceitual de orientação do estudo.

### 1.1 OBJETO DE ESTUDO

Considerando que nos últimos anos avultam estudos acadêmicos sobre o controle social institucionalizado de políticas públicas, pela via dos conselhos gestores, como os de Wanderley (1991), Bravo (2001), Gonh (2001), Dagnino (2002) e Correia (2005), que muito contribuíram para o conhecimento da área e a qualidade da gestão pública, esta pesquisa situa-se, no entanto, em outro campo de interesse, que não a dos conselhos gestores.

A curiosidade teórica é estudar as possibilidades de articulação, na atualidade, entre democracia representativa e democracia direta como princípios complementares, a partir da compreensão e análise da vivência de sujeitos sociais, individuais e coletivos, que participam diretamente do controle das ações do Estado utilizando-se de mecanismos de democracia direta como instrumento para prevenir e combater a corrupção, uma das principais preocupações do mundo que, como mostrou, em 2012, a XV Conferência Internacional de Combate à Corrupção (IACC), causa danos sociais, econômicos e políticos em todas as sociedades e ameaça a qualidade das democracias.

No Brasil, a corrupção é prática recorrente no cotidiano da sociedade, indo de pequenas fraudes a altas transações ilícitas, sendo mais danosa no campo da gestão pública, confirmando as assertivas de Klitgaard (1994), por atingir, sobretudo, os mais pobres, comprometer a eficiência na oferta de bens e serviços públicos e gerar alto custo social. Trata-se de atributos que lhe permitem ser, no sistema socioeconômico operante, um fator de aumento das injustiças e das desigualdades sociais. Na ordem do capitalismo contemporâneo, a prática da corrupção no setor público é um meio propiciador de acúmulo do poder econômico e de fortalecimento do poder político, que contribui para reforçar a relação de exploração das classes dominantes sobre as subalternizadas.

Este estudo se situa no Estado do Piauí, na dimensão da sociedade civil, enfocando o protagonismo de movimentos sociais, ou seja, a participação ativa dos sujeitos sociais no controle e fiscalização dos investimentos públicos, sem a intermediação de representantes. Localiza-os no contexto brasileiro e piauiense da atualidade, concentrando a construção de dados empíricos nos anos de 2012, 2013 e 2014<sup>1</sup>, em um ambiente sociopolítico que tem a democracia representativa como sistema organizador da sociedade e que cria, conforme destacam Lupia (2003) e Barowiak (2011), condições para a prática da corrupção no campo da gestão pública. Isso ocorre pelo fato dos modelos representativos funcionarem por meio de cadeias de delegação ou, como esclarece Lupia (2003, p.34), “pelo perigo de que pessoas a quem o poder é delegado possam abusar do poder que recebem”. O autor explica, à luz da teoria principal-agente<sup>2</sup>, que gestores e agentes públicos, uma vez imbuídos da autoridade do cargo, podem atuar de forma arbitrária para obter benefícios e privilégios pessoais.

Em face do problema de pesquisa sobre se a participação direta da sociedade civil no controle dos investimentos públicos, sem a intermediação de representante, contribui para o combate à corrupção, a tese proposta é a de que o uso de mecanismos de democracia direta é alternativa que viabiliza o exercício do controle social democrático, compreendido como capacidade de participação direta de sujeitos sociais na fiscalização e no controle das ações estatais, com influência nas decisões políticas, na qualidade da gestão pública e no combate à corrupção.

A prática do controle social democrático não se dá no sentido de desconsiderar a importância do controle social institucionalizado, exercido sob o direcionamento do aparato estatal, mas tem o propósito de contribuir para sua ampliação, pelo estabelecimento de relações de consenso entre a Sociedade Civil e o Estado. Compreende-se consenso, pelo universo conceitual de Gramsci (1984), como a construção de relações dialéticas e de equilíbrio (instável) entre tais instâncias e não pela imperiosidade do aparato coercitivo, um esforço que provém da situação de crise de legitimidade que a democracia representativa enfrenta atualmente no Brasil, atribuída, em grande medida, ao aumento das práticas corruptas por agentes públicos, o que estimula a sociedade a lançar mão de mecanismos de democracia

---

<sup>1</sup> Esse triênio corresponde ao período de realização da pesquisa empírica. A escolha dos anos parte do entendimento de que em pesquisa qualitativa os processos de compreensão e interpretação, que lhes são inerentes, exigem do pesquisador uma interação com os sujeitos participantes e com os espaços de vivências e práticas sociais, assim como, pelo que ressalta Luna (2001, p.54), do consenso entre os pesquisadores de que a primeira regra é “escolher sempre a forma mais direta possível”.

<sup>2</sup> A teoria principal-agente foi desenvolvida por Jensen e Meckling (1976), guiando-se pelas premissas do utilitarismo econômico de Stuart Mill. Aplicada ao funcionamento do Estado, em contextos de democracia representativa, agentes são aqueles que ocupam cargos no Estado e, nessa condição, devem responder e se justificar ao conjunto dos cidadãos que constituem a principal relação (LUPIA, 2003).

direta para atuar como protagonista nas decisões políticas e pressionando o Estado a adotar medidas preventivas e punitivas para combatê-las.

Os mecanismos de democracia direta tratados nesta pesquisa não são alusivos àqueles apresentados nos dispositivos da Constituição de 1988, como plebiscito e referendo (Art. 14, I e II). Referem-se, na verdade, aos arranjos participativos gestados e operados pela sociedade civil para exercer, diretamente, o controle das ações estatais, direcionando-as para atender as reais demandas da coletividade e como instrumento na luta anticorrupção.

Para o desenvolvimento da tese apresentada, deu-se centralidade às seguintes questões: Há, em um contexto social da democracia representativa, espaço, na realidade brasileira, para a prática da democracia direta? No Piauí, o campo de pesquisa, quais dificuldades e condições favoráveis se apresentam para a participação direta da sociedade civil na realização do controle democrático? Que resultados são produzidos na prevenção e no combate à corrupção na aplicação dos recursos públicos? Há relação interativa entre o Sistema de Controle do Estado<sup>3</sup> e a rede social de controle democrático que resulte na apuração e na punição de irregularidades detectadas?

No Brasil, as instâncias que compõem o Sistema de Controle do Estado, com o papel de fazer funcionar um sistema anticorrupção, estão a cargo, principalmente, do Ministério Público Federal (MPF), responsável por defender o fiel cumprimento do regime democrático e garantir os direitos sociais e individuais expressos na Constituição Federal (arts. 127 e 128), da Controladoria Geral da União (CGU), responsável por defender o patrimônio público e garantir a transparência no Poder Executivo, do Departamento da Polícia Federal (DPP), através da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (DICOR), e do Tribunal de Contas da União (TCU), responsável por auxiliar o Congresso no controle externo das contas públicas, consoante os artigos 71 a 74 e 161 da Constituição. Essas instâncias compõem o aparato legal-institucional que formam o Sistema Nacional de Integridade brasileiro. Como mostra Speck (2002), trata-se de uma estrutura holística e cooperativa entre variadas instituições e atores sociais com o propósito de estabelecer um sistema forte de combate e punição a atos ilícitos, no campo da gestão pública.

Pesquisa recente sobre o funcionamento do “Sistema de Integridade no Estado Brasileiro<sup>4</sup>”, realizada, em 2011, pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social,

---

<sup>3</sup> Trata-se do conjunto de instância que constituem o aparato estatal com o papel de atuar, de forma integrada, na fiscalização e avaliação da gestão dos recursos públicos, tendo em vista o controle das ações do Estado, que pode ser externo e interno, conforme art. 71 e art. 75 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2003).

<sup>4</sup> Disponível em: < [http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-93eSIEB\\_verso13dez2011.pdf](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-93eSIEB_verso13dez2011.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2013.

em parceria com o Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas (CESOP – Unicamp), constata a criação e a expansão de Conselhos Gestores de políticas públicas na composição desse sistema. Identifica a pesquisa, só no âmbito estadual, 535 conselhos em funcionamento, em diversas áreas temáticas, numa média de 19 por estado, sem dizer dos existentes nos mais de 5.000 municípios brasileiros que, conforme dados do IBGE (1999), já somavam mais de 27.000 conselhos de políticas públicas. Contudo, a pesquisa aponta que se a institucionalização do controle social no Brasil avançou e se consolidou, ainda não exerce, plenamente, o seu papel fiscalizatório.

Gonh (2001) apresenta como virtude dos Conselhos Gestores a promoção de uma ação política nova no país, com maior interação entre governo e sociedade, que abriu canais concretos de participação da sociedade civil na dimensão pública. Entretanto, estudos de caso revelam que na grande maioria dos Conselhos predomina o caráter consultivo e não o de participação na tomada de decisão, incorrendo-se, como mostra Dagnino (2002, p. 282), em limitações e restrições para “a partilha efetiva de poder”. Mesmo reconhecendo a contribuição dessas instâncias na democratização dos processos decisórios dentro do aparato estatal, entende Nogueira (2004, p. 141) que a participação da sociedade via conselhos institucionalizados configura-se, em grande medida, como recurso gerencial, “para aliviar e agilizar a ação governamental, para compartilhar custos e decisões, e reduzir atrito entre governo e sociedade”, o que compromete a qualidade da participação social nesses espaços.

A ideia de controle social democrático, pela via da participação direta, trazida neste estudo, demanda uma reflexão acerca da relação estabelecida entre Estado e Sociedade, sem desconsiderar o papel das instâncias políticas e institucionais intermediadoras, como os Conselhos Gestores, e a importância que têm como espaços que ampliam a participação da sociedade civil no controle social de políticas públicas. A discussão da relação entre Estado e Sociedade, no contexto desta pesquisa, foi ancorada pela perspectiva de Estado ampliado, dada por Antônio Gramsci (1891-1937), pensador italiano de tradição marxista para quem a sociedade civil atua não em contraposição ao Estado, mas o compõe como dimensão ética. Gramsci (1984) compreende Estado e Sociedade como unidades orgânicas incumbidas de estabelecerem uma relação justa entre si.

Essa perspectiva surge no Brasil com a Constituição de 1988, fruto da mobilização e pressão da sociedade contra o regime de exceção imposto pela Ditadura Militar, entre os anos de 1964 e 1985. Com a nova Carta constitucional, fundam-se as bases legais de uma relação cooperativa entre Estado e Sociedade, abrindo-se espaço para a prática do controle social das políticas públicas pela via da participação direta da sociedade civil, direcionando-as aos

interesses da coletividade e pressionando o aparato estatal a ter maior empenho na disponibilização e facilitação de acesso aos mecanismos de transparência e *accountability*. É que, conforme Barowiak (2011)<sup>5</sup>, tais mecanismos são indispensáveis a uma ação anticorrupção nas democracias representativas contemporâneas por favorecerem a prestação de contas públicas entre governo e população, em especial, em uma sociedade planetária e complexa na qual se exige a articulação de relações e negociações no campo da gestão pública e privada.

Pelas premissas de Castells (1999), a sociedade informacional e global forma um amplo sistema de comunicação e integração permitido pela criação e desenvolvimento da *internet*, que interconecta nações, cidades, centros produtores e pessoas, dando forma à “sociedade em rede”, caracterizada, sobretudo, pela intemporalidade da informação e a simultaneidade dos acontecimentos. Essa premissa se confirma, hoje, pela formação de uma sociedade sem fronteiras, onde as redes de interações comunicativas, possibilitadas pela *internet*, contribuem para a construção de uma esfera pública ampliada, com potencial para se compor na perspectiva de Arendt (1997), pelo exercício da cidadania e da visibilidade em comum, na qual se intensificam e se fortalecem ações políticas entre diversos movimentos sociais em torno de questões e representações de interesses diversos e de caráter universal, formando os coletivos em rede.

No contexto da sociedade brasileira, ainda que a feição democrática da esfera pública apresente-se mais próxima da ótica dada por Habermas (2003), da interseção entre racionalidade econômica e administrativa, por meio de fluxos comunicativos, do que da concepção arendtiana, pode-se identificar a utilização de mecanismos de transparência e *accountability* que possibilitam a disponibilização de informações que ajudam no exercício do controle social das ações públicas e, com isso, na publicização e possibilidade para se prevenir e combater práticas de corrupção na Administração Pública.

Na concepção de Arendt (1997), a esfera pública democrática funciona como espaço de ação, interação e negociação entre diversos sujeitos políticos que atuam, com o sentido de responsabilidade pelo destino público, sobre questões de relevância coletiva, a partir da formação de uma cultura cívica que, pela visão arendtiana, diz respeito à participação da sociedade como influenciadora das decisões do sistema político. Nessa perspectiva,

---

<sup>5</sup> Barowiak (2011) compreende transparência como as respostas que o agente público se obriga a dar pelas ações realizadas e a sofrer sanções de acordo com as respostas e desempenhos dados. *Accountability* seria a responsabilização democrática que, além da punibilidade, cria parceria entre governos e sociedade civil e contribui para a formação da opinião pública e de novas formas de solidariedade.

movimentos sociais contemporâneos, articulados por redes informacionais, são instrumentos importantes de fortalecimento das estruturas democráticas para uma atuação política no controle social das ações públicas. Contudo, o uso da *internet* como instrumento de transparência pública pode, como explica Lojkine (1995, p. 149), tanto gerar uma revolução organizacional que, nas palavras do autor, “implica o acesso de todos e todas as informações e, por consequência, o autogoverno dos homens”, quanto ser utilizada numa visão elitista de reserva de informação pelas classes dominantes, dificultando o controle democrático das ações estatais e o seu direcionamento para atender a interesses da coletividade.

Na dimensão da sociedade civil, organizações e movimentos sociais vêm atuando, no Brasil, na luta anticorrupção, fundamentando-se no princípio da participação ativa. Tais organizações compartilham da mesma preocupação mundial com o custo social da corrupção e têm atuado em rede de articulação<sup>6</sup> local, nacional e global. Situam-se, como mostram Montañó e Duriguetto (2011), no campo teórico da ampliação da democracia e cidadania e agem na fiscalização das contas públicas e na luta anticorrupção pelo exercício do controle democrático, influenciando no aprofundamento da democracia brasileira e ajudando a melhorar o desempenho do sistema de integridade existente.

O Estado do Piauí faz parte e é referência nessa rede social de combate à corrupção pelo trabalho da Força Tarefa Popular (FTP). Trata-se de um movimento de articulação da sociedade civil que atua em municípios piauienses, há 14 anos, com o objetivo de sensibilizar e mobilizar cidadãos para o exercício do controle democrático das ações estatais, vivenciando o desafio do exercício da democracia direta, na perspectiva do ideário gramsciano que, como traduz Coutinho (1992, p. 128), é o de construção de uma “justa relação entre Estado e Sociedade”. Com esse propósito, realiza um trabalho, no plano preventivo, promovendo debates e estimulando a população a fiscalizar diretamente as contas públicas, e, no repressivo, organizando manifestações coletivas e formalizando denúncias às instâncias de controle do Estado, relativas às suspeitas de irregularidades na aplicação de recursos.

A FTP foi o espaço escolhido como o *locus* empírico desta pesquisa, cujo fundamental interesse é o de que os resultados obtidos venham a ser utilizados como contribuição teórica para o debate acadêmico, estendendo-se para instâncias estatais e da sociedade civil, sobre as possibilidades e dificuldades, num ambiente de democracia representativa, da prática da

---

<sup>6</sup> A ideia de “rede” tornou-se frequente nas esferas econômica e social, especialmente a partir da década de 1990, em face da consolidação do ideário neoliberal, do fenômeno da globalização e da era do informacionalismo tecnológico. Tem forte expressão nos estudos de Manoel Castells, que a conceitua como um conjunto de nós que se expandem formando outros nós, desde que haja comunicação dentro da rede, cuja efetivação irá ocorrer pelo compartilhamento de valores e de objetivos (CASTELLS, 1999, p. 99).

democracia direta no exercício do controle dos gastos públicos, com participação social, em arena distinta dos conselhos gestores, que se tem estudado com mais frequência. É também valioso que os achados da investigação ajudem a motivar cidadãos a adotarem práticas políticas participativas de fiscalização das ações do Estado, tendo em vista assegurar a destinação adequada, em benefício da coletividade, prevenir e combater a corrupção na gestão pública e influenciar os órgãos de controle a reconhecerem o papel da sociedade civil ampliando-se os canais de participação no monitoramento das Políticas Públicas.

## 1.2 *LOCUS* EMPÍRICO: a Força Tarefa Popular (FTP)

A participação direta na gestão pública requer como base a existência de um projeto de transformação da sociedade pela democracia, no sentido atribuído por Coutinho (2008, p.151), para quem a democracia “é soberania popular, é construção de uma comunidade participativa, é igualdade”. Trata-se do ideário de uma democracia de massa, que amplia a participação da sociedade para além do exercício de votar, característico dos regimes democráticos liberais.

Refere-se, assim, a um movimento circular (haverá participação se houver democracia a haverá democracia se houver participação) que contribui para o aprofundamento do processo democrático e exige a constituição de espaços públicos compreendidos, à luz do pensamento de Arendt (1987), como lugar singular de participação política de sujeitos coletivos nas decisões de interesse público. Esta participação, na expressão de Duriguetto (2007), é a atuação ativa dos sujeitos políticos nos processos decisórios.

Tal possibilidade de participação se apresentou à sociedade brasileira no período posterior ao Regime Militar, iniciado em 1985. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, deu-se o marco legal das condições favoráveis para o processo de democratização do país, pois ela estabeleceu a participação da sociedade na gestão e no controle das ações do Estado como um direito<sup>7</sup>. Porém, a participação, pensada como ação política direta, base indispensável de um projeto democratizante, sofreu retração com a instalação e consolidação, no país, do projeto político neoliberal<sup>8</sup>, que a utiliza, conforme Duriguetto (2007) e

---

<sup>7</sup> Veja-se em especial: a) Art. 1º, parágrafo único (“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”); b) Art. 5º, LXXIII (ação popular); c) Art. 10 (participação em colegiado de órgão públicos); d) Art. 14,I (plebiscito); e) Art. 14,II, e 18, § 3º e 4º (referendo); f) Art.29, XII (cooperação no planejamento municipal); g) Art.194 (participação na gestão administrativa da seguridade social); h) Art.204,II (participação nas ações de assistência social); i) Art. 227, § 1º (proteção à criança e adolescente). Consultar Avritzer *et al.*, (2008).

<sup>8</sup> Doutrina desenvolvida a partir da década de 1970 e que, adaptada do liberalismo clássico presente nas obras de John Lock, *Dois tratados sobre o governo* (1689), e Adam Smith, *A Riqueza das Nações* (1776), defende a

Simionatto (2010), como instrumento para reproduzir e legitimar os ideais dominantes de funcionamento da sociedade.

Nesse contexto sociopolítico, marcado por projetos políticos distintos, a FTP surge como um movimento de articulação de organizações coletivas e de cidadãos para a prática política do controle democrático e de luta anticorrupção, imbuído do propósito de inibir a ação de gestores municipais que se utilizam dos recursos públicos em benefício próprio. Atua alinhado ao projeto democratizante, que visa “implementar reformas que abram caminho para a socialização da economia e do poder político”, como alude Duriguetto (2007, p. 226), e cuja operacionalização requer

a incorporação de fundamentos teóricos e a defesa de prospecções prático-políticas que possibilitem subsidiar debates e encaminhamentos das múltiplas e diversas ações, movimentos e organizações que representam os interesses das classes subalternas na sociedade civil [...].

Forma-se a FTP em uma conjuntura sócio-histórica na qual os movimentos sociais, pelas análises de Gonh (2001) e Duriguetto (2007), saem da posição de confronto com o Estado, que os caracterizou na ditadura militar, ultrapassando o papel apenas reivindicatório da garantia de direitos sociais inscritos na Constituição de 1988 para assumir feições e posturas propositivas e dialógicas com o aparato estatal, com atuação no nível operacional de participação no gerenciamento das políticas públicas. Como afirma Melucci (1989), não há uma conformidade conceitual de movimento social. Os conceitos são distintos, visto que os autores tendem a dar maior centralidade aos aspectos da realidade empírica do que aos aspectos analíticos.

Na atualidade, focando o advento da *internet*, Castells (2013) caracteriza os movimentos sociais como a união de indivíduos que se comunicam no mundo virtual, conectados por redes sociais e movidos por emoções e ideais de vida comuns que, compartilhados, podem resultar em mobilização para a prática política coletiva. Adverte, porém, que essa mobilização não deve se restringir à *internet*, mas ter visibilidade no mundo real para alcançar o propósito tradicional de um movimento social, que é operar mudanças.

No mundo da *internet*, anunciado por Castells (2013, p.18) como espaço de autonomia, “livre do controle dos que detém o poder institucional”, a FTP interage pelo *site*

---

restrição do Estado interventor e assistencialista na economia e postula o controle do funcionamento do mercado em grau mínimo, nos setores considerados imprescindíveis.

([www.forcatarefapopular.org](http://www.forcatarefapopular.org)), página no *Facebook* (Força Tarefa) e *blog* ([forcatarefapopular.blogspot.com.br](http://forcatarefapopular.blogspot.com.br)), nos quais expõe as atividades que realiza, divulga vídeos, projetos e campanhas de sensibilização e estabelece trocas interativas de informações com outras organizações e entidades, compondo esse ambiente de um novo formato de mobilização e alargamento da ação dos movimentos sociais, via redes virtuais. Aliás, um conceito abrangente de movimento social, dado por Montaño e Duriguetto (2011, p. 264), é o de uma organização conformada por “[...] sujeitos portadores de certa identidade/necessidade/reivindicação/pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões [...]”. Para os autores, mobilização é uma atividade pontual “que se esgota em si mesma quando concluída”, mas que, ao se desdobrar em outras, poderá constituir-se em um movimento. A FTP apresenta-se com esses dois atributos, visto que desde a formação se identifica como movimento de articulação que visa agregar e se agregar a sujeitos sociais para atuar no controle dos investimentos públicos pela via da democracia direta como um mecanismo para prevenir e combater a corrupção.

Sua gênese se dá no ano de 1999 com a realização, pelo Centro de Educação Popular Esperantinense (CEPES), de um curso de capacitação de lideranças sindicais e estudantis de Esperantina-PI<sup>9</sup> para atuarem na fiscalização das contas públicas locais e de municípios vizinhos. Isso ocorreu em uma conjuntura em que se divulgava, nos meios de comunicação, o desbaratamento do crime organizado no Piauí, liderado pelo comandante da Polícia Militar do Estado e composto por policiais, empresários e gestores municipais, que eram punidos e até assassinados quando contrariavam os interesses do grupo<sup>10</sup>.

Fruto desse embrião de lideranças capacitadas para a prática do controle social, a FTP se forma com a identidade de movimento de articulação social cujo principal propósito era estimular uma cultura cívica<sup>11</sup> de participação da sociedade piauiense na fiscalização das contas públicas para combater a corrupção. Para tanto, desenvolve ações voltadas para a conscientização e mobilização da sociedade por meio de mecanismos de democracia direta que estimulem o exercício da cidadania, valorizem a sociedade civil como portadora de possibilidades de aprofundamento do processo democrático e se coloca como espaço aberto

<sup>9</sup> O Município de Esperantina é uma das principais referências do Estado do Piauí, no contexto da abertura democrática, na década de 1980, na formação de organizações voltadas para a educação popular, como o CEPES, e de movimentos de luta política, organizados com apoio da Igreja Católica, mobilizando principalmente, jovens e trabalhadores rurais para a luta por direitos sociais e pela posse da terra.

<sup>10</sup> Informação obtida em entrevista dada pelo coordenador da FTP, em 26 de setembro de 2014 e em consulta na *internet*, disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1610199913.htm> >, acesso em: 27/09 2014

<sup>11</sup> Cultura cívica no sentido dado por Arendt (1997), como a ação participativa da sociedade influenciando nas tomadas de decisões políticas.

para ampliar o debate público sobre corrupção, uma questão que mobiliza atores diversos, no mundo todo, devido a sua nocividade para a humanidade.

A principal estratégia de luta política de que a FTP lança mão é a “Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida”. A Marcha não é um evento isolado, pois segue um movimento que agrega entidades e pessoas pelo mundo para promover a transparência pública e o combate à corrupção. Já foram realizadas quatorze edições da Marcha, reunindo pessoas que se dispõem a se pôr em caminhada para fiscalizar, nos municípios por onde passa, a aplicação dos recursos públicos de convênios federais e estaduais liberados para obras e serviços.

Entre os critérios de escolha do trajeto estão a constatação de inadimplência dos gestores municipais junto aos órgãos de controle, municípios com baixo índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou com maior dificuldade de acesso aos canais de informação. Somam-se lhes os critérios geopolíticos de proximidade espacial e de atuação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil que se comprometam apoiar o trabalho da FTP na mobilização da população local.

A mobilização e a capacitação são as dimensões de maior expressão e as que melhor caracterizam a FTP, evidenciadas intensa e intencionalmente na realização da Marcha, quando se usam diferentes instrumentos de sensibilização e estímulos para que a população se engaje na fiscalização dos recursos públicos e na luta anticorrupção. A metodologia de trabalho tem os seguintes passos: a) articulação institucional; b) ocupação cívica; c) fiscalização de obras e convênios d) aula da cidadania e) organização de núcleos fiscalizatórios; f) formalização de denúncia aos órgãos estatais de controle.

### 1.3 MÉTODO E INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

Método é o caminho escolhido para se chegar a uma resposta ou conclusão no processo de investigação científica. No campo das ciências humanas e sociais, no dizer de Morin (1996, p. 252), “o método é a atividade pensante do sujeito”, que define como: “[...] um sujeito procurante, conhecente, pensante [...]”. Nesta pesquisa, priorizou-se a abordagem qualitativa, recorrendo-se a elementos da quantitativa para fundamentar argumentos que exigiram algum tipo de precisão, a partir dos dados levantados, subsidiada em estudos como os de Richardson (1989) e Goldemberg (2004), que mostram as características, importância, distinções, campos de integração e críticas dos dois procedimentos.

A pesquisa qualitativa, como apresenta Goldemberg (2004, p. 53), é um caminho para se obter “descrições detalhadas de situações, com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos”. Para Richardson (1989, p.38),

abordagem qualitativa [...], além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Tanto assim é que existem problemas que podem ser investigados através de uma metodologia quantitativa, e há outros que exigem diferentes enfoques e, conseqüentemente uma metodologia de conotação qualitativa.

Em pesquisas na área das ciências humanas e sociais, o referencial teórico-metodológico reúne diferentes métodos, aplicáveis nas abordagens qualitativas, como mostra Yin (2001), que podem ser experimental; *survey* (pesquisa de opinião); histórico, análise documental e estudo de caso.

Para Yin (2001) a escolha pelo estudo de caso deve ocorrer em investigações sobre temas contemporâneos, cujas questões de pesquisa sejam do tipo “como?” e “por quê?” e possibilitem o uso de diferentes instrumentos metodológico, como documentos, entrevistas sistemáticas e observação direta. Desse modo, o problema de pesquisa que instigou a se investigar “como”, “por que” e “se” a participação direta da sociedade civil no controle dos investimentos públicos contribui para o combate à corrupção direciona para a escolha do método do estudo de caso, tendo em conta também a complexidade, na contemporaneidade, dessas categorias centrais de análise. Como ressalta Yin (2001, p25), nessa estratégia de pesquisa “tais questões lidam com ligações operacionais que necessitam serem traçadas ao longo do tempo, em vez de serem encaradas como meras repetições ou incidências”. O autor formula uma definição técnica do método de estudo de caso, apresentada em duas partes, como sendo uma estratégia de pesquisa que

1 [...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando aos limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas [...]; 2[...] enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir com o formato de triângulo e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise de dados (YIN, 2001, p. 32-33).

Assim, com base na acepção apresentada por Yin (2001), entende-se “caso” como uma unidade de análise, aqui representada pela atuação da FTP na luta anticorrupção, porém não no sentido de técnica de coleta de dados em um ambiente específico, como lhe é atribuído tradicionalmente, mas como método para compreender e esclarecer uma situação complexa,

sendo o caso investigado analisado sob o ponto de vista dialético, como concepção de mundo. Ou seja, a compreensão é que a análise do objeto pesquisado é substantiva, levando-se em conta, como destaca Netto (2011), a confrontação e ruptura de papéis, ideias e inversão de hierarquias, com apoio nas três categorias do pensamento dialético: totalidade, contradição e mediação. Sob essa tríade e de acordo com Bruyne, *et al* (1991), a análise dialética possibilita o desvelar de uma realidade social a partir da consciência crítica dos próprios sujeitos que a compõem, levando em conta os seguintes aspectos:

“a) o movimento concreto natural e sócio-histórico da própria realidade estudada (‘sentido objetivo’); b) a lógica do pensamento que se pretende conhecimento adequado dos processos históricos das mudanças e dos conflitos sociais (‘sentido subjetivo’); c) a relação entre o objeto construído por uma ciência, o método empregado e o objeto real visado por essa ciência (sentido metodológico) (BRUYNE *et al*, 1991, p. 65).

A realidade investigada, tendo o horizonte analítico dialético por base, é apreendida como relativa, pois nela nada é definitivo, mas historicamente construído pela força das contradições, embates e interesses divergentes.

Ancorada nas contribuições teórico-metodológicas escolhidas, as respostas às questões de pesquisa foram buscadas por diferentes técnicas de investigação visando, com base em Goldemberg (2004), que lacunas deixadas por uma técnica possam ser preenchidas por outra, o que oferece maior clareza e confiabilidade na caracterização, explicação e compreensão do objeto estudado. São elas:

- a) Pesquisa documental, especialmente em fontes primárias, seguindo o que diz Luna (2002), sobre a supremacia desse tipo de informação sobre as secundárias. Essa busca se fez nos acervos da FTP (relatórios, vídeos, ofícios, denúncias a órgãos de controle, matérias e entrevistas em periódicos) para se identificar e sistematizar aquelas relevantes ao conhecimento dos mecanismos de luta do movimento que promovam a participação popular;
- b) Observação direta, à luz da observação participante, para a construção de dados a partir do contato pessoal com os sujeitos da pesquisa, considerando que discursos, símbolos, narrativas, emoções, gestos e outras manifestações permeiam a relação entre os participantes. O propósito foi, nas palavras de May (2004), tornar familiar o estranho, para ampliar a compreensão da situação investigada. O diário de campo se usou como recurso complementar, no sentido que lhe atribui Brandão (1982), de um

importante instrumento para registro e análise de aspectos do cotidiano da pesquisa que subsidiam a interpretação da realidade observada.

- c) Entrevistas qualitativas, individuais e grupais, gravadas e transcritas, seguindo-se a base conceitual de Gaskell (2003) e de Bourdieu (1997), que as têm como técnica que visa mapear e compreender o contexto social e vivencial dos sujeitos da pesquisa<sup>12</sup>. Foram 60 respondentes que, formalmente, consentiram em participar da pesquisa, sob o seguinte perfil: a) cinco entrevistas individuais com representantes de movimentos que fazem parte da rede social de combate à corrupção, da qual participa a FTP; b) cinco entrevistas individuais com representantes de entidades do Estado do Piauí que apoiam as ações da FTP; c) 05 entrevistas individuais com representantes da FTP, integrantes da coordenação do movimento; e d) 03 entrevistas grupais, com 15 participantes em cada grupo, composto por participantes das Marchas realizadas nos anos de 2012, 2013 e 2014.

Por se tratar de pesquisa que priorizou o enfoque qualitativo, os sujeitos participantes constituíram uma amostra por escolha intencional, não estatística, formada por homens e mulheres identificados durante a pesquisa de campo e que consentiram em participar da investigação. A identificação desses sujeitos ocorreu levando-se em consideração as seguintes características: a) Ser ativista da FTP e compor a coordenação do movimento; b) Participar da FTP como marchante e/ou idealizador da “Marcha Contra a Corrupção e pela Vida”; c) Participar da Marcha representando movimentos de combate à corrupção de outros estados e/ou países; d) Ser cidadãos ou cidadã dos municípios do percurso da Marcha que se engajaram na ação de controle democrático das ações públicas em suas comunidades ou que desempenhem o papel de gestor público (prefeito ou secretário municipal); e e) representar entidades que dão apoio político à mobilização e à disponibilização de infraestrutura para a ação de controle social e combate à corrupção realizada pela FTP. Vídeos e fotografias também foram utilizados, a partir de Loizos (2003), para o registro visual de informações e acontecimentos percebidos no ambiente empírico, sendo a captação e divulgação de imagens e áudios utilizadas somente para os fins de interesse desta pesquisa e nas publicações que divulgarem seus resultados, mediante autorização expressa dos sujeitos participantes.

---

<sup>12</sup> Seguindo os princípios éticos regidos na Resolução nº 466/2012, os sujeitos da pesquisa foram devidamente esclarecidos sobre sua participação, por vontade própria, e da garantia de confidencialidade e do anonimato. As narrativas que aparecem nos Capítulos III e IV nas quais os sujeitos da pesquisa estão identificados se deu mediante consentimento livre e formalmente permitido.

Na escolha de diferentes técnicas de investigação e devido à participação de variados sujeitos, os procedimentos de organização e interpretação dos dados se deram com o auxílio da triangulação, traduzida por Goldemberg (2004, p.63) como “a combinação de metodologias diversas no estudo do mesmo fenômeno”, esclarecendo que, no campo das ciências sociais, é possível a utilização de variadas técnicas, a depender dos problemas e hipóteses levantadas. Desse modo, na busca da produção de sentido e de confiabilidade dos dados apreendidos, o processo de triangulação seguiu o seguinte fluxo: a) Leitura das informações obtidas por cada uma das técnicas, com marcação das passagens importantes, cruzando-as com a base de reflexão teórica; b) identificação de semelhanças e divergências entre os dados das entrevistas; c) Organização dos resultados das entrevistas, cruzando-se com os resultados obtidos por meio das outras técnicas utilizadas na pesquisa exploratória.

A partir do Capítulo II apresenta-se o embasamento teórico da pesquisa. Nele se aborda sobre as dimensões de democracia que exercem maior influência na organização da sociedade contemporânea, quando se trata da relação que se estabelece entre Estado e Sociedade no bojo desses modelos, chamando-se atenção para a discussão acerca das condições que se apresentam, na sociedade hodierna, de articulação entre democracia direta e representativa, pelo que se busca responder à questão *É possível o uso de mecanismos de democracia direta no contexto da democracia representativa?*

O Capítulo III traz o debate sobre participação, controle social e luta anticorrupção na atualidade brasileira, no contexto do aparato estatal e da sociedade civil, com maior realce para as ações engendradas na dimensão social como instrumentos que conduzem à prática do controle democrático. Busca-se responder se há relação interativa entre o Sistema Nacional de Integridade do Brasil e as ações de luta anticorrupção de iniciativa da sociedade.

O Capítulo IV apresenta a experiência de controle das ações do Estado por iniciativa da sociedade civil pela utilização de mecanismos de democracia direta e qual resultado produz no combate à corrupção. Ilustra essa experiência a ação da FTP, no contexto do Estado do Piauí. Um espaço de prática política onde foram construídos os dados empíricos para o desenvolvimento desta tese e que, em interação com o aporte teórico, revelou que mesmo diante dos tensionamentos que permeiam a relação entre democracia direta e representativa, há avanços no processo democrático brasileiro que permitem a integração entre esses dois princípios, no campo da gestão pública, possibilitando o exercício do controle social democrático, da sociedade para com o Estado, como alternativa para prevenir e combater a corrupção. Mostra, também, que existem barreiras a serem superadas nas práticas institucionais, na conduta de gestores públicos e pela população, que dificultam a integração

entre representatividade e participação direta, sobretudo, por aqueles que privilegiam o sistema representativo por se beneficiarem política e materialmente dele.

Em cada um dos capítulos, as referências teóricas que fundamentam as discussões orientadoras desta pesquisa foram trazidas de autores estudados nas disciplinas ofertadas pelo Curso de Doutorado em Políticas Públicas da UFPI, sem dizer da participação da pesquisadora em eventos acadêmicos em que apresentou o projeto de tese, especialmente a VI Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), realizada pela Universidade Federal do Maranhão, em São Luís, em agosto de 2013, e o XXIX Congresso Latino-americano de Sociologia (ALAS), ocorrido de 29 de setembro a 04 de outubro, em Santiago, no Chile. Soma-se a esses a realização de Doutorado-Sanduiche no País (SWP), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), junto ao Centro de Referencia de Interesse Público (CRIP), com bolsa financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

A discussão sobre democracia ancorou-se em autores clássicos e contemporâneos, com maior atenção às contribuições teóricas de Rousseau (1978), Pateman (1992), Santos e Avritzer (2002), Evelina Dagnino (2006) e Coutinho (2008, 2011). Para a compreensão das categorias de Estado e Sociedade civil, buscou-se como referência central os estudos de Antônio Gramsci (1982, 1984, 2005a, 2005b) e seus interlocutores no Brasil, como Coutinho (1992), Duriguetto (2007) e Simionatto (2010), acrescentando-se outras contribuições como as de Nogueira (2004).

Para fundamentar as questões relativas à participação e movimentos sociais buscou-se amparo, em perspectiva geral, nos estudos de Jean Lojkin (1981), Manuel Castells (2002, 2013) e Allan Touraine (1988, 2013). No contexto brasileiro, recorreu-se, dentre outros, a Sousa (1998), Evelina Dagnino (2002, 2004), Leonardo Avritzer (2007) e Montañó e Duriguetto (2011). As abordagens sobre controle social e corrupção se apoiaram especialmente em Klitgaard (1994), Rose-Ackerman (2002), Filgueiras (2008, 2009, 2011), Avritzer (2008) e Pinto (2011), além da leitura de relatórios de pesquisas de *Survy* realizadas por pesquisadores de universidades brasileiras, organizações da sociedade civil e organismos internacionais.

## **2 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: relação na construção democrática**

Como se estabelecem as relações entre Estado e Sociedade no contexto das democracias contemporâneas? É possível o uso de mecanismos de democracia direta no quadro da democracia representativa e que resulte no combate à corrupção na gestão pública? Neste capítulo abordo os modelos de democracia que exercem maior influência na organização das sociedades, no âmbito do Estado moderno, buscando identificar em cada um deles como se dá a relação entre Estado e Sociedade para, a partir daí, discutir e buscar compreender quais possibilidades se apresentam para ocorrer, na contemporaneidade, uma integração entre democracia direta e representativa. Não se tem, no estudo, a pretensão de realizar uma análise em profundidade dos conceitos e significados de democracia, mas de vê-los como base operativa para o exercício do controle social e de prevenção da corrupção pela participação direta da sociedade civil.

### **2.1 AS DIMENSÕES DA DEMOCRACIA NO CONTEXTO DO ESTADO MODERNO**

A formulação clássica do conceito de democracia, no contexto do Estado moderno<sup>13</sup>, diz de um sistema de governo no qual as decisões políticas levam em consideração a manifestação da vontade da maioria dos cidadãos. Mas, ao longo da história, tem a democracia recebido vários entendimentos e definições nos diferentes tipos de regimes políticos, sendo mais correntes as abordagens em torno dos modelos de democracia direta, democracia representativa e democracia participativa. Como assinala Miguel (2005), o significado atribuído a cada tipo tem relação com o contexto social e os interesses e concepções políticas dos que a defendem.

#### **2.1.1 Democracia Direta**

A democracia direta tem origem na Grécia antiga, havendo uma democracia, conforme Aristóteles (1985, p. 203), “quando os homens livres constituem a maioria e

---

<sup>13</sup> O Estado, pensado pela teoria idealista dos filósofos clássicos, representada principalmente por Thomas Hobbes, John Lock, e Jean-Jaques Rousseau, é um corpo político organizado para diminuir os conflitos surgidos na passagem do estado de natureza para o de sociedade. Na contemporaneidade, à luz das teorias classistas, erigidas por Karl Marx e Friedrich Engels, é ele uma estrutura política moldada pela lógica e interesses da classe dominante para consolidar o sistema capitalista (MACHADO NETO, 1987).

detém o poder soberano”. Anuncia então o filósofo os princípios da liberdade e igualdade como guias desse modelo de democracia, os quais levam à ativa participação da maioria do povo nas discussões e decisões dos assuntos públicos e na formação dos governos, sem a presença de intermediários.

No quadro do Estado moderno, a democracia direta encontra-se representada na teoria política de Rousseau (1978, p.430), fundada na ideia de que “só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado, de acordo com a finalidade de sua instituição, que é o bem comum”. Nessa direção, Rousseau propõe um contrato social que estabelece as bases de constituição e funcionamento do Estado organizador da sociedade, a partir da livre associação entre os homens que, deliberadamente, resolvem formar um tipo de sociedade à qual passam a prestar obediência em respeito à vontade geral.

Rousseau, em universo distinto do de Aristóteles, reforça, no desenvolvimento de uma ideia de democracia direta, os princípios da igualdade e da liberdade, num quadro de desigualdade e opressão que ele identificava na realidade sociopolítica do seu tempo. Como ressalta Coutinho (2011, p.22), convém distinguir entre a concepção de liberdade presente na teoria política de Rousseau e a que assente no pensamento “liberal” de democracia:

Para os liberais em geral, liberdade é a capacidade de satisfazer os próprios interesses individuais nos limites do respeito aos interesses igualmente individuais dos outros [...]. Em Rousseau, ao contrário, a liberdade adquire uma dimensão nitidamente social e histórica: não só é entendida como ‘autonomia’ (como a ação conforme com as leis que o próprio homem cria enquanto parte do todo social) [...], mas também é algo que se articula ontologicamente com o caráter dinâmico do homem, com sua plasticidade histórica ou, como diria o próprio Rousseau, com sua ‘perfectibilidade’.

O pensamento liberal tem como principais referências na literatura clássica a teoria de Hobbes, (*Leviatã*, 1979) e o estudo de Locke (*Dois tratados sobre o governo*, 2001). Como destaca Correia (2005), para Hobbes o Estado é portador de controle absoluto sobre a sociedade para garantir a propriedade privada e evitar o estado de guerra “de todos contra todos”, enquanto Locke o concebe como detentor de poder limitado pelas forças econômicas para garantir a liberdade individual da propriedade em face de um estado de natureza marcado pela convivência livre de todos e orientado apenas por sentimentos naturais de justiça.

Conforme Coutinho (2011, p. 17), contrariamente à ideia do Estado portador de poder absoluto proposto por Hobbes e do modelo defendido por Locke, de garantia da liberdade econômica, em Rousseau “a estipulação do contrato social não tem como meta a conservação de um mundo de indivíduos privados”, pois não visa defender, na ordem econômica e social

que se formava, as vontades individuais e acumulativas de riquezas. Rousseau (1987) atribuiu a essa nova ordem social a transformação de um estado de natureza que se caracterizava, segundo ele, pelo instinto de conservação e pela compaixão que, numa arena de rivalidades e disputas, criava a necessidade da realização de um pacto social para garantir a todos o acesso às riquezas e à propriedade.

Como analisa Coutinho (2011, p 22), a ideia de liberdade em Rousseau é distinta do pensamento liberal, pois “[...] ainda que tenha uma gênese ‘natural’, atualiza-se através da práxis social, manifestando-se mais como um *processo* do que como um estado”, ganhando, desse modo, uma dimensão dinâmica e social. Em seu curso, a liberdade rousseauiana associa-se à faculdade da igualdade, que conduz à alternativa de sociedade apresentada por Rousseau (2004, p. 44) em seu “Do Contrato Social”: “o pacto social estabelece entre os cidadãos uma igualdade tal que eles se obrigam todos debaixo das mesmas condições, e todos devem gozar dos mesmos direitos”.

Liberdade e igualdade de direitos levam à condição da “vontade geral” idealizada por Rousseau, que a distingue da “vontade de todos”, esta impulsionada apenas pelo interesse, não sendo, nas palavras do filósofo (2004, p. 41), “mais que uma soma de vontades particulares”, enquanto a “vontade geral” emana do corpo do povo e se constitui como ato de soberania. Rousseau (2004, p. 42) destaca que “para que haja a exata declaração da vontade geral [soberania popular], importa não haver no Estado sociedade parcial e que cada cidadão manifeste o seu próprio parecer”.

A despeito das críticas ao romantismo e anacronismo das ideias de Rousseau, Coutinho (2011) mostra que o modelo democrático que ele propõe é uma crítica à sociedade burguesa do seu tempo e uma utopia de alternativa de sociedade como uma república autogovernada, guiada pelo princípio da vontade geral, onde as decisões políticas são tomadas com a participação direta dos cidadãos. Esse caráter anticapitalista do pensamento de Rousseau, mesmo que alguns teóricos classistas o critiquem por não transcender o horizonte da propriedade privada de distribuição igualitária para a socialização, traz um universo conceitual que antecipa categorias que comporão a teoria classista de sociedade fundada por Marx e Engels, como soberania, divisão do trabalho, autonomia e alienação. A esse respeito, Coutinho (2001, p. 25) diz que

[...] podemos constatar que a articulação dialética entre propriedade privada, divisão do trabalho e alienação não foi feita pela primeira vez em *A ideologia alemã*, escrita [por Marx] entre 1845 e 1846. Quase cem anos antes, embora de modo menos sistemático, essa articulação já era utilizada por Rousseau como o principal

instrumento conceitual da análise crítica da sociedade burguesa do seu tempo (COUTINHO, 201, p. 25).

Por outro lado, da parte dos teóricos liberais, conforme Pateman (1992), esse ideário clássico de democracia direta, ilustrado aqui pelo pensamento de Aristóteles e Rousseau, passa a ser questionado, sobretudo com a passagem da sociedade mercantil para a industrial. Nesse contexto, críticos e estudiosos de formação liberal empreendem uma revisão teórica da democracia direta, com máxima participação popular, e se empenham em difundir o modelo liberal de democracia representativa, que reserva dimensão menor à participação pelo voto.

### **2.1.2 Democracia representativa**

Pateman (1992), em estudo crítico à democracia representativa, mostra que esse modelo passa a ser difundido por seus adeptos, especialmente nos países ocidentais, no início do século XX, em rejeição à visão clássica de democracia direta. Destaca que os teóricos modernos da política, defensores da democracia representativa, reservam à participação ampla um papel menor, com ênfase aos perigos que acarretaria para a estabilidade política, a exemplo da instauração de governos totalitários que conseguiram, muitas vezes pelo uso de coação, capturar a lealdades das massas, como no nazismo e no fascismo. Outro argumento é o de que grande parte da população é indiferente às questões políticas, especialmente os grupos de baixa renda, e sua participação direta nessas questões traria instabilidade ao sistema democrático. A esse respeito Pateman (1992, p. 11) diz que

a conclusão esboçada (quase sempre por sociólogos políticos travestidos de teóricos de política) é a de que a visão ‘clássica’ do homem democrático constitui uma ilusão sem fundamento e que um aumento da participação política dos atuais não-participantes poderia abalar a estabilidade do sistema democrático, considerando-se a perspectiva das atitudes políticas.

A esses argumentos, Przeworski (2010) acrescenta o de que os ideais democráticos de herança grega e nos moldes rousseauianos, fundados na vontade geral, encontram limites na realidade das divisões sociais, econômicas e políticas estabelecidas pela implantação e supremacia da ordem capitalista, em uma sociedade de dimensão global e mais complexa. Na atualidade, os regimes de democracia representativa são predominantes no mundo ocidental, sendo as decisões políticas tomadas por representantes eleitos pelo povo, numa inegável vitória de seus defensores, que têm Joseph Schumpeter como um dos expoentes mais

destacados. O autor apresenta em “Capitalismo, socialismo e democracia” (1983, p. 336), uma crítica fundamentada à centralidade da participação pela teoria da democracia direta e propõe um novo arranjo democrático, definindo-o como “certo tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelos votos livres da população”.

Nessa mesma linha de pensamento, outros estudos se sobressaem, como o de Dahl, “Poliarquia: participação e oposição” (1997). Nele, o autor acrescenta outros atributos à democracia representativa, como “inclusividade” e “contestação”, cunhando um conceito novo (“poliarquia”) para os regimes que alcançam maior nível de democratização, sem, contudo, elevar o patamar de participação da sociedade para além dos processos eleitorais. Outro teórico que se destaca como defensor da democracia representativa é Anthony Downs cuja obra, “Uma teoria econômica da democracia” (2002), confere centralidade à política partidária e esclarece o papel dos partidos políticos e dos eleitores em favor da construção de um Estado democrático por meio da conduta racional (eficiente) dos governos, com base em regras econômicas, na perspectiva de garantir apoio político dos cidadãos para permanecer no poder. Mas não apresenta alternativas para que o cidadão alcance maior participação nas tomadas de decisões políticas.

Como observam Santos e Avritzer (2002), na democracia representativa o voto é o canal primordial de participação da população nas decisões políticas, afastando-a da concepção mesma de democracia exercida pela participação direta. Por esse modelo, funda-se uma forma nova de se pensar democracia cuja principal característica é a concorrência entre lideranças políticas pelo voto da população, em eleições periódicas e livres, o que provoca uma quase total retração da soberania popular advogada por Rousseau.

Esse modelo representativo que, nas palavras de Przeworski (2010) protege o *status quo* da vontade popular, provoca, com o passar do tempo, uma ampla insatisfação e muitos questionamentos da sociedade, como ressaltam Dagnino *et al* (2006), por produzir déficits no campo da justiça social, da inclusão política e da eficácia governamental. Nesse quadro, ganha relevo, no debate contemporâneo, o modelo de democracia participativa.

### **2.1.3 Democracia Participativa**

Como mostra Fernández (2010), pela vertente da teoria discursiva habermasiana, o modelo de democracia participativa visa à incorporação dos cidadãos na busca de soluções de problemas e nas tomadas de decisão política em espaços públicos, à luz dos melhores

argumentos. Dito de outra forma, pressupõe a participação da sociedade, a partir de uma dinâmica reflexiva e de trocas argumentativas de opiniões sobre questões de interesse coletivo. Para Habermas (2003), o êxito democrático depende da ação coletiva e das condições de comunicação dos cidadãos através de procedimentos institucionalizados numa esfera pública em que o agir comunicativo é o principal instrumento de integração social, tomada de decisões políticas e construção da legitimidade democrática referente ao que for deliberado, para que alcance ressonância na esfera parlamentar e administrativa.

Ressalta-se que o modelo de democracia participativa, na perspectiva habermasiana, recebe críticas pelas limitações operativas nas condições históricas atuais, por não considerar os conflitos de classes e lutas sociais engendradas em uma sociedade civil heterogênea, particularmente, conforme ressalta Maia (2007, p. 108), “no que diz respeito às motivações de pessoas e grupos para se engajarem nas discussões públicas, às desigualdades deliberativas, às assimetrias de poder e de acesso a recursos”. Acrescenta-se a esse quadro a coexistência de projetos políticos antagônicos, como mostram Dagnino *et al* (2006) e Duriguetto (2007), que influenciam na construção do processo democrático por defenderem um conjunto diverso de crenças relativas ao papel do Estado, da sociedade civil e das concepções de democracia.

No contexto da América Latina e do Brasil, os antagonismos se apresentam pela coexistência de projetos políticos orientados por concepções ideológicas distintas, a neoliberal e a democratizante. Como ressalta Nogueira (2004), na ordem neoliberal o Estado é reduzido ao mínimo e apresenta-se neutro e acima das classes sociais. Por essa ordem, de acordo com Duriguetto (2007, p. 219), a democracia tem caráter funcional ao mercado e se reduz “a procedimento de proteção do direito dos grupos de interesse das minorias ativas, expressos no âmbito da sociedade civil”, que é concebida como “terceiro setor”, atuando de forma despolitizada, fragmentada e submetida à lógica de mercado, postulando interesses individuais, corporativos e setoriais.

O projeto neoliberal tomou corpo no Brasil a partir da década de 1990. Nesse contexto segue, em paralelo e em contraposição, a busca por um caminho democratizante de sociedade, voltado para a construção de uma nova dinâmica societária, que Dagnino (2006, p. 48) chama de “projeto democrático-participativo”. Segundo a autora, o núcleo central desse projeto estaria constituído por uma concepção de aprofundamento e radicalização da democracia, que confronta com nitidez os limites atribuídos à democracia liberal representativa como forma privilegiada das relações entre Estado e Sociedade.

O modelo de democracia participativa se funda em elementos conceituais e práticos que levam à recuperação de formatos de democracia direta na gestão de políticas públicas e

no controle das ações do Estado. É o que se verifica na sociedade brasileira, nos anos finais do século XX, quando o projeto democrático-participativo ganha espaço com o estabelecimento, na Carta Constitucional de 1988, de mecanismos de participação direta na gestão pública. Santos e Avritzer (2002) apresentam como exemplo significativo os conselhos gestores de políticas públicas e as políticas de orçamento participativo, ressaltando, quanto aos orçamentos populares, que mesmo recebendo críticas sobre a pouca abrangência de representação relativamente ao contingente populacional e eleitoral das cidades em que são aplicados mostram que a representatividade não é o único formato de organização das sociedades democráticas de grandes dimensões, como as atuais.

Visto pela vertente dos teóricos de matriz gramsciana, destaca-se como necessário que a democracia participativa ultrapasse as institucionalidades colegiadas e avance para a organização da sociedade civil em grupos e movimentos sociais que atuem guiados pelo princípio da participação direta na perspectiva não só de pressionar o Estado e os governos a adotarem práticas sociais em nível local, que atendam aos direitos de cidadania, mas também, como diz Duriguetto (2007, p.156), seguindo um ideário de democracia que se empenhe na construção de objetivos sociais e políticos de rompimento com o projeto neoliberal, pense “a construção de uma nova hegemonia, de uma unidade política, um consenso majoritário – tal como Gramsci chamou de *vontade coletiva*, a partir da pluralidade dos interesses e das organizações dos sujeitos populares”. Gramsci (1984, p.7), aliás, define vontade coletiva como “a consciência atuante da necessidade histórica, como a protagonista de um drama histórico real e efetivo”.

O projeto político democratizante, na perspectiva apontada por Duriguetto (2007), se coloca a favor da construção de uma relação dialética entre Estado e Sociedade em patamar horizontal, como pensava Gramsci, a partir do protagonismo das organizações populares. Observa-se que esse é o caminho que a FTP se propõe a trilhar, como organização popular que atua no controle dos investimentos públicos, ao adotar como dinâmica de trabalho o uso de mecanismos de democracia direta, ao mesmo tempo em que recorre aos canais representativos estatais para fiscalizar e formalizar denúncias por suspeitas de mau uso dos investimentos públicos, exigindo as providências que lhes competem.

A Força Tarefa, a meta dela é tão apaixonante e é tão real e é tão verdadeira que a gente anda e nem sente. Eu estou aqui, aos 67 anos, acabei de caminhar 48 km e ainda caminharia mais se fosse preciso, como vou caminhar na fiscalização das obras da minha cidade, porque eu sinto que é alguma coisa concreta. Ela é palpável [...], porque você vê o resultado da luta e tudo isso vai parar nos órgãos responsáveis [...]. Uma coisa interessante que a gente teve oportunidade de ver é que os poderes,

tanto o legislativo com o executivo, no caso do legislativo, tanto os vereadores de oposição como da situação estão interessados de estarem juntos com a Força Tarefa, junto com a comunidade, nessa fiscalização. A gente sabe que muitos deles tentam justificar seus erros, mas já é uma tomada de consciência e também no acreditar da Força Tarefa, [...]. Foi muito interessante lá no Campo Grande [município piauiense], a gente teve a oportunidade de ver um embate bem democrático, o exercício de cidadania, com as pessoas da comunidade discutindo com os poderes constituídos (comunicação oral)<sup>14</sup>

Nesta pesquisa, optou-se pelo diálogo teórico com as ideias de Gramsci que, durante a prisão política que sofreu pelo regime fascista italiano, produziu um referencial interpretativo de política e sociedade que direciona para a busca de consenso entre Estado e Sociedade. Nesse sentido, propõe uma reforma intelectual e moral a partir da formulação de novas categorias conceituais de sociedade civil e de Estado que, mesmo com a retração dos movimentos socialistas e comunistas, continuam válidos para entender as realidades das sociedades capitalistas contemporâneas, como a brasileira.

## 2.2 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL À LUZ DO PENSAMENTO GRAMSCIANO

As reflexões de Gramsci situam-se no campo da teoria marxista e suas concepções sobre política e sociedade, escritas enquanto estava no cárcere, entre os anos de 1926 a 1937, têm sido amplamente interpretadas por diversos teóricos e em diversos países. Essas vastas interpretações, como mostra Bianchi (2008), ajudam a compreensão das realidades sociopolíticas contemporâneas em diferentes contextos geográficos. No Brasil, a influência do pensamento de Gramsci tem sido pauta de estudiosos que se debruçam sobre a realidade brasileira, conferindo-se maior relevo, segundo Simionatto (2011), aos trabalhos de Carlos Nelson Coutinho.

Como sublinham Coutinho (1992) e Secco (2002), em Gramsci o momento econômico-corporativo destacado na teoria marxiana deixa de ser central. É que, sem que abandone a essência do pensamento de Marx sobre dialética, filosofia da práxis e humanismo, o pensador afasta-se do momento econômico-corporativo para dar ênfase ao ético-político.

Na teoria desenvolvida por Karl Marx (1818-1883), no contexto da sociedade capitalista industrial o ideal de Estado apresentado por Hobbes (1979), Locke (2001) e Rousseau (1978) é substituído pela concepção de Estado opressor, dada por Marx e Engels (1999, p 28), compreendendo-o atuando como “instrumento de dominação de uma classe por

<sup>14</sup> Depoimento da líder comunitária e coordenadora do Movimento União de Mulheres de Picos (UMP), Maria José Alves do Nascimento (Nega Mazé), em entrevista realizada em 21 jul. 2012.

outra”. Pela teoria marxiana, a sociedade civil é definida como uma sociedade burguesa e entendida como estrutura na qual se expressam a produção e a reprodução da vida material, haja vista que, conforme Marx e Engels (1999, p.53), “a sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos [...]”. Assim, em Marx, sociedade civil corresponde à estrutura econômica onde as relações de produção se estabelecem, e o Estado deriva daí como instrumento de controle dos conflitos estruturais em favor da classe economicamente dominante.

Em Gramsci, a concepção de Estado e de sociedade civil passa por uma revisão teórica de “conservação/superação” da teoria marxiana. O papel atribuído ao Estado pelo marxismo clássico – garantir a reprodução da ordem capitalista pela coerção - é ampliada por Gramsci (1982, p. 11), que o concebe atuando tanto pelo uso dos aparatos coercitivos, para disciplinar e intimidar a ação reivindicatória e lutas sociais, quanto pela busca de “consenso espontâneo”, quando age perante as massas populares para controlar o jogo de forças sociais, direcionando-as para a manutenção da ideologia capitalista, valorizando o prestígio adquirido pela classe dominante, em decorrência das posições e funções que ocupa no mundo da produção. O pensador defende que o conteúdo e o formato de intervenção estatal dependem da correlação de forças no seio da sociedade. Diz Gramsci (2005, p. 84):

Este estudo [...] leva a certas determinações do conceito de Estado que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais.

Vê-se que duas das categorias do constructo teórico de Gramsci, hegemonia e sociedade civil, são centrais na sua concepção de Estado Ampliado. A categoria hegemonia não recebe um conceito explícito nos escritos do pensador, que o vai elaborando ao longo de sua obra, atribuindo-lhe o sentido de supremacia de uma classe por outra não apenas por forças coercitivas, mas também pelo caminho da direção intelectual e moral, pelo consenso, compreendendo consenso, conforme traduz Cerroni (1982), como a forma de um grupo social imprimir ao outro seus valores, sua cultura e suas visões de mundo.

Sociedade civil, para Gramsci, como interpreta Coutinho (1992, p.74), é o conjunto de organismos privados, “aos quais se adere voluntariamente”, que funciona como espaço privilegiado de luta de classes e como base material para a conquista de hegemonia, ou seja, para a busca de direção política e de consensos. É tida, assim, como campo de luta pelo

poder e de procura de consensos entre as classes, dependendo da correlação de forças que, se pender para a sociedade civil, favorece a sua hegemonia e viabiliza a garantia de seus interesses perante o Estado.

Nesse sentido, Gramsci (1982) confere atenção aos intelectuais, considerando-os sob duas vertentes: a que os vincula às categorias preexistentes, como os eclesiais, os juristas, os filósofos, e a que os concebe como “intelectuais orgânicos”, que se vinculam a cada grupo social em luta por hegemonia. Esclarece Gramsci que, conectados com a classe subalterna, os intelectuais orgânicos contribuem para a formação da sua consciência crítica e para que, sob uma visão ética nova no campo econômico, social e político, exerça ela a função de classe dirigente e conquiste a posição de grupo hegemônico. Do mesmo modo, intelectuais ligados organicamente à classe economicamente dominante imbuem-se da função de difundir a ideologia capitalista para promover um ambiente favorável à manutenção dos seus interesses e domínio, em detrimento do conjunto da sociedade.

A acolhida e a difusão das ideias de Gramsci no Brasil acontecem em contextos políticos distintos. Inicia-se na década de 1960, quando a conjuntura política brasileira estava fortemente influenciada pela ideologia socialista, mas sofre retração com a instauração da ditadura militar de 1964, cujo principal intento era barrar os ideais socialistas e fortalecer um capitalismo vinculado ao aparelho de Estado, sendo retomada em meados da década de 70, como mostram Coutinho (1992); Secco (2002); Simionatto (2011), no cenário de abertura do processo democrático decorrente da luta política da sociedade contra a ditadura militar, capitaneada, principalmente, por intelectuais e acadêmicos de tradição marxista e por partidos políticos e movimentos sociais de esquerda. A compreensão que Gramsci (1984, p 183) confere à democracia tem relação direta com a sua ideia de hegemonia, pois, como anuncia

entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto é aquele que se pode deduzir em conexão com o conceito de ‘hegemonia’. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia, e, por conseguinte da legislação, que exprime este desenvolvimento, favorece a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente.

No Brasil, essa vinculação entre democracia e hegemonia pôde viabilizar-se com a promulgação da Constituição de 1988, que representa o marco da legalização e legitimação do princípio da participação da sociedade nas ações estatais e um relevante vetor para o estabelecimento de uma relação horizontalizada entre Estado e Sociedade. Destaque-se que a legitimação da participação é ao mesmo tempo base e consequência do processo de democratização do país, iniciado com a abertura política ocorrida no final do governo militar,

entre os anos de 1974 e 1979, numa conjuntura de recessão econômica e de lutas sociais contra o regime.

Essa abertura política tem íntima relação com a “queda de braço” entre o Estado, predominantemente coercitivo, representado pelo governo militar, e os aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil, mobilizados para destituí-lo do poder, num momento de agravamento da crise do modelo econômico desenvolvimentista<sup>15</sup> que o sustentava. Em razão disso, destaca Netto (2010, p.41) que o regime sofre uma “inflexão para baixo” e se vê compelido a desencadear o processo de abertura política como estratégia de sobrevivência, numa manifesta situação de correlação de força com o protagonismo da sociedade civil, que emergia de uma condição de retração, imposta pela ditadura, para a de sujeito, na luta política pelo restabelecimento da democracia.

Esse cenário vislumbra o que Gramsci (1984, p. 149) preceitua sobre o funcionamento do Estado como unidade orgânica ampliada porque, conforme explica, “[...] na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revertida de coerção)”. O emprego dessa fórmula, de acordo com Coutinho (1992, p.128), não cabe na realidade brasileira no momento histórico da ditadura militar, nem no anterior a ela, quando o país apresentava um modelo de Estado com predominância do caráter “oriental”, definido na teoria gramsciana como aquele que detém o controle sobre tudo numa sociedade civil dita “primitiva e gelatinosa”, diferentemente do modelo de tipo “ocidental” - aquele em que se estabelece uma “justa relação entre Estado e Sociedade Civil” e em que essa aparece com feição forte e hodierna. Na expressão literal de Gramsci (1984, p. 75), “no Oriente, o Estado era tudo e a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a Sociedade Civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil”.

É só com a evolução do processo democrático que se delinea a formação do caráter ocidental do Estado brasileiro, já que, seguindo o que Gramsci sustenta, esclarece Coutinho (1992, p, 129) que “a ocidentalidade de uma formação social é resultante de um processo histórico”. Assim, o processo de redemocratização do Brasil representa um momento histórico no qual se abrem possibilidades para um Estado “ampliado”, que leva ao fortalecimento da estrutura da sociedade civil (movimentos sociais, associações, partidos políticos, sindicatos, etc.), necessário para a construção, gradativa, de um ambiente político, econômico, social e

---

<sup>15</sup> Sobre a crise do modelo desenvolvimentista, consultar, dentre outros, Paul Singer (1982).

cultural favorável ao estabelecimento de um sistema hegemônico que, como diz Gramsci, só opera em estrutura democrática. Esse ambiente, construído de forma gradativa, remete ao que o pensador italiano preconiza sobre “guerra de posição”, traduzida, grosso modo, como a ocupação estratégica e gradual dos espaços de poder, diferentemente da “guerra de movimento”, cujo pressuposto é tomar de assalto o poder. Para Gramsci (1984, p. 68) “a resistência passiva de Gandhi é uma guerra de posição [e] as greves são guerra de movimento”.

Ressalte-se que a conformação de um caráter ocidental da sociedade civil brasileira encontra barreiras no passado, com o regime antiparticipativo instalado pela ditadura militar, e no presente com a estruturação de um modelo de sociedade guiada pelo ideário neoliberal, que valoriza especialmente as liberdades individuais e as regras de mercado, arrefecendo ou mesmo paralisando as forças políticas da sociedade civil. Segundo Duriguetto (2007), de lá para cá, passando pela abertura democrática, os movimentos sociais recebem diferentes conceitos e assumem configurações diversas, com muitos deles atuando distante da órbita do pensamento gramsciano.

### 2.3 CARACTERIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Como mostram, dentre outros, os estudos de Lojkin (1981), Touraine (2003), Castells (2002), os conceitos de movimentos sociais variam nas diferentes realidades sociopolíticas de análise. Uma boa base para a caracterização desses movimentos no Brasil é o trabalho de Montañó e Duriguetto (2011), no qual os autores apresentam um quadro teórico das variadas concepções sobre eles, no contexto atual, de constituição dos “Novos Movimentos Sociais” (NMS)<sup>16</sup>. Há, assim, três linhas de pensamento (a acionalista, a esquerda pós-moderna e a marxista comunista), são, na verdade, correntes teóricas de matriz europeia que influenciam a produção de estudos sobre esses movimentos no Brasil.

A corrente acionalista tem como base a teoria da ação, que estuda os movimentos pela ótica subjetivista, ou seja, pela intenção dos sujeitos. Nessa corrente, encontram-se ancoradas as reflexões sobre a constituição dos “Novos Movimentos Sociais (NMS)” que se apresentam sem identidade de classe e sem vínculo político com o Estado, partidos ou sindicatos, compostos por uma diversidade de atores sociais engajados em lutas por mudanças pontuais,

<sup>16</sup> “Os chamados ‘Novos Movimentos’ (NMS), que surgem principalmente em meados do século XX, têm por vezes o objetivo ou a função de ser um *complemento* das lutas de classes dos movimentos clássicos (somando-se a essas lutas), e outras vezes são vistos como alternativos aos *movimentos* de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda (substituindo tais lutas)”, (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.248).

sem o ideário de transformação da sociedade. Esses NMS, segundo Touraine (1988, p. 262), "não visam criar um novo tipo de sociedade, mas 'mudar a vida'", em um cenário em que as lutas de classes perdem centralidade como categoria de análise da realidade social, que ganha novo formato pela interação de diversos sujeitos que não somente operários e capitalistas.

O segmento teórico identificado como esquerda política pós-moderna também recebe influência da teoria acionalista e, desconsiderando o legado marxista da luta operária e das organizações classistas (partidos e sindicatos), localiza os movimentos sociais no campo da cultura e da reprodução social. Nesse campo de análise, Montañó e Duriguetto (2011, p. 320) apontam os estudos de Boaventura de Sousa Santos, para quem os NMS são uma ofensiva às novas formas de opressão impostas pela hegemonia do mercado, sob as quais o movimento operário não se debruçou e levou ao surgimento de novos sujeitos coletivos, organizados em base social diversa, com distintas ideologias e objetivos que tanto podem ser de interesse de grupos sociais específicos (mulheres, jovens, etnias, etc), quanto de interesse coletivo.

Os que seguem a linha marxista/comunista, no contexto do capitalismo contemporâneo, têm como desafio trazer as lutas travadas pelos novos formatos dos movimentos sociais, situadas fora do campo da produção, para dentro da luta revolucionária da qual são partidários, na perspectiva da transformação social. Montañó e Duriguetto (2011) destacam como referências desse quadro teórico os estudos de Jean Lojkine e Manuel Castells. Para Lojkine (1981, p.298), os movimentos sociais são expressões da sociedade civil que, visando à transformação social, organizam-se não só para reivindicar demandas perante o Estado, mas também para "transformar o sistema socioeconômico no qual surgiu". Castells (2002, p.20), por exemplo, concebe os movimentos sociais como "ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade". Como os estuda no espaço urbano como portadores da luta em defesa do acesso aos bens de consumo coletivo, isolado da dimensão econômica, recebe a crítica de Lojkine, apresentada por Montañó e Duriguetto, (2011, p.326), de que "Castells reduz o urbano à reprodução da força de trabalho por estabelecer um corte entre a esfera do econômico [...] com a esfera do social [...]", inviabilizando, assim, que se chegue a uma transformação estrutural. Contudo, para Lojkine e para Castells, os NMS nascem em rebatimento à questão social surgida das desigualdades formadas no contexto do capitalismo contemporâneo.

Analisando o cenário brasileiro, Montañó e Duriguetto (2011) mostram que, a partir de meados dos anos de 1980, os estudos teóricos sobre movimentos sociais no país<sup>17</sup> se dão associados às três correntes trazidas da produção europeia, caracterizados sob quatro distintos enfoques: a) culturalista, que absorve o pensamento acionalista e o pós-moderno, considerando a “pluralidade de sujeitos coletivos”, com suas diversidades culturais e práticas sociais, e sua organização em torno de questões como raça, gênero e nacionalidade, distanciando-se das contradições e lutas de classes produzidas pelo capitalismo; b) institucional, que se centra na atuação e nas estratégias usadas para pressionar e negociar com o Estado a oferta de políticas públicas ou o estabelecimento de alianças com outros entes, como aqueles voltados para a garantia de moradia e transporte público; c) ampliação da democracia e cidadania, que se dá especialmente no espaço urbano, em defesa de interesses de grupos sociais específicos, como homossexuais e mulheres que, levados à dimensão pública, visa transformá-los em direitos coletivos; e d) marxista, que por focar o propósito de transformação social e de luta pela hegemonia do poder político das classes subalternas, apresenta críticas ao caminho trilhado pelos NMS que se limitam a atuar na mera superação das carências geradas pelo sistema socioeconômico operante em direitos de cidadania. Como exemplo, no Brasil, dos que seguem a corrente marxista, destaca-se o Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST), na luta por reforma agrária e alguns movimentos sindicais vinculados a centrais alinhadas a partidos de esquerda como a Central Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora (INTERSINDICAL) e a Central Sindical Popular Conlutas (CSP).

Esta pesquisa enfoca os movimentos organizados da sociedade civil voltados para o exercício do controle social e combate à corrupção na gestão pública, aqui representados pela FTP, que recebe influência das correntes teóricas que marcam os NMS. Trata-se de movimentos que se formaram especialmente no final da década de 1990, quando a corrupção e seus reflexos negativos ganhou maior visibilidade na sociedade brasileira, passando a compor a pauta de debates e de atuação de organizações da sociedade civil. Cabe esclarecer que não se trata de movimentos que se abrigam na retórica do combate à corrupção com a intenção de denunciar e eliminar opositores políticos, como alertam Klitgaard (1994) e Rose-Ackerman (2002), mas dos que se propõem a desempenhar o papel de conteúdo ético do Estado seguindo o pensamento gramsciano de construção dialética com o aparato estatal para defender interesses coletivos.

---

<sup>17</sup> Ver, dentre outros, Doimo (1995), Gohn (1997, 2001), Duriguetto (2001), Dgnino (2002).

#### 2.4. DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E DEMOCRACIA DIRETA COMO PRINCÍPIOS COMPLEMENTARES: o papel dos movimentos sociais.

De acordo com Gramsci (1984, p. 55), a “crise de hegemonia ou do Estado no seu conjunto” ocorre nas situações de crise orgânica dos partidos políticos. Para Gramsci os partidos políticos são instâncias tradicionais de articulação entre sociedade política e sociedade civil que, diante das crises históricas, ficam sujeitos às crises de legitimidade.

Num determinado momento de sua história, os grupos sociais se afastam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais com uma determinada forma de organização, com determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como expressão própria de sua classe ou fração de classe (GRAMSCI, 1984, p.54).

Como ressalta Sintomer (2010), na atualidade o descrédito do sistema representativo, de alcance mínimo da democracia pelo voto, é manifestado por cidadãos, em maior ou menor grau, na maioria dos países ocidentais. Apesar de tratar da crise de legitimidade da democracia representativa no contexto europeu, o autor apresenta as causas estruturais comuns aos demais países do ocidente: a) uma “política impotente” para enfrentar os problemas sociais, apesar dos avanços na área econômica; b) “o desengajamento político das classes populares” dos canais clássicos de organizações (partidos e sindicatos), ocupados por elites políticas e financeiras; c) “a emergência de uma ‘sociedade de risco’” que, conforme Ulrich Becker (1997), está sob o domínio e a proteção da sociedade industrial global, geradora de riscos sociais, políticos, econômicos e ambientais, em dimensão incontrolável; d) “a crise da ação política burocrática”, enfrentada por reformas que defendem a diminuição do Estado na esfera social e econômica e que, longe de melhorar a qualidade da prestação dos serviços públicos, isenta o Estado de suas obrigações e penaliza a população; e) os “obstáculos ideológicos”, advindos dos conflitos entre os que defendem os interesses individuais e os que acreditam na construção de um mundo mais justo; f) “as causas internas ao sistema político”, que se referem aos interesses e visões de mundo distintas entre a classe política, alinhada aos das elites administrativas e econômicas, adversas aos do conjunto dos cidadãos, que contam com poucos representantes provenientes das classes populares.

Na sociedade contemporânea, a tensão entre democracia direta e democracia representativa se evidencia no campo teórico e prático numa realidade mais complexa, que engloba interesses diversos e conflitantes entre Estado e sociedade, em dimensão planetária. Barowiak (2011, p. 31), estudando a realidade americana, também aborda essa tensão,

mostrando que a democracia representativa passa a ser questionada por apresentar lacunas que distanciam da população os seus representantes, sendo elas: a) lacunas espaciais, que consiste na distância entre a sede do governo e os locais onde as pessoas moram; b) lacunas de níveis, que se caracterizam pela baixa representação em relação à grande quantidade de constituintes; c) lacunas temporais, que se estabelecem pelo tempo que separa as decisões de um representante e as consequências que possa produzir a longo prazo; d) lacunas epistemológicas, que são formadas pelo desconhecimento dos constituintes sobre o que seu representante está fazendo e deste sobre os reais interesses e desejos dos constituintes; e) lacunas de competência, que são formadas por falhas na capacidade de governar; f) lacunas de identidades, que ocorrem diante das diferentes classes, caráter e experiências que se apresentam ao representante.

A pesquisa latinobarômetro de 2013<sup>18</sup> identifica que nos países latino-americanos a reação da população diante das insatisfações com o sistema representativo tem se dado por um estado de ativismo latente, que acompanha um movimento de dimensão global e adota um jeito novo de prática política pela retomada do uso de mecanismos de democracia direta. Servem como ilustração os movimentos “Primavera Árabe”, nos países do Oriente Médio, em 2010, contra os regimes ditatoriais, e o “Occupy Wall Street”, nos Estados Unidos, em 2011, contra os responsáveis e beneficiários da crise financeira mundial. Na Europa, são ilustrativos os protestos ocorridos na Espanha, em 2011, por mudanças no sistema político, contra a corrupção e por políticas sociais de qualidade, denominado de “Indignados”, e na América Latina destacam-se as Manifestações de Junho de 2013, no Brasil, contra o aumento das tarifas do transporte urbano e que se estenderam para outras questões, como a má qualidade dos serviços públicos e a corrupção.

De acordo com análises da pesquisa latinobarômetro, uma questão pontual pode desencadear, sem avisos, protestos em um determinado país, sobretudo naqueles com maior atraso em algumas questões ou onde haja maior crescimento e maior percepção de injustiça distributiva. Mostram essas análises que as demandas mobilizadoras de participação nos protestos podem ser diferentes em cada país, mas se assemelham como indicador de invalidação da forma convencional (via voto) e da fragilidade de um sistema político com dificuldade para entender e responder às expectativas da população.

---

<sup>18</sup> Latinobarômetro é um estudo de opinião pública realizado nos países da América Latina sobre questões relevantes para a população, relativas ao desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso em: 13/nov./2014.

A crítica a esses formatos de protesto de massa se dá por acontecerem descolados e desconsiderando instâncias formais de mediação entre democracia direta e democracia representativa, como os partidos políticos, criando-se um ambiente de disputa e de confronto entre Sociedade e Estado que dificulta a construção de diálogo e de comunicação para se estabelecer consensos, na perspectiva gramsciana. Continua válido, portanto, o que alude Weffort (1984, p 121), que mesmo não se vivenciando mais as mesmas condições da Grécia antiga de reunir os cidadãos em praça pública para decisões políticas, é possível, sob a égide do sistema representativo, aumentar o nível de participação popular por meio de mecanismos de democracia direta, pois ocorrendo a exclusão de uma ou da outra, “a usurpação do poder se torna inevitável” e, para evitar tal risco, adverte: “em vez de pensarmos em opor representação e participação direta teríamos, pelo contrário, de estudar mecanismos que permitam que os dois princípios se completem”.

Com o mesmo entendimento, Coutinho (2008; 2011) argumenta que, diante da complexidade social da atualidade, a integração entre democracia direta e democracia representativa possibilita que as organizações tradicionais de representação, se abertas às pressões populares, atuem como instâncias de síntese política em favor das demandas e interesses dos sujeitos políticos coletivos. Nesse sentido, destaca a importância da criação de outros formatos de organização que favoreçam a participação política que não seja apenas a convencional. Segundo Coutinho (2008, p. 156), “além de votar, é necessário controlar os representantes eleitos e influir para que a representação se cole às mudanças que a opinião pública exige”, devendo “haver formas de democracia direta”.

A prática articulada entre democracia direta e democracia representativa defendida por esses autores é firmada, no Brasil, como preceito constitucional, mas só será possível se tiver por fio condutor um processo democrático no qual atuem movimentos sociais organizados e fortes, amparados por um aparato normativo que garanta a participação social em uma esfera pública democrática. Trata-se de um desafio cujo enfrentamento não se dá apenas pelos protestos de rua, apesar de serem importantes como alerta de desaprovação do sistema político operante e da qualidade das políticas públicas ofertadas pelo governo. É necessário que alcancem ressonância nas instâncias de representação, como partidos políticos, sindicatos, governos e parlamentos, das quais não se pode prescindir, na atualidade, devido à abrangência planetária e à complexidade em que se dão as relações econômicas, sociais e políticas.

A mediação entre representatividade e participação direta é um propósito a ser compartilhado pela sociedade política e sociedade civil, para usar os termos de Gramsci, em um Estado ampliado cujo funcionamento resulte no atendimento satisfatório das demandas

sociais. No cenário brasileiro, essas demandas estão relacionadas com a oferta de políticas públicas de qualidade, por governos mais transparentes e abertos à participação da sociedade no controle dos investimentos públicos e empenhados em romper com o caráter dado à corrupção de componente da cultura brasileira. Nessa perspectiva, a força dos movimentos sociais virá não só por conta da corrente teórica com a qual estejam vinculados, se culturalista, institucional, de ampliação da cidadania ou marxista, mas principalmente da vontade e do empenho de se fazerem atuantes para tornar possível a conexão entre democracia representativa e democracia direta.

## 2.5 DO CONTROLE SOCIAL INSTITUCIONALIZADO AO CONTROLE SOCIAL DEMOCRÁTICO

Como assinala Correia (2005), a ideia de controle social está presente desde a formação do Estado moderno e vem mudando conforme as transformações socioeconômicas e políticas ocorridas no mundo, associada às mais diversas formas assumidas pelo Estado, ao longo da história, que também se alteram segundo a ideologia do grupo social hegemônico no poder. De acordo com o pensamento clássico, segundo Hobbes (1979), nos regimes ditatoriais o controle social é exercido do Estado sobre a sociedade e, de acordo com Locke (2001), nos regimes liberais, vai ocorrer pelo controle do poder político para garantir a liberdade econômica. É em Rousseau (1987) que se apresenta a ideia do controle social da Sociedade sobre o Estado, que se coaduna aos regimes republicanos, ao atribuir o controle do aparato estatal à vontade geral, com a finalidade de promover o bem comum e a soberania popular.

Pelo pensamento político moderno sobre luta de classe, erigido no marxismo, o Estado atua como instrumento de dominação e coerção de uma classe por outra, com o papel de controlar os conflitos estruturais criados pelo capitalismo, em favor dos interesses da classe à qual serve. Nesse cenário, como ressalta Correia (2005), o controle social é exercido pelo Estado sobre a sociedade com o propósito de promover a aceitação e a reprodução da ordem capitalista. A ideia de soberania popular no controle da conduta do Estado, gestada em Rousseau, apresenta-se, nessa conjuntura, com o processo de lutas políticas contra a ideologia capitalista, de produção social e propriedade privada e em defesa da ideologia socialista da propriedade social e igual distribuição das riquezas.

Essa tendência de avanço do socialismo sobre o capitalismo levou os países capitalistas centrais a adotarem uma mentalidade defensiva de sua hegemonia, com destaque para a formação do Estado de Bem-Estar Social, estruturado e expandido no período pós-

guerra, conforme ressalta Rico e Raicheles (1999), com o papel de mediador econômico e social, visando conciliar democracia e capitalismo, assegurando pleno emprego e políticas sociais universalistas. Esse período, conhecido como a “era de ouro do capitalismo”, se estende até o início dos anos de 1970, quando as políticas econômicas desenvolvimentistas e de proteção social do “Estado de bem estar” entram em crise sendo substituído pelo Estado neoliberal.

A concepção neoliberal desobriga o Estado de garantir a universalização de direitos para a população e a participação social perde densidade política, como mostram os estudos de Dagnino (2002), Nogueira (2004) e Duriguetto (2007), reduzindo-se às conquistas individuais, de grupos específicos ou como práticas de filantropia e de voluntariado, em auxílio à atuação do Estado em grau mínimo. A formação desse modelo de Estado ocorre, no Brasil, na década de 90, como justifica Pereira (1999), pela necessidade de modernização do aparato estatal para torná-lo mais ágil e mais compatível com o mundo globalizado. Como parte do processo de modernização do Estado brasileiro, são criados espaços institucionalizados de participação da sociedade civil na fiscalização e no controle das ações e investimentos públicos, previstos constitucionalmente, como a criação de conselhos gestores de políticas e programas sociais, a elaboração de orçamento popular e a realização de conferências de políticas públicas em nível nacional, estadual e municipal. Porém, como mostram os estudos, as formas institucionalizadas de controle social tanto servem para promover a democratização dos processos decisórios, no atendimento das demandas sociais, quanto para a busca de consensos pelos setores dominantes, com o propósito de neutralizar as forças sociais e garantir a manutenção do *status quo*.

Essa realidade encontra explicação na visão gramsciana de Estado ampliado, pela qual se estabelece uma relação dialética entre sociedade política e sociedade civil, onde o controle social é exercido em meio a disputas entre as classes. Como apresenta Correia (2005), move-se pelo contraditório oscilando entre a classe dominante e a classe subalterna, a depender da correlação de forças entre ambas. Compreendido dessa forma, o controle social, sob a primazia da sociedade civil, é um importante instrumento para a qualificação das ações do Estado, funcionando como antídoto contra a corrupção na aplicação dos investimentos públicos.

É nessa perspectiva que apresento a tese, com base na pesquisa empírica junto à ação da Força Tarefa Popular, no Piauí, de que o uso de mecanismos de democracia direta é uma alternativa para se ampliar a prática do controle social institucionalizado, pelo exercício do controle social democrático, que conceituo como a capacidade de participação direta de

sujeitos sociais, individuais e coletivos, na fiscalização e no controle das ações estatais, influenciando nas decisões políticas, na qualidade da gestão pública e no combate à corrupção, em um contexto de crise de legitimidade da democracia representativa e de luta política pela conquista de patamar mais elevado de participação, por meio do uso de mecanismos de democracia direta.

Nesse sentido, ressalta-se o argumento de Coutinho (2008) de que o único caminho para as classes subalternas participarem efetivamente das decisões e do poder político é por meio da articulação entre os princípios da representação com os da democracia direta. São argumentos que encontram respaldo em outros pensadores de matriz marxista, citados pelo autor, como Rosa de Luxemburgo e Antônio Gramsci, para os quais não se deve rejeitar a democracia formal, mas lhe conferir novos conteúdos, como a participação direta da sociedade civil, criando formas orgânicas de articulação entre Estado e Sociedade. Conforme Coutinho (2008, p. 158),

temos que inventar – e esta é certamente uma tarefa difícil – formas institucionais que combinem a democracia direta com a democracia representativa tradicional, já que esta última é imprescindível no mundo moderno: uma democracia sem representação, apenas direta, como a que teve lugar entre os gregos na Antiguidade e como a que Rousseau imaginou no Contrato Social, não mais se coaduna com a complexidade atingida pelo mundo moderno.

### **3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E LUTA ANTICORRUPÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: o que há de novo no cenário brasileiro?**

Neste capítulo, trato sobre as ações empreendidas no contexto da sociedade brasileira para o enfrentamento da corrupção, uma prática recorrente no Brasil e que figura, hoje, como um dos principais problemas da humanidade. Enfoco as medidas adotadas pelo aparato estatal para a formação de um Sistema Nacional de Integridade brasileiro<sup>19</sup> na prestação dos serviços públicos e, principalmente, aquelas engendradas pela sociedade civil, que incorpora para si o papel de exercer o controle e a fiscalização das ações estatais, pela via da participação direta. Com esse propósito, abordam-se as temáticas da participação, controle social e luta anticorrupção como categorias conceituais importantes para buscar respostas à questão de pesquisa sobre se há relações interativas entre o Sistema de Integridade brasileiro com as ações voltadas para a luta anticorrupção de iniciativa da sociedade civil.

#### **3.1 OS DIFERENTES MATIZES DE PARTICIPAÇÃO**

A participação é um atributo dos regimes democráticos. Os conceitos apresentados na literatura mostram a ressignificação da sua compreensão e prática de acordo com as concepções políticas e ideológicas que orientam o funcionamento da sociedade. No contexto brasileiro, como mostra o estudo de Dagnino *et al* (2006) sobre o processo de democratização da América Latina, três projetos políticos são marcantes e se confrontam nessa trajetória: o autoritário, o democrático-participativo e o neoliberal, em cada um dos quais a participação se apresenta sob diferentes matizes.

O projeto político autoritário corresponde, na forma original, ao regime ditatorial, instalado no Brasil a partir de 1964 e que perde poder no final da década de 1980, por força da luta política engendrada pela sociedade civil. Nesse projeto, ainda hoje latente, a participação é restrita ou anulada, sendo permitida à população manifestar-se apenas em apoio ao regime, reprimindo-se, inclusive pelo uso da violência, qualquer atuação reivindicatória ou de protesto. As instâncias de participação, quando existentes, são desarticuladas e levadas a funcionar como instrumento de legitimação do regime ditatorial.

Com a abertura do processo de democratização e o fim do regime autoritário, abre-se caminho para a implantação do projeto democrático-participativo, no qual a participação é

---

<sup>19</sup> Como já dito no Capítulo I, diz respeito a uma estrutura holística e cooperativa entre variadas instituições e atores sociais, visando estabelecer um sistema forte de reforma anticorrupção (SPECK, 2002, p. 12).

concebida como compartilhamento de poder entre a Sociedade Civil e o Estado nas tomadas de decisão de interesse coletivo (DAGNINO *et al*, 2006). Alinha-se à ideia de democracia na perspectiva gramsciana, interpretada por Coutinho (2008, p.50) como “a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social.” Essa perspectiva de participação passa a ser difundida em meados da década de 1970, como mostram Coutinho (1992); Secco (2002) e Simionatto (2011), no cenário de abertura do processo democrático brasileiro, e em meio a intelectuais e acadêmicos de tradição marxista e por partidos políticos e movimentos sociais de esquerda.

Partindo de uma marcação sócio-histórica da realidade brasileira, Sousa (1998), referenciada em Carvalho (1995), apresenta três categorias de participação, contextualizando-as a partir de meados do século XX. A primeira é a participação comunitária, de inspiração norte-americana, difundida no Brasil, nos anos de 1950, durante o período desenvolvimentista. Nesse período, que se estende até a década de 1960, a participação da sociedade é realizada pelo engajamento das comunidades em atividades voltadas para a funcionalidade do projeto desenvolvimentista e para a manutenção da estrutura de dominação do poder econômico que lhe sustenta, passando por longe de debates e questionamentos sobre os conflitos e problemas sociais que gera, como crise financeira, inflação, arrocho salarial, desemprego, dentre outros, assim como sobre seus efeitos no aumento das injustiças e das desigualdades sociais.

A segunda é a participação popular que, por conta do agravamento dos conflitos e desigualdades sociais, se realiza pela prática política da sociedade na luta por direitos econômicos, sociais e políticos e contra a ditadura militar, que se instala no Brasil a partir de 1964. Tem como referência temporal o final da década de 1960, quando se intensificam as manifestações contra o regime ditatorial, estendendo-se pela década de 1970, com a abertura do processo de redemocratização do Brasil. Nesse ambiente, destaca Sousa (1988, p 174), “a categoria *comunidade* é substituída pela categoria *povo*”, entendida como os segmentos da sociedade que, colocado à margem dos seus direitos, se engaja na luta para garanti-los.

A terceira é a participação social, cuja marca no tempo é a década de 1990, quando a participação toma uma dimensão mais ampla e se expande por diversos segmentos da sociedade civil, que se organizam para lutar por uma sociedade mais democrática e livre. A partir de então, ressalta Sousa (1998, p 175), nos processos de participação no Brasil “a categoria central não é mais ‘comunidade’, nem ‘povo’, mas ‘sociedade’”.

Saindo de uma abordagem geral para um enfoque específico, pesquisa coordenada por Avritzer(2007) sobre participação social no Nordeste brasileiro, relativa à efetividade da democracia participativa na arena dos conselhos gestores, identifica três tipologias de participação, que se coadunam com as já apresentadas: a) as que emergem de iniciativas dos atores sociais; b) as que se dão por iniciativa do aparato estatal e c) as associadas a governos autoritários, cuja marca principal é a conduta antiparticipativa. Reafirma, assim, três tipologias de participação características da realidade brasileira, apresentadas, no quadro seguinte, sem a pretensão de ser uma completa categorização, mas para ajudar na compreensão da influência, ou não influência, da sociedade no funcionamento do Estado e no aprofundamento do processo democrático.

**Quadro 1 – Tipologias de participação prevalentes no Brasil**

		CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA	CARACTERIZAÇÃO
TIPOS DE PARTICIPAÇÃO	COMUNITÁRIA	Corresponde ao período de industrialização capitalista no Brasil, desencadeada na década de 1950, com a participação sendo posta a serviço desse projeto.	Ocorre por iniciativa do aparato estatal, no formato de consulta popular, para adquirir legitimidade perante o conjunto da sociedade.
	POPULAR <sup>20</sup>	É marca do período de luta política contra a ditadura militar e pela abertura democrática, motivada pela indignação com o regime de exceção instalado no país pelos militares, que vigorou entre 1964 e 1979.	Emerge da iniciativa popular em rebatimento ao governo ditatorial, para reestabelecer a democracia, diante da repressão política e social.
	SOCIAL	Tem como referência a abertura democrática e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que a institui como instrumento de gestão pública.	Caracteriza-se por ser de iniciativa dos atores sociais na perspectiva de reestabelecer uma relação dialética com o Estado e não uma contraposição a este.

Fonte: formulação da autora, referenciada em Sousa (1988), Dagnino (2006), Avritzer (2007) e Netto (2010).

Essa categorização ajuda na reflexão sobre o significado que hoje vem sendo dado, no Brasil, à participação social, se alinhada ao pensamento de Gramsci (1982), como prática política na construção de uma relação mais justa entre Estado e Sociedade Civil, com a

<sup>20</sup> Refere-se às forças de resistência popular contra a ditadura militar que impediram o regime, num primeiro momento (entre 1964 e 1968), a criar uma base social ampla de apoio e o levou, num segundo momento, sobretudo entre 1968 e 1974, a adotar uma forte política repressiva e violenta para conter as forças populares antiditatoriais. Durante os “anos de chumbo”, essa massa crítica passa a atuar na clandestinidade e se potencializa com o apoio de setores da burguesia descontentes com o governo militar, forçando a abertura democrática, entre os anos de 1974 e 1979 e levando ao fim a ditadura no Brasil (NETTO, 2010, p. 34-44).

percepção de que, das três categorias identificadas, a participação social é a que se sobressai na atualidade brasileira, ao adquirir o status de direito estabelecido na Constituição de 1988, razão pela qual se adota, neste estudo, a terminologia participação social.

O desenho de um novo ambiente político para o Brasil, na Carta Constitucional de 1988, leva ao reestabelecimento do regime democrático, onde a participação social marca a mudança no relacionamento entre Estado e sociedade civil de um formato de domínio do poder estatal para outro de equilíbrio de poder. Essa expectativa de participação vem sendo tematizada por diversos estudiosos e recebe distintas adjetivações. Santos e Avritzer (2002) falam de participação cidadã e apresentam como exemplo os arranjos participativos que nascem dos movimentos sociais, no Brasil e em outros países<sup>21</sup>, para a garantia de direitos de cidadania que, como dizem os autores, ampliam os cânones democráticos de uma democracia de baixa intensidade, ou liberal representativa, para outra de alta intensidade. Esta, como esclarecem, nascida de contratos sociais mais inclusivos, como a democracia participativa, sob o protagonismo de sujeitos sociais que decidem sobre questões de interesse coletivo. Por outro lado, Santos e Avritzer chamam a atenção, também, para as ambiguidades e vulnerabilidade da participação social, como a de está sujeita à cooptação ou integração às forças conservadoras, que a coloca a seu serviço ou a descaracteriza, na forma de filantropia.

Teixeira (2001, p. 30) conceitua participação cidadã como “um processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações”. O autor faz uma interpretação de participação considerando a influência do processo de globalização nas dinâmicas sociais no plano local. Sob uma vasta base teórica, analisa qual o papel da participação cidadã em meio à tensão com o modelo representativo, que se dá não com a pretensão de negá-lo, mas de aperfeiçoá-lo. Nessa incursão, Teixeira (2001, p. 195) destaca que o papel da sociedade civil é “autolimitado” posto que as formas de participação, apesar do propósito de “influir nas decisões e políticas [...] e não apenas escolher decisores ou partidos [...]”, não se encaminham para a substituição do aparato estatal.

Trazendo a discussão da participação social para o campo da gestão pública, Teixeira (2001, p. 38) diz que ela se realiza pelo exercício do controle social das ações do Estado pela sociedade, consistindo na “possibilidade de os cidadãos definirem critérios e parâmetros para orientar a ação pública”. Para que isso se viabilize, Teixeira (2001, p. 40) destaca, dentre outros requisitos, a necessidade de que “os cidadãos e suas organizações disponham de

---

<sup>21</sup> Além do Brasil, o estudo de Santos e Avritzer (2002) analisa as experiências de democracia participativa de cinco países: África do Sul, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal.

mecanismos institucionais e garantias legais para exercer o seu papel com um mínimo de eficácia”.

Mesmo amparada constitucionalmente e regulamentada por leis, a participação social no controle das ações do Estado não tem sido uma tarefa de fácil operacionalização na sociedade brasileira, diante da influência de projetos políticos que se contrapõem. Quando vinculada ao projeto neoliberal, a participação social tem o papel de atender mais às liberdades individuais e às regras privatistas de funcionamento do Estado. Já quando vinculada ao projeto de aprofundamento democrático, desempenha um papel político de luta pela supremacia da vontade coletiva sobre os interesses privados na aplicação dos investimentos públicos.

Essas perspectivas políticas distintas leva ao que Dagnino (2004) chama de “confluência perversa”, que consiste na correlação de forças entre esses projetos políticos: o que defende o Estado mínimo e os interesses privados da economia global, no qual a participação se realiza por meio de parcerias com o aparato estatal ou na forma de trabalho voluntário e que pelo pensamento gramsciano, leva à passividade das massas; e o outro, que visa ao aprofundamento democrático e à prevalência da vontade coletiva nas tomadas de decisões políticas, pelo qual a participação se realiza na esfera pública, na forma de atuação direta dos atores sociais nos processos decisórios, conferindo-lhes autonomia política.

Conforme Dagnino *et al* (2006, p. 48), a participação social no projeto democrático participativo “é concebida [...] como compartilhamento do poder decisório do Estado em relação às questões relativas ao interesse público, distinguindo-se de uma concepção de participação que se limita à consulta popular”. Os autores destacam que essas perspectivas distintas levam os sujeitos sociais a um dilema, ao perceberem que a participação social, ao invés de se firmar como mecanismo de inclusão e fortalecimento do projeto democratizante, passa a colocar-se a serviço do projeto de poder excludente, ao qual se opõem.

Em face de tal dilema, Duriguetto (2007), ancorando-se no pensamento gramsciano de sociedade civil e democracia, faz uma análise dessas formulações que concebem a participação social situando-a no campo teórico da ampliação da cidadania e considera que apesar de se posicionarem em resistência ao projeto neoliberal, terminam por fortalecê-lo, ao conferir à sociedade civil um papel autolimitado, como já identificara Teixeira (2001), por se encerrar com a luta para a garantia e conquistas de direitos, sem vislumbrar a ocupação das estruturas de poder.

Temos clareza de que hoje nenhuma classe com pretensões hegemônicas pode desconsiderar a mediação dos direitos em suas estratégias e ações prático-políticas. No entanto, qualquer projeto efetivo de emancipação tem de descartar o reformismo limitado e colocar como questão fundamental a necessidade de disputar e conquistar o poder de Estado para implementar reformas que abram caminho à socialização da economia e do poder político (DURIGUETTO, 2007, p. 226).

Nessa direção, alinhada ao projeto democratizante, compreendo como mais adequada a opção pelo conceito de participação ativa, trazido por Duriguetto (2007) e presente também em Benevides (1991) e Chauí (1984), concebida como atuação direta dos sujeitos políticos nos processos decisórios e como ingrediente essencial para o aprimoramento do jogo democrático, com um papel político de luta pela supremacia da vontade coletiva sobre os interesses privados na aplicação dos investimentos públicos. É necessário, portanto, empreender esforços para o fortalecimento da participação social com caráter de decisão e de atuação política coletiva e não como recurso instrumental na execução das políticas de ajuste neoliberal.

Recolhendo de Gramsci a compreensão da construção de uma dinâmica justa na interação entre Estado e Sociedade Civil, a participação ativa da sociedade no campo da gestão pública se efetiva por meio do controle social das ações estatais pelo uso de mecanismos de democracia direta, com a sociedade civil assumindo o papel de conteúdo ético do Estado. Desse modo, possibilita ela a prevenção e o combate à corrupção na gestão pública que é definida, de forma genérica, como a busca de interesses privados em prejuízo dos coletivos. Mas, conforme Avritzer e Filgueiras (2011), são diversos os conceitos atribuídos à corrupção, a depender do contexto sócio-político e das diferentes áreas onde essa prática se dá, seja na política, no setor privado, seja na administração pública, seja na vida cotidiana. Analisada no campo da gestão pública, os estudos mostram que as práticas corruptas causam enormes danos para o conjunto da sociedade, por desvirtuar o papel do Estado na disponibilização de bens e serviços pelo princípio da justiça e em benefício da coletividade.

### 3.2. A CORRUPÇÃO NO CAMPO DA GESTÃO PÚBLICA

A prática da corrupção se dá em diferentes dimensões da sociedade, ocorrendo na vida cotidiana, na política, no futebol, no setor privado, na administração pública e são diversas as formas pelas quais se manifesta, destacando-se como as mais comuns, dentre outras, o suborno, o pagamento de propina, a fraudes em licitações e os desvios dos recursos públicos. Assim como são diversas as dimensões e as formas de corrupção, são várias as abordagens teóricas sobre seu significado.

Nos estudos clássicos, o conceito de corrupção é formulado a partir dos escritos filosóficos sobre os ciclos de vida biológicos ou naturais, como se vê em Aristóteles (2001), no tratado “Da geração e da corrupção”, quando estuda o processo de mudanças nos corpos sublunares, do nascimento à degeneração natural. Como explica Martins (2008), só depois é que o termo é transferido para o campo político e social, quando os filósofos passam a ver as cidades e seus aparatos político e institucional como corpos naturais.

Enfocando o setor público, nas associações políticas da antiguidade a corrupção se manifesta pelo desvirtuamento dos regimes de governo. De acordo com Aristóteles (1985), em “A Política”, são três as formas de governo: monarquia, aristocracia e governo constitucional, sendo seus respectivos desvios a tirania, a oligarquia e a democracia. Na atualidade, o regime democrático é predominante e nele, dependendo do contexto e do enfoque teórico, a corrupção se apresenta de vários modos e sob diversos entendimentos.

À luz de pressupostos filosóficos, como mostra Stukart (2003 p. 44), a corrupção diz respeito à “violação do padrão ético de uma comunidade. Ela é constatada quando as interações e as ações egoístas prejudicam alguém”. Vista pelo campo da ética, como mostra Filgueiras (2008), a corrupção é compreendida como conduta contrária à organização justa da vida na polis, desvirtuando a ideia de bem-comum para a busca de vantagens privadas. Os autores consideram que essas visões clássicas sobre corrupção são limitadas, por terem como baliza somente o comportamento do agente público, sem que se considere, como destaca Pereyra (2013), a complexidade que envolve o exercício dos cargos públicos, como a burocracia, o aparato legal, as transações, os intercâmbios e as interações entre agentes governamentais, entre si e com as organizações privadas.

Klitgaard (1994, p.40) apresenta como definição mais corrente de corrupção no setor público a de ser ela

um comportamento que se desvia dos deveres formais de uma função pública devido a interesses privados (pessoais, familiares, de grupo fechado) de natureza pecuniária ou para melhorar o status ou que viola regras contra o exercício de certos tipos de comportamento ligados a interesses privados.

Mas o autor ressalta que não há uma definição estática para corrupção. O conceito muda de acordo com o que as diferentes sociedades consideram como sendo um ato “corrupto”. Para Klitgaard (1994), a prática da corrupção envolve uma variedade de ilícitos, com linhagens e mutações diversas. Além disso, afirma que os atos corruptos são praticados

também em contribuições políticas legais, no compartilhamento de informações confidenciais ou secretas, no pagamento de propinas, em fraudes nos controle de qualidade, dentre outros.

Rose-Ackerman (2002, p.27), analisando a corrupção no contexto das reformas neoliberais, diz que ela acontece quando “as instituições designadas para governar a inter-relação entre o cidadão e o Estado são usadas, em vez disso, para enriquecimento pessoal e para a provisão de lucros para o corrupto”. No âmbito da gestão pública, Rose-Ackerman (2002, p. 131) define corrupção como “um abuso do poder público para ganhos próprios” e afirma que o custo das transações corruptas, nesse campo, se mostra pela baixa qualidade na oferta de serviços públicos e pela distribuição desigual do rendimento e da riqueza produzida.

A autora aborda a temática da corrupção na dimensão cultural, econômica e política. Discute suas raízes históricas e culturais, enfocando a prática do suborno, mas afirma que a corrupção é, sobretudo, um problema de cunho econômico e político. Destaca que na dimensão econômico as práticas corruptas interferem na competitividade da economia mundial e comprometem a eficiência dos projetos de desenvolvimento. No campo da política, Rose-Ackerman (2002, p. 181) sublinha três condutas que indicam a incidência de corrupção: “a disponibilidade dos políticos para aceitar subornos e financiamentos ilegais [...], a tolerâncias dos eleitores para fazerem tais pagamentos e a disponibilidade dos ‘grupos financeiros’ para pagar”.

Na atenção dada aos estudos de Klitgaard (1994); Rose-Ackerman (2002); Stukart (2003); Filgueiras (2008); Avritzer e Filgueiras (2011), há o consenso de que a corrupção é um problema sociopolítico que está entre as principais preocupações do mundo contemporâneo, por afetar a qualidade das democracias, ferir princípios éticos e causar danos enormes para o conjunto da sociedade, atingindo, especialmente, os grupos sociais mais empobrecidos. Outro entendimento consensual entre os autores é o de que a corrupção é geradora de problemas na dimensão econômica, por comprometer e dificultar o desenvolvimento; assim como no campo da política, por afetar a democracia e deslegitimar o sistema político, e na dimensão social, pela má qualidade na oferta dos serviços públicos e por ampliar as injustiças e desigualdades sociais.

Pela transversalidade dos impactos negativos da corrupção, os estudos citados advertem para a necessidade de se ter uma compreensão mais ampliada do problema e pensar estratégias mais efetivas de prevenção e combate, afastando-se da ideia naturalizada, predominante no imaginário coletivo, de que a corrupção faz parte da cultura e da história da humanidade, pois, como destaca Rose-Ackerman (2002, p.23), “cultura e história são explicações e não desculpas”. Outra ideia a ser rebatida, de acordo com Filgueiras (2008) e

Pinto (2011), é a de que a corrupção é inerente ao sistema político e à administração pública, quando se deve percebê-la como causa e consequência de fissuras e fragilidades nesses sistemas.

O estudo de Pereyra (2013) explicita essa abordagem ampliada da corrupção na gestão pública contemporânea, estudando-a como problema público, definido pelo autor como aquela situação social tão complexa e controversa que afeta várias dimensões da sociedade e uma diversidade de atores. O autor ressalta que a maioria dos estudos considera a corrupção como fenômeno e que poucas são as reflexões e as investigações que a identificam como problema público.

A escolha feita aqui é considerar a corrupção como problema público, pois tratá-la como fenômeno implica compreendê-la como um fato cuja existência decorre de leis naturais, dificultando, assim, seu enfretamento, enquanto que vê-la como problema público, conforme Pereyra (2013), remete a uma análise balizada em práticas e discursos provenientes dos atores sociais envolvidos com a problemática, para a qual dispensam uma infinidade de intervenções e ações. Partindo dessa visão, conforme esse autor, três aspectos são comuns na maioria dos países (inclusive o Brasil) em que a corrupção aparece no centro da cena política nas últimas décadas. São eles:

a) la constitución de um movimiento anticorrupción; b) la multiplicación de escándalo em lá prensa; y c) la incorporación de la corrupción como tema de campaña y de producción de política pública por parte del próprio campo político (PEREYRA, 2013, p. 15).

Por causar muitos danos sociais e ao ganhar visibilidade, a corrupção torna-se uma questão pública e sua prevenção e combate uma demanda da sociedade. Mas, como destaca Pereyra (2013), a indignação que ela produz nem sempre se reflete, na mesma proporção, em motivação para protestos e mobilização para a luta anticorrupção. Isso se deve, em grande medida, à característica que muitos lhe atribuem, de fenômeno da natureza humana, culturalmente aceito. Esse caráter natural dado à corrupção influencia muitas pessoas a terem uma atitude conformista diante da sua prática e favorece, assim, a atuação dos corruptos e corruptores, visto que, submetida a um processo de influência cultural, parte da população não se ocupa nem em questioná-la, nem em combatê-la.

Situando a prática da corrupção no contexto da sociedade capitalista atual, é importante perceber que não se trata de uma luta entre pessoas honestas contra as desonestas. É necessário substituir essa visão ingênua pela percepção de que há um confronto entre

classes sociais, onde especialmente os grupos economicamente dominantes se valem da prática da corrupção não apenas como forma de enriquecimento ilícito, mas para influenciar ou se manter no poder. Como preceitua Marx (1999), analisando a luta de classes na França, a elite burguesa faz da política um negócio, se apossa do poder estatal e o explora pelos meios e pelos fins mais corruptos, e seus órgãos, que deveriam ser servidores da sociedade, são convertidos em seus opressores. A corrupção funciona, assim, como instrumento de acúmulo de riqueza e de dominação do poder estatal, vindo a fortalecer o domínio de uma classe por outra.

No cenário do capitalismo contemporâneo, em países com democracias mais consolidadas, decorrente de processos de socialização e de participação política, o jogo de forças entre as classes antagônicas assume contornos mais equilibrados. À luz do pensamento gramsciano, o formato de intervenção do Estado na relação com a sociedade se dá não só pelo uso de aparatos coercitivos, mas pela busca de consenso. Nesse ambiente, o enfretamento da corrupção na gestão pública vem sendo travada tanto nos espaços institucionalizados do Estado quanto no contexto da sociedade civil, onde atores sociais e organizações, em muitos países, se mobilizam e se articulam para a luta anticorrupção, utilizando-se de mecanismos de democracia direta e da participação social como ferramenta.

### 3.3 COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL PELA VIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL: velhos desafios, novas estratégias

A corrupção no Brasil, no campo da gestão pública, é uma prática recorrente e de alto custo. Como afirma Holanda (1995, p. 145) “ao longo da nossa história, é possível acompanhar o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente propício em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal”. Essa afirmação, presente na obra “Raízes do Brasil”, de 1940, ainda ecoa como verdade na atualidade brasileira, em que a corrupção se manifesta de diversas formas, sendo as mais comuns o mau uso e os desvios dos recursos por setores econômicos, agentes públicos e representantes políticos.

Como mostra Filgueiras (2009), pesquisa de *Survey*<sup>22</sup> concluiu que 97% da população brasileira consideram a corrupção entre muito grave (73% desse total) e grave (24%). A

---

<sup>22</sup> Pesquisa realizada, em 2008, pelo Centro de Referência do Interesse Público (CRIP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com resumo disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v15n2/05.pdf>. O *Survey* contou com o trabalho do instituto de opinião Vox Populi na aplicação e tabulação dos questionários

pesquisa também aponta que quase metade desse total, 46%, considera que gestores públicos, em cargos de comando, são capazes de praticar atos de corrupção, 31% acreditam que não é possível se fazer política no País sem cometer atos de corrupção e que ilícitos, como sonegar impostos e subornar um guarda no trânsito, são condutas aceitáveis. Tais resultados ilustram as ambivalências que existem na percepção da corrupção pelos brasileiros como um dos desafios a serem vencidos, pois ao mesmo tempo em que é considerada como preocupação grave, por parcela significativa, como ocorre em todo o mundo, especialmente no setor público, é também aceitável, no contexto da vida cotidiana.

Dados apresentados no 5º Encontro Global da Comunidade de Práticas Anticorrupção, realizado em Brasília, em 2012, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mostraram que o prejuízo que a corrupção causa aos brasileiros atinge a cifra de bilhões de reais ao ano, o que se confirma, por exemplo, com a investigação de corrupção na Empresa Brasileira de Petróleo (PETROBRAS), a maior empresa multinacional do Estado brasileiro. A investigação, iniciada em março de 2014, conhecida como “Operação Lava Jato”, estima o desvio de aproximadamente 10 bilhões de reais, por agentes públicos e privados, conforme dados colhidos, preliminarmente, pela Polícia Federal<sup>23</sup>. Eis outro desafio a ser enfrentado: efetivar uma reforma anticorrupção, como expressa Speck (2002), para ter um Sistema de Integridade forte, com capacidade de investigar e punir corruptos e corruptores. Esse sistema de integridade começa a ser estruturado no Brasil a partir de 2003, como mostra o Quadro 3.

O Mapa da Corrupção no Mundo, de 2014, divulgado pela Transparência Internacional (TI)<sup>24</sup>, revela que o Brasil ocupa, em um rol de 175 países, a 69ª posição no Índice de Percepção da Corrupção (IPC) no setor público. Ou seja, a incidência da corrupção ainda é muito grande no país, indicando a fragilidade do aparato de controle existente, haja vista as posições que o Brasil ocupa no *ranking* mundial e a pequena variação de colocação, na última década, como demonstra o quadro seguinte:

---

estruturados. Os dados foram coletados em uma amostra de 2.421 indivíduos, estratificada por cada região do país.

<sup>23</sup> Informação disponível em <<http://www.dpf.gov.br/agencia/noticias/2014/03/operacao-lava-jato-desarticula-rede-de-lavagem-de-dinheiro-em-7-estados>>. Acesso em 07/dez./2014.

<sup>24</sup> A Transparência Internacional (TI), fundada em 1993, é uma organização que atua no controle da corrupção em nível internacional e criou o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), que apresenta, anualmente, o ranking da corrupção no mundo (<http://www.transparency.org>).

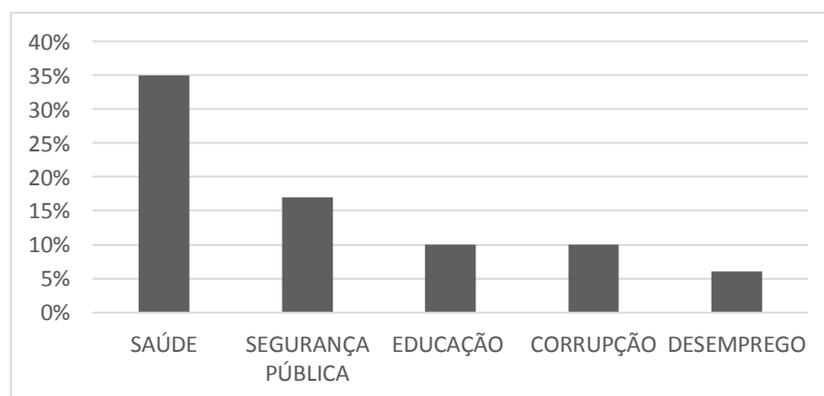
**Quadro 2 - Percepção da corrupção do Brasil no contexto mundial**

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nota	37	33	35	35	37	37	38	43	42	43
Ranking mundial/ Brasil	69°	70°	72°	80°	75°	69°	73°	69°	72	69 °
N° de países	159	163	180	180	180	178	183	176	177	175

Fonte: Construção própria com base nos dados da TI <<http://www.transparency.org/cpi2014>>

A metodologia utilizada pela TI classifica o nível de corrupção em uma escala de 0 a 100 pontos, sendo que quanto mais próximo de 100 menos corrupto é o país. O Brasil está bem longe de alcançar a melhor pontuação, como mostra o Quadro 2, e quase não tem saído do lugar, ao longo de dez anos, indicando que a corrupção permanece prejudicando o desenvolvimento nacional. Ressalte-se que esse *ranking*, que repercute no mundo, tem merecido algumas críticas, como a de usar critérios subjetivos (opinião de consultores de risco e empresários internacionais) e centralizar o problema na dimensão econômica (BIASON, 2004), sem dizer que não entra nos critérios propostos pela TI os países receptores dos desvios, o que aumentaria a sua percepção nesses países e certamente alteraria o ranqueamento. Incluído esse critério, estaria a Suíça entre as cinco nações menos corruptas?

A latinobarômetro de 2013, que dentre diversas outras questões mede a corrupção na América Latina, mostra-a entre os três principais problemas de todos os países. Trata-se de uma pesquisa de opinião pública realizada em uma amostra da população de cada um dos 18 países latino-americano que aponta como menos corrupto o Uruguai e mais corruptos a Venezuela e o México. Sobre a percepção da corrupção no Brasil, essa pesquisa confirma a tendência geral de ser ela um dos principais problemas para os brasileiros, como se vê no gráfico seguinte:

**Gráfico 1 – Principais problemas que preocupam os brasileiros**

Fonte: Elaboração da autora, a partir de gráfico da pesquisa latinobarômetro (2013) sobre os problemas que mais preocupam os latino-americanos.

O gráfico traz os cinco problemas que mais preocupam a população brasileira. A saúde aparece em primeiro lugar, para 35% dos entrevistados, em segundo vem a segurança pública, com 17%, e em terceiro empatam a educação e a corrupção, ambos com 10%, seguidas do desemprego, apontado por 6%.

Esse breve panorama do aumento da percepção da corrupção pela população brasileira indica que o problema está deixando de ser um tema oculto para a sociedade e vem ocupando maior espaço no debate público. Contribui para isso a criação, pelo governo brasileiro, de mecanismos de transparência e *accountability* dos investimentos públicos. Como diz Pereyra (2013), o uso desses dois mecanismos forma o novo consenso anticorrupção entre os estudiosos da atualidade. Estudos como os de Przeworski (2010), Barowiak (2011), Avritzer e Filgueiras (2011) apontam a transparência e a *accountability* como indispensáveis para o enfrentamento da corrupção no contexto das democracias representativas contemporâneas e como formas de diminuir o poder discricionário do agente público e promover-lhe a responsabilização democrática, contribuindo para ampliar o controle da sociedade sobre o Estado.

### **3.3.1. Ação anticorrupção na esfera estatal**

É consenso também entre os estudiosos que a participação social é o principal ingrediente para a efetividade dos mecanismos de transparência e *accountability*. Pela análise de Filgueiras (2011), a utilização desses mecanismos, no Brasil, vem ocorrendo mais sob a tutela da burocracia estatal, com pouco impacto no controle da corrupção e maior repercussão como escândalo midiático, o que provoca a sensação de impunidade e a desconfiança da sociedade nas instituições. Além disso, ocorre nos moldes do que Rose-Ackerman (2002) observa, com os meios de comunicação personalizando as informações, sem destacar as causas sistemáticas que estimulam as práticas corruptas e, como destaca Klitgaard (1994), com as campanhas de combate à corrupção tendo pouco efeito, por serem utilizadas mais para atingir e punir opositores políticos.

Assim, outro desafio que se apresenta para o Brasil é o de fortalecer e tornar os mecanismos de transparência e de *accountability* mais efetivos, o que requer maior empenho político do Estado e maior participação da sociedade civil. Nesse sentido,

é fundamental [...] que o controle da corrupção seja uma política de Estado, não apenas uma inovação na dimensão da administração pública, sendo essencial extrapolar a noção de transparência em direção a uma ideia mais ampla de *accountability*, em que ela não seja concebida apenas como engenharia institucional,

mas a partir de uma dimensão sistêmica da integridade pública [...]. Pensar a *accountability* não apenas em uma perspectiva relacional, mas como processos que envolvam a sociedade civil e os poderes constituídos de Estado (FILGUEIRAS, 2011, p. 155).

Na dimensão do aparato estatal, as respostas a tais desafios não vêm, ainda, se apresentando como política de Estado, que exige tomada de decisão em diferentes instâncias de poder, incluída a sociedade civil, e uma implementação permanente, independente do governo. Mas já é possível perceber que, na última década, alguns caminhos estão sendo trilhados e medidas foram adotadas para promover e fortalecer o Sistema de Integridade pública, conforme se vê no quadro seguinte:

**Quadro 3 – Composição do Sistema Nacional de Integridade no Brasil**

Ano	Iniciativa	Atribuição
2001	Criação da Corregedoria-Geral da União - CGU (Medida Provisória nº 2.143-31, de 02/04/ 2001)	Combater fraudes e corrupção e promover a defesa do patrimônio público.
2003	Criação da Controladoria Geral da União – CGU (Lei nº 10.683, de 28/05/ 2003).	Substituir a Corregedoria-Geral e ampliar as funções administrativas de controle, correição, prevenção e ouvidoria das ações do Poder Executivo.
	Criação do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, vinculado à CGU (Decreto nº 4.923, de 18/12/ 2003).	Debater e propor medidas de aperfeiçoamento dos métodos e sistemas de controle e incremento da transparência e combate à corrupção na gestão pública.
2005	Criação do Portal da Transparência (Decreto nº 5.482, de 30 /06/2005).	Divulgar informações dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, através da <i>internet</i> , no endereço <a href="http://www.portaltransparencia.gov.br">www.portaltransparencia.gov.br</a> .
2006	Criação, no âmbito da CGU, da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI).	Desenvolver mecanismos de prevenção da corrupção e antecipar-se a ela, desenvolvendo meios para evitar sua ocorrência.
	Criação, no âmbito da Polícia Federal, da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (DICOR).	Desenvolver atividades de repressão ao tráfico ilícito de armas e entorpecentes e combater o crime organizado, financeiro e contra o patrimônio.
2007	Instituição do Sistema de Gestão da Ética no Poder Executivo pela Casa Civil (Decreto nº 6.029, de 1º /02/ 2007).	Promover conduta ética no Executivo Federal, contribuindo para a implementação transparente de políticas públicas e acesso à informação.
2009	Formação da Rede de Controle da Administração Pública, sob a coordenação do TCU, composta por 17 instituições, dentre as quais o MPF e o CNJ.	Imprimir maior agilidade na fiscalização dos recursos públicos e controle da corrupção, promovendo parcerias estratégicas entre os órgãos de controle interno.
2010	Criação da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010)	Estabelecer critérios de elegibilidade para candidatos que cometam crimes que firam os princípios constitucionais da moralidade e probidade administrativas.
2011	Criação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	Dispor sobre os procedimentos para garantir à população o acesso a informações da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
2012	Criação do Serviço de Repressão a Desvios de Recursos Públicos (SRDP), vinculado à DICOR.	Investigar condutas criminosas de desvios de recursos públicos ou práticas de corrupção em prejuízo a bens, serviços e interesses da União.
2013	Aprovação do Projeto de Lei que torna a corrupção crime hediondo (PL 5.900/2013)	Impedir pagamento de fiança para libertar acusados de desvios de recursos públicos e aumentar a pena mínima de 2 para 4 anos de prisão.

2014	Entrada em vigor da Lei (Anticorrupção) nº 12.846/2013	Responsabilizar e passar a instituir a punição de empresas envolvidas em atos de corrupção contra a administração pública nacional ou estrangeira.
	Instituição da Política Nacional de Participação Social e do Sistema Nacional de Participação Social (Decreto nº 8.243, de 23/05/2014)	Fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil.

Fonte: elaboração própria, em consultas à legislação, na *internet*, nos *sites* oficiais.

Rose-Ackerman (2002, p. 294) destaca que os sistemas de reforma anticorrupção, para responder aos escândalos, devem atuar em duas frentes (“operar mudanças institucionais” e “castigar os culpados”), assinalando que podem ser vistos como “sinal de que o país está em crescimento para a maturidade política”. Como mostra o Quadro 3, o Brasil, ao longo de dez anos, a partir da criação da CGU, em 2003, tem dado passos importantes para a formação de um aparato institucional-legal que promova a integridade na gestão pública, com a população brasileira acompanhando a punição moral (escândalos) e institucional (prisões) de políticos e empresários envolvidos em práticas de corrupção. Nesse cenário, pode-se dizer que o Brasil caminha para a maturidade política e inaugura uma cultura cívica<sup>25</sup> anticorrupção?

A sociedade brasileira pode não ter alcançado maturidade política, mas apresenta um histórico de luta pelo aprofundamento democrático que remonta ao período colonial, a exemplo da Independência (1822) e pelo fim da escravidão (1888). Em tempo mais recente, são emblemáticos os embates contra a ditadura militar (1964 a 1985) e pela redemocratização, como o movimento pelo reestabelecimento das eleições diretas (1984) e, mais adiante, pelo *impeachment* do presidente Collor de Melo (1992), já sob as bases da Constituição de 1988, que instituiu a participação social como instrumento de controle do Estado e possibilitou a construção de espaços públicos mais democráticos no Brasil.

Nessa trajetória, as medidas adotadas pelo aparato estatal, apresentadas no Quadro 3, para a integridade do serviço público brasileiro e o combate à corrupção, decorrem de lutas protagonizadas pela sociedade civil e estão alinhadas ao projeto democratizante, no qual a participação social é componente central e indispensável e se materializa pelo exercício da cidadania não apenas na concepção tradicional, conforme Marshall (1967), de conquista de direitos civis, políticos e sociais, mas também na concepção de cidadania ativa dada por Chauí (1984, p. 47), “aquela que opera para interferir no interior do Estado”, por meio do embate político para criar e garantir direitos e espaços democráticos de participação direta.

<sup>25</sup> Entendendo-se cultura cívica, na perspectiva de Arendt (1997), como a ação participativa da sociedade para influenciar decisões do sistema político.

### 3.3.2. Luta anticorrupção na esfera da sociedade civil

Participação ativa e prática de cidadania são ações políticas que possibilitam o enfrentamento da corrupção na dimensão da sociedade civil, valendo destacar o funcionamento, no Brasil, de uma rede social empenhada em sua prevenção e combate e que se orienta por esses dois princípios, abrindo caminho para a construção, com o Sistema Nacional de Integridade, de um círculo virtuoso, que se alinha à assertiva de Rose-Ackerman (2002) de que o controle da corrupção requer uma estrutura e organização interna do aparato estatal sobre o qual ocorra pressão da sociedade.

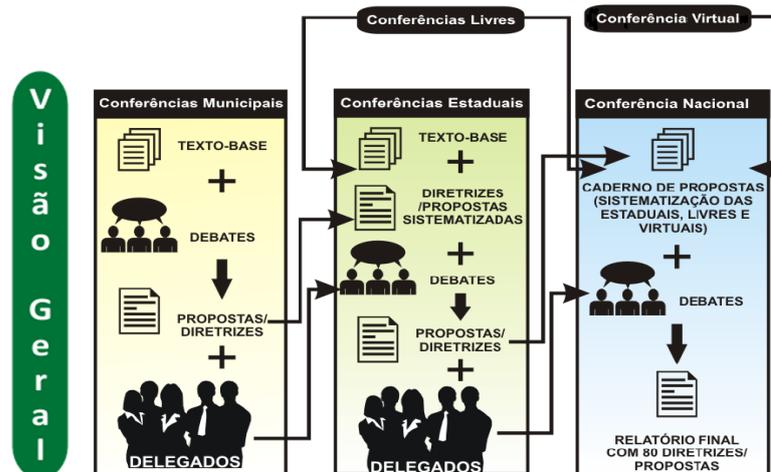
Essa pressão da sociedade brasileira resultou em três eventos recentes marcantes. O primeiro é a edição da Lei Complementar 135/ 2010, conhecida como “Lei da Ficha Limpa”, decorrente da luta dos movimentos e organizações anticorrupção que, por meio da elaboração do Projeto de Lei de Iniciativa Popular<sup>26</sup>, em 2008, propuseram critérios mais rígidos de inelegibilidade para candidatos a cargos eletivos, com vista à proteção da probidade e moralidade administrativa. O segundo é a realização da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (1ª CONSOCIAL), que atendeu a uma moção assinada por representantes da sociedade civil de todas as regiões do país durante o I Seminário Nacional de Controle Social, em Brasília, em 2009, que reivindicou ao governo brasileiro a convocação de uma conferência nacional sobre transparência, controle social e combate à corrupção.

Realizada sob a coordenação da CGU, a 1ª CONSOCIAL abrangeu todas as capitais brasileiras e envolveu mais de 2.750 municípios, representados por aproximadamente um milhão de brasileiros, dentre os quais 153.750 pessoas tiveram participação direta nos debates das etapas preparatória, nas Conferências Municipais (837), Regionais (189) e Estaduais (28). Da Conferência Nacional, realizada em Brasília, de 18 a 20 de maio de 2012, participaram delegados eleitos nas Conferências municipais e regionais, seguindo a metodologia ilustrada no gráfico seguinte, que incluía, também, conferências livres e virtuais:

---

<sup>26</sup> A iniciativa popular é um instrumento, previsto na Constituição de 1988 (art. 61, § 2º), que permite que um projeto de lei seja apresentado ao Congresso Nacional desde que, entre outras condições, conte com as assinaturas de 1% dos eleitores do Brasil.

**Gráfico 2 – Fluxograma da metodologia da CONSOCIAL**



Fonte: Relatório final da 1ª CONSOCIAL.  
Disponível em <http://www.consocial.cgu.gov.br/relatorio-final/>

A etapa nacional reuniu delegados de 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, além de convidados e observadores, totalizando 1.374 participantes, que construíram coletivamente o processo final da Consocial, sendo as propostas debatidas nas fases preparatórias priorizadas em quatro eixos temáticos: a) promoção da transparência pública e acesso a informação; b) capacitação da sociedade para controle da gestão pública; c) atuação dos conselhos gestores como instâncias de controle; d) diretrizes para a prevenção e combate à corrupção por esforço compartilhado entre Estado e Sociedade.

O terceiro evento de pressão social contra a corrupção na gestão pública são os protestos de junho de 2013, protagonizados por milhares de jovens brasileiros que exercitaram a cidadania ativa. As manifestações, iniciadas em São Paulo contra o aumento das tarifas de transportes urbanos, se disseminaram pelas capitais e cidades do país e incorporaram diversas outras demandas. Deixou em evidência, conforme Nogueira (2013), a crise de representatividade e legitimidade das instituições e a grande insatisfação da população com a oferta dos serviços públicos, apontando a corrupção como uma das causas principais.

Apesar do caráter pontual, as jornadas de junho de 2013 têm grande significado sociopolítico, pois indicam, por um lado, que o processo de democratização brasileiro avançou e, por outro, que existe uma grande insatisfação popular com os poderes constituídos e com o sistema de representatividade em vigor. A ida, ainda que breve, do povo às ruas, recoloca o tema da corrupção no centro do debate e retoma as discussões feitas durante a 1ª Consocial, quando as dez propostas com maior votação para melhorar a qualidade da gestão

pública foram dirigidas, direta ou indiretamente, ao enfretamento da corrupção<sup>27</sup> e alcançarão ressonância nos poderes executivo, legislativo e judiciário que, com a legitimidade abalada e exposta à crítica pública, viram-se impelidos a dar respostas a essas demandas. São medidas recentes que contemplam as proposições da 1ª Consocial e que foram reacesas pelos protestos de junho de 2013:

- a) Aprovação pelo Senado, em 26 de junho de 2013, do Projeto de Lei que considera a corrupção crime hediondo (PLS 204/2011) e adiciona o inciso VIII ao art. 1º na Lei nº 8.072 de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), que torna os delitos de concussão, corrupção passiva e corrupção ativa como crimes hediondos e aumenta a pena dos delitos definidos nos arts. nº 316, 317 e 333 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940);
- b) Aplicação efetiva da Lei da Ficha Limpa (nº 135/2010), pela primeira vez, nas eleições majoritárias de 2014;
- c) Aprovação pelo Senado Federal, em 2 de julho de 2013, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 6/2012) que cria a "ficha limpa" para cargos públicos, atualmente em tramitação na Câmara Federal (PEC 284/2013);
- d) Aprovação da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial), que aguarda a regulamentação do Poder Executivo;
- e) Aprovação pelo Senado da disciplina Cidadania Moral e Ética para o ensino fundamental e de Ética Social e Política para o ensino médio, previstas no Projeto de Lei do Senado (2/2012) que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluí-las como obrigatórias nesses currículos;
- f) Promulgação, em 28/11/2013, em sessão conjunta das Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, da Emenda Constitucional 76 / 2013, que acaba com o voto

---

<sup>27</sup> 1ª) Instituir financiamento, exclusivamente público de campanhas eleitorais; 2ª) promover a educação fiscal dos cidadãos, tornando esse tema obrigatório, do ensino fundamental à graduação; 3ª) fortalecer o sistema de controle interno; 4ª) fomentar a participação da sociedade na elaboração das propostas orçamentárias (PPA, LDO, LOA); 5ª) permitir o acesso aos dados fiscais e bancários, pelos órgãos de fiscalização e controle, dos candidatos eleitos antes e após o mandato; 6ª) classificar os crimes de corrupção como hediondos e inafiançáveis, aplicando penas mais severas, e proibir qualquer tipo de privilégio na persecução penal; 7ª) Elaborar um plano de prevenção da corrupção que contemple o fortalecimento dos órgãos de controle, com metas a serem cumpridas por ministérios e secretarias estaduais e municipais; 8ª) fomentar a criação de Observatórios de Controle Social (OCS) em todos os municípios brasileiros; 9ª) criar programa de capacitação e formação continuada de conselheiros de políticas públicas, nas três esferas de governo; 10ª) regulamentar, implantar, exigir o cumprimento e aumentar a abrangência da Lei da Ficha Limpa para todos os agentes públicos. Disponível em: <<http://www.consocial.cgu.gov.br/relatorio-final/>> Acesso em: 10 dez 2014.

secreto em processos de cassação de parlamentares e no exame dos vetos presidenciais.

Algumas dessas medidas, contudo, não avançaram da formalização para a efetividade da prevenção e combate à corrupção na gestão pública brasileira, indicando pouca disposição e empenho das instâncias estatais responsáveis, que não se aliaram às aspirações da sociedade, o que reforça o pensamento de Rose-Ackerman (2002), com o qual se comunga, o de que sistemas de integridade são necessários, mas não são suficientes para esse embate, sendo indispensável que os governos estimulem a participação da sociedade e facilite a organização de grupos independentes de fiscalização.

Nessa direção, vem sendo gestada no Brasil, por iniciativa da sociedade civil, uma rede social de luta anticorrupção, formada por organizações e atores que, apesar de ainda pouco abrangente, atua na vigilância da conduta dos agentes públicos e na aplicação dos recursos para a execução de obras e oferta de serviços pelo Estado, principalmente em contextos locais (estaduais e municipais). Trata-se de grupos não institucionalizados de fiscalização (independentes, no dizer de Rose-Ackerman) cuja atuação tem alcançado maior visibilidade e conseguido mobilizar e sensibilizar sujeitos individuais e coletivos para a luta anticorrupção em dimensão nacional, quais sejam:

- 1) Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE)<sup>28</sup>, criado em 1996, com sede em Brasília, formado por 50 entidades de vários segmentos da sociedade. Atuou com destaque na coordenação da campanha de mobilização social para a aprovação da Lei Complementar nº 135/2010, a “Lei da Ficha Limpa”.
- 2) Associação de Amigos de Ribeirão Bonito (AMARRIBO)<sup>29</sup>, fundada em 1999, nesse município de São Paulo, para combater a corrupção em nível local, mas ganhou expressão nacional ao formar uma rede anticorrupção com 210 entidades, alterando a denominação para AMARRIBO BRASIL. Atualmente, é a organização que representa a Transparência Internacional no Brasil.
- 3) Força Tarefa Popular (FTP)<sup>30</sup>, fundada em 1999, no Estado do Piauí, como um movimento de articulação de organizações e entidades para o controle social e o combate à corrupção que se utiliza de mecanismos de democracia direta. Tem como principal estratégia a realização da “Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida” que, em

---

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://www.mcce.org.br>>. Acesso em: 05 de jun. 2013.

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://www.amarribo.org.br>>. Acesso em: 05 de jun. 2013.

<sup>30</sup> Disponível em: <[www.forcatarefapopular.blogspot.com.br](http://www.forcatarefapopular.blogspot.com.br)>. Acesso em: 05 de jun. 2013.

quatorze edições, já percorreu 3.086km quilômetros em 91 municípios, mobilizando e sensibilizando pessoas para a luta anticorrupção.

- 4) Instituto de Fiscalização e Controle (IFC)<sup>31</sup>, com sede em Brasília, criado em 2005, por iniciativa de profissionais da área de fiscalização e controle do poder público. Tem por objetivo, conforme o Estatuto Social, “incentivar e fortalecer as ações de acompanhamento e fiscalização da gestão financeira dos recursos públicos, tanto por parte da sociedade civil, como por parte dos órgãos públicos”.
- 5) Articulação Brasileira de Combate à Corrupção e Impunidade (ABRACCI)<sup>32</sup>, fundada em 2009, com a finalidade de congregar o conjunto de organizações e movimentos sociais engajados na luta contra a corrupção.

Essas organizações, mesmo atuando principalmente em âmbito local, formam uma rede de articulação para ações conjuntas, como a capacitação de seus membros, realização de debates públicos sobre a temática do combate à corrupção e fiscalização das contas públicas, formulação e encaminhamento de denúncias de irregularidades aos órgãos de controle do Estado. Outro aspecto em que se assemelham é que atuam ancoradas nos princípios da democracia direta, exercitando o direito, pactuado na Constituição brasileira, pelo qual os sujeitos sociais devem assumir um papel ativo na gestão e na fiscalização das ações públicas.

[...] o IFC ele participa da Rede AMARRIBO, [...] e, a partir do momento que você vai conhecendo os projetos, [...] vai trocando experiências, e muitas experiências a gente leva para Brasília, muitas experiências a gente deixa pra essas pessoas que representam seus estados e a gente vem construindo essa aliança que eu sempre chamo essa aliança do bem. Essa aliança de pessoas que tem o mesmo objetivo que é levar informação ao cidadão e fazer com que o cidadão participe. Então o cidadão ele, necessariamente, não precisa participar de um partido político, o cidadão não precisa participar, necessariamente, de um sindicato. Ele, como cidadão, ele pode fazer muita coisa e é isso que agente vem pregando (comunicação oral)<sup>33</sup>.

Ressalte-se que outras organizações, mesmo sem compor diretamente essa rede, compartilham valores e objetivos na luta anticorrupção no Brasil, atuando especialmente na produção de estudos e pesquisas sobre a temática da corrupção e da transparência pública, a exemplo da Transparência Brasil<sup>34</sup>, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social<sup>35</sup>, da Associação Contas Abertas<sup>36</sup> e Instituições de Ensino Superior, sobressaindo-se a

<sup>31</sup> Disponível em: <<http://www.ifc.org.br>>. Acesso em: 05 de jun. 2013.

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://www.abracci.org.br>>. Acesso em: 05 de jun. 2013.

<sup>33</sup> Depoimento de Diego Ramalho, representante do IFC, ao participar da 11ª Marcha Contra a Corrupção e pela Vida, realizada pela FTP, durante entrevista concedida no dia 9 de jul. 2012, em Teresina.

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://www.transparencia.org.br>>. Acesso em 03 ag. 2014.

<sup>35</sup> Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em 03 ag. 2014.

<sup>36</sup> Disponível em: <<http://www.contasabertas.com.br/>>. Acesso em 03 ag. 2014.

Universidade Federal de Minas Gerais, por meio do Centro de Referência de Interesse Público (CRIP/UFMG), a Universidade de Campinas (UNICAMP), com o Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) e a Universidade de São Paulo (USP), pelo Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas (NUPPs/USP), que em 2012 criou a biblioteca internacional virtual<sup>37</sup>, de acesso livre, onde disponibiliza estudos e informações sobre o tema da corrupção.

Ligadas diretamente à rede social de combate à corrupção já se somam mais de trezentas organizações atuando no país, com representação em quase todos os estados brasileiros<sup>38</sup>, exceto Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Roraima. O quadro abaixo é uma síntese dessa rede, composto por uma entidade por Estado, embora alguns contem com várias delas, como Bahia (19); Minas Gerais (40) e São Paulo (74).

**Quadro 4 - Síntese da rede social de combate à corrupção no Brasil**

Estado	Entidade	Endereço eletrônico
Acre /Acrelândia	Transparência Macapá	-
Alagoas	Instituto Silvio Vianna	institutosilviovianna@hotmail.com
Amazonas	Instituto Amazônico da Cidadania – IACi	blogdoiaciamazonas.blogspot.com.br
Amapá	Transparência Amapá	transparenciaap.blogspot.com.br
Bahia	Instituto Nossa Ilhéus	www.nossailheus.org.br
Belém	Observatório Social de Belém	www.osdebelem.org
Minas Gerais	Movimento Nossa BH	www.nossabh.org.br
Distrito Federal	IFC- Instituto de Fiscalização e Controle	www.ifc.org.br
Ceará	ACECCI	www.acaocearense.org
Espírito Santo	Transparência Capixaba	www.transparenciacapixaba.org.br
Goiânia	AMACORUMBAIBA	amacorumbaiba.blogspot.com
Goiás	AMASAD	www.amasad.com.br
Paraíba	SOMA	www.iteia.org.br/somabrasil
Maranhão	ICEMA/ Nossa São Luís	www.icema.org.br
Mato Grosso	Como Sair Dessa	comosairdessa@uol.com.br
Pará	Observatório Social de Belém	www.osdebelem.org
Paraná	CAV-Centro Ação Voluntária	www.acaovoluntaria.org.br
Piauí	Força Tarefa Popular - FTP	www.forcatarefapopular.blogspot.com.br
São Paulo	Rede Nossa São Paulo	www.nossasaopaulo.org.br/portal
Rio de Janeiro	Movimentos em Rede	www.redecontrolesocial.emrede.org
Rio Grande do Norte	Natal Voluntários	www.natalvoluntarios.org.br
Rio Grande do Sul	Brasil Sem Grades	www.brasilsemgrades.org.br
Santa Catarina	ASCISC	www.ascisc.org.br
Sergipe	Instituto Acauã	tugois@uol.com.br
Tocantins	Viva Arraias	www.vivaarraias.org.br

Fonte: <http://www.amarribo.org.br> e <http://www.abracci.org.br>.

<sup>37</sup> Disponível em: <<http://nupps.usp.br/corrupteca>>. Acesso em 03 ag. 2014.

<sup>38</sup> Abrangência da rede anticorrupção, por Estado: Acre (1); Alagoas (3); Amapá (1) Amazonas (2); Bahia (19) Ceará (9) Distrito Federal (1) Goiás (7) Espírito Santo (3); Maranhão (2); Mato Grosso (6); Minas Gerais (36); Pará (8); Paraíba (4); Paraná (6); Piauí (1); Rio de Janeiro (12); Rio Grande do Norte (7); Rio Grande do Sul (3); São Paulo (74); Santa Catarina (6); Sergipe (1) e Tocantins (1). Disponível em: < <http://www.amarribo.org.br>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

No cenário da sociedade globalizada, fortemente marcada pela revolução informacional<sup>39</sup>, as organizações e movimentos sociais que compõem essa rede social de combate à corrupção se utilizam da *internet* como instrumento de comunicação, de troca de ideias e de mobilização para ações conjuntas, para o exercício de controle social, utilizando-se das diferentes ferramentas de interações comunicativas disponíveis, como *sites*, *blogs*, *Facebook*, *Twitter*, *e-mail*.

O uso da *internet* tem sido um importante instrumento para o alargamento do espaço público da luta anticorrupção, em dimensão mundial. No Brasil, o acesso a essa ferramenta tem contribuído para a transparência pública e para a ação de sujeitos sociais, individuais e coletivos, no controle democrático das ações do Estado. O espaço virtual é um canal de participação direta da sociedade civil na gestão e no controle de políticas públicas, para além dos espaços institucionalizados, contribuindo para uma nova configuração do espaço público brasileiro, imprimindo-lhe caráter mais democrático, na medida em que favorece a publicização de informações sobre a gestão pública aos cidadãos, através da implantação do governo eletrônico, ou e-governo<sup>40</sup>. Um exemplo disso, reconhecido por outros países, é o Portal da Transparência, implantado pelo governo brasileiro, em 2005, com o objetivo de divulgar dados e informações sobre os recursos federais repassados para os estados, municípios e Distrito Federal, em formato eletrônico, que permite o acesso livre à população.

Como mostram Smulovitz e Peruzzotti (2003), a *internet* amplia a quantidade de atores que participam do exercício do controle social, promove a punição pública e provoca os órgãos de fiscalização governamentais a darem respostas para as demandas de responsabilização e de penalização institucional dos agentes públicos que tenham cometido irregularidades. Contudo, a funcionalidade da transparência, para a realização de um controle social anticorrupção efetivo, por meio da *internet*, tem como grande limitação a exclusão digital. Como afirma Balboni (2007, p. 38), “a exclusão digital no Brasil acompanha o cenário de exclusão social do país”. A pesquisa de Balboni (2007) aponta as desigualdades de renda e de educação como grandes empecilhos para o acesso aos serviços de *internet*, posto que a população de baixa renda e com baixa escolaridade possui pouca ou nenhuma familiaridade com o uso da informática e, com isso, tem acesso limitado à rede mundial de computadores.

---

<sup>39</sup> Conjunto de mutações ocorridas no campo tecnológico e do conhecimento que produz efeitos significativos, para o bem e para o mal, no modelo de produção, nas relações de trabalho, nos hábitos culturais, nos sistemas de valores e percepções humanas (CASTELLS, 1999; LOJKINE 2002).

<sup>40</sup> Pinho (2008) define e-governo como a informatização das atividades internas do governo, de comunicação com cidadãos, com setores da sociedade e do próprio governo, através de portais governamentais disponíveis na rede mundial de computadores e que impactam na transparência das ações do Estado.

Mas essa limitação da exclusão digital vem diminuindo, ao longo do último lustro, como revela a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo IBGE em 2013<sup>41</sup>. Comparada com a PNAD de 2008<sup>42</sup>, quando apenas 23,8% dos domicílios brasileiros tinham acesso à *internet*, em 2013 esse percentual mais que dobrou, subindo para 48%, apesar de ainda se encontrar abaixo da média dos países europeus, que é de 76% dos domicílios. Outro dado da PNAD de 2013, que indica a diminuição da exclusão digital, é o de que a conexão dos brasileiros à *internet* tem se expandido dos computadores de mesa para os dispositivos móveis, como celulares, *tabletes* e *smartphones*, atingindo um percentual de 53,6% dos domicílios.

Assim, pode-se considerar que o processo de democratização brasileiro, combinado com o acesso às tecnologias da informação, abriu espaço para o estabelecimento de relações mais equilibradas entre Estado e Sociedade, como preceitua Gramsci (1984), facilitando o controle das ações estatais pela sociedade e vice-versa. Contribui para isso a consignação da participação social na gestão pública como direito constitucional, embora se observe que ocorre, ainda, em patamar insuficiente para gerar resultados mais efetivos de prevenção e combate à corrupção. Do mesmo modo, o espaço público virtual, mesmo contribuindo para a transparência pública e para o controle democrático das ações do Estado, é utilizado também, como alerta Lojkine (2002), como reserva de informação e de poder em favor das elites econômicas e políticas.

Em suma, é perceptível que medidas vêm sendo adotadas no âmbito estatal e que esforços são engendrados pela sociedade civil para o exercício do controle social democrático, tendo em vista prevenir e combater a corrupção, mas os desafios persistem, o que se atribui, em grande medida, às crises e fissuras do sistema representativo brasileiro no qual as relações utilitárias ainda se sobrepõem às de cooperação, o que instiga que se reflita e se busque respostas para uma questão central, formulada, desde muito tempo, nos debates acadêmicos, e que permanece atual. Quais condições podem ser criadas para que haja uma atuação articulada entre democracia representativa e democracia direta, de modo a ampliar a participação social no controle das ações do Estado e que contribua para prevenir e combater a corrupção?

---

<sup>41</sup> Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=al&tema=pnad\\_internet\\_celular\\_2013](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=al&tema=pnad_internet_celular_2013)>. Acesso em 09/jul./2015.

<sup>42</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2008/internet.pdf>>.. Acesso em: 09/jul./2015.

#### **4 CONTROLE SOCIAL E COMBATE À CORRUPÇÃO PELA VIA DA DEMOCRACIA DIRETA: a experiência da Força Tarefa Popular em municípios do Piauí**

No Capítulo IV apresento a experiência da FTP, realizada no Estado do Piauí, como o ambiente escolhido para a identificação e análise de evidências empíricas sobre uma questão geral presente no debate teórico, no contexto de modernização do Estado, sobre quais as possibilidades de articulação entre democracia direta e democracia representativa, em um ambiente no qual a democracia representativa se impõe como modelo hegemônico de organização da sociedade. Alia-se a essa questão geral a busca por respostas à questão específica sobre se a participação direta da sociedade civil no controle dos investimentos públicos, sem a intermediação de representante, contribui para o combate à corrupção.

O propósito vislumbrado no percurso metodológico não foi o de encontrar respostas que atendam aos critérios de validade universal, mas identificar e analisar uma prática social concreta e quais saídas apresenta para as questões, geral e específica, levantadas. Nesse sentido, buscou-se, na pesquisa empírica, evidenciar a reação da sociedade civil à crise do sistema representativo, com a utilização de mecanismos de democracia direta como estratégia para prevenir e combater a corrupção no setor público, com o olhar na realidade piauiense, em especial, e na brasileira, em geral.

Os dados construídos e analisados permitem inferir que o caminho escolhido e trilhado pela FTP, a partir da estratégia da Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida, aponta saídas para o exercício do controle democrático das ações estatais pela sociedade civil que geram efeitos na prevenção e no combate à corrupção, não sem percalços, em uma realidade social permeada por tensões dialéticas próprias do sistema capitalista operante, e que encontra barreiras e constrói consensos em face aos interesses de classes antagônicas para criar dinâmicas de participação ativa da sociedade na gestão estatal.

##### **4.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO ESTADO DO PIAUÍ**

Hoje, em uma extensão de 251.576,64 km<sup>2</sup>, de acordo com dados do IBGE (2014), o Piauí tem população estimada em mais de três milhões de habitantes (3.194.718), distribuídos em 224 municípios. A história mostra que o último território do Nordeste do Brasil a ser colonizado e povoado foi o Estado do Piauí, que teve na criação extensiva de gado a formação de sua economia. Pelos registros históricos, a expansão econômica se deu na esteira da cobiça

dos colonizadores da Bahia, Pernambuco e Maranhão, sem ocupar lugar de destaque no grande modelo do capitalismo agroexportador, que caracterizava a economia do país no período colonial.

Conforme estudo de Machado (2002), as fazendas-criatório de gado foram implantadas à custa de sangrentas lutas e do extermínio da população indígena nativa, e os territórios ocupados constituíram-se os primeiros núcleos de povoamento e base da formação econômica, social e política piauiense. Serviram de sustentação, também, para o coronelismo, uma marca da política “tradicional” brasileira que consistiu, nas palavras de Schwartzman (2007, p 61), em “uma relação simbiótica e de dependência” entre poder central e poder local, visando a cooptação de votos e a manipulação de resultados eleitorais. Como apresenta Farias (2000), apoiado em estudos analíticos sobre a temática, o coronelismo no Piauí caracteriza-se pela relação de dependência e dominação estabelecida, no campo da produção e da política, entre os ricos fazendeiros e seus empobrecidos colonos.

A política coronelística tinha a seu favor a existência de um grande contingente de pessoas analfabetas, sobretudo na zona rural, com acesso restrito a informações e vivendo praticamente isolada dos centros urbanos. A cronologia da história do Piauí, elaborada por Costa (1974) mostra que, até o final do século XVIII, havia grande dificuldade de comunicação da população piauiense com outros territórios, agravando o isolamento natural, àquela época, e prolongando a relação de dependência de início com a Bahia, depois com o Maranhão, e o conseqüente atraso de desenvolvimento em relação aos demais estados brasileiros. Foi sendo designada ao Piauí uma condição de estado periférico no campo econômico, político e social, no contexto nacional, além de pouco reconhecimento de sua influência nos destinos políticos do país, a exemplo da conquista da emancipação política de Portugal.

Conta Laurentino Gomes (2010, p. 188) que o Piauí teve participação decisiva na luta pela independência do Brasil ao travar a Batalha do Jenipapo, em 1823, da qual participaram pessoas comuns do povo em um exército improvisado, formado por jovens e idosos sem qualquer treinamento militar e com armas inapropriadas, como foices e machados, que enfrentou o exército português que, guarnecido por cavalaria e armado com canhões, facilmente venceu a batalha, mas reconheceu ser inviável barrar os movimentos revolucionários pela independência.

Outra marca da formação política piauiense é o patrimonialismo<sup>43</sup>, predominante no Brasil entre os séculos XVI e XVIII, caracterizado pela não distinção entre bens públicos e privados, pelo qual se opera um sistema de mando do governante para com os súditos. A corrupção é um dos principais atributos desse sistema, pois, ao se operar a lógica de não se respeitar a separação entre interesses públicos e privados, cria-se uma situação de obtenção de privilégios pelo governante cuja ação política, como afirma Weber (1982), ocorre pela relação de subordinação do povo ao patriarca e se legitima pela dominação de tipo tradicional, do “ontem eterno”. Ou seja, domina-se por força do costume e do conformismo.

Relatos históricos, como o de Queiroz (1998), mostram que a mudança da monarquia para a república, junto com a expansão do capitalismo, influenciou no modelo de dominação política vigente no Piauí e tornou mais complexa a luta pelo poder local. As armas foram substituídas pelo voto e as batalhas pelas eleições, mas as forças de poder mantiveram-se concentradas nas famílias dos grandes fazendeiros. A autora mostra, a partir das críticas de Clodoaldo Freitas<sup>44</sup>, que a política republicana adotada no Piauí, semelhante ao que ocorria no Brasil, tinha como elemento estrutural a prática clientelista da troca do voto por favorecimento pessoal, político e econômico:

A cooptação era um mecanismo de fácil operacionalidade na política clientelística republicana e um de seus elementos de autopreservação desde que os grupos no poder tinham o controle quase total da máquina governamental, utilizando-a tanto no sentido do favorecimento, via emprego e prestação /supressão de serviços, como no sentido contrário, de tornar efetivas possíveis pressões de desemprego (QUEIROZ, 1998; p 300).

O clientelismo é o mecanismo que as classes privilegiadas se utilizam para exercer domínio sobre as classes subalternizadas, no contexto de expansão do capitalismo agrário para o industrial. Farias (2000) constata, em pesquisa realizada na década de 1990, que esse sistema alcança tessitura no Piauí, a exemplo do que ocorre em outros estados nordestinos, quando o sistema coronelista perde força devido a mudanças políticas como:

---

<sup>43</sup> A discussão clássica sobre o sistema patrimonialista é encontrada nos estudos sociológicos de Max Weber (1999), no qual apresenta três tipos de dominação: a racional-legal, exercida pelo estatuto da legalidade e por regras racionais; a carismática, exercida através das qualidades e liderança individual; e a tradicional, que tem o patriarcalismo como forma de expressão. Sobre patrimonialismo no Brasil são referências clássicas os estudos de Holanda (1995), DaMatta (1997) e Faoro (2001).

<sup>44</sup> Clodoaldo Freitas (1855-1924) atuou no Piauí como jornalista, político e magistrado (QUEIROZ, 1998).

- a) Mudança no sistema de votação, sob o controle dos coronéis, para o “voto livre”, que no regime de democracia capitalista é tido como passível de se tornar mercadoria.
- b) Substituição do modelo dicotômico “governo-oposição” para a realização de eleições competitivas, com ampliação do quadro partidário, composto por diversas legendas.
- c) Deslocamento das sessões eleitorais das zonas urbanas para as rurais, diminuindo a dependência pessoal do eleitor para com os donos de terra e colocando-o na condição de clientela na relação com “cabos eleitorais”.
- d) Descentralização das políticas sociais para os municípios, favorecendo a barganha de votos em troca de obras e serviços ofertados.
- e) Modernização da gestão pública municipal em atendimento aos critérios de eficiência na execução dos programas federais, somados a outras exigências estabelecidas na Constituição de 1988, como a estabilidade no emprego, que contribuem para a desagregação do coronelismo, mas não são empecilhos para a prática do empreguismo estatal nem para a manipulação de cargos no serviço público por critérios clientelistas.

Coronelismo, patrimonialismo e clientelismo são as bases da formação política da sociedade piauiense, com as vontades particulares se sobrepondo às da coletividade, o que propicia o ambiente para a corrupção se estabelecer como procedimento usual no campo da gestão pública, submetendo a população aos efeitos lesivos que provoca e que são enumerados por Klitgaard (1994) como: 1) perda de eficiência na oferta de bens e serviços pelo desperdício e má distribuição dos recursos; 2) distribuição não equitativa de bens e oportunidades que favorecem ricos e privilegiados contra os mais pobres e desprotegidos; 3) extorsão de dinheiro dos cidadãos pela cobrança de pagamento, por agentes públicos, de gorjetas e taxas de serviços indevidas, sem prestar um bom serviço ou mesmo serviço nenhum; 4) descrédito público dos governos e instabilidade política.

A população piauiense, submetida, desde o período colonial, ao domínio autoritário das classes detentoras do poder econômico e político, além de vitimizada pela corrupção, encontra poucas alternativas para conduzir o próprio destino no contexto do capitalismo contemporâneo. A alienação<sup>45</sup> é uma delas, que lhe impõe a passividade e a acomodação ao

---

<sup>45</sup>Alienação, na perspectiva marxista, é compreendida como a condição imposta ao trabalhador, pelo capitalismo, de não possuir comando de si mesmo, sobre sua força de trabalho, sua autonomia política e cultural (MARX, 1998).

sistema de democracia representativa, na ordem neoliberal. Como se vê em Durriguetto (2007), nessa ordem, funcional ao mercado, a participação da sociedade civil se dá como recurso instrumental de legitimação do Estado mínimo na execução de programas e projetos sociais. Outra alternativa é lutar por emancipação<sup>46</sup>, o que coloca para a sociedade civil piauiense o desafio de promover a organização da população em movimentos sociais, cooperativas, sindicatos e outras formas associativas, em territórios urbanos e rurais, que atuem como “sujeitos pedagógicos”, mediados por “intelectuais orgânicos”, nas expressões de Gramsci (1982), na construção social do conhecimento, visando à transformação do povo subjugado em sujeito autônomo e liberto dos vínculos alienantes.

De acordo do Medeiros (1996), no Piauí a formação de organizações vinculadas a um projeto emancipatório de sociedade ocorre, notadamente, durante o processo de redemocratização, entre os anos de 1970 e 1980, decorrente da resistência popular ao regime autoritário. Muitas delas foram criadas, principalmente, com apoio de setores progressistas da Igreja Católica, a partir da formação das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais Sociais.

Pela ação das pastorais, voltada para o trabalho educativo e de organização de segmentos sociais como juventude, negros e operário, foram criadas associações de bairros, principalmente na periferia da capital do Piauí, Teresina, como também surgiram movimentos sociais (estudantis, culturais, religiosos) formados, em grande medida, pela força atuante da juventude. Estruturaram-se os sindicatos urbanos, lutando por moradia, melhores condições de saúde e trabalho e organizaram-se, no campo, os sindicatos de trabalhadores rurais e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), denunciando a concentração fundiária e pressionando por reforma agrária. Nessa mesma época, é criada a Comissão Pastoral da Terra, que atua na disseminação da ação formativa e organizativa da população camponesa. Contudo, como diz Medeiros (1996, p. 120), “cresce os direitos entre os trabalhadores rurais, mas os resquícios do mandonismo local e a ausência de maiores perspectivas econômicas para a pequena agropecuária são uma ameaça permanente à consolidação do movimento no campo”.

Muitos desses movimentos ganham maior organicidade com a formação de federações que os articulam e os fortalecem, atuando como interlocutoras legítimas dos interesses desses segmentos sociais perante o poder público. Como exemplo, destaca-se a Federação Estadual

---

<sup>46</sup>Pelo pensamento marxista, emancipação diz respeito à capacidade dos indivíduos de reconhecer e organizar suas forças individuais como forças sociais e, assim, romper com sua condição de classe explorada, alcançando a emancipação humana (MARX, 1997).

dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), criada em 1970, para articular as organizações de trabalhadores rurais, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983, e que fortaleceu o movimento sindical e as organizações urbanas. Outro exemplo é a criação, em 1986, da Federação de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC), articuladora de grande parte das organizações associativas e conselhos comunitários urbanos, especialmente na capital do Piauí, como mostra o estudo de Medeiros (2004).

Contribuíram, também, de forma significativa, para a formação econômica, técnica e política desses movimentos a atuação de centros educativos, criados em vários municípios piauienses, em estreito alinhamento com o pensamento de Gramsci (1982), para a formação de uma base social no campo das ideias e da cultura e com capacidade para criar estratégias de luta contra a ordem econômica e política dominante e fortalecer o projeto democratizante. É ilustrativa a criação, em 1982, do Centro Piauiense de Ação Cultural (CEPAC), com o papel de organizar e articular grupos e movimentos sociais rurais e urbanos que afloravam no Piauí, e a de estimular o surgimento de outros centros educativos em municípios-polo, como mostra o quadro seguinte:

**Quadro 5** – Organizações Não Governamentais (ONG) de assessoria aos movimentos sociais do Piauí

Entidade/sede	Fundação/ano	Abrangência/ atuação
CEA - Centro de Estudos Alternativos (sede em Teresina)	1981	Comunidades da periferia da zona Sul: Parque Piauí, Saci, Bela Vista, Promorar, Km 7, Km 6, vilas e favelas.
CEPAC - Centro Piauiense de Ação Cultural. (sede em Teresina e Campo Maior)	1982	Atuação em nível estadual, com ações concentradas em Teresina (zona urbana) e região de Campo Maior (que inclui Sigefredo Pacheco).
CAMP - Centro de Assessoria aos Movimentos Populares (sede em Parnaíba)	1986	Microrregião de Parnaíba: zona rural de Parnaíba, Luís Correia, Ilha Grande, Bom Princípio, Buriti dos Lopes e Cocal. Zona urbana de Parnaíba.
CEFAS - Centro de Educacional São Francisco de Assis (sede em Floriano)	1986	Atuação regional para o Piauí e Maranhão, nas áreas rurais e urbanas de Floriano, Itaueira, Nazaré, Oeiras, São João do Piauí (no Piauí), Balsas e Coroatá (no Maranhão).
CEPAVA - Centro de Educação Popular da Microrregião de Valença. (sede em Valença)	1986	Zonas urbana e rural de Valença, Pimenteiras, Novo Oriente e Inhuma.
CEPES - Centro de Educação Popular Esperantinense (sede em Esperantina)	1984	Abrangência regional: Esperantina, Batalha, Joaquim Pires, Luzilândia, Matias Olímpio, Barras e São João do Arraial.
CERMO - Centro de Educação Rural Manoel Otávio (sede em União)	1989	União, Sigefredo Pacheco e Campo Maior (zona rural). Indiretamente: articulação de várias entidades de assessoria.
MANDACARU - Centro de Formação Mandacaru de Pedro II (sede em Pedro II)	1991	Atua em nível municipal e estadual. Abrange Pedro II, Milton Brandão, Lagoa de S. Francisco, Piripiri, Piracuruca, Esperantina, Parnaíba (zonas rural e urbana).

Fonte: Jornal Cidadania, CEPAC - ANO III Nº 23 - Teresina - PI - AGO/SET/1995.

Disponível em: < <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PCIDAPI081995023.pdf> >.

Como narra Medeiros (2014), os movimentos sociais e essas entidades, constituídas por professores e estudantes universitários, militantes políticos, intelectuais e profissionais da área das ciências humanas, sociais e agrárias, vislumbravam um desenvolvimento econômico, político e social da população piauiense com base em princípios igualitários, de justiça e transformação social. Conforme o quadro analítico de Montano e Duriguetto (2011), orbitavam no campo teórico de matriz marxista, como expressões das tensões que caracterizam a luta de classes.

Nas décadas seguintes, de 1990 e 2000, surgem no Piauí outros movimentos, situados no panorama dos Novos Movimentos Sociais (NMS) que, como mostram Montano e Duriguetto (2011), são protagonizados por sujeitos e grupos sociais portadores de reivindicações fora da luta classista e do campo da produção, concentrando-se, especialmente, no campo institucional e dos direitos de cidadania. Compõem esse quadro os movimentos mobilizados por interesses de conteúdo étnico, de gênero, sexual e ecológico.

A esse rol se acresça a Força Tarefa Popular, cuja formação é desencadeada, em 1999, pela articulação do movimento sindical, urbano e rural, de centrais e federações, um conjunto de movimentos e entidades representativas de diferentes segmentos sociais que se juntam pelo interesse comum de fazer o controle democrático da aplicação dos investimentos públicos e atuar na luta anticorrupção, especialmente nos municípios piauienses submetidos, em grande medida, às influências coronelistas, patrimonialistas e clientelistas e com grande dificuldade de acesso à informação e maior vulnerabilidade à corrupção na gestão pública, como confirmam os seguintes relatos:

A ideia da força-tarefa... A gente já vinha fazendo aqueles trabalhos de fiscalização, naquela região, lá de Esperantina. Já vinha fazendo alguns cursos de cidadania ativa em Picos, na região de Campo Maior [...]. Começou em Esperantina, por conta do CEPES. A gente capacitou aqueles sindicatos ali, naquela região toda, para fazer a fiscalização das contas e criar núcleos de fiscalização, foram criados, implantados e servem hoje para análise histórica. Principalmente, teve uma vitória muito interessante em Matias Olímpio, inclusive com decisão judicial. A gente começou o trabalho lá, a Câmara só abria quando tinha sessão. Junto com o STR, nós elaboramos um requerimento, já naquela época, em que nós utilizamos o direito de acesso à informação, sem a lei existir, só estava na Constituição, pedindo ao presidente da Câmara que ele informasse qual era o horário de funcionamento da Câmara e que o pessoal do sindicato estava querendo ter acesso aos balancetes. Ele negou, ele não respondeu. Entramos com um mandato de segurança e teve uma liminar determinando que abrisse e que o pessoal tivesse acesso. Essa foi uma das vitórias mais significativas [...]. Então, é muito significativo isso acontecer numa cidade longe de centros culturais, de universidades... e um dos protagonistas foram os trabalhadores rurais. (comunicação oral)<sup>47</sup>.

<sup>47</sup> Depoimento de Arimateia Dantas, em entrevista grupal realizada com ativista e idealizadores da FTP, em Teresina, em 26 de set. 2014.

Tinha a participação do CEPES, tinha a participação da FAMCC, tinha a participação da CUT [...], tinha o CAMPIM e tinha o CEPAC, que nos articulava em nível regional. [...]. A gente ainda estava muito marcados pelas mobilizações em torno da Constituinte, né? Que tinha o eixo forte da participação social e controle popular. Eu penso que foi mais ou menos por aí que a gente foi se constituindo como interessado por esse tema [...]. Nessa época eu lembro que era um dos eixos de atuação da FAMCC a questão da participação popular. Aí logo veio a criação de um espaço de articulação aqui, que coincidiu também com o surgimento de vários conselhos aqui no Piauí. Aí o CEPAC e a equipe [assessores do CEPAC] nos estimularam a criar um fórum de entidades que a gente chamava coletivo de entidades parceiras em políticas públicas, e esse coletivo, de certo modo, ele animava, assim, essa coisa articulada [...]. (comunicação oral)<sup>48</sup>.

No contexto atual, em ambiente democrático, mesmo essas organizações não atuando diretamente com base no legado marxista de luta revolucionária, é certo que muitas delas aparecem como antídoto às associações autoritárias e clientelísticas que, sob nova roupagem, persistem nas sociedades brasileira e piauiense, que contribuem para manter as desigualdades de classe em patamar elevado e para gestar a corrupção na execução das políticas públicas. Com a instituição da participação social na Constituição brasileira de 1988 como principal dispositivo de negociação e de diálogo entre Sociedade Civil e Estado, e com essa base de organização social atuante, criam-se as condições para uma dinâmica mais inclusiva da população na gestão estatal e no controle dos investimentos públicos.

Contudo, como apresenta Medeiros (2014, p. 25), somente na primeira década dos anos 2000 o Piauí começa a mudar a sua condição de estado periférico no processo de desenvolvimento nacional, conquistando melhores posições nos indicadores de redução da pobreza, comparado aos outros estados da Federação, e evolui na classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), saindo da situação de “muito baixo”, em 2000, para a classificação de “médio”, em 2010.

Mas nesse Piauí que prospera, a corrupção tem se mantido com vigor, haja vista que até dezembro de 2012, conforme dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE)<sup>49</sup>, 43 dos prefeitos eleitos em 2008 foram cassados por essa prática, aos quais se acrescentam mais 21 dos prefeitos eleitos no pleito de 2012<sup>50</sup>, o que equivale a mais de 28% dos gestores municipais submetidos a processos de cassação, entre esses dois pleitos.

<sup>48</sup> Depoimento de Lucineide Barros, em entrevista grupal realizada com ativista e idealizadores da FTP, em Teresina, em 26 de set. 2014.

<sup>49</sup> Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tre-pi-tabelas-prefeitos-cassados-ate-13-de-junho-2012/view>>. Acesso em: 25 maio 2015.

<sup>50</sup> Disponível em: <<http://180graus.com/politica/justica-eleitoral-cassa-21-prefeitos-eleitos-em-2012-no-pi>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

A pesquisa realizada pela Unicamp, em 2011, sobre o sistema de integridade no Brasil<sup>51</sup>, aponta que na contratação de obras e serviços está o risco maior da corrupção se instalar na administração pública, nos estados e municípios, por meio da manipulação dos processos de licitação, recebimento de suborno por agentes públicos, superfaturamento de obras, dentre outros ilícitos facilitados por falhas no Sistema de Integridade existente, sobretudo no que se refere ao uso dos mecanismos de transparência e *accountability*. Como apontam estudos de Lupia (2003), Przeworski (2010) e Barowiak (2011), tais mecanismos são indispensáveis para o controle da corrupção, por possibilitarem a prestação das contas públicas entre governo e população.

Nesses quesitos, o resultado da pesquisa aponta o Piauí na condição de transparência insatisfatória, na comparação geral com os outros estados, e o coloca em posição negativa na divulgação das informações orçamentárias, pois, pelos dados apresentados, o governo estadual não adotava como prática sistemática disponibilizar o orçamento público para a população fiscalizar, nem na sua totalidade, nem na regularidade que a lei determina.

Outro dado que a pesquisa aponta como fragilidade do Sistema de Integridade dos estados brasileiros, onde o Piauí aparece em condição desfavorável, diz respeito ao Controle externo das contas públicas, a cargo dos Tribunais de Contas estaduais, visto que o processo de escolha dos conselheiros não favorece a independência do poder político<sup>52</sup>, pois prevalece a escolha de candidatos indicados pelas assembleias legislativas e pelos governadores, baseada, principalmente, por critérios políticos, levando à inferência de que dificilmente o conselheiro nomeado por tais critérios tem uma atuação isenta ao julgar as contas e as suspeitas de corrupção da administração que o nomeou.

Um sistema forte de integridade e a máxima ampliação do acesso à informação, aliados à participação da sociedade civil, são condições apontadas por estudiosos como Klitgaard (1994), Rose-Ackerman (2002), Przeworski (2011) e Barowiak (2011) como necessárias para prevenir e combater a corrupção na gestão pública. Um caminho a se percorrer é ultrapassar os limites da democracia representativa, utilizando-se de mecanismos de democracia direta, para romper com as estruturas mandonistas, como o clientelismo, que alimentam as condutas corruptas de agentes públicos e privados. O Estado do Piauí foi o

---

<sup>51</sup> Disponível em: < [http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-93eSIEB\\_versao13dez2011.pdf](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-93eSIEB_versao13dez2011.pdf) >. Acesso em: 18 mar. 2013.

<sup>52</sup> “Há três procedimentos diferentes para o preenchimento das vagas dos conselheiros: um primeiro grupo de conselheiros (quatro entre sete) é selecionado pela Assembleia Legislativa; o segundo grupo (um entre sete), é indicação do governador, que deverá ter confirmação da Assembleia Legislativa; o terceiro grupo (dois entre sete) segue o mesmo procedimento do segundo, indicado dentre técnicos do Ministério Público e auditores que apresente pré-qualificação técnica para o cargo” (SPECK e COSTA, 2012, p.37).

ambiente social do estudo empírico, em busca de respostas para a questão central: No contexto de democracia representativa, há espaço para o uso de mecanismos da democracia direta como estratégia mobilizadora da sociedade civil, ilustrada pela FTP, para a participação ativa no controle dos investimentos públicos que resulte na prevenção e no combate à corrupção?

#### 4.2. A FOÇA TAREFA POPULAR (FTP) E A LUTA ANTICORRUPÇÃO: a Marcha Contra a Corrupção e pela Vida como estratégia para o controle social democrático

A FTP atua pela via da participação como ação política direta na fiscalização das contas públicas, com a finalidade de prevenir e combater a corrupção. Assim, apresenta uma possibilidade nova de controle social, para além dos espaços institucionalizados, ao qual denomino de controle social democrático, explicitado no Capítulo II, por reconstruir uma ideia de controle social pelo uso de mecanismos de democracia direta, compreendendo-o como ação política. Desse modo, estabelece uma interlocução com as instâncias estatais sem a intermediação de representantes e cria um canal de diálogo mais horizontalizado entre a população e o poder institucionalizado, alinhando-se ao pensamento gramsciano<sup>53</sup> e contribuindo para a articulação entre democracia direta e representativa, o que, como destaca Coutinho (2008), possibilita às classes subalternizadas (mais vitimizadas pela corrupção) a influenciarem nas decisões políticas.

Por essa prática e com base na classificação de Montañó e Duriguetto (2011), a FTP mostra-se compatível com a corrente teórica que situa os movimentos sociais no campo da ampliação da democracia e da cidadania, vinculada àqueles que mesmo não atuando no campo da produção se posicionam dentro da luta por igualdade social. Assim, percebo-a alinhada, também, ao campo teórico marxista, pois, mesmo não circunscrita inteiramente a ele, por não atuar diretamente na luta contra o antagonismo capital/trabalho, aproxima-se dessa corrente de pensamento por operar no enfrentando de uma de suas expressões: os conflitos gestados na relação entre Estado e sociedade, próprios dos regimes capitalistas, onde o Estado age, segundo Marx (2003), como instrumento de controle dos conflitos estruturais em favor das foças de dominação políticas e econômicas.

Autoidentificada como movimento de articulação, a FTP é formada por sujeitos sociais que atuam em diferentes campos de luta, com identidades e necessidades diversas, mas

---

<sup>53</sup> Ver Capítulo II, item 2.2.

que se juntam embalados pelo propósito compartilhado de fiscalizar as contas públicas, utilizando-se de mecanismos de democracia direta, para prevenir e combater a corrupção. Para tanto, segue na direção do que Gramsci (1982) preceitua sobre educação como uma prática que ultrapassa o ambiente da escola formal, empenhando-se em criar espaços formativos onde os integrantes assumem o papel de intelectuais orgânicos. Na perspectiva gramsciana, essa é uma utopia da construção de uma cultura moral e política libertadora e ética que visa ao alcance dos objetivos aos quais se propõe:

a) edificar a esperança ativa no meio popular de que é possível combater a corrupção com iniciativas próprias e coletivas, fomentando a ética na política, na escola, no lar, no sindicato, etc.; b) estimular a indignação consequente da sociedade contra atos de corrupção, ficando em vigilância permanente, construindo uma ética comunitária com vista ao bem comum com o aumento do custo moral da corrupção; c) lutar para que os Promotores de Justiça de todas as comarcas do Piauí se somem à luta popular pela transparência das contas pública; d) despertar a sociedade para perceber que a corrupção mata, causa desemprego, piora a saúde, deixa mais seco o sertão, coroe a democracia e desestimula os honestos, etc.; e) Estimular o acesso do povo às Câmaras Municipais para fiscalizar as prestações de contas dos prefeitos e vereadores; f) articular a sociedade para ações conjuntas contra corrupção (Arquivo FTP, 2004).

De acordo com Castells (2013, p.19), os movimentos sociais são constituídos de indivíduos e suas práticas reais são desenvolvidas a partir das motivações individuais, “em seus corpos e mentes” (emoções e ideologias), conectadas às de outros indivíduos.

Os movimentos sociais são emocionais. A insurgência não começa com um programa ou uma estratégia política. Isso pode vir depois, quando surge a liderança, dentro ou fora do movimento [...], mas o *big bang* de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação.

Os integrantes da FTP se unem motivados pela indignação com a corrupção operada no âmbito da gestão pública, no Piauí, e pelo ideário de contribuir para o desenvolvimento do Estado com inclusividade econômica e social, a partir da mobilização e sensibilização da sociedade para exercer o direito de participar da gestão das políticas públicas e da fiscalização dos recursos investidos.

Os objetivos que embalam as ações da FTP são mobilizadores de muitos adeptos, mas sua “agência”<sup>54</sup> é reduzida. Ou seja, seu núcleo organizativo é composto por um grupo pequeno de ativistas, de, aproximadamente, cinco pessoas. O Movimento não possui natureza

---

<sup>54</sup> Os teóricos sociais, como esclarece Castells (2013), definem por agência aquele indivíduo ou grupo de indivíduos que exerce o papel de liderar o processo de comunicação e que transforma motivações individuais em mobilização coletiva.

jurídica e não tem uma estrutura de organização formal, mas entre os militantes o papel de liderança é exercido, principalmente, pelo ativista político e advogado Arimateia Dantas Lacerda, reconhecido interna e externamente como seu “coordenador”, o que não implica a existência de uma hierarquia, mas uma forma de qualificação da liderança que assumiu, voluntariamente, o papel de animador e mobilizador de pessoas e organizações para atuar no apoio e na militância da luta anticorrupção.

Eu tenho uma relação meio familiar com a Força Tarefa e com a Marcha, ao ponto de, eu não estando participando cotidianamente, eu me sinto envolvida. Toda vez que eu sei que tá se organizando uma atividade eu tento, de algum modo, chegar perto, dar algum tipo de ajuda, nem que seja pra uma coisa pequena. Mas eu me sinto parte e eu penso que tem a ver também com o modo como a Marcha e a Força Tarefa se organizam. No final, a gente sabe, o Arimateia vai viabilizar as condições. Mas a gente sabe também que não tem uma hierarquia, assim, uma direção, com coordenador, com vice, com tesoureiro, com secretário. Então, é como um lugar que admite a chegada das pessoas (comunicação oral)<sup>55</sup>.

A FTP não é uma personalidade jurídica formal, mas é um movimento que se constitui e que, de certa forma, mexe com todo mundo... Estando ou não, a gente tem aquela preocupação de como vai ser viabilizado, mas a gente sabe que vai dar certo, principalmente porque a gente já tá acostumado que todo o ano vai ter [a Marcha Contra a Corrupção], e no próximo ano vai ter de novo (comunicação oral)<sup>56</sup>.

Marx já dizia, as ideias são importantes, mas o que muda mesmo são as atitudes. Acho que as atitudes são fundamentais. Por mais que a gente faça um discurso de combate à corrupção, o que torna a sua palavra o seu pensamento num ato concreto é a sua atitude [...]. Acho que o Arimateia tem essa grandiosidade. Eu fico muito feliz por ele ter essa capacidade de manter a Marcha viva. É o que faz a gente se sentir motivada a participar, mesmo com todas as nossas tarefas no cotidiano, é essa possibilidade de dizer pra população que a gente pode combater a corrupção (comunicação oral)<sup>57</sup>.

A principal estratégia de mobilização que a FTP utiliza para o exercício do controle democrático é a “Marcha Contra a Corrupção e pela Vida”, que funciona, também, como instrumento de visibilidade e chamamento da sociedade para reagir contra a corrupção. Além disso, a intenção é produzir impacto na sociedade e se fazer notícia, para fomentar o debate e influenciar tomadas de decisão nas instituições políticas e administrativas inibidoras das condutas ilícitas na aplicação de recursos públicos. Conforme relatos e registros em documentos da FTP, a Marcha tem inspiração na forte marcação simbólica dos movimentos

<sup>55</sup> Depoimento de Lucineide Barros, em entrevista grupal realizada com ativista e idealizadores da FTP, em Teresina, em 26 de set. 2014.

<sup>56</sup> Depoimento de Nágila Melo, em entrevista grupal realizada com ativista e idealizadores da FTP, em Teresina, em 26 de set. 2014.

<sup>57</sup> Depoimento de Socorro Silva, em entrevista grupal realizada com ativistas e idealizadores da FTP, em Teresina, em 26 de set. 2014.

pacifistas de luta pela não violência, que libertaram muitos povos, conduzidos por líderes políticos e religiosos como Jesus Cristo, que lutou contra a opressão ao povo judeu, Luther King, que lutou contra o racismo nos Estados Unidos, e Mahatma Gandhi, que lutou para libertar a Índia da exploração da Inglaterra.

No ano de 2015, no período de 14 a 27 de junho, aconteceu a 14ª Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida. Somadas às outras edições, ao longo de um trajeto de 3.086 km, já reuniu mais de mil marchantes e passou por 91 municípios, fiscalizando convênios e obras levados a debate popular, cujo resultado tem sido a conclusão de pavimentação de ruas, construção de escolas, perfuração de poços tubulares em comunidades rurais, entre outros, além da formalização de denúncias aos órgãos de controle contra gestores municipais que aplicaram mal ou não prestaram contas dos recursos públicos.

Das 14 Marchas realizadas, 12 ocorreram em municípios do Piauí e duas no percurso de Goiânia a Brasília: a 4ª Marcha, em 2005, e a 14ª Marcha, em 2015. O objetivo das marchas a Brasília foi dar visibilidade nacional à ação de combate à corrupção, pela via direta da sociedade civil. Na marcha de 2005, a FTP reuniu 37 marchantes, que foram ao Distrito Federal participar do 4º Fórum Global de Combate à Corrupção e propor ao governo um pacto social contra a corrupção. Na ocasião, apresentou proposta ao ministro do Controle e da Transparência para a realização de uma campanha publicitária, pelo governo, para inibir essa prática.

Resolvemos vir em marcha, a pé, para acordar o povo, para que as pessoas nos ajudem, para que cresça a força-tarefa popular. Queremos que, em todos os municípios, as pessoas passem a cobrar do prefeito, dos políticos, os seus direitos [...]. O que a gente queria é que o presidente Lula fizesse algo como a campanha contra o mosquito da dengue. A gente quer que todo mundo esteja de olho, porque sabemos que assim as coisas vão mudar (Arquivo FTP, 2005)<sup>58</sup>.

A marcha de 2015 reuniu 30 lutadores anticorrupção, sendo 20 do Piauí e os demais do Ceará, de São Paulo e de Brasília. Foi motivada pela conjuntura de investigações e punições de atos de corrupção na PETROBRAS, envolvendo agentes públicos e privados. Teve por objetivo conclamar Estado e sociedade para a construção de um “Estado Ético Democrático de Direito”, com ênfase no princípio ético como componente indispensável para o seu funcionamento no papel de organizador da sociedade e em benefício desta. Como expõe o Manifesto da Marcha,

<sup>58</sup> Entrevista concedida pela ativista da FTP, Maria Gorete, em 08 jun. 2005, para a Agência Brasil. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-06-08/organizadora-da-marcha-nacional-contracorrupcao-diz-que-sociedade-tem-que-fiscalizar>>.

a escolha dos representantes do povo dominada pelo dinheiro, pelo capital, fragiliza o Estado na sua missão de construir cidadania e assegurar a dignidade humana [...]. O Estado deve seguir princípios que assegurem a efetivação da cidadania e da dignidade humana e colocar a ÉTICA como um dos elementos de sua formação [...]. A ética deve passar a ser algo concreto, visto, palpável, valorado, ação do cotidiano e alimento vital do Estado, seus poderes e ao povo (Arquivo FTP, 2015).

Outro objetivo foi lançar a campanha “Ação de improbidade, julgamento já!”, para a sociedade e o Poder Judiciário, diante da morosidade no julgamento dos processos contra ilícitos cometidos por agentes públicos. Como ação concreta, a FTP entregou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) o levantamento que fez dos processos abertos no Judiciário do Piauí para apurar desvios de verbas públicas e que estão parados ou tramitam com morosidade, a exemplo do Processo nº 0000052-27.1999.8.18.0075, aberto em 1999, na Comarca de Simplício Mendes. Conforme os dados levantados pela FTP<sup>59</sup>, esse processo passou cinco anos parado, antes da primeira tramitação, e até o mês de maio de 2015, ao longo de dezesseis anos, só houve o registro de dois atos processuais.

O quadro seguinte reúne informações gerais das 14 marchas realizadas, de 2002 a 2015.

**Quadro 6 - Demonstrativo das Marchas realizadas (2002 a 2015)**

Ano / Data	Tema	km	Município/ comunidades	Marchantes
1ª Marcha 2002 15/04 a 01/05	Voto não tem preço, tem consequência	306	<b>Picos a Teresina</b> (Picos, D. Exp. Lopes, Ipiranga, Inhuma, Valença, Elesbão Veloso, Passagem Franca, Barro Duro, Monsenhor Gil, Lagoa do Piauí, Demerval Lobão, Teresina)	200
2ª Marcha 2003 22/07 a 05/08	A Corrupção alimenta a fome	332	<b>Parnaíba a Teresina</b> (Parnaíba, Buriti dos Lopes, Piracuruca, Brasileira, Piripiri, Capitão de Campos, Cocal, Campo Maior, Altos, Teresina)	106
3ª Marcha 2004 15/04 a 1º/05	Corrupção causa desemprego	234	<b>Floriano a Teresina</b> (Floriano, Amarante, Regeneração, Santo Antônio dos Milagres, Angical, São Pedro, Água Branca, Lagoinha, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Demerval Lobão, Teresina)	60
4ª Marcha 2005 23/05 a 07/06	Um mundo sem corrupção é possível	252	<b>Posses -GO a Brasília - DF</b> (Formosa do Rio Preto, Posses, Simolândia, Vila Boa, Planaltina, Formosa e Brasília)	38
5ª Marcha 2006	A ação vigilante da sociedade / Combater a corrupção também é sua responsabilidade	280	<b>Luzilândia a Teresina</b> (Luzilândia, Morro do Chapéu, Esperantina, Batalha, Barras, Cabeceiras, José de Freitas, Teresina)	50

<sup>59</sup> Ver Anexo A

6ª Marcha 2007 3 a 14 de set	A Cruz que carregamos	194	<b><u>Teresina a Santa Cruz dos Milagres</u></b> (Teresina, Altos, Beneditinos, Prata do Piauí, São Miguel da Baixa Grande, São Felix e Santa Cruz dos Milagres)	79
7ª Marcha 2008 10/07 a 26/07	Corrupção é morte, saúde é vida, fiscalize o SUS	246	<b><u>Buriti dos Montes a Teresina</u></b> (Buriti dos Montes, Castelo, Juazeiro, Campo Maior, Altos e Teresina)	50
8ª Marcha 2009 03 a 28/07	Corrupção mata, reaja!	326	<b><u>São João do PI a Floriano</u></b> (São J. do Piauí, Nova Santa Rita, Simplício Mendes, Santo Inácio, Colônia, Nazaré, Oeiras, e Floriano)	37
9ª Marcha 2010 06 a 21/07	A corrupção deixa mais seco o sertão	151	<b><u>Acauã a Picos</u></b> (Acauã, Paulistana, Jacobina, Patos, M. Preta Jaicós, Geminiano / Picos, Baixinha da cacimbinha)	55
10ª Marcha 2011 13 a 28/07	Salve Vida. Denuncie a corrupção!	154	<b><u>Pio IX a Picos</u></b> (Pio IX, Fronteiras, São Julião, Alagoinha, Monsenhor Hipólito, Francisco Santos, Santo Antônio de Lisboa, Bocaina, Sussuapara, Picos)	17
11ª Marcha 2012 10 a 23/07	Mais Informação, menos corrupção	123	<b><u>Marcolândia a Picos</u></b> (Marcolândia, Fco Macedo, Alegrete, Vila nova, Campo Grande, Bentivi, Picos)	85
12ª Marcha 2013 10 a 24/07	Por um Sertão sem corrupção	154	<b><u>Guaribas a S. Raimundo Nonato</u></b> (Guaribas / P. Cajueiro, Caracol, Jurema, Auisio de Abreu, São Braz, povoado novo Horizonte, Novo horizonte p/ São Raimundo Nonato)	48
13ª Marcha 2014 22/07 a 5/08	Corrupção é gol contra!	112	<b><u>Queimada Nova a S. João do Piauí</u></b> (Q. Nova / Lagoa do Barro / Campo Alegre do Fidalgo / Povoado São José / São João do Piauí)	39
14ª Marcha 2015	Brasil sem corrupção é possível, faça a sua parte!	200	<b><u>Goiânia/ Go a Brasília / DF</u></b> (Goiânia, Terezópolis, Anápoles, Abadiânia, Alexânia, Brasília)	30
<b>TOTAL</b>		<b>3.086</b>	<b>103 (91 municípios e 12 povoados)</b>	<b>1.050</b>

Fonte: elaboração própria, a partir de dados levantados nos arquivos da FTP.

A ideia de realizar a Marcha Contra a Corrupção surge para a FTP motivada pelo Coletivo do Piauí da Rede Jovem do Nordeste<sup>60</sup>, numa conjuntura de denúncias de corrupção no governo do Estado que resultou na cassação do governador Francisco de Assis Moraes Sousa, em 2001, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Muitos governos municipais também estavam sendo denunciados por práticas corruptas, como o de Picos, cujo prefeito, eleito no ano de 2000, respondia a vários processos por crimes contra a administração pública, o que contribuiu para a escolha desse município como ponto de partida para a 1ª Marcha, como mostra o Quadro 6, e se confirma no relato abaixo e no panfleto (figura 1) distribuído para a população dos municípios por onde a Marcha passou:

<sup>60</sup> Trata-se de uma articulação de organizações e movimentos juvenis dos estados do Nordeste brasileiro, surgida em 1998, como espaço de intercâmbio, mobilização, fortalecimento e qualificação desse segmento. Disponível em: <<http://rjnepiauiies.blogspot.com.br/p/apresentacao.html>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

Nós tínhamos a articulação da rede Jovem - nesse tempo era muito forte - e havia uma proposta da equipe de fazer uns festivais, em 2000, fazer uns festivais da juventude. [...]. Nós do Piauí..., -‘gente, nós temos um governador cassado por corrupção [...], uma situação toda de denúncia de corrupção, um movimento social muito forte, então eu acho que a gente tem que fazer uma marcha contra a corrupção’. Picos era alvo de várias denúncias [...]. Isso deu logo um conflito na equipe, porque a gente praticamente não fez a proposta original, que era o festival [...]. Aí a gente decidiu fazer a marcha. A Juventude tem disso [...] A gente teve muito apoio dos movimentos sociais, dos sindicatos [...], assim a gente fez a Marcha [...]. Então nessa primeira marcha tinha essa situação e a participação da FTP foi como convidada (comunicação oral)<sup>61</sup>.

O relato mostra que, a 1ª Marcha nasce da força mobilizadora da juventude piauiense, atuando na Rede Jovem do Nordeste, que questiona a conjuntura de denúncias de corrupção nos governos estadual e municipal. Assim, para contestar essa conjuntura, altera sua agenda propondo a realização da marcha, sendo a FTP convidada a participar, visualizando nessa experiência um instrumento para a prática pedagógica de mobilização social para a fiscalização dos investimentos públicos pela via da democracia direta. A iniciativa do movimento jovem, naquela conjuntura, é adotada pela FTP como estratégia de luta anticorrupção, realizando-se também as Marchas nos anos seguintes.

Figura 1 – Panfleto usado na mobilização da 1ª Marcha

**MARCHA CONTRA A CORRUPÇÃO E PELA VIDA**

**Por que estamos marchando**

Estamos Marchando para demonstrar a nossa indignação diante de tanta corrupção e injustiça. Vivemos em um Estado marcado pelo domínio das velhas oligarquias que há décadas se revezam no poder, sai PMDB entra PFL, O QUE MUDOU EM SUA VIDA? SE PERGUNTE!!! Não mudou nada, apenas o nome, mas o projeto é o mesmo, a mesma elite continua assegurando a construção do Projeto Neoliberal de FHC(PSDB). As práticas eleitorais e clientelistas predominam. Fato que se soma ao escândalo do crime organizado, crime desorganizado, emissão de notas falsas, contratação de empresas irregulares, superfaturamentos, desvios de recursos da MERENDA ESCOLAR, SAÚDE e outros crimes. Essas relações fortalecem e geram as grandes desigualdades sociais e enfraquecem os direitos do povo piauiense, deixando mais claro e evidente a diferença entre ricos e pobres.

A MARCHA CONTRA A CORRUPÇÃO E PELA VIDA está sendo realizada por um conjunto de entidades juvenis, populares, sindicais e pastorais que fazem um enfrentamento concreto as estruturas de poder que ao longo dos anos oprimem os empobrecidos gerando cada vez mais exclusão.

**Voto não tem preço, tem consequência**

Vamos acabar com a corrupção eleitoral, na luta por eleições sem fraudes, sem abuso do poder econômico. Este ano estamos atento, FIQUE DE OLHO ABERTO, para não virar escravo dos Ladrões da Consciência do Povo empobrecido pelos MALES da Corrupção. Então Veja!!!. Você sabia que mais de 520 mil crianças vão ficar sem MERENDA ESCOLAR porque mais de 120 prefeituras não prestaram contas. O dinheiro gasto com saúde, educação, assistência social é todo fruto do trabalho de todos os brasileiros, inclusive você! Quando compramos um quilo de feijão, estamos pagando indiretamente impostos. Todos os dias milhares de pessoas pagam impostos. Na cidade se paga o IPTU, taxas de iluminação pública, coleta de lixo, custas judiciais, etc. No campo, o ITR. Todo esse dinheiro arrecadado com os impostos e outras fontes que chegam ao estado é administrado por prefeitos, secretários, governadores, presidente da República, ministros e outros agentes públicos. Assim, os gastos dos recursos públicos deve ser feito dentro da Lei, de forma ética, transparente e eficiente. Por estes recursos serem frutos do nosso suor, temos o dever e o direito de saber como os governantes e seus agentes os gastam. Se não houver uma fiscalização, os frutos do nosso trabalho serão desviados, como aconteceu no caso da construção do prédio do TRT de São Paulo, e na SUDAM que teve dinheiro desviado pela empresa LUNUS de propriedade de Roseana Sarney(governadora do Maranhão).

Fique por dentro!!!! Existe uma Lei de n.9340/99 que trata do crime de corrupção eleitoral. Ela diz que a COMPRA e a VENDA do voto são crimes, por isso não venda seu voto, e denuncie quem tentar comprá-lo, pois, omissão também é crime.

**VAMOS VOTAR COM CONSCIÊNCIA, JUNTOS NO COMBATE A CORRUPÇÃO ELEITORAL.**

Organize uma caravana de seu município, rumo a Cidade de DEMERVAL LOBÃO-30/ABRIL/, onde faremos uma GRANDE CONCENTRAÇÃO para marcharmos até Teresina onde realizaremos um grande ato pelo dia do TRABALHADOR.

**... Enquanto houver fome, miséria e Exploração não lutar é covardia.**

Fonte: Arquivo FTP (2002)

<sup>61</sup> Depoimento de Socorro Silva, integrante do Coletivo do Piauí na Rede Jovem do Nordeste e uma das idealizadoras da Marcha, em entrevista grupal realizada com ativistas da FTP, em Teresina, em 26 set. 2014.

Voltando ao Quadro 6, os dados mostram que, ao longo dos anos, a quantidade de marchantes foi diminuído. Os esclarecimentos apresentados pelos integrantes do Movimento sobre tal fato estão expressos no seguinte relato:

A FTP, ela se organiza como uma articulação e é articulação. Então, a gente convidava as entidades: sindicatos e movimentos sociais e muitos iam. Houve uma época, principalmente no começo, 2001, 2002, 2003, era bastante motivada, tinha muita gente que participava das ações. Acontece que com a chegada do PT [Partido dos Trabalhadores] ao poder aqui no Piauí [em 2003] muitas das pessoas que participavam ativamente das marchas e participavam da coordenação das atividades... Aí o que foi acontecendo, com o passar do tempo houve um refluxo muito grande [...] as pessoas foram saindo. E a gente, para articular as marcha era um trabalho muito difícil, porque não havia mais pessoas disponíveis, até porque grande parte dos militantes da FTP foi para cargos do Estado e não estava mais disponível para as reuniões. Outra coisa também aconteceu, com a chegada do Lula [à presidente da República]: a diminuição da taxa de desemprego, porque tínhamos muitos militantes da FTP que eram desempregados na época, e aí tinha tempo para fazer muita coisa. Aconteceu outro fato, que é importante salientar, que muitas dessas pessoas foram casando, tendo famílias, e aí não tinham mais o tempo disponível para a FTP (comunicação oral)<sup>62</sup>.

Considerando que a corrupção persiste, os argumentos apresentados revelam fatos concretos, mas não são consistentes quando se leva em conta a perspectiva gramsciana de Estado ampliado, constituído por uma relação equilibrada entre sociedade política e sociedade civil, cuja possibilidade de se construir no Brasil ocorre com a promulgação da Constituição de 1988. O distanciamento de parte dos militantes da FTP, para assumir cargos no Estado, remete para a crítica de Gramsci (1982, p. 14) de que “um intelectual que passa a fazer parte de um partido de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo, o que não ocorre através de participação na vida estatal, senão mediocramente, ou mesmo nunca”.

Apesar da redução de ativistas, o esforço anticorrupção da FTP continuou e, nesse esforço, desenvolveu uma metodologia sustentada nos princípios da democracia direta, para uma ação de maior inclusividade e de ampliação da participação social no controle da gestão pública.

#### **4.2.1 Metodologia de ação: o jeito de fazer da FTP**

Para alcançar seus objetivos, a FTP busca caminhos que conduzam para a articulação entre democracia direta e representativa, como propõe Coutinho (2008; 2011). Um desses

---

<sup>62</sup> Depoimento de Arimateia Dantas, um dos idealizadores e líder da FTP, em entrevista realizada em Teresina, em 24 maio 2015.

caminhos foi adotar a “Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida” como principal estratégia de atuação e, para colocá-la em prática, desenvolveu uma metodologia de ação que segue o seguinte fluxo:

1) Fase preparatória:



2) Fase operativa:



4.2.1.1 Detalhamento da fase preparatória

a) Articulação institucional - A perspectiva é estabelecer parcerias com instituições governamentais e da sociedade civil para obter envolvimento político e apoio financeiro e material para a realização da Marcha, além de construir alianças e trocas sinérgicas para a

formação de uma cultura política de fiscalização das contas públicas e de intolerância à corrupção;

**Figura 2** – reunião de articulação, em São Raimundo Nonato, jun. 2013.



Fonte: arquivo FTP

b) Organização e divulgação - momento destinado à busca de apoio humano e material para viabilizar a realização da Marcha. Visitas a entidades e a potenciais apoiadores são realizadas nessa etapa, como também a solenidade pública de lançamento do evento.

**Figura 3** – Lançamento da 13ª Marcha. na OAB/PI. em Teresina. 18 jun.2014.



Fonte: arquivo FTP

Na solenidade de lançamento, ilustrada na figura 3, são distribuídos panfletos, cartazes e é feita a divulgação do cronograma de atividades, dos municípios que serão percorridos e do tema<sup>63</sup> da Marcha. Os meios de comunicação (jornais, televisão, rádios) são acionados para

<sup>63</sup> O tema é um lema escolhido em cada edição da Marcha, como mostra a segunda coluna do Quadro 6, que destaca uma situação mobilizadora para a população local, credível e de forte significado social.

veicularem essas informações, que são divulgadas, também, pela *internet*, em instituições de ensino e nas entidades parceiras.

c) Atividade precursora - nos dicionários da língua portuguesa um dos significados da palavra precursora é anunciar um acontecimento futuro, sendo o que melhor se aplica à atividade que a FTP realiza dias antes da Marcha e consiste em 1) conhecer o caminho por onde a marcha vai passar, observando estado de conservação das estradas e dos acostamentos, se há sombra de árvores e moradias onde os marchantes possam se abrigar nos intervalos de descanso; 2) identificar a conjuntura política, social e organizativa de cada município do percurso; 3) articular parceiros locais (sindicatos, associações, igrejas) para viabilizar as condições necessárias para as atividades de controle social (local de acolhida e alimentação dos marchantes), 4) mobilizar cidadãos para participarem da marcha e das atividades de formação para a fiscalização das contas públicas.

**Figura 4** – ambiente físico predominante do percurso (Cidade de Guaribas-PI)



Fonte: Arquivo FTP

Como afirma o líder do movimento, essa “é a fase de busca, procura de pés para fazer a rota do futuro do bem, da alegria, da ética, da solidariedade [...], pregando o sonho de um mundo sem corrupção”<sup>64</sup>. O relato seguinte mostra que a atividade precursora cumpre papel importante na mobilização das pessoas, nos municípios:

<sup>64</sup> Depoimento de Arimateia Dantas, idealizador e líder da FTP, em entrevista realizada no dia 12 jun. 2012, em Teresina - Piauí.

Me alegro muito por ter participado da marcha e queria também destacar e valorizar o trabalho feito antes e, também, durante a marcha, porque os contatos feitos anterior à chegada da marcha foram fundamentais para o sucesso que foi a marcha, que as pessoas acreditaram em uma proposta que, a princípio não se tinha conhecimento do que seria, mas as pessoas acreditaram. É claro e evidente que algumas pessoas depois não quiseram seguir, mas muitos, a partir desse primeiro contato, a partir da confiança, também, nos militantes sociais dos movimentos e dessas lideranças locais, passaram a acreditar também e vieram junto. E isso ajudou demais para que a marcha tivesse força (comunicação oral)<sup>65</sup>.

#### 4.2.1.2 Detalhamento da fase operativa

a) Marcha em movimento – a Marcha é um símbolo de luta dos movimentos sociais que a FTP utiliza como força mística no sentido dado por Boff (1993, p.35), como “o conjunto de convicções profundas [...] que mobilizam as pessoas e movimentos na vontade de mudanças ou que inspirem práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades ou sustentar a esperança [...]”. Na composição desse ambiente místico, a caminhada segue animada por cantos populares, como o seguinte:

marcha, marchante , marcha  
molha o pé mas não molha a meia  
viemos de nossa terra  
fazer barulho na terra alheia<sup>66</sup>

A energia para a caminhada vem, também, de gritos de guerra, principalmente o que diz: “Cansados? Não, da luta do povo ninguém se cansa!” e do repertório da Música Popular Brasileira, que expressa a luta por justiça e igualde, como a composição “Admirável Gado Novo” de José Ramalho:

vocês que fazem parte dessa massa,  
que passa nos projetos do futuro  
é duro tanto ter que caminhar  
e dar muito mais do que receber [...]  
Êh, ô, ô, vida de gado  
povo marcado  
êh, povo feliz!<sup>67</sup>

As fotos seguintes mostram imagens das marchas que foram objeto de observação direta nesta pesquisa.

<sup>65</sup> Depoimento de Selma Sousa, participante da 12ª Marcha, em entrevista realizada na cidade de Anísio de Abreu, em 21 de set. 2013.

<sup>66</sup> Esse é um dos cantos mais entoados, adaptado de uma composição do músico Pinduca. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=nWXq5t0Pv1w>>.

<sup>67</sup> Ver o vídeo da 11ª Marcha, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=qDFwAr4bRzA>>, que traz essa música como trilha sonora.

**Figura 5** – lutadores anticorrupção em marcha (11ª Marcha/jul./2012)



Fonte: arquivo FTP

**Figura 6** – lutadores anticorrupção em marcha (12ª Marcha/jul.2013)



Fonte: arquivo FTP, foto: Lirian Pádua

**Figura 7** – lutadores anticorrupção em marcha (13ª Marcha/jul. ago./2014)



Fonte: arquivo FTP

A Marcha é o instrumento usado para chamar a atenção da sociedade piauiense para se engajar na luta por uma gestão pública transparente e sem corrupção. Mas, além disso, ela se apresenta como possibilidade para a criação de uma identidade coletiva de lutadores anticorrupção, alimentada pelo sentimento de resistência, solidariedade e cidadania.

A minha avaliação é que a marcha trouxe para os municípios por onde passou uma nova energia. Principalmente pensando na militância, por que eu percebo que a partir da marcha muito dos movimentos e dos sindicatos de cada município tem se colocado ainda mais à disposição da luta e tem inclusive, com isso, feito mais lutas. Então, eu acho que a marcha é de fato uma nova energia [...] (comunicação oral)<sup>68</sup>.

Destaque-se que alguns ativistas da FTP levam o símbolo da Marcha como identidade social, reconhecendo-se e sendo reconhecido, dentro e fora do Movimento, pela ação que praticam. “Algumas pessoas são muito fortes [...]. Não consigo pensar na marcha sem pensar no Carlota, na Gorete, no Xavier...”(comunicação oral)<sup>69</sup>.

Meu nome é Carlos Alberto Aguiar [Carlota]. Sou do mais novo município emancipado no Estado do Piauí, Nazária, e lá eu moro na comunidade Passagem Santo Antônio. Acompanho a Força Tarefa desde 2003 [na Marcha de Floriano a Teresina], apesar de ter sido convidado para a primeira e a segunda, nos anos

<sup>68</sup> Depoimento de Valmiran Sobreira, participante da 12ª Marcha, em entrevista realizada em 22 set.2013, em Anísio de Abru-PI.

<sup>69</sup> Depoimento de Lucineide Barros em entrevista grupal realizada com ativista e idealizadores da FTP, em 26 set. 2014, em Teresina-PI.

anteriores [...]. Desde lá eu estou participando de todas (comunicação oral)<sup>70</sup>.

Bom, meu nome é Gorete, sou da força tarefa. Estou nela desde o início. Me preocupa muito, muito, a acomodação das pessoas, que tem que ter consciência do que é a corrupção [...]. Mas eu estou aqui na luta, continuo e vou continuar marchando [...]. A gente está mostrando para o povo que nós somos poucos e somos muitos ao mesmo tempo, né? [...] Quando cada um olhar para dentro de si mesmo e dizer eu vou parar de ser corrupto aí nossa vida vai mudar, todo o povo vai mudar[...] (comunicação oral)<sup>71</sup>.

Sou Xavier. Da Força Tarefa Popular eu participo desde 2007, quando, junto ao fórum de combate a corrupção internacional, fui convidado pela Rede Jovem do Nordeste a estar fazendo parte de um Seminário e, a partir daí, me apaixonei pela ideia e desde então a gente faz esse trabalho como voluntário junto à Força Tarefa Popular e, mais especificamente, junto a Marcha de Combate à Corrupção. Desde 2007 que, efetivamente, a gente está nessa luta, nesta marcha, na atividade de formação social (comunicação oral)<sup>72</sup>.

b) Ocupação cívica – um ato, não violento, de ocupação da Câmara de Vereadores, para o exercício direto de fiscalização das contas públicas, numa ação de capacitação em processo da população local, sendo realizada com respaldo na Constituição Federal, para estimular o acesso do povo às Câmaras, para fiscalizar a prestação de contas do prefeito e vereadores.

A foto a seguir ilustra o momento do acesso da população à câmara municipal que, geralmente, só abre uma vez por semana, no dia definido para a realização de sessão:

**Figura 8** - Câmara Municipal de Campo Alegre do Fidalgo



Fonte: arquivo FTP

<sup>70</sup> Depoimento de Carlos Alberto Aguiar (Carlota) em entrevista realizada durante a 11ª Marcha, em 22 jul. 2012, em Picos-PI.

<sup>71</sup> Depoimento de Maria Gorete Acelino, em entrevista realizada durante a 11ª Marcha, em 22 jul. 2012, em Picos-PI.

<sup>72</sup> Depoimento de Xavier Oliveira, em entrevista realizada durante a 11ª Marcha, em 22 jul. 2012, em Picos-PI.

A foto seguinte mostra o momento de capacitação da população, iniciada com esclarecimentos sobre o direito de acesso às contas públicas, seguida pela apresentação dos balancetes e de como analisar-lhe o conteúdo:

**Figura 9**– capacitação para fiscalização das contas públicas.



Fonte: arquivo FTP

As ocupações cívicas (fig. 8) são momentos que acontecem nas marchas, mas também podem se dar em ocasiões pontuais. Trata-se de um instrumento pedagógico de cidadania muito forte, que tem o objetivo de levar o povo a ocupar os espaços públicos para fiscalizar. A prestação de contas do gestor municipal é manuseada pelos cidadãos (fig. 9), orientados sobre como fazer a leitura dos livros de registros. A intenção é desmistificar “aquela papelada”, destacando o essencial para análise e questionamentos, especialmente recibos, notas fiscais e contratos. Esse exercício ajuda os moradores a identificar obras fantasmas, como calçamentos de ruas não realizados. A identificação ocorre imediatamente, porque quem está fiscalizando o recibo ou a nota fiscal de serviços é morador da cidade e, muitas vezes, da própria rua.

c) Fiscalização de obras e convênios – ato de vistoria da aplicação dos recursos público no local da obra ou na entidade executora dos serviços, tendo à mão o plano de trabalho e o cronograma de repasse, para conferir se estão sendo realizados e pagos conforme os termos legalmente acordados. Esse é o momento em que se vai organizando o material para a aula de cidadania, com a coleta de informações, imagens e vídeos, que são checados nos documentos que foram solicitados aos órgãos executores, com base na Lei de Acesso à Informação, na fase de organização da Marcha. As figuras 10 e 11 ilustram esse momento:

**Figura 10** - Fiscalização de obra zona rural durante a 11ª Marcha



Fonte: arquivo FTP

**Figura 11** – fiscalização de obra na zona urbana durante a 12ª Marcha.



Fonte: arquivo FTP

As placas afixadas nas obras públicas são utilizadas, também, como instrumento pedagógico, para orientar a população a fazer a fiscalização direta, como mostram as figuras 12 e 13. Nas aulas de cidadania se enfatiza a importância das placas de identificação das obras como documento oficial, com informações relevantes para o controle social, como prazo de execução, valor do investimento e responsabilidade técnica.

**Figura 12** - Placas de obras públicas (informa valor da obra e prazo de execução)



Fonte: arquivo FTP

**Figura 13** - orientação para leitura das placas de obras públicas



Fonte: arquivo FTP, foto Líria Pádua

d) Aula da cidadania – Trata-se de um espaço público construído em cada município por onde a Marcha passa e que tem o objetivo de compartilhar conhecimentos e informações sobre a temática do controle social e da transparência pública, havendo apresentação de slides e vídeos, exposição fotográfica, matérias jornalísticas e relatos de casos exitosos de enfrentamento da corrupção. É realizada, geralmente, em praça pública, como mostra a figura 14, aberta à participação de toda a população, sob a ideia de reproduzir o ambiente da prática da democracia direta (da Grécia antiga), para discutir e decidir questões de interesse público. Ou seja, com formato que remete à ideia de espaço público abordado por Arendt (1997) como espaço de exercício de atividade política, exclusivamente humana, na compreensão da autora, onde se vivencia relações de confronto e de encontro de ideias.

A criação desse espaço mobiliza todos os ativistas da FTP, organizados em várias equipes: comunicação, infraestrutura, mobilização, apresentação. O objetivo da aula de cidadania é disseminar a cultura do controle social em cada pessoa que vai à praça. Na ocasião são disponibilizadas informações sobre a existência de leis que dispõem sobre a temática da transparência e da participação social na gestão pública, e é apresentada a situação das obras e serviços públicos do município por meio de slides, fotos e depoimentos, configurados como instrumento pedagógico para estimular a avaliação coletiva da aplicação dos recursos públicos.

**Figura 14** - Aula de Cidadania no município de Lagoa do Barro (12ª Marcha).



Fonte: arquivo FTP

De acordo com informação do líder da FTP, durante os 14 anos de realização das Marchas as aulas de cidadania foram se aperfeiçoando, ganhando força e legitimidade e estimulando a participação da população e dos gestores municipais. A figura 14 mostra o povo reunido na praça do município de Lagoa do Barro, na 13ª edição da Marcha. À esquerda da foto, estão posicionados a prefeita e o vice-prefeito, que foram à praça se justificar e esclarecer à população sobre as suspeitas de uso indevido dos recursos públicos apresentados no relatório de fiscalização dos integrantes da Marcha. Uma das situações identificadas relacionava-se ao abastecimento de água, uma carência extrema no semiárido do Piauí, constatando-se que vários poços perfurados e equipados estavam sem funcionar, por falta de energia elétrica. A aula de cidadania se caracteriza como um instrumento de aprofundamento da democracia, pois nas praças os gestores são questionados e levados, por uma força moral e legal, a se justificarem e a encarar o eleitor em período não eleitoral. “Nesse ambiente, não é tempo de promessa, é momento de prestar contas e, diante de um relatório circunstanciado, visível e defronte da origem do poder, o povo” (comunicação oral)<sup>73</sup>

e) organização de núcleos fiscalizatórios – ação de estimular a formação de um grupo, composto por atores locais, para animar a população a uma prática contínua do exercício do controle democrático, fiscalizando as contas públicas e realizando o acompanhamento das sessões na Câmara Municipal.

**Figura 15** - Grupo de fiscalizadores da localidade Cajueiro, no município de Guaribas.



Fonte: arquivo FTP, foto Lirian Pádua.

<sup>73</sup> Depoimento de Arimateia Dantas, no início da aula de cidadania, no município de Lagoa do Barro, em 27 jul. 2013.

É com esse aporte metodológico que a FTP realiza o processo de sensibilização, mobilização e as ações de capacitação da população, em municípios piauienses, para fiscalizar os investimentos públicos, como forma de prevenir e combater a corrupção administrativa e estimular a prática da cidadania ativa, como a concebe Chauí (1984), influenciando no aprofundamento do processo democrático e contribuindo para melhorar o desempenho do Sistema de Integridade brasileiro. Nessa perspectiva, ao final de cada Marcha são elaborados relatórios, com os resultados das fiscalizações, apresentando as suspeitas de irregularidades, que são encaminhadas aos órgãos de controle do Estado, para que sejam adotadas as medidas cabíveis, no âmbito de cada um deles.

#### **4.2.2 Visibilidade e reconhecimento público da ação da Força Tarefa Popular (FTP)**

Na teoria dos movimentos sociais, de acordo com Melucci (1989, p.64), a visibilidade “fornece energia para renovar a solidariedade e facilitar a criação de outros grupos e o recrutamento de novos militantes, atraídos pela mobilização pública [...]”. Nos estudos sobre a temática da corrupção, Klitgaard (1994, p. 205) aponta algumas táticas para cultivar apoio político e sustentar a luta anticorrupção, sendo uma delas a divulgação, “[...] trombeteie o sucesso da luta anticorrupção (utilizar imprensa, escolas, políticos, internet)”, como aconselha. A FTP lança mão desses recursos, divulgando suas ações nas redes sociais, jornais, emissoras de rádio e TV. Com isso, tem obtido uma visibilidade pública que já ultrapassa o espaço geográfico do Piauí, tornando-se conhecida, nacional e internacionalmente<sup>74</sup>, como exemplo de ação política que reúne forças de diferentes atores sociais na luta anticorrupção.

Essa notoriedade se ampliou, especialmente ao se vincular à “rede” social de combate à corrupção, em construção no país. Na “rede”, a Marcha Contra a Corrupção tem chamado a atenção de lutadores anticorrupção de diversos estados brasileiros e de organizações internacionais, como as OnGs Artigo 19<sup>75</sup> e a Transparência Internacional (TI).

O reconhecimento desse trabalho pelas organizações internacionais é observado pela participação de um representante da ONG Artigo 19 na 11ª Marcha, apoiando na realização de miniplenárias e orientando sobre como fazer uso da Lei de Acesso à Informação, um marco legal na composição do Sistema de Integridade brasileiro que, sendo aplicada, possibilita a

---

<sup>74</sup> Ver Apêndice A.

<sup>75</sup> Artigo 19 é uma organização internacional, presente no Brasil a partir de 2005, que atua em defesa do direito da livre expressão, de acessar informação e da liberdade de imprensa, apoiando ativistas, no mundo, que demandem formação especializada nessas áreas (<http://artigo19.org/>).

ampliação da comunicação entre governo e sociedade e contribui para melhorar a qualidade da participação no exercício do controle social.

Esta visibilidade é projetada para a Europa quando a TI seleciona a FTP entre os três finalistas ao Prêmio Internacional de Integridade de 2006, e ao divulgar, em sua página na *internet*, notícias sobre a FTP. Em 2013, deu notoriedade à 12ª Marcha, da qual participou enviando a coordenadora regional do Departamento das Américas como sua representante, cuja vivência como marchante lhe causou as seguintes impressões:

[...] essa experiência superou minhas expectativas sob dois aspectos: de um lado, me surpreende por ser emocionante o sentimento e o compromisso dos ativistas. Ativistas que sofrem com as pessoas que sentem a causa de coração, e isso me pareceu ser um motor de paixão muito importante que a população e os povos das comunidades por onde estamos passando percebem e se nutrem do poder da Marcha. Por outro lado, também vejo nas comunidades uma necessidade muito grande de superar a problemática da corrupção e, claramente, pela recepção que tivemos em todas as comunidades, sinto que a Marcha impacta as comunidades locais de forma muito chamativa. Não me parece casual que todos os lugares em que passamos as praças se encham, e se encham não porque estamos distribuindo comida ou roupa, como fazem alguns políticos [...] (comunicação oral) <sup>76</sup>.

Destaca-se como exemplo efetivo de replicação da estratégia da Marcha como instrumento de luta anticorrupção, para além das fronteiras do Piauí, a realização da I Marcha Contra a Corrupção e pela Vida do Estado do Ceará.

**Figura 16**– I Marcha de Combate à Corrupção e Pela Vida do Ceará.



Fonte: Arquivo ACECCI

<sup>76</sup> Depoimento da coordenadora regional do Departamento das Américas da TI, Luciana Torchiari, em entrevista realizada em 23 jul. 2013, em São Raimundo Nonato-PI.

A Marcha do Ceará aconteceu em janeiro de 2015, organizada pela Associação Cearense de Combate à Corrupção e à Impunidade (ACECCI), depois do diretor e alguns sócios terem participado de cinco edições das marchas do Piauí, enxergando na metodologia da FTP, o uso de mecanismos de democracia direta, como um caminho para alcançar seus objetivos.

Participei da VIII Marcha, realizada em 2009, vim ver a experiência da FTP para tentar reproduzir no Ceará [...]. A FTP e a ACECCI buscam alcançar objetivos semelhantes, principalmente de mobilizar a sociedade civil para exercer o seu direito e dever de realizar o controle social. Acredito que a corrupção só será combatida através da ação direta da sociedade civil (comunicação oral)<sup>77</sup>.

Como afirma Arendt (1997), é da habilidade de interação e de negociação que nasce o poder para se agir em nome de alguém. Esses atributos estão presentes na FTP e contribuem para que seja reconhecida e legitimada, no Piauí, como representante da sociedade civil na luta anticorrupção. Isso se revela em fatos como o recebimento de Medalha de Hora ao Mérito, concedida pelo TCE-PI e a participação do chefe da CGU/PI na Marcha de 2013, sem dizer dos convites recebidos para palestras em instituições de ensino, públicas e privadas e para participação em eventos realizados pelos órgãos de controle do Estado, representando a sociedade civil. Vale ressaltar a participação na Conferência Estadual e na Conferência Nacional da CONSOCIAL, em 2012. Lá defendeu a FTP as propostas que já coloca em discussão no Piauí e que, na plenária final do evento, entraram no rol das aprovadas: o cumprimento da obrigação constitucional da disponibilização das contas públicas para a população fiscalizar, a abertura das casas legislativas para acesso livre e diário pelos cidadãos e a inclusão nos currículos escolares de matéria tratando das temáticas do controle social e cidadania.

O papel assumido pela FTP como movimento de articulação de organizações da sociedade civil para a luta anticorrupção é, portanto, reconhecido por diversas entidades. Para desempenhá-lo, tem como apoiadores mais frequentes a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Piauí, a Cáritas Diocesana, a Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), os Sindicatos dos Rodoviários e dos Urbanitários, dos Trabalhadores em Telecomunicações, e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). Mas em cada edição da Marcha as entidades se alteram e outras são articuladas. Como exemplos, destaca-se pela originalidade, as parcerias articuladas para a realização da 12ª Marcha, com o Curso de

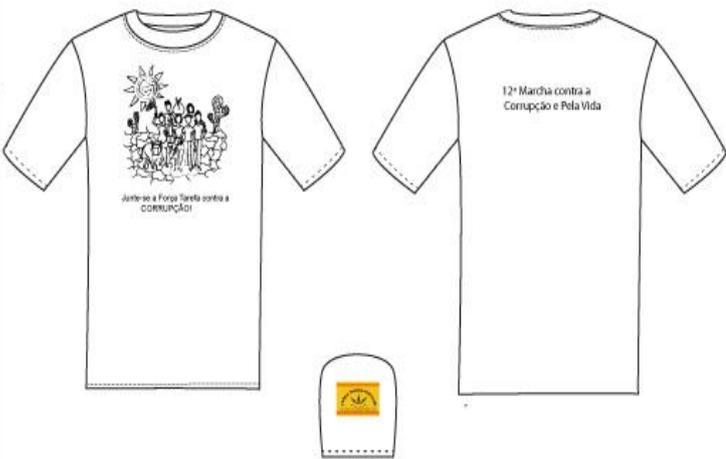
---

<sup>77</sup> Depoimento do diretor da ACECCI, Francisco de Assis, em entrevista realizada em 11 jul.2012, em Marcolândia-PI.

Bacharelado em Moda, Design e Estilismo, da Universidade Federal do Piauí, e com o grupo do movimento Hip-hop, que trabalha com a arte do grafite. Essa ideia da moda e do grafite associada à luta anticorrupção foi proposta na fase preparatória da 12ª Marcha como forma de mobilizar adesões e apoio.

A ideia da ampliação do conceito de moda para o compromisso cívico com a luta anticorrupção foi apresentada para o Curso e recebeu a adesão da professora Iara Braga que, com um grupo de estudantes, elaborou um Projeto de Extensão Universitária, com o título “Moda contra a corrupção: grito do sertão”.

**Figura 17** – Ficha Técnica do Projeto de Extensão “Grito do Sertão” /UFPI

 <p>FICHA TÉCNICA</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ CURSO: BACHARELADO EM DESIGN DA MODA E ESTILISMO</p>	<p>SEQÜÊNCIA DE MONTAGEM DA PEÇA</p>	
<p>COLEÇÃO: Gritos do Sertão</p>	<p>Conforme a linha de montagem do fabricante, perante escolha do solicitante (Força Tarefa).</p>	
<p>MODELO: Blusa Básica</p>		
<p>ANO: 2013</p>		
<p>REF:</p>		
<p>DESCRIÇÃO DA PEÇA</p> <p>blusa de gola careca, com estampa centralizada na frente, frase disposta abaixo da estampa e uma frase centralizada na parte superior nas costas da blusa. Nos tamanhos P, M e G.</p>	<p>MODELAGEM PLANIFICADA</p>	
<p>COR/TECIDO</p> <p>Amarelo, vermelho, branco e preto</p> <p>Malha PV</p> <p>OBSERVAÇÕES</p> <p>Na manga direita da blusa consta a logo da Força Tarefa .</p>		

Fonte: Arquivo FTP (2013)

O projeto, aprovado pelo Colegiado do Curso de Moda, em fevereiro de 2013, resultou na criação de coleção com peças decoradas com estampas e desenhos que refletiam o tema da 12ª Marcha, “Por um sertão sem corrupção!”. A coleção foi apresentada à FTP e a

convidados, em um desfile de lançamento, realizado em 04 de julho de 2013, no espaço de eventos do Curso de Moda da UFPI.

**Figura 18** – Desfile de apresentação da coleção “grito do sertão”



Fonte: Arquivo FTP, foto: Edilene Facundes

A parceria com o grupo de arte grafite do Movimento Hip-hop se deu com a criação do projeto “Pelos Muros da Cidade”, como contraponto à utilização deles para propaganda política e anúncios comerciais. O objetivo era transformar esses espaços, por meio da arte criativa e reflexiva do grafite, em telas com cores e mensagens voltadas para estimular o engajamento da sociedade na luta anticorrupção.

**Figura 19** – Arte grafite contra a corrupção



Fonte: Arquivo FTP (2013)

O projeto tinha, também, o objetivo de valorizar artistas locais e possibilitar às pessoas uma participação efetiva na luta contra a corrupção, com a doação dos muros de suas casas e comércios como espaço permanente de apoio. Os relatos seguintes expressam as motivações dos grafiteiros para participarem do projeto:

Esse *trampo*<sup>78</sup> aqui ele tem um valor maior porque além da gente tá fazendo isso, a gente também tá tentando acordar a sociedade, porque a gente vê toda hora na televisão denúncias de corrupção, ou políticos que são denunciados por desvio de verba pública e meio que a sociedade fica sem fazer nada, fica em *stand-by*, fica parada. Se indigna, mas essa indignação não é colocada pra fora. (comunicação oral)<sup>79</sup>

É algo que já vem fazendo parte do grafite essa parte do protesto, de a gente tá fazendo algum manifesto com uma situação que não agrada a ninguém da sociedade. Eu, como cidadão, me sinto feliz de tá podendo participar, porque o grafite tem esse lado e o artista tem isso de tá expondo seus sentimentos através da arte do grafite. No grafite, eu exponho o que eu estou sentindo na parede e espero que alguém esteja captando essa mensagem também e que corra atrás dos seus direitos, que todo cidadão tem. (comunicação oral)<sup>80</sup>

O lançamento da campanha para a doação de muros aconteceu em maio de 2013 e foi registrada em vídeo<sup>81</sup>, mas de todos os locais visitados em busca de doações, (igrejas, órgão públicos, escolas e empresas), só teve a adesão de um comerciante, localizado no centro da cidade de Teresina. Desse modo, não atingiu plenamente os objetivos pretendidos.

Os apoios recebidos são considerados importantes, mas não têm se convertido em adesão mais ampla da população piauiense nas ações de combate à corrupção, como expõe o líder do Movimento, por ocasião da realização da 11ª Marcha, e que costuma repetir em palestras e entrevistas aos meios de comunicação.

É lamentável como as pessoas não encaram o combate à corrupção como responsabilidade cívica. O silêncio e a omissão dos justos ou honestos alimenta também a corrupção. Há muito tempo estamos tentando trazer para esta luta mais pessoas, contudo a omissão é tamanha que me assusta [...]. Mesmo assim continuaremos a proclamar a sociedade a resistir e construir outra alternativa para vencer na vida (comunicação oral)<sup>82</sup>.

<sup>78</sup> A palavra *trampo* é usada como gíria pelos grafiteiros e tem o significado de *trabalho, atividade*, nos dicionários de língua portuguesa.

<sup>79</sup> Depoimento de W.G (grafiteiro), em entrevista realizada durante o lançamento do projeto “pelos muros da cidade”, em 13 maio 2012.

<sup>80</sup> Depoimento de Jack (grafiteiro), em entrevista realizada durante o lançamento do projeto “Pelos Muros da Cidade”, em 13 maio 2012.

<sup>81</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LnEEIo5Cmw>.

<sup>82</sup> Depoimento do líder da FTP, Arimateia Dantas, no lançamento da 11ª Marcha, em 10 jul. 2012.

O esforço sistemático da FTP, em cada Marcha que realiza, de atingir mentes e corações e mobilizar pessoas para combater a corrupção, tem o propósito de levar a debate e a uma revisão crítica o pressuposto recorrente de que a sociedade brasileira é passiva e aceita a desonestidade como comportamento natural. Rose-Ackerman (2002) e Klitgaard (1994) destacam a necessidade de se fugir do fatalismo cultural, de achar que nada pode ser feito contra a corrupção. O entendimento desses autores, com o qual concordo, é o de que o processo de influência cultural, de naturalização da corrupção, é benéfico aos corruptos, por contribuir para que a população a veja com tolerância e a não questioná-la.

Conforme Pinto (2011), existe uma rede de corrupção no Brasil que funciona dentro e fora do aparato estatal, cujo desmonte requer o aprofundamento do regime democrático pelo alargamento do princípio da igualdade e da intolerância ao regime de privilégios existente no país, que dão suporte para a prática de ilícitos na gestão pública. Ressalta que para enfrentá-la é preciso considerar as implicações nocivas para a sociedade no plano político, econômico e social, rejeitando a ideia de que a corrupção faz parte da cultura e da natureza humana, ou de uma “forma de governar”. Observou-se que a FTP direciona sua atuação, principalmente, para a elevação da transparência pública e para a garantia do direito da sociedade fiscalizar as obras e serviços financiados pelo Estado, apresentando-se como força ativa na formação de uma cultura de intolerância à corrupção na gestão pública.

Atua, cooperativamente, ao Sistema de Integridade, por entender que já existe um aparato legal para ser acionado, que estabelece a participação da sociedade no controle das ações estatais, e por compreender que só o fato das leis existirem não implica produzir os efeitos aos quais se propõem. Como assinala Arendt (1997), direitos e leis só fazem sentido se condicionados aos seus exercícios efetivos, não para atender a interesses individuais, mas para criar uma forma de sociabilidade política que favoreça igual participação no poder e ampliação do canal de comunicação entre as pessoas e o Estado. A FTP considera possível realizar a missão que toma para si, mas também que não é tão fácil, numa realidade de legitimação de privilégios e de naturalização da corrupção, inculcada na mentalidade de grande parte da população brasileira. Contudo, ainda que em pouca medida, nela se enxerga a formação de uma massa crítica atuante e comprometida em transformá-la.

#### 4.3. GANHOS E LIMITAÇÕES DA LUTA ANTICORRUPÇÃO PELA VIA DA DEMOCRACIA DIRETA

A atuação da FTP, no Estado do Piauí, foi o ambiente empírico onde se buscou respostas para o problema de pesquisa sobre se a participação direta da sociedade civil no controle dos investimentos públicos contribui para prevenir e combater a corrupção e para confirmar ou refutar a tese de que o uso de mecanismos de democracia direta é uma alternativa para viabilizar o exercício do controle social democrático, que conceituo como a capacidade dos sujeitos sociais participarem diretamente da fiscalização e controle dos investimentos públicos, influenciando nas tomadas de decisão do aparato estatal, resultando no enfrentamento da corrupção na gestão pública.

A busca por evidências empíricas se dá levando em conta o contexto sociopolítico da atualidade, na qual a democracia representativa passa por uma crise de legitimidade atribuída, em grande medida, à prática da corrupção, considerada como um grande incômodo para as sociedades pelos graves danos que causa, como, segundo diz Rose-Ackerman (2002, p. 9), “manter endêmica a pobreza, a baixa esperança de vida, a má qualidade da saúde e do ensino e a distribuição desigual do rendimento e da riqueza”.

Por tais danos, a corrupção é considerada, também, como uma ameaça para as democracias contemporâneas na concretização dos princípios básicos de justiça e igualdade. São princípios comuns à concepção liberal da democracia, de respeito à vontade geral, sendo a corrupção compreendida como a busca de vantagens privadas em desfavor do bem comum. Tais princípios são orientadores, igualmente, da concepção de democracia dada pelos teóricos de tradição marxista, como Gramsci (1984), para quem a conquista de uma sociedade democrática requer um projeto de desenvolvimento econômico e um aparato legal que possibilite aos grupos dirigidos passarem à posição de grupo dirigente.

A corrupção é uma barreira para essa conquista, na ordem do capitalismo contemporâneo, pois fragiliza a democracia por ser utilizada para reforçar os laços de solidariedade política entre os grupos dominantes e como fonte de acúmulo de riqueza e poder. Ou seja, na sociedade capitalista contemporânea a corrupção funciona como instrumento para fortalecer e manter a hegemonia dos blocos econômicos e políticos dominantes, alimentando a estrutura de classe.

No Piauí, a história mostra que as heranças do coronelismo, patrimonialismo e clientelismo ainda influenciam as práticas políticas e a gestão pública, principalmente nos municípios situados em territórios rurais mais distantes da capital, com baixo índice de

desenvolvimento, pouco acesso à informação e mais dependentes das ações do Estado. É nesse ambiente, mais vulnerável à corrupção, que a FTP atua, a partir de uma proposta metodológica de controle democrático, pela participação social direta da população na fiscalização dos investimentos públicos, não em contraponto ao controle social institucionalizado, mas na perspectiva de seu alargamento.

A ideia de operacionalizar uma metodologia de ação a partir da “Marcha Contra a Corrupção e pela Vida”, para sensibilizar e mobilizar pessoas para a luta anticorrupção, é considerada inovadora e criativa pelos integrantes da rede nacional de organizações da sociedade civil engajadas nessa luta, como expressam os depoimentos seguintes:

A Força Tarefa Popular, como uma das organizações que faz parte dessa rede, ela, sem dúvida nenhuma, é um motivo de inspiração, principalmente num fator diferenciado que ela tem em relação a todas as outras organizações. O enfrentamento da corrupção, normalmente, é feito por pessoas de classe média, classe média alta. São pessoas que não sofrem mais diretamente os efeitos da corrupção. Aqueles mais atingidos pela corrupção normalmente não lutam contra ela e são os que dão o apoio político pra que se perpetuem no poder aqueles que estão à frente dos atos de corrupção [...]. O trabalho do Arimateia [líder da FTP] inverte essa lógica. Ele trabalha diretamente com os mais pobres e mais excluídos e isso é o diferencial da Marcha. Então, além do movimento, que se iguala a outros movimentos em termos de inclusão das pessoas no combate à corrupção, ele dialoga com as pessoas que realmente sofrem a tragédia do mal da corrupção e engaja essas pessoas na luta (comunicação oral)<sup>83</sup>.

A Força Tarefa, ela ingressou na Rede Amarribo como uma valorosa organização que tem o seu jeito muito especial de atuar, que é diferente de todas as outras. Nós não temos nenhuma organização atuando igual à Força Tarefa. Mas é um jeito importante de fazer e de orientar, também de informar as pessoas [...]. Ela é emocionante na sua forma de ser e tem conseguido exportar isso não só pro Brasil afora como internacionalmente também, entendeu? [...] O que eu acho de melhor na Marcha é a possibilidade de você mostrar pro cidadão o que é corrupção e mostrar pra ele que ele tem outro caminho que é não seguir por ali, e mostrar pra ele, também, alguma coisa que às vezes ele não enxerga, que aquilo ali é o dinheiro dele que está sendo roubado e na hora que você vai lá, explica e mostra e ele passa a ter essa consciência, ele não vai perder mais essa consciência. [...] Então, eu acho que é um processo de educação que é fantástico! (comunicação oral)<sup>84</sup>.

Como se verifica nesses depoimentos, o que marca a ação da FTP é o trabalho criativo, lançando mão da simbologia das marchas populares como estratégia que convence pelo testemunho público do sacrifício dos marchantes, atingindo mentes e sensibilizando corações. Os ativistas da FTP atuam como “intelectuais orgânicos”, na concepção de Gramsci (1984), com o papel de contribuir na formação de uma cultura de combate à corrupção, conectados

<sup>83</sup> Depoimento de Henrique Ziller, fundador do IFC e da ABRACCI, em entrevista realizada em 09 nov. 2012, em Brasília-DF, durante a XV IACC.

<sup>84</sup> Depoimento de Lizete Verilo, Diretora da AMARRIBO Brasil, em entrevista realizada em 09 nov. 2012, em Brasília-DF, durante a XV IACC.

àquelas pessoas mais atingidas pelos males que ela causa, despertando-as para a prática cívica de fiscalizar as contas públicas. O poder de sensibilização da Marcha pode ser constatado no seguinte depoimento:

A marcha comove... Eu fui lá na roça levar um sal pro gado... Aí topei aquela comitiva, perguntei a um rapaz a finalidade, ele me falou... Lá na estrada. Eu vi que era uma finalidade importante quando o rapaz me falou que era contra a corrupção... Isso é o que mais tá nos afetando, né? Me comovi com aquele pessoal, assim... aí eu vim em casa e pedi para dona Neuza [esposa] fazer um cafezinho, peguei uns dois queijos na geladeira e levei! Hoje não se vê mais uma jornada a pé daquele jeito, não é? A gente vê que tudo são pessoas de bem, andando a pé em pleno sol quente, já. Me comoveu aquilo, né? (comunicação oral)<sup>85</sup>.

As atividades de sensibilização e formação para o controle social democrático acontecem, nesses municípios, em espaços públicos que remetem à concepção de espaço de cidadania, que lhe atribui Arendt (1997), destacando-se as aulas de cidadania e as ocupações cívicas. Pelos dados levantados na pesquisa documental, o número de participantes nas aulas de cidadania, ao longo desses anos é de, aproximadamente, 1.589 mulheres e 1.709 homens, totalizando 3.298<sup>86</sup> pessoas, com assinatura em livros de Ata, sem contar os não assinantes.

Acrescenta-se a esses registros a formulação de mais de 150 denúncias, protocoladas nos órgãos de controle do Estado<sup>87</sup>, algumas delas resultando em investigação exitosa, como as destacadas pelo líder da FTP:

- a) Na Marcha de 2008, durante a fiscalização das contas do município de Castelo do Piauí, referente ao ano de 2007, um dos gastos chamou atenção, destinado à construção de sistemas de abastecimento de d'água em sete povoados, no valor de R\$ 371.567,82. A Marcha foi visitar o povoado Buritizinho do Geraldo, para onde havia sido disponibilizado R\$ 14.989,43 para a construção de casa de bomba, reservatório, chafariz pré-moldado, equipamentos e canalização da água para as residências. A visita à comunidade revelou que a obra não havia sido feita e que lá tinha um poço perfurado há anos.

---

<sup>85</sup> Depoimento do Sr. Francisco Onofre, agricultor, 75 anos, em entrevista realizada durante a 13ª Marcha, na cidade de São João do Piauí.

<sup>86</sup> Ver Apêndice B.

<sup>87</sup> Ver Apêndice C.

**Figura 20** - Povoado Buritizinho, município de Castelo do Piauí.



Fonte: Arquivo FTP (2007)

A FTP apresentou para a comunidade os documentos oficiais que demonstravam a liberação das verbas e a prestação de contas, com a assinatura do prefeito dando-a por concluída. O fato foi denunciado ao Ministério Público e ao TCE, que instaurou o Processo de Investigação (TC-E-1227), e poucos meses depois os chafarizes foram feitos.

- b) Na Marcha de 2009 a FTP denunciou o abandono da obra do matadouro público do município de Floriano, (Convênio CR.NR 0197265-40 celebrado com o Ministério da Agricultura no valor de R\$ 195.000,00). O valor total da obra tinha sido liberado em 13/08/2007 e dois anos depois ainda estava inacabada e abandonada.

**Figura 21** – fiscalização da obra de construção do matadouro público do município de Floriano.



Fonte: Arquivo FTP (2011)

Foram feitas denúncias aos vários órgãos de controle, como o MPF, resultando na abertura do Inquérito Civil Público nº 1.27.000.002131/2009-79, para apurar esse e outros indícios de irregularidades. A FTP recebeu informações do MPF das medidas tomadas por esse Ministério e da conclusão da obra.

- c) Na marcha de 2011 foram feitas várias denúncias, uma delas relativa a irregularidades na aplicação de recursos do sistema de esgotamento sanitário do Município de Bocaina (Convênios 1264/07 de R\$ 1.400.000,00 e 897/06 de R\$ 600.000,00, contratado com a Fundação Nacional de Saúde-FUNASA). Não havia na cidade canteiros de obras que demonstrassem a aplicação dos recursos. A denúncia feita ao TCE tramitou pelo processo TC-N 041772/11 que, na sessão plenária realizada no dia 27/10/2011, a considerou procedente e proferiu a seguinte decisão:

[...] discutidos os presentes autos, e considerando a manifestação do Representante do Ministério Público de Contas, que aderiu ao requerimento da Força Tarefa Popular, subscrevendo todas as solicitações ali expressas, decidiu o Plenário, unânime, de acordo com a manifestação do Representante do Ministério Público de Contas, como se segue: a) realizar auditoria na prestação de contas do município de Bocaina, exercício de 2011; b) realizar inspeção in loco para análise da parte executada dos convênios referidos, confrontando com os recursos já liberados; [...]; e) determinar que, constatadas irregularidades, sejam encaminhadas ao Ministério Público Federal e/ou Estadual, conforme a competência [...].

Contudo, ressalta-se que a maioria das denúncias formuladas não resultou em respostas efetivas do aparato estatal para investigar, julgar e punir os casos de suspeita de irregularidades, tendo sido mais comum o arquivamento por decurso de prazo. Um dos principais fatores para tal situação, segundo a FTP, é a lentidão, especialmente, na tramitação dos processos no Poder Judiciário do Piauí. Faz-se essa afirmação com base no levantamento dos processos de improbidade administrativa que lá tramitam, que identificou a existência de ações pendentes de julgamento por mais de quinze anos, como mostra o Anexo A. Fatos levados ao conhecimento do CNJ, como mostra a figura seguinte:

Figura 22 - Extrato da denúncia da FTP ao CNJ



EXMO. SR. PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL.

Brasília, 25/06/2015.

*Para o correitoria*



A **FORÇA TAREFA POPULAR**, articulação da sociedade civil que objetiva o exercício pleno da democracia por meio da **14ª MARCHA CONTRA A CORRUPÇÃO E PELA VIDA** vem apresentar DENÚNCIA com o fim de seja apurada por este E. Conselho fatos relativos a morosidade de processos relativos a improbidade administrativa nos termos que seguem.

Levantamento feito pela Força-Tarefa Popular alerta para a necessidade do Poder Judiciário ter uma participação mais ativa nos processos em que envolvem a defesa do erário.

O presente relato se refere a processos sob a competência do Poder Judiciário do Piauí, mas pode servir de alerta para a necessidade de um estudo em todo o território nacional.

A FTP concluiu em suas investigações que as ações movidas em defesa do erário tramitam numa morosidade que tornará eventuais punições inviáveis devido a prescrição, especialmente no estado do Piauí.

Esta realidade fez trazermos para o debate nacional o assunto através da campanha "Ações de Improbidade, julgamento já!".

Uma pequena análise de algumas ações pode demonstrar a gravidade da morosidade do Judiciário em relação às ações judiciais em defesa do patrimônio público.

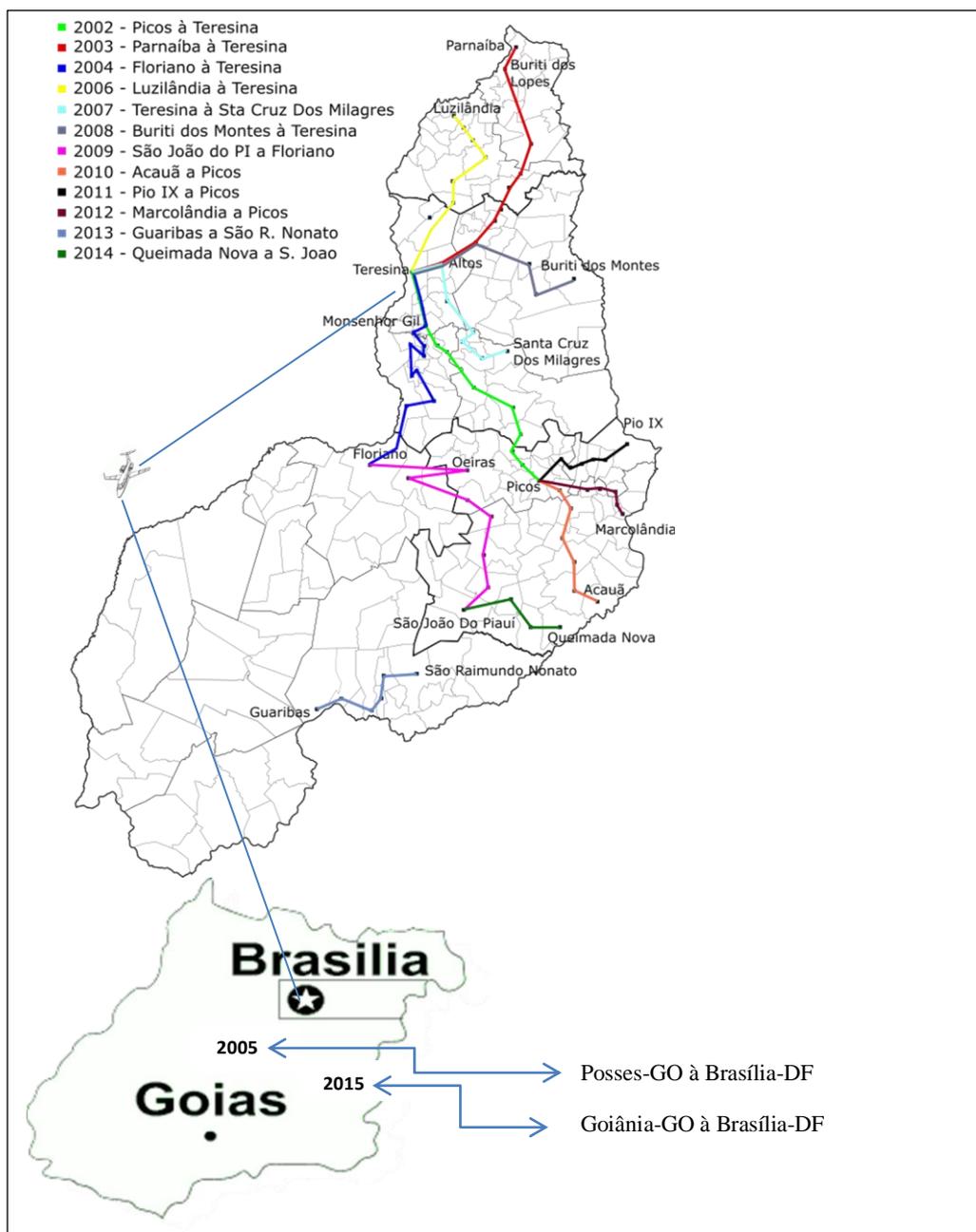
Os processos referidos abaixo foram analisados até dia 06/06/15, podendo haver alterações. As informações foram colhidas perante o site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

1. **Processo 0000052-27.1999.8.18.0075 - Comarca de Simplicio Mendes.** Ação Civil de Improbidade Administrativa - A análise da movimentação registra a distribuição em **22.12.1999** e outro ato com a **remessa ao MP em 16/03/2010**. Processo com praticamente 15 anos tramitando sem sentença. (<http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/processo/303520780>);

Fonte: Arquivo FTP (2015)

Considerando que o Piauí tem 224 municípios, a Marcha já passou por 35% deles, um percentual que aumenta se for levado em conta que, em parte deles, a Marcha aconteceu mais de uma vez e, em outros, incluiu a passagem por comunidades rurais (ver Quadro 6). Além disso, acrescenta-se o fato de ter a FTP ultrapassado as divisas do Piauí, em 2005 e em 2015, com a realização das Marchas para Brasília, como ilustrado a seguir:

Figura 23 - Mapa das Marchas



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados nos arquivos da FTP.

Na atenção dada aos aspectos qualitativos da pesquisa que, no dizer de Richardson (1989), permitem melhor compreensão de questões de natureza social, optou-se por concentrar a investigação empírica na dinâmica da vivência real dos acontecimentos, a partir da observação direta e da realização de entrevistas narrativas, durante a participação da pesquisadora nas Marchas realizadas nos anos de 2012, 2013 e 2014, sem deixar de dar importância à história construída anteriormente pela FTP, atenta à lição trazida pelo pensamento dialético, como destaca Netto (2011), de se compreender o mundo como uma

sucessão de eventos humanos, em que cada fase é vista como transitória e sujeita a constantes mudanças e transformações.

#### **4.3.1 A Marcha em movimento: evidências empíricas da luta anticorrupção pela via da democracia direta**

O início da caminhada se deu com o canto do Hino Nacional, quando ainda estava escuro e o frio continuava forte. Após uns minutos de marcha, os corpos já quentes pelo esforço inicial não sentiam infortúnio. Agora o vento se tornou brisa, que acalentava a marcha em movimento (Arquivo FTP, 2012)<sup>88</sup>.

A participação social, outorgada pela Constituição de 1988, possibilita à FTP realizar uma ação articulada entre organizações da sociedade civil e o aparato estatal, no Estado do Piauí, para o enfrentamento da corrupção, utilizando-se de mecanismos de democracia direta. Por esse caminho, segue na direção do aprofundamento do processo democrático e nele encontra limitações e vivencia ganhos. A identificação e análise desses ganhos e limitações se deram, principalmente, com a realização da pesquisa empírica, participando da 11<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup> edições da Marcha. Nessa fase, foi possível observar, identificar e analisar o comportamento e percepções dos sujeitos da pesquisa<sup>89</sup> (população local, ativistas da FTP e agentes públicos), por seus próprios termos, relativos à fiscalização das contas públicas e combate à corrupção.

##### a) 11<sup>a</sup> edição da Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida

A 11<sup>a</sup> Marcha foi realizada no período de 10 a 23 de julho de 2012 e percorreu os municípios situados entre Marcolândia e Picos. Obteve apoio institucional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), da OAB/PI, da FETAG, por meio dos Sindicatos Rurais e, ainda, da OnG Artigo 19 e do Instituto de Fiscalização e Controle (IFC), os dois últimos apoiando as atividades de formação. Além dos piauienses, participaram da Marcha ativistas vindos dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão e do Distrito Federal. O lema da caminhada foi “Mais informação e menos corrupção”, e o objetivo era divulgar a Lei da Ficha Limpa (135/2010) e a Lei de Acesso à Informação (12.527/2011).

---

<sup>88</sup> Trecho do Diário da 11<sup>a</sup> Marcha, escrito por Arimateia Dantas, em Marcolândia, em 13 jul. 2012.

<sup>89</sup> A identificação dos sujeitos da pesquisa nos depoimentos se dá por consentimento formal destes.

Figura 24 - Panfleto da 11ª Marcha

**LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI 12.527/11)**

Esta lei é muito importante para a luta contra a corrupção e transparência da gestão pública. Caso você queira saber informações sobre algum convênio, valor de obra, vencimentos de prefeito, presença de vereador, prestações de contas públicas, etc. pode usar esta lei. O art. 10 diz que "Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades" públicas, inclusive o Poder Judiciário e Ministério Público. Organizações que recebem dinheiro público, também, se sujeitam à lei.

O pedido deve ser feito por escrito contendo a identificação e as informações e documentos que se deseja. Nesta Marcha, por exemplo, encaminhamos à FUNASA, CODEVASF e Caixa Econômica requerimentos pedindo cópias de convênios e relação de beneficiados das obras. Estas informações vão contribuir para a fiscalização popular.

A lei proíbe quaisquer exigências que possam dificultar o pedido. As informações são gratuitas, isto é, a prefeitura, câmara etc. não podem cobrar taxas. Quando for preciso tirar cópias, quem fez o pedido deve pagar apenas o valor do serviço de xerox, se for cobrado. As entidades públicas têm um prazo de 20 dias para fornecer as informações, mas a Lei recomenda que seja autorizado o pedido imediatamente, art. 11.

Negado o pedido, pode ser feito recurso para Controladoria Geral da União, do Estado ou do município. Mas recomendamos fazer logo denúncia ao Ministério Público.

Ademais, o art. 32 determina que negar as informações é conduta ilícita que gera processo administrativo, podendo, o responsável responder processo e sofrer penas de advertência, multa, perda do emprego, etc. (art.33).

Esta lei e todas as outras correm um risco comum! Ficar no esquecimento e não ser usada. Esta ferramenta de luta cidadã não pode ser condenada à morte pela própria sociedade e isto sempre acontece com as leis que não são postas em prática. Agora a responsabilidade é nossa em darmos o sopro de vida à lei.

**MODELO DE REQUERIMENTO**

Exmo. Sr. Prefeito Municipal de \_\_\_\_\_

Raimundo Lira, brasileiro, casado, lavrador, CPF 121.121.32-09, residente na localidade Jacaré da Vermelha, nesta cidade, abaixo assinado, com base na Lei 12.527/11, vem requerer as informações que seguem.

- 1- Relação dos beneficiados do Programa Bolsa Família com respectivos endereços;
- 2- Relação dos beneficiados com melhoria sanitária pelo convenio nº XXX, celebrado com a FUNASA;
- 3- .....

N. T. P. Deferimento.  
Data, Assina.

OBS: O pedido deve ser feito em duas vias, ficando uma com o cidadão constando o recebimento da 1ª via pelo órgão.

## 11ª MARCHA CONTRA A CORRUPÇÃO E PELA VIDA.

**10 a 23 de julho de 2012**  
 Marcolândia • Francisco Macêdo • Alegrete  
 Vila Nova • Campo Grande • Picos  
 Piauí - Brasil



**Mais informação, menos corrupção.**

10 a 23 de julho de 2012 - Lei de Acesso à Informação - Piauí



forcaterefapopular.blogspot.com | forcaterefapopular@yahoo.com.br

Fonte: Arquivo FTP (2012)

A conjuntura política dos municípios percorridos era de pré-eleição para a escolha de prefeitos e vereadores, coincidindo com o período de realização das convenções dos partidos políticos, que definiam seus candidatos. Nesse ambiente, o chamamento da sociedade para participar diretamente da fiscalização das contas pública proporcionou diferentes reações da população e dos agentes públicos.

Os relatos seguintes deixam transparecer o sentimento de medo da população, que como diz Castells (2013, p.10), “essa [é uma] emoção paralisante em que os poderes constituídos se sustentam para prosperar e se reproduzir”. Mas, houve, também, receptividade e compreensão da importância da fiscalização dos gastos públicos.

Pensamos como vocês [militantes da FTP], mas não agimos como vocês porque o preço é alto. Gera muitos conflitos e punição, como a perda de cargo. As pessoas não entendem o que é democracia. Nós tivemos que nos calar, porque as consequências são grandes. Sabemos como agir, temos conhecimento, mas nos calamos para não ser punida. Esse meu depoimento, amanhã eu vou ser punida (comunicação oral)<sup>90</sup>.

A passagem da FTP foi importante para despertar nas pessoas da localidade o interesse por fiscalizar os gastos públicos, as obras que irão beneficiá-las. Porque ficando só em casa, paradas, sem buscar conhecimento, não irão contribuir para o progresso nem da própria comunidade nem da nação. Nós temos que ter interesse

<sup>90</sup> Depoimento de uma professora, na aula de cidadania, em Marcolândia, em 11 jul. 2012.

não só por nós próprios, mas por todas as pessoas. Sobre a aula da cidadania, gostei muito, foi importante. Pena que o tempo foi pouco, porque os temas são muito importantes, muito ricos em detalhes. Mas foi importantíssimo [...]. Com certeza, vai ficar uma semente na comunidade [...]. Precisava de outros momentos desses para a gente viver de frente a nossa realidade atual e poder mudar. (comunicação oral).<sup>91</sup>

As manifestações dos gestores públicos englobam expressões que vão da preocupação quanto à possibilidade de uso político das ações da FTP por adversários ao reconhecimento do trabalho realizado durante a Marcha, como ocorreu em Francisco Macedo:

Como está na época de campanha eleitoral para prefeitos e vereadores, tem um uso político da ação da FTP, com a aula da cidadania sendo usada como espaço para ataques da oposição para a situação (comunicação oral) <sup>92</sup>.

Parabenizo a iniciativa da FTP por essa luta árdua, que nem todo mundo quer seguir. Me coloco à disposição de viabilizar todas as informações sobre os convênios. Assumi a prefeitura não para desviar, mas para melhorar o município e a qualidade de vida das pessoas. Designo o secretário de administração [...] para acompanhar todas as atividades de fiscalização com a FTP (comunicação oral)<sup>93</sup>.

Destaque-se, também, as manifestações de descrédito do alcance de resultados exitosos das ações anticorrupção, como se verifica no depoimento seguinte, expresso por um funcionário da prefeitura de Marcolândia: “a política no Brasil é de corrupção, o próprio eleitor se corrompe. O próprio eleitor usa o voto como moeda de troca por favores políticos” (comunicação oral)<sup>94</sup>.

As distintas reações apresentadas nestes depoimentos, analisadas a partir da base teórica que orienta a pesquisa, revelam aspectos da realidade desses municípios piauienses que merecem ser ressaltadas. Uma delas é que a prática clientelística, abordada por Queiroz (1998) e Farias (2000), ainda permanece forte e provoca retração da participação social na gestão pública, como ficou evidenciado no município de Marcolândia. Apesar das pessoas disporem de mais conhecimentos e acesso a mais informação, há o medo de sofrerem retaliação dos detentores do poder local, retirando-lhes ou negando-lhes direitos. A afirmação de um representante da prefeitura daquele município dizendo que “a política no Brasil é de corrupção” é indicativa da alimentação da ideia de se tratar de um fenômeno que faz parte do caráter da sociedade brasileira, incutida no imaginário popular. Uma ideia a ser rebatida, conforme alertam Filgueiras (2008) e Pinto (2011), pela compreensão, com a qual

<sup>91</sup> Depoimento de S.B.S., na aula da cidadania, na comunidade Bentivi, no município de Picos, em 20 jul. 2012.

<sup>92</sup> Depoimento de representante da Prefeitura, na aula de cidadania, em Francisco Macedo, em 13 jul. 2012.

<sup>93</sup> Depoimento do gestor local, na reunião de abertura das atividades, em Francisco Macedo, em 12 jul. 2012.

<sup>94</sup> Depoimento de representante da Prefeitura, durante ocupação cívica na Câmara Municipal de Marcolândia, em 11 jul. 2012.

compartilho, de que a corrupção decorre de falhas no sistema político e administrativo brasileiro e que sua naturalização só favorece a quem a pratica, por induzir a população ao conformismo.

A manifestação favorável dos gestores pode ser analisada sob diferentes aspectos. Tanto pode ser para angariar a simpatia da população e se isentar de suspeitas de corrupção, como advertem Klitgaard (1994) e Rose-Ackerman (2002), quanto pode ser um indicador de assimilação dos princípios da transparência e *accountability* que, a partir de 2003, passaram a ter centralidade na política de gestão do Estado brasileiro, como mostra o Quadro 3. Nesse aspecto, a 11ª Marcha vivenciou um fato novo, referente ao comportamento administrativo. Em todos os municípios visitados, os gestores não apresentaram resistência para apresentar as contas públicas e mostrar a situação da execução de obras. Quando não estavam pessoalmente, designavam um funcionário para prestar esclarecimentos, com maior destaque no município de Campo Grande, onde todos os secretários municipais se reuniram para darem explicações sobre a gestão de suas pastas, uma conduta bem diferente da vivenciada na 3ª edição da Marcha, em 2004, relatada pelos militantes da FTP, quando o prefeito de Miguel Leão, sabendo que a Marcha passaria por lá, decretou feriado municipal para não ter que tornar públicos os gastos da sua gestão e inviabilizar o trabalho de fiscalização pela participação direta da população.

Outra reflexão, referente à maior receptividade dos gestores locais ao trabalho da FTP, é de ser um indicador da conquista de legitimidade do Movimento como “base material”, no dizer de Gramsci, dos interesses de cidadãos comuns, sem patentes políticas, como agricultores, donas de casa, estudantes e profissionais de diversas áreas, com capacidade de se contrapor às forças de mando do poder público. Por outro lado, levando em conta a conjuntura política de campanha eleitoral, nesses municípios abrangidos pela 11ª Marcha, atribui-se a presença constante do agente público em todas as atividades de fiscalização como forma de evitar que os espaços públicos criados pela FTP, especialmente a aula de cidadania, trouxessem vantagens para os adversários políticos.

O exercício do controle social, fiscalizando obras públicas, revelou que o principal problema enfrentado pela população, no sertão do Piauí, continua sendo a precariedade no abastecimento de água. A seca é um problema secular que atinge, principalmente, a região semiárida do Nordeste brasileiro, pela irregularidade de chuvas, cujo enfrentamento é dificultado, sobretudo, pela manipulação política dos recursos públicos destinados para essa

finalidade, como a troca de água distribuída em carros pipa por voto, o que mantém a dependência da população aos grupos de poder local<sup>95</sup>.

**Figura 25** – carro pipa usado para o abastecimento de água na região semiárida do Piauí



Fonte: Arquivo FTP (2012)

Diante dessa realidade, a FTP sugeriu a criação do Movimento Água Já<sup>96</sup>, com o objetivo de articular a sociedade civil dos municípios da região para reivindicarem a conclusão das obras das barragens de Estreito (rio Curimatá); Pias (rio Guaribas) e Poço Marruás (rio Itaim), iniciadas há mais de 9 anos.

O que a 11ª Marcha viu ao caminhar é que o problema da seca não é da natureza e sim dos homens e seus administradores. Isto não é novidade, mas constatar com os olhos e sentimento faz uma grande diferença na abordagem do problema e na busca de sua solução. A indústria da seca prospera e seu crescimento é a prova da ineficiência das políticas públicas [...]. A Marcha constatou muitas obras de adutora [transporte de água] paradas e o povo na busca frenética por água. Frente a esta conjuntura, a 11ª Marcha, reunida com a sociedade de Campo Grande, realizou aula de cidadania onde foi debatido o sofrimento do sertanejo devido à falta de água. O resultado deste debate foi a criação do Movimento Água Já. O propósito é articular a sociedade civil dos municípios da região das barragens de Estreito, Pias e Poço do Marruá para juntos reivindicarem, de forma coletiva, a conclusão das obras das adutoras<sup>97</sup>.

<sup>95</sup> A esse respeito ver “Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado”, disponível em: <[http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/seca\\_e\\_poder.pdf](http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/seca_e_poder.pdf)>.

<sup>96</sup> Ver notícia em: <<http://www.portalodia.com/noticias/politica/em-meio-a-estiagem-obras-de-combate-a-seca-estao-paradas-no-piaui-145365.html>>.

<sup>97</sup> Trecho do Diário da 11ª Marcha, escrito por Arimateia Dantas, 23 jul. 2012.



**Figura 26** – Obra da barragem do Estreito, Município de Francisco Macedo-PI.  
Fonte: Arquivo FTP (2012)



**Figura 27** - Barragem de Piau, Município de Pio IX-PI.  
Fonte: Arquivo FTP (2012)

O movimento “Água Já” foi divulgado na imprensa do Piauí, mas não se efetivou em ação permanente, a não ser na entrega de documento ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) solicitando informações sobre a situação da construção das barragens<sup>98</sup>. Em consulta à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMAR), responsável pelo licenciamento das obras, a informação obtida pela pesquisadora, em 2015, foi que as três barragens estavam concluídas. Quanto à execução dos projetos de adutoras para a distribuição de água, só houve a conclusão de parte do sistema ligado à barragem de Piau e que se encontra em execução a segunda fase do projeto.

Vale ressaltar que o atendimento dos movimentos sociais da região ao chamamento da FTP para se engajar na luta anticorrupção ficou restrita à participação na Marcha, sem avançar para a formação de uma articulação local para controle direto dos investimentos públicos, mesmo na questão da água, que causa enormes dificuldades, tanto econômicas quanto sociais, para quem vive no sertão do Piauí. A esse respeito, o depoimento seguinte é esclarecedor:

Os movimentos sociais participam da Marcha contra a Corrupção como um folclore. Não há uma apropriação, uma responsabilização dos movimentos sociais. É preciso que seja realizado um grande evento que “arraste” o Piauí para discutir e deliberar sobre novas estratégias de fiscalização pública, visando ao combate à corrupção, para que os movimentos sociais se apoderem e se apropriem da Marcha Contra a Corrupção como uma meta dos próprios movimentos. Essa participação ainda é

<sup>98</sup> Ver anexo B.

muito no nível de coordenadores. Nós não conseguimos levar as bases dos movimentos para dentro dessa questão (comunicação oral)<sup>99</sup>.

## b) 12ª edição da Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida

No ano de 2013, é realizada a 12ª Marcha, no período de 10 a 24 de julho, com o lema “Por um sertão sem corrupção”.

Figura 28 - Panfleto da 12ª Marcha

**Objetivos da 12ª Marcha**

- ✚ Edificar a esperança ativa no meio popular de que é possível combater a corrupção com iniciativas próprias e coletivas, fomentando a ética na política, na escola, no lar, no sindicato, etc;
- ✚ Estimular a indignação consequente da sociedade contra atos de corrupção ficando em vigilância permanente construindo uma ética comunitária com vista ao bem comum com o aumento do custo moral da corrupção;
- ✚ Lutar para que os Promotores de Justiça de todas as comarcas do Piauí se somem à luta popular pela transparência das contas públicas;
- ✚ Despertar a sociedade para perceber que a corrupção mata, causa desemprego, piora a saúde, deixa mais seco o sertão, coroe a democracia e desestimula os honestos, etc;
- ✚ Estimular o acesso do povo às Câmaras Municipais para fiscalizar as prestações de contas dos prefeitos e vereadores;
- ✚ Estimular o uso da Lei de Acesso à Informação;
- ✚ Articular a sociedade para ações conjuntas contra corrupção;
- ✚ Fomentar campanha cívica contra as cisternas de plástico;
- ✚ Cobrar agilidade e eficiência na construção das adutoras.

**12ª MARCHA CONTRA A CORRUPÇÃO PELA VIDA 2013**  
 Guaribas | Caracol | Jurema | Anísio de Abreu | São Braz | São Raimundo Nonato  
 10 a 24 de julho

**VEJA PORQUE SOMOS CONTRA AS CISTERNAS DE PVC!**

**CORRUPÇÃO MATA. REAJA!**

**SERTÃO SEM CORRUPÇÃO É POSSÍVEL!**

forcatarefa@forcatarefapopular.org | www.facebook.com/forca.tarefa.92  
[www.forcatarefapopular.org](http://www.forcatarefapopular.org)

Fonte: Arquivo FTP (2013)

A escolha do lema foi motivada pela situação de calamidade encontrada no sertão do Piauí, decorrente da precariedade no abastecimento de água, constatada durante as edições das Marchas de 2010, 2011 e 2012. Teve a Marcha por objetivo fiscalizar as obras para prevenir e combater a corrupção no setor de captação de águas, em um cenário no qual 200 dos 224 municípios do Piauí decretaram estado de calamidade por causa da seca, como confirma a Nota Técnica nº 01/2013, do Ministério Público do Estado do Piauí<sup>100</sup>:

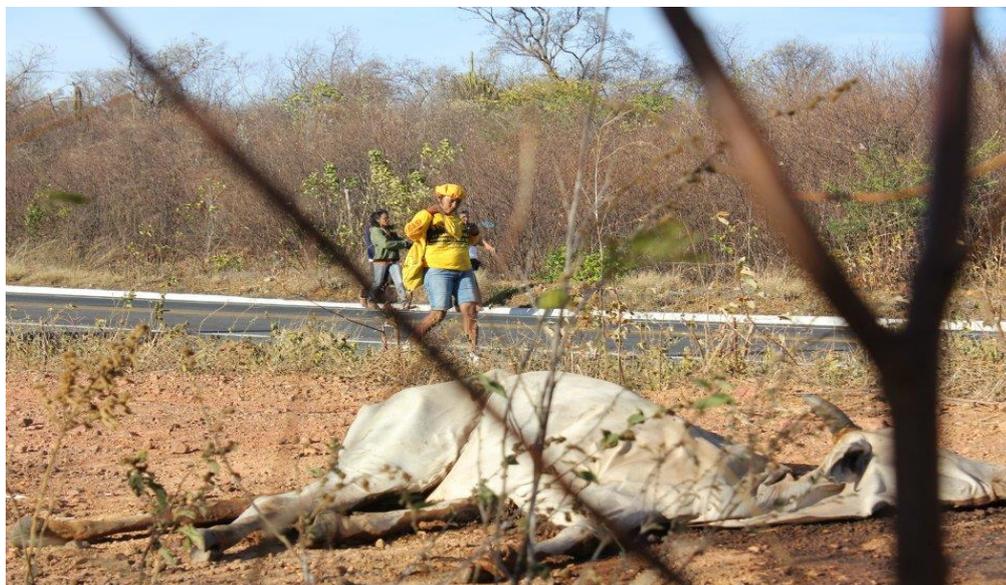
O interesse pelo tema da água surgiu com as marchas de 2010, 2011 e 2012, todas realizadas no semiárido da região de Picos. Nestes três anos, podemos ver a seca e seus efeitos de perto. Ao caminhar, a Marcha se deparou com muitas obras de adutoras paradas, saneamento básico abandonado, postos de saúde pela metade. O contato com o povo do sertão, seu desespero e fragilidade devido à falta de água

<sup>99</sup> Depoimento de Maria José Alves do Nascimento (Nêga Mazé), do Movimento de Mulheres de Picos, em entrevista realizada em Picos-PI, em 21 jul 2012.

<sup>100</sup> Disponível em: <<http://www.mp.pi.gov.br/internet/attachments/Nota%20T%C3%A9cnica%20n.%2001.2013%20-%20Decreta%C3%A7%C3%A3o%20de%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20emerg%C3%Aancia.pdf>>.

associada às políticas públicas ineficientes e à falta de prestações de contas, bem como a manipulação dos votos por água, motivaram a construção de uma marcha específica [...]. A Marcha visa, ainda, despertar a solidariedade nacional e internacional para a situação dos nordestinos que sofrem com os efeitos da seca e com a corrupção (Arquivo FTP, 2012)<sup>101</sup>.

**Figura 29** – evidência da gravidade da seca, registrada no trajeto da 11ª Marcha.



Fonte: Arquivo FTP (2012).

A 12ª edição recebeu apoio das entidades do Piauí que compõem o Fórum Permanente de Convivência com o Semiárido (FPCSA), mobilizadas pelo tema da água, especialmente a Cáritas Diocesana<sup>102</sup>, de Teresina e a de São Raimundo Nonato, e o Sindicato dos Servidores Municipais (SINDSERM). Outros apoios locais vieram do Movimento Capoeira de Quilombo e da Cooperativa de Técnicos Agrícolas e Associados (COOTAPI & ASSOCIADOS). Somaram-se a esses, também, a OAB/PI, a Rede AMARRIBO-BRASIL/IFC e a Transparência Internacional (TI).

O período da Marcha correspondeu ao da realização das eleições para a diretoria da FETAG-PI, o que deixou a FTP sem o apoio de infraestrutura dos STTRs para hospedagem e alimentação dos marchantes que, nesse ano, foram viabilizados pelo SINDSERM e pela Cáritas de São Raimundo Nonato.

Nessa edição, aumentou a quantidade de marchantes de outros estados, principalmente de São Paulo (6) e do Ceará (5), mas também da Bahia (1), de Brasília (3) e uma enviada da TI, vinda da Alemanha. No total, se somaram aos piauienses 15 marchantes,

<sup>101</sup> Trecho de entrevista do coordenador da FTP para a Transparência Internacional, em ago./2012.

<sup>102</sup> A Cáritas Diocesana é uma rede social da Igreja Católica que atua na construção de espaços de democracia participativa e na execução de projetos coletivos de inclusão e transformação social (<http://www.teste.caritasbrasileira.org>).

representantes de organizações que fazem parte da Rede AMARRIBO-Brasil<sup>103</sup>, cuja participação se deu por motivações diversas. Uma delas foi a realização de pesquisa acadêmica para a conclusão do Curso de Graduação em Políticas Públicas, da Universidade de São Paulo (USP), registrada no vídeo-documentário *Sede de Ser*<sup>104</sup>. Os relatos seguintes revelam outras motivações e impressões desse grupo sobre a participação na Marcha:

Eu sou de Marília, do interior de São Paulo. Eu tive conhecimento desse projeto da Marcha pela rede das OnGs que nós fazemos parte, [...]. Aí eu gostei muito de como era feito, toda a caminhada, essa questão da aula da cidadania no sertão [...], foi o que me trouxe aqui. Eu acredito que nós ainda estamos um pouco longe da teoria da democracia como um todo [...]. Nós não entendemos muito bem como a democracia funciona para o país. Então, esse tipo de ação, como a Marcha [...], é pra tentar mudar um pouco a cultura. Eu acredito que se a gente começar a se conscientizar um pouco mais da democracia, aí sim, nós vamos poder ter a certeza se essa forma de Estado é boa ou se vamos ter que ter outra. Mas minha visão é que nós ainda não temos essa consciência completa da forma de Estado. Mas eu acredito, sim, que o problema não é a forma de Estado, é a cultura, Ela, sim, precisa ser mudada. A Marcha, ela é um movimento, ela tem isso como sua principal atitude. [...] O que eu levo de experiência da Marcha, eu ainda não sei o tamanho da experiência que eu vou levar porque eu acredito que só daqui a uns meses, daqui a alguns anos eu vou ter a ciência de tudo isso, do que eu presenciei, da minha visão totalmente mudada que eu tinha do Nordeste, daqui do Piauí [...] (comunicação oral)<sup>105</sup>.

Sou de São Paulo, capital. O que me traz aqui [...], primeiramente, é conhecer o país com meus próprios olhos, além dos livros, além da mídia [...]. Outro fator é uma questão de um ideal de concordar que a corrupção é uma dos principais problemas do país, que coloca uma democracia em xeque, então isso me incentiva a vir pra cá. [...] Apesar de eu ter pouco conhecimento, prévio sobre a FTP e sobre a Marcha [...] eu quis ter essa experiência própria. Eu acho o trabalho [da FTP] sensacional. Uma coisa muito boa e que tende agora a se replicar, se a democracia brasileira se consolidar nas próximas décadas. [...] Ações como essa só vem a acrescentar, mas, ainda tem muitas coisas que estão por trás. Os problemas que a Marcha, por exemplo, não toca, aí fazendo até uma crítica construtiva, que é tocar nas questões de interesse econômico nacional, questões de classe, as classes sociais [...] Eu já vivenciei outras experiências, mas com essa metodologia educativa e fácil de aprender e contínua assim, eu nunca vi igual. Ela é muito bem feita e ela transcende a teoria e prática [...]. Em grandes cidades, a gente tem essa necessidade: de ir à praça, ocupar a Câmara, ver a Marcha passar. Essa questão do visual, de conversar, isso falta muito. E a Marcha, ela traz e acrescenta isso, principalmente para núcleos urbanos pequenos, em que é possível uma democracia direta. Nossa, levo muita esperança principalmente o aprendizado de uma metodologia que acho que pode ser replicada pra quase o Brasil inteiro. Talvez para cidades muito grandes isso seja um pouco diferente [...], a gente tem que pensar uma outra estratégia [...], mas acho que até uns 50 mil habitantes é uma metodologia tranquilamente aplicável e que deixa um resultado absurdo, eu acredito que chacoalha a sociedade que a gente passa (comunicação oral)<sup>106</sup>.

<sup>103</sup> Participaram da 12ª Marcha, vindas de outros estados, as seguintes entidades: ABRACCI, AMARRIBO-Brasil, IFC, ACECCI, Alerta Antonina, Unidos por Analândia, Marília Transparente (MATRA), Bauru Transparente. Vindo de outro país, a Alemanha, participou a Transparência Internacional.

<sup>104</sup> Disponível em: <<https://vimeo.com/86949159>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

<sup>105</sup> Depoimentos de Caio Gomes, em entrevista grupal com representantes de organizações da Rede AMARRIBO, na cidade de São Braz, em 20 jul.2013.

<sup>106</sup> Depoimentos de Igor Cândido, em entrevista grupal com representantes de organizações da rede AMARRIBO, na cidade de São Braz, em 20 jul.2013.

Eu sou de Ubajara, no CE, moro em Fortaleza. Fiquei sabendo da FTP através do F. A.F, ele é de Antonina do Norte e faz parte da FTP. O combate à corrupção me chamou muito a atenção, porque a gente já combatia em Ubajara, e aqui no Piauí há um grupo formado. As pessoas aqui no Piauí já tem o costume, o hábito de combater. Essa ação pode resultar no combate à corrupção. Pode sim! Levando as pessoas a ter o conhecimento das leis, que foi o que aconteceu em algumas cidades. Por onde a gente passou, geralmente as pessoas não têm o hábito de fiscalizar as contas públicas e isso eu considero uma coisa inovadora, principalmente pelos municípios por onde a gente passou. [...] Uma coisa que me chamou muito a atenção é o que geralmente a mídia divulga muito, que o nosso Nordeste é seco, mas o que a gente vê é que há bastante água e que há também um grande desperdício de água e que o poder público poderia fazer muito melhor pela população, mas não faz. Eles, geralmente, só pensam em benefício próprio (comunicação oral)<sup>107</sup>.

Hoje estamos aqui no Piauí com um grupo que veio de Brasília e, justamente, levar ao cidadão, dessas cidades que nós vamos estar, um pouquinho da nossa experiência [...]. Então, se você consegue fazer numa cidade, que seja uma cidade pequena, um grupo ativo, [...], um grupo que vá ao prefeito, vá à Câmara e debata ideias, debata projetos e, com isso, a gente vem pregando esse controle social, o controle social de forma participativa, onde o cidadão ele escolhe o que o seu gestor público, o seu representante tem que investir. Pra gente é muito gratificante participar de uma Marcha dessa, visitar esses municípios, levar essa experiência prática que nós temos lá em Brasília e conhecer também. Conhecer um pouco mais da história da cidade e poder ver as experiências. O que eu achei muito interessante na Marcha do ano passado e nessa Marcha é conhecer pessoas com o mesmo objetivo que o nosso. [...]. No percurso da Marcha, a gente vai conhecendo pessoas que fazem a mesma coisa que a gente faz, em vários municípios do Brasil. Então, essa troca de experiência gera pra gente uma riqueza muito grande (comunicação oral)<sup>108</sup>.

Esses depoimentos foram colhidos pela pesquisadora dez dias depois de iniciada a 12ª Macha, que teve a duração de 15 dias. Esse tempo permitiu aos marchantes “de fora” vivenciarem mais a experiência e, assim, emitirem opiniões mais fundamentadas. A maioria do grupo era de jovens, estudantes universitários, com menos de 30 anos, e que participavam da Marcha pela primeira vez. Como mostram os relatos, as motivações vão desde o interesse individual, como o de conhecer o Nordeste, ao coletivo, pelo comprometimento político com as organizações das quais fazem parte, de atuar na fiscalização das contas públicas e contribuir para prevenir e combater a corrupção.

No contexto da sociedade informacional, onde se estruturam as redes de movimentos sociais e os movimentos sociais em rede, como aborda Castells (1999; 2013), observa-se, pelas narrativas, o funcionamento da rede de articulação de movimentos e organizações da sociedade civil que atuam no controle social e na luta anticorrupção, ao revelarem que por meio dela se deu a mobilização dos marchantes vindos de outros estados. Tal fato mostra que

<sup>107</sup> Depoimentos de Joane, em entrevista grupal com representantes de organizações da rede AMARRIBO, em São Braz-PI, em 20 jul.2013.

<sup>108</sup> Depoimentos de Diego Ramalho, em entrevista grupal com representantes de organizações da rede AMARRIBO, em São Braz-PI, em 20 jul.2013.

a participação da FTP nessa rede contribui para ampliar a visibilidade pública do seu trabalho, especialmente a realização da sua principal estratégia de ação, a Marcha, sem deixar de recuperar a crítica de Lojkin (2002) de que as tecnologias da informação e a *internet* são utilizadas, também, como reserva de informação e de poder pelas classes dominantes.

Desses relatos surgem elementos que remetem a uma análise da experiência empírica com base em questões no campo da teoria democrática, em especial o uso de mecanismos de democracia direta no controle das ações do Estado, mostrando que os formatos representativos e colegiados não são os únicos canais de relação entre Estado e Sociedade, nas realidades brasileiras e piauiense. Constatou-se, assim, que o controle da sociedade sobre as ações do Estado vem se dando, no presente, também por meio de arranjos participativos criados pela própria sociedade, ampliando os formatos institucionalizados, como prevê a Constituição brasileira. Isso vem sendo possibilitado, principalmente pela existência no Brasil de um aparato legal-institucional<sup>109</sup>, como prognosticou Speck (2002), ao qual cidadãos e organizações podem recorrer.

Também aparece a crítica de que a Marcha não aborda questões econômicas e de classe, mas faz uso de uma metodologia que aproxima, mobiliza, emociona e influencia as pessoas para uma mudança de cultura no campo da gestão pública. Essa feição da FTP, mesmo não atendendo ao gosto do pensamento marxista puro, não a coloca na perspectiva neoliberal, pela qual a sociedade civil é chamada a participar com papel complementar à atuação do Estado mínimo. Mostra-se, na verdade, alinhada ao ideário gramsciano, como componente ético do Estado, como espaço para a prática democrática do controle social da gestão pública, a partir da construção de relações dialéticas com a sociedade política.

Os municípios percorridos durante a 12ª Marcha abrigam uma população que se identifica social e geograficamente pela ideia de território, devido à política de planejamento do governo do Estado do Piauí que, a partir de 2003, passou a adotar a estratégia de desenvolvimento territorial. Trata-se do Território Serra da Capivara, onde se verifica a formação de uma massa crítica que atua em organizações da sociedade civil e remete ao que preceitua Gramsci (1984, 1982) sobre Estado ampliado e ao que concebe como intelectual orgânico. São organizações que assumem o papel político de fortalecer o processo democrático por meio de práticas voltadas para ampliar a participação social e o poder de decisão política na gestão pública local.

---

<sup>109</sup> A este respeito, ver Quadro 3, no Capítulo III.

Quando eu soube que a Marcha ia acontecer na região de São Raimundo, pra mim foi um novo estímulo, já que eu costumo falar, assim, que se tem uma coisa que eu gosto de fazer é o controle social. Tenho isso dentro de mim, gosto de fazer o controle dos recursos públicos como cidadã e dentro do sindicato [SINDSERM] eu encontrei esse espaço. Costumo dizer que é a parte que eu mais gosto de fazer dentro do sindicato, é esse controle, não porque quero perseguir ou atacar qualquer gestor que esteja lá no poder, mas como forma de prevenção, para que os recursos públicos sejam aplicados de forma correta e venha surtir efeito para os cidadãos e cidadãs da nossa região. [...]. A articulação que aconteceu aqui, da Marcha, que vocês sentiram que foi um sucesso, foi devido nós já ter esse contato. Nós temos este contato. Aqui nós realizamos a Consocial, em que todos esses municípios estavam presentes [...]. Então, nós já tínhamos de certa forma um contato no sentido de fazer esse controle [...]. Mas o nosso desejo, a força é nesse sentido de dar incentivo para que a gente pudesse incentivar outras pessoas de outros setores, não era de ficar só em um, queremos aumentar o grupo (comunicação oral)<sup>110</sup>.

Por outro lado, ainda se enxerga, nesse cenário, a presença forte do padrão oligárquico e clientelista na gestão pública, em muitos dos municípios. Trata-se de uma marca da formação política do Piauí, da qual fala Quiroz (1998) e Farias (2000). O relato seguinte revela que, na realidade atual, as práticas políticas democráticas ainda convivem com condutas autoritárias, que inibem a participação social e favorecem a prática da corrupção:

Moro aqui na cidade de Anísio de Abreu desde 2010, anteriormente morava em São Raimundo Nonato. Eu fui muito feliz em participar da Marcha e na caminhada eu fiz de tudo para absorver tudo que era possível pra fortalecer os meus conhecimentos, porque eu também me encontrava fragilizado, você fica desprovido de condições de uma fala onde as pessoas que se encontram num estado de aliciamento e de influência da corrupção, elas tem medo, e as frases que eu vi antes da marcha era “ei, você vai votar em quem?” “olha, o meu deputado tá pagando a minha faculdade, só falta 1 ano pra terminar” “olha, o meu vereador, meu prefeito...” Aí eu comecei a perceber, poxa, que nós temos o meu prefeito, o meu vereador, o meu deputado, e cadê o nosso deputado, o nosso vereador, o nosso prefeito? Então, quando a Marcha chegou, eu fiquei sabendo da presença da Marcha através do sindicato, da articulação das demais pessoas, eu fiquei muito feliz e me propus a me doar como cidadão e absorver esse conhecimento, e vi que era muito importante, e aí comecei a entender a importância do fortalecimento da democracia, justamente através do controle social direto que hoje nós estamos vendo que no futuro vamos ver muito essa palavra de controle democrático, que é a validação justamente dos nossos direitos e deveres e a nossa contribuição na sensibilização e na melhora da gestão pública (comunicação oral)<sup>111</sup>.

O combate à corrupção, no campo da gestão pública, é tema que mobiliza pessoas, pela indignação com os efeitos negativos que provoca para o conjunto da sociedade, como mostram Klitgaard (1994) e Rose-Ackerman (2002), dentre eles o de ampliar as injustiças sociais, o que ajuda a alimentar a estrutura de dominação entre ricos e pobres, própria do sistema capitalista hegemônico. Assim, na maioria dos municípios a população atendeu ao

<sup>110</sup> Depoimento de Andréia Alves, em entrevista realizada na cidade São Raimundo Nonato, em 21 set. 2013.

<sup>111</sup> Depoimento de Aldário Campos Braga, em entrevista realizada na cidade de Anísio de Abreu, em 21 set. 2013.

chamamento da FTP para ocupar a Câmara municipal e fiscalizar as contas públicas, para ir à praça debater seus problemas, mas, também, se ouviu das pessoas o medo de sofrer retaliações dos agentes públicos locais, uma conduta política ainda corriqueira, sobretudo nos pequenos municípios do sertão do Piauí.

[Em Caracol] várias pessoas se dispuseram á ajudar a Marcha, mas no ultimo momento ficou apenas eu e com várias pessoas me dizendo para desistir: - “desiste disso aí, se afasta, viaja [...]”. Eu disse: - “não rapaz, se eu me coloquei à disposição, eu vou até o final, eu não sou igual a vocês”. E eu vejo o seguinte, eu vejo que a Marcha ela trouxe vários benefícios para a cidade de caracol, mudança não trouxe, ainda vai trazer. Mas já trouxe vários benefícios, várias pessoas começaram a enxergar a situação com outros olhos, já começaram a perguntar sobre outras coisas, sobre as contas públicas, sobre quanto “entra” [de recursos] no município, como é que a gente consegue acessar um *site* federal para ver um recurso que entra no município [...] (comunicação oral)<sup>112</sup>.

Apesar de se constatar a existência de gestores que ainda adotam condutas políticas mandonistas, na contramão do projeto democrático brasileiro, regido pela Constituição de 1988, também se observou, nos municípios percorridos pela 12ª Marcha, o protagonismo de uma estrutura organizativa da sociedade civil<sup>113</sup> que se articula e opera para conquistar ganhos coletivos. Levando em conta os objetivos da FTP, com apoio dessas organizações, especialmente SINDSERM e Cáritas Diocesana, os resultados obtidos, decorrentes da realização da Marcha, se mostraram no campo educativo, na organização para o exercício do controle social democrático e no campo subjetivo, de tomada de consciência para a importância da participação social na gestão pública.

Esses resultados foram identificados em entrevista grupal realizada pela pesquisadora durante o Curso de Fiscalização Popular que a FTP ministrou, por demanda dessas organizações, dois meses depois da Marcha, sendo um de seus resultados. O curso aconteceu no município de Anísio de Abreu, no período de 21 e 22 de setembro de 2013, com a participação de representantes dos demais municípios percorridos, totalizando 30 participantes. O tópico-guia da entrevista foi sobre a percepção dos “de dentro” quanto aos reflexos gerados pela Marcha, individualmente e para o município.

Eu sou de Coronel José Dias, mas já vivo há um bom tempo em São Raimundo Nonato. Levando para o lado pessoal, a Marcha, ela me construiu como cidadã ativa, né? [...] Foi na Marcha que eu comecei a despertar para o movimento, porque até então eu estava à margem dos movimentos sociais, de tudo. Então a marcha foi onde eu me encontrei como cidadã e me percebi. Foi onde me incentivou a exercitar os meus direitos e executar os meus deveres como cidadã. Eu vejo que aconteceram

<sup>112</sup> Depoimento de Marcelo Dias Reis, em entrevista realizada em Anísio de Abreu, em 21 set. 2013.

<sup>113</sup> Dentre as organizações da sociedade civil atuantes no Território Serra da Capivara estão MST, SINDSERM, Movimento Quilombola, Cáritas Diocesana, CPT, COOTAPI & Associados e STTR.

pequenas mudanças, mas foram bem significativas. [...]. A Marcha, ela deixou grandes aprendizados e pequenas mudanças que, com certeza, a gente está no caminho certo para a transformação, tanto que estamos aqui reunidos, né, para tentar viabilizar [...] (comunicação oral)<sup>114</sup>.

[...] trabalho em Guaribas, sou vice-presidente do Sindicato Municipal de Guaribas, eu acho assim que teve uma mudança muito positiva lá, teve sim, porque lá antes eles não tinham medo de nada não, eles faziam e aconteciam, não estavam preocupados, porque não tinha fiscalização, não tinha nada. Depois que a gente fundou o sindicato lá [...], aí com a chegada da Marcha lá, eles começaram a prestar mais atenção em tudo que ia fazer, não faziam e aconteciam do jeito que eles queriam, não. Agora, quando vão fazer uma coisa, eles prestam atenção no que estão fazendo [...], mesmo que esteja fazendo errado, ele [o prefeito] sempre dá um jeitinho de parecer que está certo. E é isso [...], porque lá, antes, tinha essas mobilizações e o pessoal não ia. Não participava. Dizia que era besteira, que o povo era tolo, que não sei o quê [...]. Quando eles fizeram a Marcha, fez a mobilização, à noite juntou foi muita gente [ na aula da cidadania], até pessoas idosas, que eu pensei que nem ia lá, [...] pessoas lá da prefeitura e contra a prefeitura, estavam tudo lá. O pessoal lá da prefeitura, que trabalha dentro da prefeitura, estavam presentes e ficaram besta com o que foi mostrado lá. Então, depois disso, eles abriram o olho e viram que o negocio não é só do jeito deles, que eles têm que prestar conta, e a gente vai tentar controlar essas contas públicas, porque nos sabemos que é difícil (comunicação oral)<sup>115</sup>.

Guaribas, um dos municípios fiscalizados durante a 12ª Marcha, foi palco do lançamento, em 2003, do Programa Fome Zero<sup>116</sup>, que compõe a Política de Segurança Alimentar e de Combate à Pobreza do Governo Federal. Assim, o exercício do controle democrático realizado lá se deu, especialmente, na aplicação de recursos federais liberados por esse Programa, e gerou o “Relatório-Denúncia”, elaborado e encaminhado aos órgãos de controle pela FTP, de cuja introdução extraiu-se o texto seguinte e os registros fotográficos (fig.30) seguidos a ele:

O relato que segue apresenta situações que devem ser investigadas, mas que servem, também, e de forma clarividente, para alertar os órgãos de controle para a criação de uma política de verificação da **eficiência e eficácia** das obras e serviços, especialmente nas regiões atingidas pela seca e outras catástrofes naturais, a exemplo dos municípios visitados. O município de Guaribas tem sido notícia nacional e internacional por ser a vitrine de um dos projetos mais audaciosos de política pública a nível mundial, que é erradicar a fome. A comunidade apresentava o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano brasileiro, ou seja, 0,479. Dados do Portal da Transparência informam que entre 01/01/1996 a 20/08/2013 foram conveniados R\$ 3.269.437,88, isto só de convênios. O volume de recursos repassados às gestões municipal e estadual foram enormes e suficientes para que os munícipes tivessem hoje melhores condições de vida e aparelhos públicos de qualidade. Esta não foi a realidade encontrada. Apesar dos avanços conseguidos

<sup>114</sup> Depoimento de Elane Gomes, em entrevista realizada em Anísio de Abreu, em 21 set. 2013.

<sup>115</sup> Depoimento de Ingrid, em entrevista realizada em Anísio de Abreu, em 21 de set. 2013.

<sup>116</sup> Sobre o Programa Fome Zero, ver: <<http://www.fao.org/docrep/016/i3023p/i3023p.pdf>>.

como o aumento do IDH, os resultados poderiam ter sido melhores [...] e, 10 anos depois, o que vimos! (Arquivo FTP, 2013)

**Figura 30** - Álbum com imagens da deterioração do acervo de mobílias, equipamentos e computadores do Memorial Fome Zero, Guaribas/PI.



Fonte: Arquivo FTP, fotos Lirian Pádua.

Esses extratos do “Relatório-Denúncia” servem para ilustrar, conforme está dito, “o desperdício com o dinheiro público e o descaso com o erário”, constatados na ação fiscalizatória da Marcha e, também, para revelar quais encaminhamentos e medidas os órgãos de controle adotaram depois do documento recebido. A amostra é referente a duas situações. Uma na qual se observou encaminhamentos mais ágeis do órgão de controle ao processo da denúncia, e outra em que a tramitação processual mostrou-se mais lenta e não resultou na adoção de medidas concretas. Para escolher a amostra, levou-se em conta a representação de um órgão de controle interno e outro de controle externo.

Depois de colher informações na CGU<sup>117</sup> sobre os encaminhamentos dados à denúncia protocolada pela FTP, no dia 16/09/2013, gerada pela 12ª Marcha, constatou-se a abertura do Processo nº 00216.001055/2013-34. Analisando o fluxo processual, observou-se que os despachos ocorreram em intervalos de mais de um ano. Com efeito, depois de recebido no Setor de Protocolo, o Processo foi despachado para o Gabinete, e ficou lá de 14/10/2013 a

<sup>117</sup> A visita à CGU ocorreu no dia 07 jul. 2015.

26/11/2014, saindo para a Coordenação-Geral de Atendimento ao Cidadão, onde tramitou pelo Setor de Triagem e depois na Diretoria de Planejamento e Coordenação das Ações de Controle, sendo despachado, no dia 29/12/2014, para SFC/DCOPE - Demanda Social, onde foi arquivado, no dia 28 de agosto de 2015. Fazendo uso da Lei de Acesso à Informação, foi solicitado à SFC/DCOPE que desse conhecimento, à pesquisadora, sobre as justificativas para o arquivamento do Processo e obteve-se, como informação, que a CGU acionou os órgãos responsáveis para as diligências nas obras e serviços constantes no “Relatório-Denúncia” e decidiu pela não abertura de ação no âmbito da Controladoria, para evitar sobreposição de esforços pelo aparato estatal, por constatar que o Ministério Público já havia instaurado o Procedimento Preparatório nº 1.27.001.000151/2014-62, relativo à representação do Município de Guaribas/PI.

Junto ao TCE, obteve-se informações de que o “Relatório-Denúncia” foi protocolado no dia 05/09/2013, gerando o processo TC - 013868/2013. Observou-se que o fluxo processual ocorreu em intervalos de menor tempo, 4 dias a 6 meses. O TCE acolheu a denúncia e o gestor municipal foi citado em 15/01/2014 para apresentar defesa, o que o fez, cumprindo o prazo processual. Em 26/09/2014, o processo foi encaminhado ao conselheiro-relator, contendo justificativa de que houve atraso na tramitação. O último despacho se deu no dia 27/05/2015, pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal do Tribunal, que encaminhou o Processo para a Divisão de Fiscalização de Obras de Engenharia, recomendando que procedesse à apuração das condições das obras constantes na denúncia da FTP.

Como afirma Klitgaard (1994, p. 205), “a cooperação pública é importante para desvendar e perseguir atos ilícitos”. No Brasil, já há um aparato normativo garantidor da participação social nas políticas de combate à corrupção executadas pelo Estado, mostrado no Quadro 3. É desse aparato normativo que a FTP lança mão para realizar a sua ação mobilizadora e motivadora para a prática do controle social democrático e para a luta anticorrupção. Mas, como indicam os fluxos processuais das denúncias encaminhadas pela FTP aos órgãos de controle, a dialética Estado/sociedade encontra limitações, no Piauí, na lentidão dos procedimentos burocráticos e na adoção de medidas pouco efetivas, indicando que a importância dada à participação social precisa avançar da normatização para uma concreta valorização, pelas instâncias estatais, da ação fiscalizatória realizada diretamente pela sociedade civil. Como destaca Rose-Ackerman (2002), uma das medidas que levam à redução da corrupção é o cidadão comum perceber que o governo está agindo para combatê-la.

Vale destacar que o ambiente empírico da 12ª Marcha possibilitou a identificação de ganhos, individuais e coletivos, que estimulam a população local a participar diretamente da fiscalização dos investimentos públicos e prevenir a corrupção. Como ilustração de ganho individual, situados no campo da subjetividade humana, ou seja, do que pensa e do que sente cada pessoa, o relato seguinte é revelador.

Sou vereador em São Braz do Piauí. A vinda da Força Tarefa, para a minha pessoa, eu achei ótimo, e foi uma lição que eu precisava [...]. Preciso me aprofundar [...] o que pude perceber no Município de São Braz, em dois dias: a mobilização, a vontade de construir entre o povo e os próprios políticos, [...] só trouxe conhecimento que eu, como vereador, não tinha e outros nem tem ainda, por ter se ausentado desse ato público, e com grande respeito à cidade e a todos que faz parte dela [...], e isso trouxe o conhecimento, a democracia política para a população e o município [ ...]. Eu quero só parabenizar o trabalho e pedir desculpa, mas o que o povo, eu vejo, sinto e que eles dizem também, é que é uma coisa que não vai ter outra igual. Eu acho que, também, ali ficou plantado e ali irá progredir alguns atos positivo para o São Braz. E até é um sonho de ser um demonstrativo para que isso venha acontecer em outros municípios [...], porque a informação ela chegou e eu mesmo, como vereador, não tenho muito conhecimento [...], mas, com isso, eu tive as informações para as outras pessoas verem que é necessário. E temos a dificuldade na câmara municipal lá, mantida fechada, e eu sou o secretário lá da Câmara, me sinto até constringido a contar, mas é a realidade, não podemos negar [...] Já pedi oralmente e irei pedir oficialmente e tomar as medidas possíveis para que a Câmara possa ser aberta para o público, porque esse é meu desejo como vereador e eu acho que é um direito do cidadão sãobrazense (comunicação oral)<sup>118</sup>.

Mudanças na dimensão subjetiva são difíceis de aferição, mas nesse relato é possível identificar efeitos da ação da FTP considerados por Castells (2013) como importantes na avaliação de um movimento social, aqueles produzidos nos sujeitos dessa ação e sobre a sociedade que ele tentou transformar. O relato mostra, também, que, mesmo se vivendo na era da *internet*, que diminui barreiras do conhecimento, o acesso à informação é limitado nesses municípios, o que dificulta a formação de sujeitos sociais autônomos e politicamente ativos. Essa limitação se mantém, em parte, como forma de preservação do poder dos grupos dominantes no controle das informações para a população e favorece e protege transações corruptas. Não por acaso, nas fiscalizações foram encontrados laboratórios de informática sem funcionar, com computadores deteriorados pela ação do tempo, sem nunca terem sido instalados (fig. 30). Pode-se, pois, avaliar que, nessa realidade, a prática política adotada pela FTP, para sensibilizar e mobilizar pessoas para o controle democrático da gestão pública foi motivadora de mudança no comportamento individual do vereador e teve reflexo no funcionamento do poder local. No município de São Braz, foi elaborada a Lei da Ficha

<sup>118</sup> Depoimento de Edvon Balduino, vereador do município de São Braz, em entrevista realizada em Anísio de Abreu, em 21 set. 2013.

Limpa, apesar de ter sido vetada pelo Prefeito, e a Câmara municipal abriu as portas para a população.

Um ganho coletivo que resultou da 12ª Marcha foi a criação do Comitê de Controle Social de Políticas Públicas do Território Serra da Capivara, reunindo todos os municípios do percurso. O planejamento para a criação do Comitê aconteceu em setembro de 2013, durante o Curso de Fiscalização ministrado pela FTP. Antes, em agosto de 2013, foi constituída a comissão provisória que o criou.

**Figura 31** - convite para o 1º encontro de organização do Comitê de Controle Social de Políticas Públicas



Fonte: Arquivo FTP (2013)

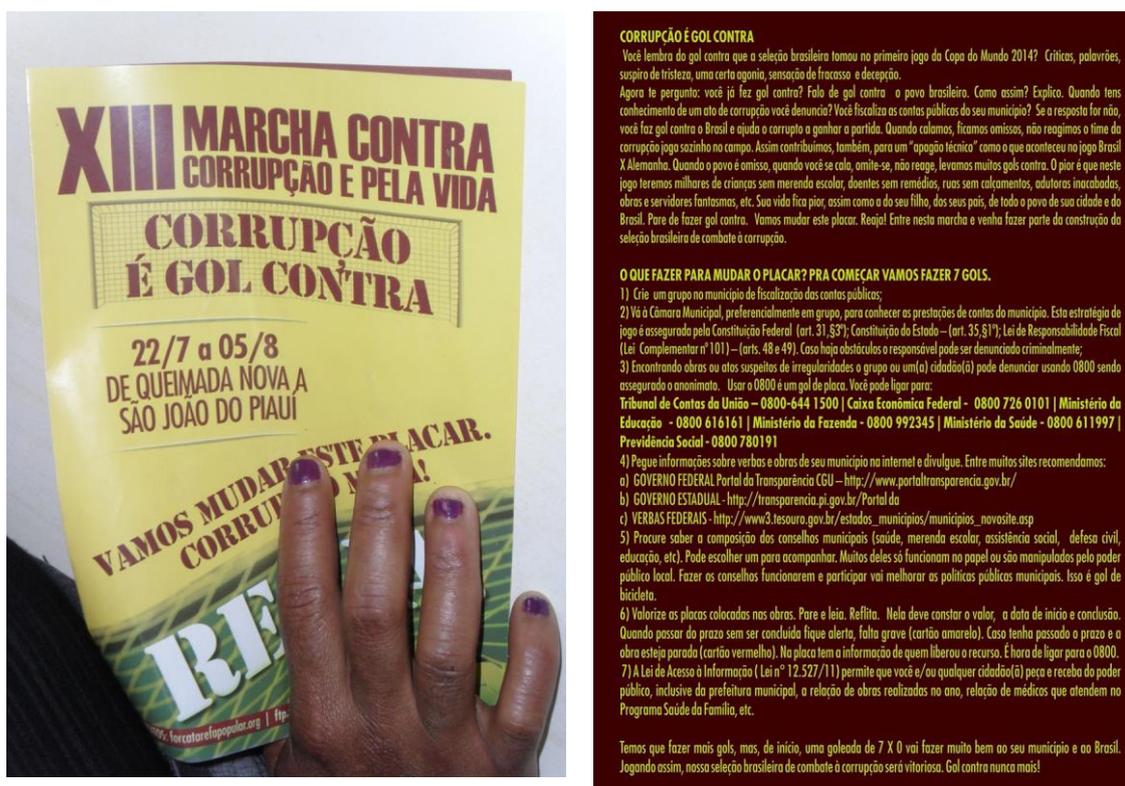
O Comitê está em funcionamento, reúne-se semanalmente, e já contabiliza conquistas importantes, como o reconhecimento pela sociedade e instituições locais do seu papel de mobilizar a população para a participação direta no controle da gestão pública com, por exemplo, a realização de audiência pública, na Câmara Municipal, para discutir o problema de abastecimento de água, como também a realização de campanha popular que resultou na aprovação e publicação da Lei da Ficha Limpa no município de São Raimundo Nonato.

c) 13ª edição da Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida

O período de realização da 13ª marcha, entre os municípios de Queimada Nova e São João do Piauí, foi definido considerando dois eventos que, no ano de 2014, mobilizaram a população brasileira e a piauiense: as eleições majoritárias para a Presidência da República e governos estaduais e a Copa do Mundo de futebol masculino. O período escolhido foi de 27 de julho a 05 de agosto de 2014, depois da Copa e antes das eleições, ocorridas no mês de outubro do mesmo ano.

Aproveitando o clima da Copa do Mundo e o sofrimento dos brasileiros com a derrota da Seleção no Mundial de futebol, o lema da 13ª Marcha foi “Corrupção é gol contra!”. O apoio institucional veio da FETAG, STTRs, OAB/PI, CUT, MPA, Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas (CCOQ), Rede de Educação Cidadã (RECID) e Rede AMARRIBO-BRASIL/IFC.

Figura 32 – Panfleto da 13ª Marcha



Fonte: Arquivo FTP (2014)

O objetivo de combater a corrupção na distribuição de água potável foi central, mas foram incluídas ações de fiscalização no fornecimento da merenda escolar e nos serviços de saúde, por solicitação de marchantes vindos de outros estados e que já atuam na fiscalização

desses serviços. A 13ª Marcha recebeu um grupo maior de participantes e, além desta pesquisadora, atraiu outros pesquisadores que investigam a temática da corrupção, interessados em conhecer a estratégia da Marcha e a aplicação da metodologia de ação.

A conjuntura de campanha política para as eleições majoritárias de governador e presidente da República tornaram mais evidentes, nos municípios percorridos, o confronto entre situação e oposição, assim como o conflito entre representatividade e participação direta. Nesse ambiente de disputa política, como se observou nas marchas anteriores, algumas pessoas manifestaram o medo de sofrer represálias se participassem das atividades de fiscalização da administração pública, revelando que ainda é uma prática comum, no Piauí, gestores municipais ofertarem serviços públicos apenas para seus eleitores, negando-os para quem não lhes tenha dado o voto. Ou seja, a política clientelista, de negociação do voto por favorecimento pessoal, de que trata Queiroz (1998), e que ocorre desde a passagem da monarquia para a república, continua sendo utilizada, no contexto atual da sociedade piauiense, como instrumento de dominação dos grupos de poder sobre a população.

Sou de uma comunidade quilombola chamada Tapuio, desse Município [Queimada Nova]. [...] Faço parte de organizações, de movimentos sociais, como Movimento Quilombola e o Movimento dos Pequenos Agricultores, o MPA. [...] a Marcha passa, mas os problemas, eles ficam. E a população fica também, né, com eles. Então, esse foi um pontapé inicial [...], porque esse dia foi um dia de aprendizagem [...]. Se cada um que se encontramos aqui fazer a força tarefa lá na nossa comunidade, com essas informações [...], nós temos como articular mais pessoas e fazer, de fato, essa transformação. Eu aposto nisto [...]. Tem coisas concretas, que está aí, que você pode contestar com informações verdadeiras e com a realidade vivida. A realidade que nós estamos vivendo não é realidade que está nas informações que nós adquirimos. Você vê que no caso [...], na questão da saúde, né, o que nós, a população sofre não é aquilo que nós vimos nas prestações de contas da prefeitura, que tem médico de plantão, e nós sabe que não tem. A questão da merenda escolar, os alunos, [...], todos nós dá para fazer essa força tarefa e desmontar isso, né, eu acredito na mobilização do povo. [...] Uma das coisas que atrapalha é o medo. [...] Aqui no município, isso, até hoje, tem sido um desafio muito grande para nós. Porque é uma cidade pequena, é diferente de uma cidade grande, né? Aí o povo não vê a luta como uma necessidade, [...] e parte deles vê a luta como vingança, e vingança e caridade não é luta popular [...]. A maioria do povo ainda vê as mobilizações locais como coisa partidária [...]. O pessoal ainda não entendeu que essa é a nossa participação (comunicação oral)<sup>119</sup>.

Sou eletricitista, concursado aqui do município de Campo Alegre do Fidalgo e a força tarefa, o que eu vejo aqui para gente é uma coisa que é muito importante. [...] Você vê os balancetes, [...] os dinheiros que entra e os que estão sendo aplicado no município, e também o que eu estou vendo hoje é uma semente da força tarefa que já é implantada. [...] A gente já viu na rua, hoje à tarde, o carro do lixo pegando o lixo, coisa que a gente não via aqui, aí a gente está vendo eles, hoje, nas ruas pegando, já, os lixos [...]. Uma coisa que já é incentivo [incentivo] da força tarefa, que os

<sup>119</sup> Depoimento de Marineide Maria dos Santos (Neinha), em entrevista realizada em Queimada Nova, em 24 jul.2014.

administradores já tão vendo que é uma coisa que tem que ser feita, né? No meu ponto de vista, eu acho que acontece que não possa continuar essa força tarefa, aqui, por questões que as pessoas têm receio de ir fazer essas cobranças na Câmara, pegar os balancetes, essas coisas, em questão do município ser pequeno e todo mundo ser dependioso [dependente] da administração, aí quem depende da administração tem medo de ser penalizado adiante, e, assim, o que eu vejo é essa situação (comunicação oral)<sup>120</sup>.

Como mostra Klitgaard (1994, p. 221), a escassez de informação propicia a prática de transações corruptas, e melhorar a informação, apesar de não ser suficiente para evitá-las, é uma variável chave. Observa-se, pelos relatos, que mesmo com as garantias constitucionais dadas à sociedade brasileira de exercer o controle sobre as ações estatais, o pouco acesso à informação submete cidadãos e servidores públicos à manipulação de lideranças políticas e a seus mandos, formando o ambiente favorável à cooptação e à corrupção. Um dos propósitos da FTP é ajudar a romper com essa cultura clientelista, a partir da socialização de informações e da utilização do aparato normativo-legal brasileiro, que prevê a participação social e a transparência na gestão pública.

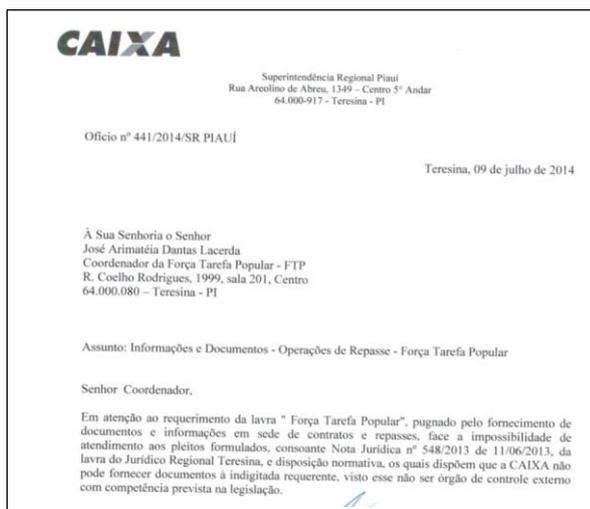
A Constituição Federal é a principal base de amparo da FTP para obter informações dos órgãos governamentais sobre os convênios que serão fiscalizados e ter acesso às câmaras e prefeituras municipais para a realização do controle democrático dos investimentos públicos. A Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) é acionada e tem facilitado esse trabalho, haja vista que a maioria das instituições atende mais prontamente às solicitações da FTP, em cumprimento à Lei, que estabelece, no art. 11, § 1º, atendimento imediato e, não sendo possível, no prazo máximo de 20 dias. Contudo, os pedidos de informação feitos à Caixa Econômica Federal (CEF), na fase de organização da 13ª Marcha, não foram acatados.

**Figura 33** – Pedido de informação da FTP para a CEF



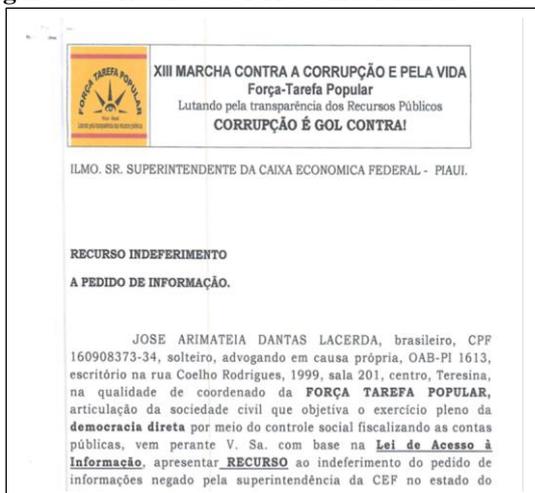
Fonte: Arquivo FTP (2014)

<sup>120</sup> Depoimento de R, em entrevista realizada em Campo Alegre do Fidalgo, em 29 jul.2014.

**Figura 34** – Negativa da CEF ao pedido de informação da FTP

Fonte: Arquivo FTP (2014)

A FTP apresentou recurso contra o indeferimento, à Superintendência da Caixa Econômica do Piauí, no dia 18/07/2015. Não obtendo resposta, o apresentou às instâncias nacionais dos órgãos de controle, em Brasília – DF, em setembro de 2015, durante a realização da 14ª Marcha.

**Figura 35** – Recurso da FTP ao indeferimento da CEF

Fonte: Arquivo FTP (2014)

Esse episódio mostra que, apesar do aparato legal existente, a limitação para a participação social no controle das ações estatais encontra barreiras dentro do próprio Estado. Nota-se, nesse fato, o aparato estatal atuando para conter o controle da sociedade civil sobre suas ações, o que, como observa Gramsci (1982), faz parte do jogo de forças entre sociedade política e sociedade civil, uma característica da dinâmica de funcionamento do Estado no

contexto das democracias capitalistas atuais. Como analisa Coutinho (2011), a relação de forças entre Estado e sociedade, não é, segundo o pensamento gramsciano, estática, mas contínua e submetida à alteração de equilíbrio, em face de uma realidade efetiva e dialeticamente contraditória.

Na realidade brasileira e piauiense, são visíveis as contradições e as forças oscilantes que permeiam o campo da gestão pública, posto que existe um aparato legal que preceitua a participação da sociedade na execução das políticas públicas, porém a prática operacional ainda é baixa, indicando que está distante de se alcançar o patamar de horizontalidade proposto por Gramsci (1984), que se dá, conforme afirma, pelo protagonismo das organizações da sociedade civil.

Na 13ª Marcha, a tensão entre representatividade e participação direta da sociedade na gestão pública local ficou evidente na maioria dos municípios. Mesmo naqueles em que o discurso dos agentes públicos foi de abertura de diálogo com a FTP e com a população e de presteza na disponibilização das informações, como em Queimada Nova, por onde a Marcha começou. Os marchantes foram recepcionados pelo presidente da Câmara Municipal, com o seguinte discurso: “[...] Sempre a gente procurou deixar essa Casa de portas abertas, como está hoje, isso é todo dia, não é só hoje, a população do município sabe disso, para que todos tenham acesso à documentação que aqui se encontra [...]”.

A população de Queimada Nova se reconhece como comunidade quilombola<sup>121</sup> e é identificada assim pelos órgãos estatais. Um reflexo da luta protagonizada pelo movimento negro no Brasil e, especialmente devido à presença permanente da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas no município, atuando para a garantia de direitos, sobretudo o de manutenção de seus territórios. Isso imprime à população um perfil mais politizado, comparativamente a outros municípios. Tal fato, junto com a facilidade de acesso à Câmara, permitiu que a prática pedagógica de orientação da população para a fiscalização das contas públicas acontecesse e resultasse no despertar de alguns para a importância do controle dos gastos públicos, como se vê nos seguintes relatos:

A gente viu ali notas do senhor prefeito, de viagem pra Teresina e pra Petrolina, sem justificativa. Pra Teresina tudo bem, que é a capital do Estado. [...] Pode ter ido falar com um deputado, buscar um projeto, alguma coisa. A gente até entende. Mas aí fica a minha pergunta e eu acho a dos companheiros que estavam ali, olhando [os balancetes]. E essa diária de Petrolina, em Pernambuco, sem ter justificativa? O que

---

<sup>121</sup> Sobre o conceito de comunidade quilombola ver O’Dwyer (2002). Disponível em: <<http://laced.etc.br/site/arquivos/ElianeOdwyer%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20Livro%20Quilombos.pdf>>.

quer dizer isso? A gente vê que não tem saúde, não tem médico, as escolas estão nessa situação. E aonde tá indo o dinheiro público? (comunicação oral)<sup>122</sup>

Outra observação. Além das despesas não justificadas, a gente observou uma conta telefônica exorbitante [...], que as ligações são feitas de telefone fixo para telefone celular. É um descaso, até de nós mesmos, enquanto cidadão, que a gente tem que criar essa consciência também de que porque é público a gente não deve gastar esbanjar. Por conta disso falta pra fazer outras coisas [...]. O dinheiro é público, mas é nosso, tem que ser usado de maneira regular, de maneira que atenda ao interesse maior, que é pra todos, de maneira igual (comunicação oral)<sup>123</sup>.

A 13ª edição da Marcha não resultou na mobilização coletiva, com a formação de grupo fiscalizatório para a prática política do controle social, como visa a FTP, nem gerou relatório para denunciar suspeitas de corrupção aos órgãos de controle. A partir da pesquisa empírica, compreende-se que gerar esses resultados não depende apenas da iniciativa da FTP, mas, sobretudo, que a motivação da população local avance para uma organização que priorize a luta anticorrupção. Certamente a conjuntura política de campanha para as eleições majoritárias para os governos estadual e federal foi um fator limitante para se chegar a esses resultados, mas também e, sobretudo, as barreiras criadas pela política clientelista, que se mantem como marca da gestão pública local e limita o ativismo político da comunidade.

A tensão entre representatividade e participação direta foi sentida em quase todos os municípios, principalmente durante a aula da cidadania. Observou-se que naqueles municípios com uma base organizativa mais forte, o poder público não se fez representar em praça pública para debater com a população as questões surgidas com a realização da fiscalização, fato que se deu em Queimada Nova. Compreende-se tal comportamento como uma estratégia do gestor local de não se expor perante o conjunto da sociedade diante de questionamentos que não teria como justificar, como a apresentação de nota fiscal, pela Secretaria Municipal de Educação, da compra de água mineral para abastecer as escolas, com indícios de prática ilícita. Os próprios estudantes, ao analisa-la, afirmaram que nunca beberam água mineral fornecida pelas escolas.

---

<sup>122</sup> Depoimento de um morador de Queimada Nova, na plenária de avaliação da fiscalização direta das contas públicas, na Câmara Municipal, em 23 jul.2014.

<sup>123</sup> Depoimento de uma moradora do município de Queimada Nova, na plenária de avaliação da fiscalização direta das contas públicas, na Câmara Municipal, em 23 jul.2014.

**Figura 36** – Fiscalização, pelos estudantes, dos gastos públicos com merenda escolar.



Fonte: Arquivo FTP (2014)

Os relatos seguintes mostram as impressões desses estudantes por participarem da Marcha e das atividades de fiscalização:

Foi uma experiência nova. Eu não sabia o que significava a Marcha, porque eu só ouvia falar o que era, mas não tinha conhecimento para que servia [...]. A partir de hoje, eu sei o que é uma fiscalização, porque aprendi, tive o privilégio de acompanhar de perto [...] (comunicação oral)<sup>124</sup>.

Essa experiência que a gente tá participando [...] é muito boa, porque a gente não sabia que a gente tinha esse direito de ir lá na Prefeitura, na Câmara e pegar os balancete pra gente olhar. Eu não sabia que tinha esse direito de fiscalizar, formar uma equipe para melhorar e fiscalizar o nosso município (comunicação oral)<sup>125</sup>.

É importante realçar que prepondera nas aulas de cidadania tanto a presença dos gestores locais quanto a de seus opositores, debatendo com a população questões de interesse coletivo, numa aproximação com a noção de esfera pública democrática tratada por Arendt (1997). Nesse ambiente e considerando o referencial teórico gramsciano, a FTP proporciona o diálogo entre sociedade política e sociedade civil, estimula a população local ao exercício da democracia direta e dá voz especialmente àquela parcela excluída e sem vinculação com organizações associativas pelas quais possam se expressar.

<sup>124</sup> Depoimento da estudante Deusimar da Conceição, 18 anos, do município de Queimada Nova, em entrevista realizada em 25 jul.2014.

<sup>125</sup> Depoimento do estudante Roniclécio da Conceição, 19 anos, do município de Queimada Nova, povoado Pitombeira, em entrevista realizada no dia 25 jul.2014.

O diálogo se dá fundamentado nas informações e no conhecimento de aspectos da realidade local, obtidos pela prática pedagógica da fiscalização, que trazem à tona o debate sobre a vinculação entre danos sociais causados pela corrupção e a qualidade dos serviços públicos, sobre os quais Rose-Ackerman (2002) e Klitgaard (1994) se debruçam. É, certamente, um momento de tensão entre democracia direta e democracia representativa, mas também de vivência da dialética Estado/sociedade, apontando caminho para a construção de relações mais democrática entre tais instâncias.

Compreende-se que conhecimento e informação são elementos fundamentais para que a população exerça o controle democrático dos investimentos públicos. Na 13ª Marcha, observou-se que as contribuições da FTP se deram principalmente nesse campo, com a realização de atividades de capacitação para a fiscalização dos recursos públicos e para a utilização das ferramentas de controle disponíveis na internet, como demonstram os depoimentos seguintes:

Gostei da gente vir aqui. Ir na Câmara ver as coisas. Ver o que já aconteceu e o que está acontecendo [...]. Por que hoje tudo tem mais facilidade para ser descoberto as coisas, principalmente porque tem *internet*. Hoje a pessoa faz uma coisa, vem uma verba, hoje é descoberto. Quando vem a verba [...] já está declarada na *internet*. É só abrir o *site* que você vai ver que tem alguma coisa disponível para aquele lugar. Se aquilo não for feito, você vai saber que não foi feito, porque tudo que é para ser feito, que no caso é uma obra pública, ela sempre está no *site*, você vai descobrir. Está no *site* então não tem como encobrir. (comunicação oral)<sup>126</sup>.

As expectativas positivas da participação nas atividades de fiscalização mobilizadas pela FTP não escondem as negativas, de ter medo de exercer esse direito pela via da participação direta:

Se você chegar lá [referindo-se à prefeitura] exigindo seus direitos, eles ficam distorcendo tudo, e isso atrapalha bastante. Se tiver alguém de fora [referindo-se à FTP] é, tipo, como se eles se intimidassem. Mas se você chegar sozinho, as pessoas do município, eles não atende, discriminam. Às vezes, até chamam a polícia, como se a gente fosse bandido. Então, a maneira que poderia ajudar é tendo alguém de fora, não dizendo que a gente não é capaz, mas por causa dessa maneira que a gente é tratado (comunicação oral)<sup>127</sup>.

Não é fácil, que no caso, assim, a gente sabe que tem o direito, só que muitas vezes você não vai, porque quando chega lá você é repreendido. Eles não vão deixar porque, ‘ Ah, para você entrar aqui, você tem que ter um ofício [documento]’. Aí, muitas vezes, assim, você não vai correr atrás de um ofício só para ir ver aquilo ali, ai você deixa para lá. (comunicação oral)<sup>128</sup>.

<sup>126</sup> Depoimento de Helena Tolentino Dias, em entrevista realizada em Campo Alegre do Fidalgo, em 29 jul.2014.

<sup>127</sup> Depoimento de Magna Madalena dos Santos, em entrevista realizada em Queimada Nova, em 24 jul.2014.

<sup>128</sup> Depoimento de Helena Tolentino Dias, em entrevista realizada em Campo Alegre do Fidalgo, em 29 jul.2014.

Como ressalta Coutinho (2008), seguindo as lições de Gramsci (1984), é somente por meio da articulação entre mecanismos de democracia direta com as formas de representação indireta que as classes subalternas podem participar ativamente do poder político. Os relatos evidenciam empecilhos, na realidade local, a essa articulação, impostos, de um lado pela persistência da política clientelista e, de outro, pela população ainda carecer de maturidade política e de uma base de organização mais ampla e mais forte, com capacidade de mobilizar forças que se contraponham a esse sistema de dominação existente.

Os movimentos sociais mais expressivos e com capilaridade nos municípios percorridos pela 13ª Marcha são o sindical, representativo dos trabalhadores rurais, e o quilombola, representativo das comunidades negras. Apresentam-se mobilizados por pautas específicas em que não consta como prioridade o controle social visando o combate à corrupção, apesar de ambos terem apoiado a realização da Marcha. O depoimento de um dos coordenadores do movimento quilombola é esclarecedor a esse respeito:

Quem compõe o governo hoje? São pessoas que vieram de OnGs, de sindicatos, executivos de empresas [...]. O sindicato é uma loja de vender a negociação entre trabalho e capital. O primeiro ensaio, no Brasil, que foi um ensaio de combate, foram os quilombos. E continua sendo os quilombos. Os quilombos questionam o modo de vida. Questionam a estrutura social. Os quilombos questionam o dinheiro. Questionam as atitudes. Aí é outra história. Eu não me comprometi com a Marcha em nenhum momento [...] Mas na hora que a Marcha disse assim: “é pra resolver!”, aí eu me comprometi [garantir almoço aos marchantes]. Porque eu trabalho pelo princípio da resolutividade. Eu não me sentiria um ser humano decente [...] se eu fosse convidado para agir de forma resolutiva e não agisse [...]. Não interessa se eu sou honesto ou desonesto, se eu sou corrupto ou não. Eu sou um ser humano decente. [...] É lindo o trabalho de vocês. Alguém tem que fazer isso. Eu não tô dizendo que tá errado: Não! Alguém tem que fazer isso. Só que isso, por mais que dê certo, por mais que não tenha corrupção, vai ter a desigualdade social. Por que do que adianta? O prefeito de São João [Município onde a Marcha foi encerrada] pode ser o cara mais honesto do mundo. Ele pode aplicar o recurso da saúde, e aplicar centavo por centavo, da forma que manda a lei. Se eu fraturar minha perna amanhã eu só tenho tratamento se eu for pra Teresina. Pra mim chegar em Teresina são 500 quilômetros. Se eu não tiver dinheiro, eu não chego. Então, a acessibilidade, a falta de acessibilidade é pior do que a corrupção. Pode até ser que seja a corrupção que não permite a acessibilidade, mas eu duvido. É a estrutura da sociedade que nós temos que não permite a acessibilidade. É essa estrutura que não permite (comunicação oral)<sup>129</sup>.

Os questionamentos expressos nesse depoimento são relevantes para se pensar a prática da corrupção, a partir da teoria marxista, como parte operante do capitalismo, que se dá pela apropriação privada das riquezas socialmente produzidas. Por esse pensamento, para que ações anticorrupção obtenham êxito, será necessário alterar a estrutura de funcionamento

<sup>129</sup> Depoimento de Antônio Bispo dos Santos, militante do Movimento Quilombola, na acolhida aos marchantes, em São Raimundo Nonato, em 01 ago.2014.

da sociedade. O que se constata no trabalho realizado pela FTP é a utilização de estratégias e mecanismos que, mesmo não resultando na alteração das estruturas de poder, também não as fortalecem, as colocam em questionamento e instigam as populações a refletirem e a se contraporem a elas. Faz isso criando espaços públicos e recorrendo ao aparato legal que força o poder local à transparência pública e mobiliza a população para exercer o direito de participar diretamente da gestão pública. Desse modo segue, na direção do que Gramsci (1984) preceitua sobre “guerra de posição”, que é a ocupação estratégica e gradual dos espaços de poder pela sociedade civil como um caminho que a levará à conquista de hegemonia.

Castells (2013, p. 30) está certo ao afirmar que “em qualquer movimento social há múltiplas expressões de necessidades e desejos”, e se trata de um momento em que sonhos e frustrações são liberados. Na 13ª Marcha, com a divulgação da sua realização pela *internet* e a disponibilização de inscrições *online*, a FTP vivenciou uma situação de tensão interna, que comprometeu a harmonia do grupo e evidenciou a frustração de expectativas. A situação foi provocada por três marchantes, vindos de outros estados, que se inscreveram pela *internet*, mobilizados pela temática do combate à corrupção, mas sem referência organizativa e sem vinculação com a rede social de luta anticorrupção. Deles partiram questionamentos e críticas que poderiam servir para avaliar e fortalecer o movimento se não tivessem sido apresentadas de forma desrespeitosa e agressiva, comprometendo a harmonia do grupo. Além de atribuírem ao líder do movimento a pecha de autoritário, na visão dessas pessoas a Marcha foi considerada um sofrimento desnecessário e foi questionada pelo que mais toca os militantes da FTP, a valorização da mística (rezas, cânticos e palavras de ordem) como instrumento para sensibilizar mentes e corações para a prática do controle social democrático e o engajamento na luta anticorrupção.

Os questionamentos provocativos dos “de fora” causaram reações de indignação nos militantes da FTP, que saíram em defesa do movimento e da simbologia da Marcha como estratégia de luta anticorrupção, como o depoimento a seguir:

Eu queria ter a sabedoria de Salomão e a indignação de Chaplin para me expressar. A Marcha é construída nessa dialética, e a gente vai crescendo na utopia louca que o Brasil pode ser um país sem corrupção. A Marcha se faz andando. Esse é o sentimento! Ao tempo em que se anda se vai conhecendo e descobrindo a nós e aos outros. Descobrir, discutir, vivenciar. Na primeira Marcha só estavam os piauienses. Nesta, tem o Brasil. Está representado por outros estados. Oportunidade de viver essa “loucura”. A Marcha traz poesia. A Marcha é feita por pessoas. Por cada um e cada uma. Pessoas são diferentes umas das outras. Errei muito, no início dialogava mais com quem tinha conhecimento e contato. Contribuí com o isolamento de outras pessoas. É importante criticar e ser criticado. É preciso ficarmos atentos, respeitar e

compreender os outros. A Marcha proporciona a melhoria das pessoas. Quem não se sente marchante não deve estar aqui (comunicação oral)<sup>130</sup>.

Ressalte-se que a Marcha, como espaço público democrático apresenta diversidades de ideologias. Assim, localizo o embate de ideias e comportamentos entre militantes da FTP e os “de fora”, no campo da disputa ideológica e de interesses entre os dois projetos políticos em disputa na sociedade brasileira, tratados por Dagnino (2006), Duriguetto (2007) e Simionatto (2010). Um que se põe em defesa dos interesses da classe dominante, sobrepondo-se aos da coletividade e outro que representa os da sociedade civil e busca a socialização da economia e a democratização do poder político, do qual a FTP compartilha.

É importante realçar, por último, que a imersão no campo empírico, nos municípios que foram palco das Marchas de 2012, 2013 e 2014 permitiu identificar que as realidades da população local se assemelham nos aspectos de vulnerabilidade à corrupção, sobretudo por obstáculos postos à transparência pública e decorrente da dificuldade de acesso à informação e de sua manipulação pelos grupos de poder que visam controlar as forças sociais. Isso se deve, em grande medida, a outro ponto de semelhança entre esses municípios: a permanência do uso de práticas políticas clientelistas que, naqueles com baixa capacidade organizativa, submete a maioria da população a uma condição de dependência com relação ao poder público e, com isso, dissemina o receio de sofrer represálias ao exercitar o controle social pela via da participação direta.

Por outro lado, observou-se que a ação mobilizadora e educativa da FTP para que a população fiscalize diretamente as contas públicas, alcança maior reflexo nos municípios com maior capacidade de organização, como se deu no Território Serra da Capivara, onde há forças sociais que atuam para garantir os interesses da sociedade civil perante a intervenção do Estado, como prevê Coutinho (1992), na perspectiva gramsciana de busca de hegemonia pelo consenso. Destaca-se que se a construção de consenso é perpassada por confrontos, forjados na dialética Estado/sociedade, a pesquisa empírica mostrou que, na atual realidade democrática brasileira, apesar das tensões e limitações, os formatos de democracia direta e o modelo representativo não são excludentes e a relação entre ambos possibilita o exercício do controle social democrático como alternativa para prevenir e combater a corrupção.

---

<sup>130</sup> Depoimento de Francisco Xavier de Oliveira, militante da FTP desde sua criação, durante reunião de avaliação da 13ª Marcha, rebatendo as críticas feitas ao movimento, em São João do Piauí, em 02 ago.2014.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“As boas ideias são inúteis, a menos que alguém tenha vontade de as implementar”.  
(ROSE-ACKERMAN, 2002, p. 24)

Para o desenvolvimento desta pesquisa, delimitada no contexto do Estado do Piauí, deu-se centralidade às seguintes questões: em um contexto social da democracia representativa, há espaço na realidade brasileira para a prática da democracia direta? Quais dificuldades e possibilidades se apresentam, na realidade piauiense, para a participação direta da sociedade civil no controle da gestão pública? Que resultado produz na prevenção e no combate à corrupção? Há relação interativa entre o Sistema de Controle do Estado e o sistema social de controle democrático, que resulte na apuração e na punição de suspeitas de corrupção?

As respostas foram trazidas de argumentações teóricas tratando das relações entre Estado e sociedade, sobretudo aquelas ancoradas nas ideias de Estado ampliado, apresentadas por Antônio Gramsci, de se estabelecerem relações dialéticas e horizontais entre tais instâncias, para, depois, discutir sobre controle social democrático, compreendendo-o como prática política exercida pela via da democracia direta, como um antídoto para prevenir e combater a corrupção na gestão pública.

Compreende-se que a prática do controle social, sob a primazia da sociedade civil, é possibilitada pelo processo de construção da democracia brasileira, desencadeado com a promulgação da Constituição de 1988, que prevê a participação da sociedade civil na gestão pública, como também pela formação de um arcabouço institucional-legal e de um Sistema Nacional de Integridade brasileiro que asseguram a atuação dos movimentos e das organizações sociais na fiscalização de políticas públicas.

O ambiente empírico escolhido para a verificação das questões teóricas motivadoras desta pesquisa, a Força Tarefa Popular (FTP), é palco de uma ação que se dá com base na articulação de sujeitos sociais, individuais e coletivos, para exercitar o direito de participar diretamente do controle dos investimentos públicos na perspectiva de combater a corrupção, esta sendo compreendida a partir de autores que a analisam não como fenômeno da natureza humana, mas como problema público que afeta várias dimensões da sociedade e uma diversidade de atores.

Nesta pesquisa, enfocou-se a corrupção no campo da gestão pública, situada no contexto da sociedade capitalista atual, no qual as transações corruptas, vistas à luz do pensamento marxista, são funcionais para reforçar a estrutura de domínio de uma classe por

outra, provocando efeitos lesivos na dimensão econômica, por comprometer e dificultar o desenvolvimento; na dimensão política, por afetar a qualidade da democracia e deslegitimar o sistema político e na dimensão social, por aumentar desigualdades e injustiças.

A FTP apresenta-se como portadora material das demandas daquela parcela da sociedade civil incomodada e vitimizada pela corrupção. Nesse papel, cria uma ideia nova de controle social, pelo uso de mecanismos de democracia direta que dialoga com a teoria gramsciana de Estado ampliado, na medida em que atua não em contraposição às instituições estatais, mas como seu componente ético. Usa uma metodologia de ação, a partir da realização da Marcha Contra a Corrupção e pela Vida, que constrói um canal de diálogo mais horizontal entre a população e o poder público, indicando que, mesmo não se podendo prescindir do modelo formal de democracia, pelo voto, diante da dimensão e da complexidade da sociedade contemporânea, é possível reinventar formatos participativos, como aconselha Coutinho (2008), que integrem os princípios da representação com os da democracia direta. Um caminho capaz de conduzir a sociedade civil a buscas emancipatórias e a influenciar nas decisões do poder político.

A jornada intelectual, os estudos teóricos e a incursão no campo empírico, mostraram que, no contexto piauiense, a operação de mudanças nas práticas institucionais, na conduta dos gestores públicos e na população para o controle das ações do Estado, pelo uso de mecanismos de democracia direta, é dificultada, sobretudo por aqueles que se beneficiam do sistema representativo para a obtenção de dividendos pessoais no campo político e econômico. No âmbito da gestão, a pesquisa permite apontar como barreiras o padrão clientelista que ainda marca a conduta de muitos gestores municipais, os obstáculos postos à transparência e à *accountability* pública, a morosidade da burocracia estatal na tramitação dos processos de denúncias de corrupção decorrentes da ação fiscalizatória da FTP, e a lentidão do Poder Judiciário em julgá-los, constatando-se caso de demora por mais de 15 anos sem a conclusão do fluxo processual.

No âmbito da sociedade, no ambiente empírico, evidenciaram-se como obstáculos as relações desiguais entre a população e o poder público local, quando gestores municipais usam seus cargos em benefício próprio, para a obtenção de ganhos econômicos e políticos, relatados nas entrevistas realizadas durante a participação nas Marchas, e identificados pela observação direta da ação de fiscalização das prestações de contas das prefeituras. Essas são evidências dos obstáculos ideológicos, segundo Sintomer (2010), uma das marcas do modelo representativo em crise, consistindo no conflito entre os que defendem as vontades coletivas e os que defendem interesses individuais.

A realidade pesquisada, analisada sob o constructo teórico gramsciano, mostrou que os interesses individuais se sobrepõem aos da coletividade principalmente onde há uma frágil organização da sociedade civil. Circunstância na qual o controle social das ações estatais ocorre em um campo de luta em que a correlação de forças pende a favor dos grupos dominantes, provocando a retração da participação social na gestão pública. Nesse cenário, outras barreiras se impõem como a do medo que a população tem de, ao fiscalizar diretamente as contas públicas, ser penalizada pelos grupos dominantes com a restrição do acesso a bens e a serviços públicos, mesmo sendo um direito. Medo que, como observa Castells (2013), só é vencido quando a indignação o supera, mobilizando forças sociais que se movimentam para realizar mudanças na realidade vivida.

Quanto às possibilidades para a prática do controle social democrático, elas advêm das forças sociais mobilizadas para esse fim, sobretudo pelo ambiente democrático estabelecido no Brasil, e pela indignação das pessoas com os efeitos danosos da corrupção para a sociedade. Contribui para isso a ampliação do espaço público brasileiro com caráter mais democrático, possibilitado, em parte, pelo uso da *internet*, que quebra o monopólio do conhecimento e permite maior circulação das informações sobre a gestão e os gastos públicos, disponibilizadas em *sites* governamentais, como o Portal da Transparência. Vale ressaltar a criação de uma estrutura institucional e normativa, formando o Sistema Nacional de Integridade brasileiro, apesar de esse apresentar falhas no seu funcionamento especialmente relativas à efetividade dos mecanismos de transparência e de *accountability* e na construção de vínculos integrativos com as iniciativas dos movimentos sociais, indicando que, além de novos arranjos institucionais e legais, é necessário que haja mudanças nas regras de conduta dos agentes públicos, interagindo com a sociedade civil, para que se atinja resultados mais efetivos.

O controle das ações estatais, por iniciativa da sociedade civil, ganha maior dimensão com a organização, mesmo que ainda pouco abrangente, da rede de articulação social, da qual a FTP faz parte, representada pela AMARRIBO-Brasil/IFC e pela ABRACCI. A rede atua no país há, aproximadamente, cinco anos, na sensibilização e na mobilização da população para se engajar na luta anticorrupção, e as organizações que a compõem se capacitam, interagem e trocam experiências, indicando que a sociedade civil, no Brasil, vem se colocando em movimento para participar diretamente da gestão pública visando o combate à corrupção.

De acordo com o pensamento gramsciano, é impossível separar conflito e consenso. Dizendo de outra forma, é a partir do confronto que se constroem os consensos. É nessa dialética que a FTP estimula a prática do controle social democrático nos municípios

piauienses, reintroduzindo elementos de democracia direta como contraponto à estrutura representativa vigente, utilizando-se de uma metodologia que estimula a participação direta de segmentos excluídos da sociedade na fiscalização das contas públicas e que força a transparência e a resposta dos gestores às demandas e aos valores da população. Cria um canal de comunicação entre a população e o poder local, demonstrando que o contexto sociopolítico atual, de avanço do processo democrático, permite a convivência e a articulação entre participação direta e representatividade, mesmo diante das limitações e dos conflitos que essas relações encerram.

Os êxitos dessa ação, para a prevenção e o combate à corrupção, são evidenciados, principalmente, no campo da mobilização, um dos objetivos da FTP. Praças ficam lotadas pela população local para participar da aula da cidadania (há registro de aproximadamente 4.000 participantes diretos, nas 14 Marchas). Câmaras de vereadores, antes fechadas, abrem as portas para a população fiscalizar as contas públicas, e a pressão direta e as denúncias de suspeitas de corrupção, apresentadas aos órgãos de controle (em torno de 150 denúncias, desde a primeira Marcha), têm levado gestores municipais a se justificarem em praça pública e os obrigado a retomarem a execução de obras paralisadas, entregando-as para a população.

A metodologia inclusiva utilizada pela FTP para estimular a população a realizar diretamente o controle dos investimentos públicos transfere um valor para a sociedade relacionado, especialmente, com a responsabilidade pública, com o compromisso cívico de vigilância sobre a aplicação dos recursos e com a capacitação para reconhecer se há indícios de corrupção e de como denunciá-la. O processo educativo na atividade de fiscalização orienta, de formas simples, como fazer o controle direto dos gastos públicos, por exemplo, a partir da leitura das placas de identificação das obras de engenharia, apenas observando os prazos de execução e o valor destinado, comparando-os ao estágio dos serviços executados. No caso de prazo encerrado sem a obra estar concluída, há indício de corrupção.

Os resultados produzidos no campo da sensibilização, outro objetivo da FTP nessa trajetória da luta anticorrupção, não são fáceis de mensurar, visto que o principal propósito da FTP não é caçar corruptos e denunciá-los, mas atingir mentes e corações para o exercício do controle social democrático. Pensamentos e emoções são dois campos imensuráveis e invisíveis, mas, certamente, em maior ou menor medida, interferem nas escolhas políticas, influenciam na conduta dos gestores, estimulam as pessoas a reagir às injustiças, a lutar por direitos e contra as relações desiguais às quais são submetidas.

Os achados da pesquisa revelam, portanto, avanços na construção democrática brasileira que permitem que o controle das ações estatais se dê não só pelos formatos

representativos - questionados por restringir a participação social e pela vulnerabilidade à corrupção -, mas, também, por arranjos participativos criados pela própria sociedade, mostrando que, mesmo sob tensão, é possível a convivência entre os mecanismos de delegação e os de democracia direta. Vale ressaltar que este estudo deixa algumas chaves para a realização de outras pesquisas empíricas abordando a temática da participação direta da sociedade no controle social, na perspectiva do combate à corrupção, como, por exemplo, relacionadas ao uso da *internet* como ferramenta de transparência pública, ou que analisem o conteúdo do arcabouço institucional-legal e sua efetividade quanto à garantia da participação social.

## REFERÊNCIAS

AMARRIBO – BRASIL. Disponível em: <[www.amarribo.org.br](http://www.amarribo.org.br)>. Acesso em: 04 set. 2011.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Editora UNB, 1985. Disponível em: <<http://copyfight.me/Acervo/livros/ARISTO%CC%81TELES.%20Poli%CC%81tica.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. *Da Geração e da Corrupção, seguido de Convite à Filosofia*. Trad. Renata Maria. São Paulo: Editora Landy, 2001.

ARTICULAÇÃO BRASILEIRA CONTRA A CORRUPÇÃO E IMPUNIDADE – ABRACCI. Disponível em: <<http://www.abracci.org.br>>. Acesso em: 04 set. 2011.

ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS. Disponível em: <[www.contasabertas.com.br](http://www.contasabertas.com.br)>. Acesso em: 19 set. 2014

AVRITZER, Leonardo; FIGUEIRAS Fernando. *Corrupção e controles democráticos no Brasil*. Brasília, DF: CEPAL. Brasil/IPEA, 2011.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. A participação social no Nordeste. In: \_\_\_\_\_. *A participação social no Nordeste*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BALBONI, Mariana Reis. *Por detrás da inclusão digital: Uma reflexão sobre o consumo e a produção de informação em centros públicos de acesso à internet no Brasil*. 2007. 210 f. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação)– Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-10102007-120815/>>. Acesso em: 17 set. 2012.

BAROWIAK, Graig. *Accountability & Democracy: the pitfalls and promise of popular control*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

BECK, Ulrich. *et al. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da USP, 1997.

BENEVIDES, Maria Vitória. *A cidadania ativa - referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991.

BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BIASON, Rita. Corrupção e Relações Internacionais. In: Dallari, Pedro. *Relações internacionais: múltiplas dimensões*. São Paulo: Aduaneiras, 2004. p. 149-168.

BOFF, Leonardo. Alimentando a nossa mística. In: *Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo*. Caderno de Formação, MST, n. 27, 1993.

BOURDIEU, Pierre. (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Diário de Campo - a antropologia como alegoria*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRASIL. Comunicação Social do Departamento de Polícia Federal do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br/agencia/noticias/2014/03/operacao-lava-jato-desarticula-rede-de-lavagem-de-dinheiro-em-7-estados>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. *Constituição Federal*. São Paulo: Edições Jurídicas Manole, 2003.

\_\_\_\_\_. Controladoria Geral da União – CGU. Disponível em: <<http://www.consocia.cgu.gov.br/relatorio-final/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 01 out. 2014.

BRAVO, Maria Inês Souza. Gestão Democrática na Saúde: o potencial dos conselhos. In: \_\_\_\_\_; PEREIRA, Potyara A. P. (Org.). *Política Social e Democracia*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 43-65.

BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; SHOUTHEETE, Marc. *Dinâmica de Pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CARVALHO, Antônio Ivo. *Conselhos de Saúde no Brasil: participação cidadã e controle social*. Rio de Janeiro: FAE/IBAM, 1995.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *O poder da identidade*. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERRONI, Umberto. *Teoria do partido político*. São Paulo: Ciências Humanas. 1982.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Editora Moderna, 1984.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO – XV IACC. 07 a 10 de novembro de 2012. Brasília - DF – Brasil (Exposição oral).

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. Pesquisa 2013. Disponível em <<http://www.latinobarometro.org>> Acesso em: 27 nov. 2014.

CORREIA, Maria Valéria Costa. O Conselho Nacional de Saúde e os rumos da política de saúde brasileira: mecanismos de controle social frente às condicionalidades dos organismos financeiros internacionais. 2005. 342 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*. v. 2. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

\_\_\_\_\_. *Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de utopia política*. São Paulo: Bointempo, 2011.

DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

\_\_\_\_\_. *et al.* (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular: Movimentos Sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1995.

DOWNS, Anthony. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. Trad. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. São Paulo: EDUSP, 2002.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. A teoria dos movimentos sociais em debate. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 1, n.1, p. 67-84, jan./jun. 2001.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Editora Globo, 2001. Disponível em: <<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>>. Acesso em: 10 dez 2013.

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 15, p. 49-65, nov. 2000.

FÉRNANDEZ, Ernesto Ganuza. Novos instrumentos de participação: entre a participação e a deliberação. In: SILVA, Eduardo Moreira da; CUNHA, Eleonora Schettini Martins (Org.). *Experiências internacionais de participação*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 19-40.

FILGUEIRAS, Fernando. Transparência e controle da corrupção no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando (Org.). *Corrupção e sistemas políticos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 2011. p. 133-161.

\_\_\_\_\_. A tolerância à corrupção no Brasil. Uma antinomia entre normas morais e prática social. *Opinião Pública*, Campinas v. 15, n. 2, p. 386-421, nov. 2009.

\_\_\_\_\_. *Corrupção, democracia e legitimidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

FORÇA TAREFA POPULAR – FTP. Disponível em:  
<[www.forcatarefapopular.blogspot.com.br](http://www.forcatarefapopular.blogspot.com.br)>. Acesso em: 15 dez. 2014.

FURTADO, Celso. *Seca e poder: entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. Entrevista concedida a Manoel Correia de Andrade, Raimundo Rodrigues Pereira e Maria da Conceição Tavares.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 64-89.

GOLDEMBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Laurentino. *1822 – Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GONH, Maria da Glória. *Conselhos Gestores e Participação Política*. São Paulo, Cortez: 2001.

\_\_\_\_\_. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antônio. *Intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Trad. Luiz Mario Gazzaneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

\_\_\_\_\_. *Cartas do cárcere*, 1926-1930. v. 1. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. *Cartas do cárcere*, 1931-1937. v. 2. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. II, 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. II, 2003.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - IFC. <[www.ifc.org.br](http://www.ifc.org.br)> Acesso em: 15 dez. 2014.

INSTITUTO ETHOS. Empresas e Responsabilidade Social. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

KLITGAARD, Robert. *A Corrupção sobre controle*. Trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LOIZOS, Peter. Vídeo, Filme e Fotografias como documento de pesquisa. In: BAUER, Martin; GASKEL, George. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 137-155.

LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

\_\_\_\_\_. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. *Planejamento de Pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 2002.

LUPIA, Arthur. Delegation and its Perils. In: STROM, Kaare; MÜLLER, Wolfgang; BERGMAN, Torbjörn (Ed.). *Delegation and Accountability in Parliamentary Democracies*. New York: Oxford University Press. 2003. p. 33-54.

MACHADO NETO, Antônio Luiz. *Sociologia Jurídica*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

MACHADO, Paulo Henrique Couto. *As trilhas da morte: extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica parnaibana piauiense*. Teresina: Corisco, 2002.

MAIA, Roseli Celi Moreira. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 63, p. 91-116, 1. sem. 2007.

MARSHALL, Thomas Humprey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, José Antônio. *Corrupção*. São Paulo: Globo, 2008.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*; crítica ao Programa de Gotha. In: \_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. ed. eletrônica: Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/guerracivil.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2013.

\_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2003. (Coleção a Obra-Prima de Cada Autor).

\_\_\_\_\_. A questão Judaica. In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1997. p. 35-69.

\_\_\_\_\_. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Disponível em: <[http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/aideologiaalema\\_karlmарx\\_e\\_engels.pdf](http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/aideologiaalema_karlmарx_e_engels.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2015.

MAY, Tim. *Pesquisa Social: questões, métodos e processos*. Trad. Carlos Alberto Silveira Neto Soares. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. In: *Lua Nova*, n. 17, São Paulo, p. 49-66, jun. 1989.

MEDEIROS, Antônio José (Org.). *Piauí 2000-2013*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

\_\_\_\_\_. *Movimentos Sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1996

MEDEIROS, Lucineide Barros. A Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí - FAMCC e o “Orçamento Popular de Teresina” – OPT, Revelando a Natureza de Classe do Estado e Práticas Sócio-Políticas Emergentes no Processo de Educação Política. Teresina, 2004. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, 2004.

MIGUEL, Luís. Felipe. Teria democrática atual: esboço de mapeamento. *ANPOCS*, São Paulo, n. 59, p. 5-42, 1. sem. 2005.

MORIN, Edgar. Para um paradigma da complexidade. In: \_\_\_\_\_. *O problema epistemológico da complexidade*. Portugal: Publicações Europa - América, 1996.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe e movimento social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOVIMENTO DE COMBATE A CORRUPÇÃO ELEITORAL – MCCE. Disponível em: <<http://www.mcce.org.br>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

NETTO, José. Paulo. *Introdução ao estudo do método em Marx*. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. *As ruas e a democracia*. Ensaios sobre o Brasil contemporâneo. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. *et al* (Org.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEREYRA, Sebastián. *Política y transparencia: la corrupción como problema público*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

PINHO, José Antonio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de Estados no Brasil: muita tecnologia, pouca Democracia. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 3, p. 471-493, mai./jun. 2008.

PINTO, Celi Regina. *A banalidade da corrupção: uma forma de governar o Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3663>> Acesso em: 10 dez. 2014.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracy and the Limits of Self-Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. 2. ed. Teresina: Editora Universidade Federal do Piauí, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1989.

ROSE-ACKERMAN, Susan. *Corrupção e Governo*. Trad. A. Mata. Lisboa - Portugal: Prefácio, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social ou Princípios do direito político*. Trad. Lourdes Santos Machado. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 21- 282.

\_\_\_\_\_. *Do Contrato Social*. Livro II. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Coleção a Obra-Prima de Cada Autor).

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o Cânone democrático. In: \_\_\_\_\_. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82.

SCHUMPTER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SCHWARTZMAN, Simon. *As bases do autoritarismo brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007. Disponível em:  
<<http://www.schwartzman.org.br/simon/bases/bases.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias*. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil. In: LUIZ, Danuta E. Cantoia. (Org.). *Sociedade civil e Democracia: expressões contemporâneas*. São Paulo: Ed. Veras, 2010. p. 29-54.

\_\_\_\_\_. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SINGER, Paul. *A crise do milagre: interpretação crítica da economia brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SINTOMER, Yves. *O Poder ao povo: Júris de cidadãos, sorteio e democracia participativa*. Trad. André Rubião. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SMULOVITZT, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique. Societal and Horizontal Controls: Two cases of a Fruitful Relationship. In: MAINWARING, Scott; WELNA, Christopher (ed.). *Democratic Accountability in Latin American*, Part IV. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SPECK, Bruno; COSTA, Valeriano. *Sistema de Integridade nos Estados Brasileiros*. São Paulo: Instituto Ethos/UNICAMP-CESOP, 2012. Disponível em:  
<[http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-93eSIEB\\_versao13dez2011.pdf](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-93eSIEB_versao13dez2011.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. WILHELM, Bruno (Org.). *Caminhos da transparência*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

SOUSA, Rodriane de Oliveira. Participação e Controle Social. In: MIONE, Apolinário Sales et al. (Org.). *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 167-187.

STUKART, Herbert Lowe. *Ética e corrupção: os benefícios da conduta ética na vida pessoal e empresarial*. São Paulo: Nobel, 2003.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife: Equip; Salvador: UFBA, 2001.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - TI. Disponível em:  
<<http://www.transparency.org>>. Acesso em: 04 set. 2011

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. *O pós-socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Participação popular: poder local e conselhos. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 5, n. 2, p. 23-30, 1991.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982.

\_\_\_\_\_. *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. v. 1. Brasília, Ed.UnB, 1999.

WEFFORT, Francisco Correia. *Por que democracia?*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Quadro síntese de notícias das Marchas realizadas de 2012 a 2015

<i>Links notícias - Piauí:</i>
<p><a href="http://www.portalodia.com/noticias/piaui/forca-tarefa-lanca-12a-marcha-contracorrupcao-175218.html">http://www.portalodia.com/noticias/piaui/forca-tarefa-lanca-12a-marcha-contracorrupcao-175218.html</a></p> <p><a href="http://www.capitalteresina.com.br/noticias/politica/ong-forca-tarefa-popular-vai-percorrer-municipios-e-fiscalizar-contas-publicas-1681.html#.UfZ7-c_X93D">http://www.capitalteresina.com.br/noticias/politica/ong-forca-tarefa-popular-vai-percorrer-municipios-e-fiscalizar-contas-publicas-1681.html#.UfZ7-c_X93D</a></p> <p><a href="http://www.meionorte.com/debemcomavida/marcha-contraa-corrupcao-chega-a-teresina-dia-24-259091.html">http://www.meionorte.com/debemcomavida/marcha-contraa-corrupcao-chega-a-teresina-dia-24-259091.html</a></p> <p><a href="http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/marcha-contracorrupcao-chega-a-teresina-apos-percorrer-seis-cidades/2713443/">http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/marcha-contracorrupcao-chega-a-teresina-apos-percorrer-seis-cidades/2713443/</a></p> <p><a href="http://www.cidadeverde.com/grupo-viaja-pelo-piaui-na-12-edicao-da-marcha-contraa-corrupcao-veja-138801">http://www.cidadeverde.com/grupo-viaja-pelo-piaui-na-12-edicao-da-marcha-contraa-corrupcao-veja-138801</a></p> <p><a href="http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-1edicao/videos/t/edicoes/v/marcha-contracorrupcao-chega-a-teresina-apos-percorrer-seis-cidades/2712386/">http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-1edicao/videos/t/edicoes/v/marcha-contracorrupcao-chega-a-teresina-apos-percorrer-seis-cidades/2712386/</a></p> <p><a href="http://www.vejasrn.com.br/noticia/290/xii-marcha-contraa-corrupcao-e-pela-vida-chegou-a-sao-raimundo-nonato">http://www.vejasrn.com.br/noticia/290/xii-marcha-contraa-corrupcao-e-pela-vida-chegou-a-sao-raimundo-nonato</a></p> <p><a href="http://www.portalserradacapivara.com.br/?p=4353">http://www.portalserradacapivara.com.br/?p=4353</a></p> <p><a href="http://www.donodanoticia.com/marcha-contracorrupcao-chega-a-teresina-apos-percorrer-seis-cidades-no-pi-092556.html">http://www.donodanoticia.com/marcha-contracorrupcao-chega-a-teresina-apos-percorrer-seis-cidades-no-pi-092556.html</a></p> <p><a href="http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2014/07/ato-marca-inicio-da-xiii-marcha-contracorrupcao-e-pela-vida-no-piaui.html">http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2014/07/ato-marca-inicio-da-xiii-marcha-contracorrupcao-e-pela-vida-no-piaui.html</a></p> <p><a href="http://180graus.com/politica/oabpi-sedia-lancamento-da-xiii-marcha-contraa-corrupcao-e-pela-vida">http://180graus.com/politica/oabpi-sedia-lancamento-da-xiii-marcha-contraa-corrupcao-e-pela-vida</a></p>
<i>Links notícias – Brasil:</i>
<p><a href="http://blogdoronco.blogspot.com.br/2013/07/12a-marcha-contracorrupcao-e-pela-vida.html">http://blogdoronco.blogspot.com.br/2013/07/12a-marcha-contracorrupcao-e-pela-vida.html</a></p> <p><a href="http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,debaixo-de-sol-grupo-fiscaliza-prefeituras-no-piaui-imp-,1077352">http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,debaixo-de-sol-grupo-fiscaliza-prefeituras-no-piaui-imp-,1077352</a></p> <p><a href="http://www.amarribo.org.br/pt_BR/midia/ver_noticia/283#.Ue2a6aX56kw.facebook">http://www.amarribo.org.br/pt_BR/midia/ver_noticia/283#.Ue2a6aX56kw.facebook</a></p> <p><a href="http://www.amarribo.org.br/pt_BR/midia/ver_noticia/282">http://www.amarribo.org.br/pt_BR/midia/ver_noticia/282</a></p> <p><a href="http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/06/grupo-que-marcha-contracorrupcao-faz-ato-em-frente-ao-congresso.html">http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/06/grupo-que-marcha-contracorrupcao-faz-ato-em-frente-ao-congresso.html</a></p> <p><a href="http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunistas/marcha-contraa-corrupcao-inicia-a-sua-13%C2%AA-edicao-no-piaui/(n)">http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunistas/marcha-contraa-corrupcao-inicia-a-sua-13%C2%AA-edicao-no-piaui/(n)</a></p> <p><a href="http://www.fenatracoop.com.br/site/?p=59425">http://www.fenatracoop.com.br/site/?p=59425</a></p> <p><a href="http://radioagencianacional.ebc.com.br/politica/audio/2015-06/marcha-contracorrupcao-chega-ao-df-e-vai-levar-proposta-dilma">http://radioagencianacional.ebc.com.br/politica/audio/2015-06/marcha-contracorrupcao-chega-ao-df-e-vai-levar-proposta-dilma</a></p>
<i>Links notícias – internacionais:</i>
<p><a href="http://blog.transparency.org/2013/07/19/marching-against-corruption-in-brazil-day-two/">http://blog.transparency.org/2013/07/19/marching-against-corruption-in-brazil-day-two/</a></p> <p><a href="http://www.transparency.org/news/story/the_drought_industry">http://www.transparency.org/news/story/the_drought_industry</a></p> <p><a href="http://internacional.elpais.com/internacional/2014/09/01/actualidad/1409599085_988438.html">http://internacional.elpais.com/internacional/2014/09/01/actualidad/1409599085_988438.html</a></p>

## APÊNDICE B - Quadro aulas de cidadania

ANO DATA /	MUNICÍPIO/COMUNIDADE	Nº DE PARTICIPANTES	
		HOMENS	MULHERES
2002	12 municípios	Sem informação	Sem informação
22-07-2003	Campo Maior	25	38
02-08-2003	Altos	49	27
20-04-2004	Regeneração	11	32
21-04-2004	Sto. Ant. dos Milagres	11	26
21-04-2004	Angical	45	16
22-04-2004	São Gonçalo	36	47
24-04-2004	Água Branca	28	31
25-04-2004	Lagoinha	13	12
02-06-2005	Formosa – GO	24	15
04-06-2005	Planaltina	21	09
22-04-2006	Morro do Chapéu	18	19
23-04-2006	Esperantina	50	12
24-04-2006	Batalha	43	21
26-04-2006	Barras	35	42
27-04-2006	Barras	41	44
28-04-2006	Cabeceiras	15	09
02-05-2006	S. João do Arraial	18	10
05-09-2007	Assent. Sobradinho	10	05
07-09-2007	Beneditinos	11	05
08-09-2007	Comunidade Bom Viver	18	29
11-09-2007	São Miguel da Baixa Grande	22	69
12-09-2007	São Félix	14	19
14-09-2007	Santa Cruz dos Milagres	16	09
11-07-2008	Buriti dos Montes	15	05
15-07-2008	Castelo do Piauí	17	30
20-07-2008	Campo Maior	06	09
06-07-2009	Nova Santa Rita	16	04
09-07-2009	Simplício Mendes	26	07
11-07-2009	Campinas – Escola estadual	15	27
11-07-2009	Campinas – Paróquia St. Antônio	03	12
12-07-2009	Capinas - Praça	13	35
14-07-2009	Santo Inácio	24	12
20-07-2009	Oeiras	20	10
23-07-2009	Nazaré	27	17
27-07-2009	Floriano	37	15
07/07/2010	Acauã	41	28
08-07-2010	2 Aula de Cidadania Acauã	39	65
11-07-2010	Cidade de Jacobina	50	36
13-07-2010	Município de Patos	11	5
14-07-2010	M. Preta de Jaicós	40	30
15-07-2010	Jaicós -a Câmara Municipal	36	31
17-07-2010	Povoado Uberlândia - Geminiano	32	33
19-07-2010	Picos na Praça Félix Pacheco	16	06
14-07-2011	Pio IX	Sem informação	Sem informação
15-07-2011	Fronteiras	14	13
18-07-2011	Povoado Macena	Sem informação	Sem informação
19-07-2011	São Julião	Sem informação	Sem informação
20-07-2011	Alagoinha	Sem informação	Sem informação
21-07-2011	Monsenhor Hipólito	Sem informação	Sem informação
22-07-2011	Francisco Santos	Sem informação	Sem informação
23-07-2011	Santo Antônio de Lisboa	Sem informação	Sem informação
24-07-2011	Bocaina	Sem informação	Sem informação

25-07-2011	Sussuapara	Sem informação	Sem informação
26-07-2011	Picos	18	17
11-07-2012	Marcolândia	25	30
12-07-2012	Francisco Macedo	29	21
16-07-2012	Vila Nova Piauí	24	30
17-07-2012	2 aula Vila Nova	32	59
18-07-2012	Campo Grande	35	34
20-07-2012	Comunidade de Ben tivi	15	22
21-07-2012	Picos	1	1
11-07-2013	Guaribas	19	14
16-07-2013	Jurema	22	11
16-07-2013	Aula em Jurema	10	09
18-07-2013	Anísio de Abreu	46	63
20-07-2013	São Braz	117	85
21-07-2013	Novo Horizonte	32	41
24-07-2014	Queimada Nova	26	51
27-07-2014	Lagoa do Barro	54	30
29-07-2014	Campo Alegre do Fidalgo	63	45
02-08-2014	São João do Piauí	59	35
22-06-2015	Santo Ant. do Descoberto - Go	10	15
<b>TOTAL PARCIAL</b>		<b>1.709 Homens</b>	<b>1.589 Mulheres</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>84 Cidades/comunidades</b>	<b>3.298 participantes</b>	

## APÊNDICE C – PETIÇÕES E DENÚCIAS FORMULADAS PELA FTP

### REQUERIMENTOS E DENÚNCIAS ENCAMINHADAS AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE (SÍNTESE)

ANO / DATA	CONTEÚDO DA DENÚNCIA	ORGÃO DESTINATÁRIO
09/04/1999 Doc58	Requer relação de todos os processo referentes ás denúncias do Ministério Publico contra prefeitos municipais e os demais que se encontram na 2ª Câmara Especializada Criminal deste E. Tribunal de Justiça.	Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
02/09/1999 Doc121	Requer informações referentes às contas do Município de Sigefredo Pacheco, oportunidade em que se requer cópias da <b>relação de obras realizadas</b> , bem como dos bens adquiridos <b>durante o exercício de 1998.</b>	Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
02/09/1999 Doc122	Requer informações referentes as contas do Município de Matias Olímpio, oportunidade em que se requer cópias da <b>relação de obras realizadas</b> , bem como dos bens adquiridos <b>durante o exercício de 1998.</b>	Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
02/09/1999 Doc123	Requer informações referentes as contas do Município de Lagoa de São Francisco , oportunidade em que se requer cópias da <b>relação de obras realizadas</b> , bem como dos bens adquiridos <b>durante o exercício de 1998.</b>	Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
25/10/1999 Doc124	Apresenta a V. Exa. proposta de combate ao crime organizado que atuam nas contas públicas municipais. Com base na experiência de trabalho concreto estamos conseguindo resultados positivos na descoberta de crimes contra o erário e tal fato é muito significativo para o atual momento histórico do Piauí	Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal De Contas do Estado do Piauí
30/03/2000 Doc125	Requer que sejam tomadas medidas legais para que as contas públicas fiquem expostas à apreciação popular nos Meses de Abril e Maio de 2000, havendo ampla divulgação, fiscalizando a execução da garantia constitucional que assegura o direito de qualquer do povo manusear toda a documentação; pede-se que o MP ofereça representação contra o prefeito por crimes de responsabilidade junto ao Tribunal de Justiça por violação do art. 1 e por improbidade administrativa, e ajuizar ação civil pública para obrigar o gestor cumprir a Constituição.	Promotor de Justiça da Comarca de Conceição do Canindé – PI
25/04/2000 Doc83	Petição para a Procuradoria Geral de Justiça para apoiar a luta da sociedade contra o crime organizado no Piauí.	Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí
25/04/2000 Doc 127	A Constituição Federal, art. 31, § 3º, determina que as contas públicas devem ficar durante sessenta (60) dias expostas para apreciação e questionamentos. A Constituição Estadual, art. 35, segue a mesma orientação assegurando à população e suas entidades o dever-direito de fiscalizarem a aplicação do erário. Frente a estas considerações e conscientes desta missão cívica, requeremos que V. Exa. que sejam acionados estes direitos coletivos e constitucionais.	Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí

4/06/2000 Doc120	AÇÃO EXIBITÓRIA, Com Pedido de Liminar início litis. Contra a Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis, Estado do Piauí [...] Vem requerer, <b>Inaudita altera PARS</b> , a intimação do requerido para no prazo de 24 (vinte e quatro) horas depositar em Cartório cópias das prestações de contas dos Convênios, constando recibos, notas fiscais empenhos, cópias dos processos licitatórios.	Sr. Juiz de Direito da Comarca de Conceição do Canindé, Estado do Piauí
12/01/2001 Doc71	Requer relação de todos os processos referentes às denúncias de prefeitos e ex. prefeitos que transmitam neste TJ. O pedido se faz necessário para trabalhos profissionais bem com o exercício da cidadania.	Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
26/01/2001 Doc57	Documento referente ao pedido para processar o deputado A.B.A. Pede-se informações e certidões dos procedimentos dados a este pedido, especialmente se já foi encaminhado ao plenário.	Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
26/01/2001 Doc57b	Notícia Criminal, contra o prefeito municipal de Jaicós. Considerando as provas anexas, que o Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí digno-se a oferecer, no prazo legal do art. 46, CPP, junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, DENÚNCIA contra o noticiado por violação ao art. 1º, incisos VI e VII, do decreto-lei 201/67.	Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí
08/02/2001 Doc72	Vem requerer informações em forma de certidão referentes as prestações de contas do município de Currais referente aos exercícios de 1997/1998/1999/2000, consignando os meses de cada ano e a data que foram os BALANCETES MENSALIS protocolados nesta Corte de Contas. No mesmo sentido pede-se informações dos BALANÇOS GERAIS dos exercícios referidos. O presente pedido também para o município de PICOS. O pedido se faz com fim de avaliar o Comportamento do município na sua responsabilidade de prestar contas, bem como para fins profissionais.	Presidente do Tribunal de Contas do Piauí
06/03/2001 Doc85	Requer instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO e posteriores ações pertinentes com o fim de assegurar o direito constitucional da população dos municípios da comarca de Floriano fiscalizar as contas públicas e que estas sejam prestadas pelos prefeitos nos prazos legais. Pede-se de forma especial que tome as medidas legais para que as contas do exercício de 2000 fiquem expostas por 60 (sessenta) dias como manda os arts. 31, <i>caput</i> , § 3º CF, c/c, 35, § 2º, CE, Pede-se ainda que as medidas tomadas sejam comunicadas as entidades populares como associações de moradores, sindicatos, OnGs etc.	Promotor de Justiça da Comarca de Floriano-PI
06/08/2001 Doc84	A FTP informa, a partir de consulta ao TCE, que os <b>balancetes mensais das prefeituras</b> não vem sendo apresentados no prazo legal. Vislumbra-se que o <b>balanço geral</b> do exercício 2000 que deveria ser entregue ate 31 de Março/2001 não foi encaminhado ao TCE. O problema se manifesta em grandes partes dos municípios.	Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí

16/03/2007 Doc81	Com base no art. 5º, CF, vem requerer INFORMAÇÕES relativas as prestações de contas do município de Esperantina referentes as datas de entrega dos balancetes mensais e balanço geral dos exercícios de 2003, 2004 e 2005.	Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
16/03/2007 Doc82	Com base no art. 5º, CF, vem requerer INFORMAÇÕES relativas as prestações de contas do município de SÃO JOAO DO PIAUI referentes as datas de entrega dos balancetes mensais e balanço geral dos exercícios de 2003, 2004 e 2005.	Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
11/04/2007 Doc93	Requer CERTIDÃO informando a situação de prestação de contas do município de MIGUEL LEAO referente ao exercício de 2006, incluindo balancetes mensais e balanço geral e datas dos respectivos envios a esta Casa de Contas. Pede-se informações, também, das datas de envio e este Tribunal dos balancetes mensais e balanço geral de 2005, como o respectivo nome do gestor. O presente pedido é para exercício da fiscalização das contas municipais como permite a lei.	Presidente do Tribunal de Contas do Estado.
26/03/2008 Doc33	<b>Relatório VI Marcha Contra a Corrupção (Sant. Cruz dos Milagres). FTP requer:</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Disponibilização das prestações de contas e abertura da Câmara Municipal, para o povo e os vereadores,</li> <li>2- Disponibilizar informações e fixar placa da obra do adro da igreja e de outros convênios junto ao Executivo;</li> <li>3- Sejam disponibilizadas, ao MP e aos requerentes, os convênios celebrados para construção da quadra esportivas,</li> <li>4- Notificar a empresa responsável pela obra de tratamento de esgotos para informar o órgão contratante, disponibilizar copia de contrato de execução e os motivos da eventual paralisação e as medidas de proteção do Rio São Nicolau.</li> <li>5- Informações de obras realizadas no estádio de futebol e prestação de contas;</li> <li>6- Notificar o município para apresentar a relação dos cadastrados para receber madeira do IBAMA. Informar sobre as medidas tomadas.</li> </ol>	Promotora de Justiça da Comarca de São Feliz-PI
08 /07/2008 Doc26	Petição para apuração de irregularidades na prestação de contas da Administração Pública do município de Altos, dos anos de 2000 a 2001 e da aplicação indevida dos recursos na ordem de R\$ 6.438.135,26 milhões de reais.	Representante do Ministério Público da Comarca de Altos no Estado do Piauí.
08/07/2008 Doc.32	Requer abertura de INQUERITO CIVIL PÚBLICO para apurar as responsabilidades para viabilizar a conclusão das obras de construção da Rodoviária de Altos e do Mercado do Bairro Tranqueira.	Representante do Ministério Público da Comarca De Altos no Estado do Piauí.
10/06/2008 Doc88	José Arimateia Dantas Requer de V. Exa. Informação referente a situação de adimplência do município de Altos relativo aos balancetes dos <b>meses de janeiro a dezembro e balanço geral de 2000</b> , bem como <b>seja declinado o nome do gestor responsável</b> . O presente pedido se justificar pela necessidade de fiscalização popular e para atividade profissional.	Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

23/09/2008 Doc69	FTP reque instauração de INQUERITO CIVIL PÚBLICO com fim de apurar a existência de irregularidades e a tomada das medidas legais para punição no caso de materializados indícios de atos de improbidade ou de responsabilidades dos gestores públicos, pessoas físicas e jurídicas, no que se refere a ELETRIFICAÇÃO DO BAIRRO VISGUEIRÃO que não foi concluída e os postes ameaçam os moradores; que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de viabilizar a execução da obra e vistoria dos postes com os reparos necessários, para evitar uma tragédia.	Promotora de Justiça da Comarca de Castelo – Piauí
15/07/2008	FTP reque instauração de INQUERITO CIVIL PÚBLICO com o fim de apurar a existência de irregularidade na implantação de sistema de abastecimento de água com perfuração de um poço e a má qualidade na prestação de serviços no posto de saúde na zona rural do Município de Castelo do Piauí. Pede-se, ainda, que o Executivo, por meio de TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA possa viabilizar a efetivação do sistema de abastecimento de água da comunidade Jatobá Medonho e o atendimento dos moradores no Posto de saúde de forma regular. No que se refere ao povoado Nova Olinda que seja implantado de fato o posto de saúde declarado junto ao MS e com condições para atender a demanda da região.	Promotoria de Justiça da Comarca de Castelo
09/12/2008 Doc36	Representação por irregularidades nas prestações de contas do município de ALTO LONGÁ, do período de setembro de 2008. Período em que recebeu o montante de R\$ 581.382, 14 de FPM, ITR, FUNDEF.	Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí
09/12/2008 Doc39	Representação por irregularidades nas prestações de contas do município de <b>Cristino Castro, período de maio a setembro de 2008. Referente ao valor</b> de FPM o total de R\$5.385.183,60.	Procurador geral de Justiça do Estado do Piauí
09/12/2008 Doc40	Representação por irregularidades nas prestações de contas do município de <b>Gilbues, do período de julho a setembro de 2008. Referente ao FPM</b> no total de R\$1.150.018,50.	Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí
09/12/2008 Doc41	Representação por irregularidades nas prestações de contas do município de <b>Currais, no período de abril a setembro de 2008, referente ao FPM</b> no total de R\$2.188.055,50.	Procurador geral de Justiça do Estado do Piauí
09/12/2008 Doc42	Representação por irregularidades nas prestações de contas do município de <b>Colônia do Gurgueia, referente ao período de julho a setembro de 2008. O município recebeu de FPM o total de</b> R\$1.020.561,8 .	Procurador geral de Justiça do Estado do Piauí
09/12/2008 Doc43	Representação por irregularidades nas prestações de contas do município de <b>Pimenteiras, no Período de fevereiro a setembro de 2008, referente ao FPM</b> no total de R\$4.314.984,00.	Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí
09/12/2008 Doc44	Representação por irregularidades nas prestações de contas do município de <b>João Costa, no período de agosto e setembro de 2008, referente ao FPM</b> o total de R\$635.571,00.	Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí

09/12/2008 Doc45	Representação por irregularidades nas prestações de contas do município de <b>Wall Feraz</b> , no <b>período de outubro/199 a dezembro/2000</b> . O município deixou de enviar ao TCE as prestações de contas anuais dos anos 1990e 2000. O município recebeu de FPM o total de R\$1.55.537,00.	Promotor de Justiça da Comarca de Santa Cruz do Piauí
09/12/2008 Doc46	Representação por irregularidades nas prestações de contas do município de <b>São João da Serra</b> , no <b>período de agosto e setembro de 2008</b> . O município recebeu de FPM o total de R\$700.520,15.	Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí
09/12/2008 Doc47	Representação por irregularidades nas prestações de contas do município de <b>Paes Ladim</b> , no <b>período de setembro de 2008</b> . O município recebeu de FPM o total de R\$310.650,90 .	Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí
09/12/2008 Doc48	Representação por irregularidades nas prestações de contas do município de <b>Landri Sales</b> , no <b>período de maio a setembro de 2008</b> . O município recebeu de FPM o total de R\$1.665.558,20.	Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí
09/12/2008 Doc49	Representação por irregularidades nas prestações de contas do município de <b>Socorro do Piauí</b> , no <b>período de julho a setembro de 2008</b> . O município recebeu de FPM o total de R\$1.020.561,80.	Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí
10/07/ 2009	Do Pedido: Pedido de apresentação de prestação de contas pelo Prefeito de São João do Piauí, especialmente o Balanço Geral/2008	Comarca de São João do Piauí Resposta TCE ao pedido de informação 30/06/2009
22/07/ 2009	Ação Penal por crime de responsabilidade, em desfavor do prefeito municipal de São João do Piauí, por deixar de prestar contas anuais do município.	Procurador Geral de Justiça do Piauí
28/07/2009	Encaminhamento ao Promotor de Justiça de pedido para que adote medidas judiciais ou administrativas para que as câmaras municipais sejam abertas ao público e que sejam colocados à disposição os balancetes e balanços gerais do executivo e do legislativo.	Procurador Geral do Estado do Piauí
13/11/2009	Relatório 8ª Marcha - Denúncia de abandono da obra de construção do Matadouro municipal e do Conj. Habitacional Gabriel Kalume, em Floriano.	Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí
13/11/2009 Doc.07	Relatório 8ª Marcha – denuncia a inexecução das obras, e requer aos municípios notificados a fixar imediatamente as placas de identificação das obras, empresa e engenheiros responsáveis pelos trabalhos.	Procurador chefe do Ministério Público Federal no Estado do Piauí
Doc.08	Relatório 9ª Marcha – Requer inspeção nas obras, em Floriano, do conjunto habitacional Gabriel Kalume e do Matadouro; fixar placas de identificação das obras; o resultado das inspeções e, havendo indícios de crime, seja encaminhado às autoridades competentes para as medidas penais e cíveis.	Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí

13/11/2009 Doc.09	Relatório 9ª Marcha – Requer Inspeção nas obras do conjunto habitacional Gabriel Kalume e do Matadouro, em Floriano, fixar as placas de identificação das obras. Que o resultado das inspeções, havendo indícios de crime, seja encaminhado às autoridades competentes para as medidas penais e cíveis que convierem.	Secretario Executivo do Tribunal de Contas da União no Estado do Piauí
13/11/2009 Doc.10	A FTP requerer que seja investigada a contratação ilegal de servidores no Município de São João do Piauí e a realização imediata de concurso público para as vagas ilicitamente ocupadas.	Ministério Público do Trabalho no Piauí – Procuradoria Regional
13/11/2009 Doc11	A FTP requer que seja investigada a contratação de servidores sem concurso público no município de Campinas do Piauí, ocupando vagas dos aprovados no concurso realizado em 2007.	Procurador – Chefe do Ministério Público do Trabalho do Piauí
13/11/2009 Doc12	FTP identifica inadimplência na prestação de contas do exercício de 2008 (nov. e dez.) e demora no envio do balancete geral no prazo legal dos municípios de Campinas e Floresta. Identifica que o Ministério Público de Campinas não encaminhou nenhuma resposta para a punir o responsável pela inadimplência. Pede-se, ainda, que o Ministério Público do Piauí, por sua Corregedoria, tome as medidas no sentido de que seja ajuizada, caso não tenha sido a competente ação penal por crime de responsabilidade para punir o responsável pela prestação de contas fora de prazo.	Corregedor do Ministério Público do Estado do Piauí  Resposta TCE ao pedido de informação 09/06/2009 Doc 13 (qdr 3)
14/04/2009 Doc 14	Requerimento para que as promotorias informem quais as medidas tomadas para viabilizar o acesso do povo as contas públicas.	Promotor de Justiça da Comarca de Campinas do Piauí
13/11/2009 Doc.15	Requer AUDITORIA NAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS/PI EXERCÍCIO 2008.	Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
07/04/2009 Doc17	FTP requer: realização de Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para garantir o acesso as contas referentes ao exercício de 2008, seja notificado o Presidente da Câmara para informar os procedimentos adotados para o acesso das (os) cidadãs (aos) ás contas publicas; que o ex-prefeito seja notificado para informar se prestou contas no prazo legal aos órgãos competentes e se disponibilizou toda a documentação mensal de prestação aos munícipes; que seja instaurado inquérito civil público onde houver irregularidade administrativa e, se couber, inquéritos penal.	Representante do Ministério Público Estadual da Comarca de Campinas do Piauí, Estado do Piauí
14/04/2009 Doc18 Repetição do Doc. 14	Requer-se de forma especial , e nas prerrogativa de advogado, para que a FTP possa divulgar as ações para as entidades sociais de atuação no município e constatar o cumprimento do dever funcional.	Promotor de Justiça da Comarca de Campinas do Piauí
13/11/2009 Doc19	<b>Solicita Auditoria nas Contas do Município de Campinas/Pi, exercício 2009</b> , bem como apura as denúncias de irregularidades na construção de uma garagem para ambulâncias, suspeita de superfaturamento, não pagamento de professores, nos termos da lei; contratação de servidores sem concurso público, escolas com transmissores da doença de chagas e obras paradas de calçamento de ruas.	Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí

13/11/2009 Doc20	Relatório 9ª Marcha – Colônia do Piauí FTP requer inspeção nas obras dos Correios e do residencial Sousa Moura onde se constatou não haver placa no local, o abandono da obra e má qualidade do serviço realizado considerando o projeto de arquitetura Inspeção nas obras dos poços tubulares inacabados nas localidades Varjota e Capitão de Campos. Notificação para fixar imediatamente as placas de identificação das obras. Que o resultado das inspeções, havendo indícios de crime, seja encaminhado as autoridades competentes para as medidas penais e cíveis que convierem;	Secretario do Tribunal de Contas da União no Estado do Piauí
13/11/2009 Doc21	Relatório 9ª Marcha – Colônia do Piauí FTP requer apurar a responsabilidade pela inexecução das obras dos Correios, do residencial Sousa Moura e dos poços tubulares. Que seja o município notificado a fixar imediatamente s placas de identificação das obras. Que os ativistas da FTP sejam informados das medidas tomadas.	Procurador Chefe do Ministério Publico Federal no Estado do Piauí
13/11/2009 Doc22	Relatório 9ª Marcha – Colônia do Piauí FTP requer: Que seja encaminhada representação à Promotoria de Justiça do Município para que seja instaurado INQUERITO CIVIL PÚBLICO, com o fim de apurar responsabilidades pena inexecução das obras e patrocinar ações para que o Poder Público as agilize em prazo razoável.	Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí
13/11/2009 Doc23	Relatório 9ª Marcha – Colônia do Piauí FTP requer: AUDITORIA nas contas municipais de Colônia nos exercícios de 2008e2009, frente à prática administrativa descrita.	Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
15/10/2009 Doc24	Apresentação de denuncia de fiscalização da CGU no Município de Altos referente a obras inacabadas (terminal rodoviário e mercado do bairro Tranqueira), fiscalizadas pela FTP durante a realização da 6ª Marcha (2007). Registra que os fatos foram comunicados ao TCE e ao Ministério Público, contudo as obras continuam no mesmo estágio e nenhuma informação foi prestada à FTP. A omissão foi denunciada ao Conselho Nacional do Ministério Público. Requer-se que as denuncias sejam objeto da fiscalização da CGU objetivando apurar os eventuais desvios e responsabilidades.	Á Controladora para fiscalização da CGU no município do Estado do Piauí
15/10/2009 Doc 25	Notifica ao TCE sobre Pedido de Auditoria nas contas do exercício de 2007 do município de CASTELO DO PIAUÍ. A denuncia envolve recursos para perfuração de vários poços iniciado há vários anos e até aquela data não haviam sido feitos. A demora registrada no encaminhamento da denuncia enfraquece a legitimidade do TCE-PI quanto ao cumprimento da missão constitucional dessa corte de contas.	Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí

29/04/2009 Doc34	FTP requer-se adoção de medidas legais no sentido de que os Prefeitos e presidentes de Câmaras Municipais de S. Raimundo Nonato, Cel. José Dias, São Braz e São Lourenço, prestem contas nos prazos e formas da lei disponibilizando ao povo os <b>balancetes mensais</b> e o <b>balanço geral do exercício de 2008, bem como os meses de 2009</b> pede-se de forma especial que seja o prefeito notificado a informar o <b>cumprimento</b> junto as entidades da sociedade civil, bem como ação para sanar a inadimplência denunciada e punir os responsáveis.	Promotor de Justiça da Comarca de São Raimundo Nonato-PI
17/06/2009 Doc35	FTP Requer a adoção de medidas legais no sentido de que os prefeitos e presidentes de Câmaras Municipais de vossa jurisdição (Floriano) prestem contas nos prazos e formas da lei disponibilizando ao povo os <b>balancetes mensais</b> e o <b>balanço geral do exercício de 2008, bem como os meses de 2009</b> , e a notificação do Prefeito para cumprir a Lei 9.452/97 junto às entidades da Sociedade Civil.	Promotor de Justiça dos Feitos da Fazenda Comarca de Floriano-PI
09/12/2008 Doc37	Representação por irregularidades nas prestações de contas do município de <b>Guaribas</b> , sob responsabilidade do atual prefeito, Sr. Ercílio Matias, no <b>período de agosto e setembro de 2008. Referente ao FPM</b> no total de R\$805.082,43.	Procurador geral de Justiça do Estado do Piauí
09/12/2009 Doc38	Representação por irregularidades nas prestações de contas do município de <b>COCAL</b> , no <b>período de SETEMBRO de 2008</b> . Referente ao FPM no total de R\$1.034.485,14 .	Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí
Doc52	Denúncia de inadimplência da prestação de contas por 114 municípios do Piauí, em 29/06/2009, junto ao TCE. Requer medidas no sentido de punir os responsáveis e que as prestações de contas sejam disponibilizadas ao povo para o controle social.	Movimento Articulado de Combate a Corrupção do Piauí MARCCO/PI
Doc53	Relatório VII Marcha - MUNICÍPIO DE CASTELO DO PIAUÍ Requer auditoria nas contas públicas do Município de Castelo do Piauí, referente ao exercício de 2007. Pede-se que sejam as <b>CONTAS REPROVADAS</b> tendo como motivação a falta de veracidade da relação de obras apresentadas. A rejeição das contas procede porque o gestor violentou a <b>CONSTITUIÇÃO ESTADUAL</b> , com declarações não verdadeiras, maculando o sistema de controle externo.	Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
26/02/2009 Doc77	A Força Tarefa Popular denuncia ao Conselho Nacional de Justiça a demora no julgamento de processos contra gestores municipais. Ressalta que demora contribui para a prescrição dos crimes e o conseqüente estímulo “oficial” à impunidade.	Presidente do Conselho Nacional de Justiça da Republica Federativa do Brasil

08/04/2009 Doc75	Apresentar copia de estudo apresentado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo desta E. Corregedoria [...] possa tomar as medidas que se fizerem necessárias. Dentre as questões apontadas se destaca que vários crimes correm sérios riscos de serem alcançados pela prescrição. O estudo dos motivos como se narra na peça encaminhada ao CNJ, é da natureza humana, isto é: demora ou não cumprimento de carta de ordem, demora em despachar. Os pedidos em andamento de sessões de julgamento, embora legais, em varias ocasiões se apresentam demasiados e justificados. Há processos com mais de 20 pedidos de adiamento.	Exma. Sra. Corregedora Geral de Justiça do Estado do Piauí
13/04/2009 Doc 76	Requer organização de MUTIRÃO EM PARCERIA COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA JULGAR OS PROCESSOS CONTRA GESTORES PUBLICOS. O processo julgado perdura por muito tempo a espera de lavratura e publicação de acórdão.	Procurador Geral de Justiça do Tribunal do Estado do Piauí
29/06/2009 Doc 128	A FTP apresenta, à MARCCO-PI, DENUNCIA da situação de INADIMPLÊNCIA DOS MUNICÍPIOS piauienses junto ao Tribunal de Contas do Estado. A XI Jornada de Petições de Cidadania Ativa realizada este ano (abril/09) denunciou ao MPE a inadimplência dos municípios e apesar de textualmente requisitar resposta apenas quatro acusaram o recebimento e ações práticas.	AO MARCCO – PI Movimento Articulado de Combate à Corrupção do Piauí
15/07/2009 Doc50	Relatório VIII Marcha Apresenta denuncia de irregularidades na aplicação dos recursos públicos no Município de Simplício Mendes. Pedido ao TCE de <b>AUDITORIA</b> nas contas do exercício de 2008 e nas obras denunciadas.	Promotora de Justiça da Comarca de Simplício Mendes-PI
28/07/2009 Doc51	Relatório VIII Marcha Apresenta denuncia de irregularidades na aplicação dos recursos públicos no Município de Simplício Mendes. Pedido ao TCE de <b>AUDITORIA</b> nas contas do exercício de 2008 e nas obras denunciadas	Coordenador do Núcleo Permanente de Atuação Pro Ativa da Procuradoria da União –PI
09/12/2010 Doc54	NOTICIA CRIMINAL – Contra o prefeito municipal de Patos do Piauí. Considerando as provas anexas digne-se oferecer, no prazo legal do art. 46, CPP, junto ao Tribunal do Estado do Piauí a <b>DENÚNCIA</b> contra o noticiado por violação ao art. 1º, incisos VI e VII, do decreto-lei 201/67.	Procurador geral de Justiça do Estado do Piauí
09/12/2010 Doc 126	NOTICIA CRIMINAL – Contra o prefeito municipal de Jacobina-PI. O comportamento do noticiado é tipificado como crime de responsabilidade pelo Decreto-lei nº 201/67, art. 1º, inciso, VI. Ante o exposto, requer-se que V. Exa. Receba a presente noticia e considerando as provas anexas digne-se a oferecer, no prazo legal do art. 46, CPP, junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí <b>DENÚNCIA</b> contra o noticiado por violação ao art. 1º, incisos VI e VII, do Decreto-lei 201/67.	PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

23/07/2012 Doc61	Entre os municípios de Piox, Fronteiras, São Julião, Patos estima-se que 300 famílias estejam esperando a conclusão das adutoras que levarão água a estas comunidades, acabando com o sofrimento de séculos destes Nordestinos. Apesar das obras das adutoras terem sido iniciadas. Pedese disponibilizar mais informações do DNOCS, que possa contribuir para o processo de fiscalização.	Superintendente do DNOCS no Estado do Piauí
05/09/2013	Relatório-Denúncia proveniente da XII Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida, referente ao município de Guaribas.	Presidente do Tribunal de Justiça –TJ/PI Presidente do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PI Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU Presidente do Ministério Público Federal – MPU Presidente da Controladoria Geral da União – CGU/PI
09/12/2013	Relatório-Denúncia proveniente da XII Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida, referente ao município de São Braz.	Presidente do Tribunal de Justiça –TJ/PI Presidente do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PI Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU Presidente do Ministério Público Federal – MPU Presidente da Controladoria Geral da União – CGU/PI
23/01/2014	Denúncia sobre morosidade processual constatada pela XII Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida.	Exmo. Sr. Des. Corregedor Do Tribunal De Justiça Do Estado Do Piauí.
24/06/2014	Relatório-Denúncia proveniente da XII Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida, referente ao município de São Raimundo Nonato.	Presidente do Tribunal de Justiça –TJ/PI Presidente do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PI Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU Presidente do Ministério Público Federal – MPU Presidente da Controladoria Geral da União – CGU/PI
24/06/2015	Denúncia sobre morosidade processual constatada pela FTP nos processos de improbidade administrativa no Piauí	Conselho Nacional de Justiça – CNJ
26/06/2015	Apresenta denúncia, por meio da 14ª Marcha Contra a Corrupção e pela Vida, relativa ao descumprimento da Lei de Acesso à Informação e ao sistema de transparência e informação do Governo Federal	Controladoria Geral da União – CGU/DF
26/06/2015	Propõe pacto popular contra a corrupção	Presidência da República do Brasil

PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA ao Ministério Público, pela efetividade da Lei 9.452/97, para que os gestores públicos prestem contas no prazo legal e as exponham para a população.

ASSUNTO	DATA	EXMO(A) PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA da Comarca do município de
IX JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, março de 2007.	Isaias Coelho
IX JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, março de 2007.	Barro Duro
IX JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, março de 2007.	Valença do Piauí
IX JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, março de 2007.	Uruçuí
IX JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, março de 2007.	União
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009.	Jaicós
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 200.	Socorro do Piauí
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009.	Antônio Almeida
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009.	Palmeirais
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Itainópolis
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Regeneração
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Padre Marcos
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Gilbués
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Cristino Castro
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Cocal
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Buriti dos Lopes
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Barras
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Bom Jesus
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Benedictinos
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Bocaina
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Batalha
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Amarante
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Bertolínea
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Barro Duro
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Arraial do Piauí
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Aroazes

XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Anísio de Abreu
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Angical do Piauí
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Alto Longá
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Água Branca
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Avelino Lopes
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Canto do Buriti
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Picos – MP da 1ª V. Civil – Aroeira do Itaim e Dom Expedito Lopes
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Corrente
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	José de Freitas
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Parnaíba – MP da 1ª V. Civil – Resp. Município de Ilha Grande
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Simões
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	São Pedro do Piauí
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	São Miguel do Tapuio
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	União
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Campo Maior – MP 1ª V. Civil (Jatobá, Sigefredo Pacheco, N. Sra. De Nazaré)
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Valença do Piauí
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Uruçuí
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Esperantina
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Várzea Grande
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Porto
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	Capitão de Campos
XI JORNADA DE PETIÇÕES DE CIDADANIA ATIVA	Teresina, abril de 2009	São Gonçalo do Piauí

## RESPOSTAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE ÀS DENÚNCIAS DA FTP (SÍNTESE)

ANO / DATA	ORGÃO DE CONTROLE	PROVIDÊNCIA ADOTADA
09/06/2009 Doc. 02	Tribunal de Contas do Piauí	Informa para FTP que a Prefeitura de São João do Piauí Prestou conta dos exercícios de 2008 e 2009, não entregou a prestação de contas eletrônicas do exercício de 2008 e 2009.
09/06/2009 Doc.04	Tribunal de Contas do Piauí	Informa para FTP que a Prefeitura de São João do Piauí Prestou conta dos exercícios de 2008 e 2009, não entregou a prestação de contas eletrônicas do exercício de 2008 e 2009.
09/06/2009 Doc13	Tribunal de Contas do Piauí	Informa para FTP que os balancetes mensais e balanço geral do Município de Campinas, referente aos exercícios de 2008 e 2009, foram protocolados nesta Corte de Contas até a presente data. No exercício de 2008, o município de Campinas não estava obrigado a prestar contas pela via eletrônica.
25/06/2008 Doc27	Tribunal de Contas do Piauí	Informa para FTP que os seguintes relatados e discutidos os presentes autos, contendo a <b>prestação de contas geral do exercício financeiro de 2000</b> , apresentada pela <b>PREFEITURA e CÂMARA MUNICIPAL DE ALTOS</b> tendo como gestores a Prefeita Elite Alves e o Vereador João Overlânio Nogueira.
25/06/2008 Doc28	Tribunal de Contas do Piauí	Informa para FTP que a Auditoria do Ministério Público Especial, expressa à <b>Câmara Municipal de Altos</b> o seu parecer prévio <b>DESFAVORÁVEL</b> à aprovação da prestação de contas enfocadas, em face da prevalência de falhas, omissões e irregularidades, assinaladas nos relatórios da DFAM-2 da auditoria e do Ministério Público.
25/06/2008 Doc28	Tribunal de Contas do Piauí	Informa para FTP que A prefeitura de Altos, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial deste tribunal de contas, <b>não encaminhou</b> para exame sua prestação de contas mensais e anuais referentes ao exercício de 2000. A câmara Municipal por sua vez, prestou contas somente dos meses de Janeiro a Agosto. Ocorreram ingressos de recursos na Prefeitura de Altos, no período de janeiro a dezembro/2000. A ausência dos balancetes mensais de setembro a Dezembro e do Balanço Geral/2000 ocasionou prejuízo ao contexto geral deste relatório. Diante do trabalho aqui relatado, a diretoria de Fiscalização da Administração Municipal considera o presente processo em condições de ser submetido à consideração superior e coloca-se a disposição do Sr. conselheiro Relator para os esclarecimentos que se fizeram necessários.
09/12/2010 Doc55	Tribunal de Contas do Piauí	Informa para FTP que os balancetes mensais do município Patos do Piauí referentes aos exercícios de 2009 e 2010, foram protocolados nesta Corte de Contas, até a presente data. Em relação ao exercício de 2010 no qual as prestações de contas devem ser encaminhadas a esta Corte de forma eletrônica, a tempestividade do envio das mesmas ainda não pode ser aferida, em razão de Decisão plenária. Que determinou a não aplicação das sanções cabíveis, até a data 31/05/2010 aos gestores que não apresentaram suas prestações de conta no prazo estabelecido, em decorrência do atraso.

09/12/2010 Doc56	Tribunal de Contas do Piauí	Informa para FTP que os seguintes balancetes mensais do município de Patos PI, referentes aos exercícios de 2009 e 2010 e balanço geral de 2009 foram transmitidos/protocolados nesta Corte de contas ate a presente data.
28/01/2013 Doc-59	Ministério Público Federal. Procuradoria da República no município de Floriano - Piauí	Inquérito Civil Público n- 1.27.000.0002131/2009-79 possíveis irregularidade na aplicação dos recursos para construção do conjunto Habitacional Gabriel Kalume- em Floriano- PI bem como dos recursos repassados por meio do Convenio SIAFI 579145, celebrado entre o Município de Floriano-PI e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para a construção de um Matadouro e intermediado pela Caixa Econômica Federal. Houve resposta indicando que, quanto ao matadouro, contrato de rapasse, as obras estão paralisadas e, por consequência, o repasse de valores esta obstado. Informa para FTP que o Arquivamento deste procedimento, devendo ser remetido a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão para Homologação da Presente Promoção.
7/12/2012 Doc60	Tribunal de Contas de União	<b>ARQUIVAR</b> o Processo, após dar ciência desta deliberação ao denunciante, de acordo com o parecer do Titular da Unidade Técnica, versando acerca de supostas irregularidades na construção da unidade de Beneficiamento de Pescado localizada no município de Bocaina/PI. Conclusão: Ainda não se tem noticia da abertura do referido procedimento licitatório, providência que caso não adotada de imediato, ocasionará a permanência da situação de inatividade da referia unidade, e consequentemente, o comprometimento da sua estrutura e instalações, bem como deterioração do Prédio recentemente reformado.
13/07/2012 Doc62	Presidência da Republica Controladoria- Geral da União Secretaria Federal de controle Interno	Informa para FTP que encaminha a Vossa Senhoria, para conhecimento e providências, copias de peça processual versando sobre supostas irregularidades na execução dos Convênios, firmados entre a prefeitura Municipal de Bocaina/PI e essa Fundação Nacional de Saúde. Atribuem ao Gestor publico federal a responsabilidade primária pelo controle, acompanhamento e fiscalização dos recursos transferidos.
17/10/2012 Doc63	Ministério da saúde Fundação Municipal de Saúde Auditoria Interna	Assunto: oficio n 19.391/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 09.17.2012 encaminho a Vossa Senhoria para conhecimento cópia do Parecer de n 36/CORAT/AUDIT, de Ações de saneamento, em decorrência de transferência praticadas no âmbito das Ações de Saneamento, em decorrência de transferência de recursos financeiros por meio dos convênios, celebrados entre a Fundação Nacional de saúde/FUNASA e o município de Bocaina/PI. Por oportuno, informo que foi recomendado à Superintendência Estadual da FUNASA no Piauí/SUEST/PI a manutenção do controle primário junto à convenente.
10/10/2012 Doc64	Ministério da Saúde Fundação Municipal de Saúde Auditoria Interna	Denúncias de possíveis irregularidades praticadas no âmbito das ações de saneamento em decorrência de transferência de recursos financeiros por meio dos convênios e do Termo de Compromisso celebrados com o município de Bocaina, no estado do Piauí. A procedência da denuncia, no entanto, deve-se ressaltar que esta Funasa vinha acompanhando os serviços, na qualidade de órgão repassador, procedendo as inspeções físicas nas obras, com objetivo de garantir que utilização dos recursos financeiros repassados atendessem ao interesse público e estivessem em consonância com os normativos e demais princípios aplicáveis Administração.

22/03/2013 Doc65	Ministério Público Federal, Procuradora da República no município de Picos-PI.	Desperdício de recursos na execução do Convênio com FNDE tendo por objeto a conclusão das instalações físicas de escola agrotécnica no município de Pio X. Informa à FTP, na pessoa do advogado Jose Arimatéia Dantas bem como comunique-se ao município de Pio X e ao FNDE, e após, decorrido o prazo recursal de 10 dias, nos termos do Enunciado n 3 encaminhem-se os autos à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão para deliberar sobre o arquivamento.
1/04/2013 Doc66	Ministério Público Federal, Procuradora da República no município de Picos-PI.	Envio de cópias da promoção de arquivamento exarado nos autos do ICP em epígrafe para ciência do seu inteiro teor, sendo-lhe facultado o recurso administrativo, no prazo de 10(dez) dias.
16/06/2008 Doc88	Tribunal de Contas do Piauí	Em ausência da prestação de contas, este Tribunal realizou o levantamento dos recursos recebidos pelo município no exercício 2000, fez a devida autuação especial- processo TC n 9.380/01, tramitando-o e respeitando todos os atos processuais ate a emissão do Parecer Prévio n 245/02, de 31/10/2002.
25/06/2008 Doc89	Tribunal de Contas do Piauí	Informa para FTP que a Prestações de contas Geral do Estado do Município de Altos/2000 apresentada pela <b>Prefeitura E Câmara Municipal De Altos. DECIDE</b> finalmente recomendar ao município que proceda a cobrança dos tributos de competência do município; que sejam utilizados critérios objetivos na seleção de pessoas carentes, inclusive com acompanhamento social; cumpra as Constituições federais e estaduais.
16/06/2008 Doc90	Tribunal de Contas do Piauí	Coordenador da FTP, sob protocolo TC-N n 022.164,de 10/06/2008 que o município de Altos – PI não encaminhou a este Tribunal de contas os balancetes mensais (janeiro a dezembro) e balanço geral, relativos exercício 2000. Em razão da ausência de prestação de contas, este Tribunal realizou o levantamento dos recursos recebidos pelo município no Exercício 2000, fez a devida autuação especial- processo TC-Em 9.380/01, tramitando-o e respeitando todos os atos processuais até a emissão do Parecer Prévio n 245/02, de 31/10/2002.
25/06/2008 Doc91	Tribunal de Contas do Piauí	Informa para FTP que A prefeitura Municipal de Altos não encaminhou para exame suas prestações de contas mensal e anual referente ao exercício de 2000. A Câmara Municipal por sua vez, prestou contas somente dos meses de Janeiro a Agosto. Conclusão Diante do trabalho aqui relatado, a Diretoria de Fiscalização de Administração Municipal considera o presente processo em condições de ser submetido a consideração superior e coloca-se a disposição do Sr. Conselheiro Relator para os esclarecimentos que se fizeram necessários e assim também se a douta Câmara de Vereadores tiver conhecimento de fatos ou de documentos que alteram nossas conclusões, poderá encaminhá-los a arte Tribunal que procedemos o devido reexame
19/04/2007 Doc92	Tribunal de Contas do Piauí	A Situação de <b>Miguel Leão (PI)</b> , acerca do encaminhamento dos balancetes mensais e balanço geral do respectivo município, exercício 2006. <b>Certifico</b> mais que a presente data, 19/04/2007 os balancetes mensais e balanço geral do município relativos aos exercícios de 2003 a 2007. No exercício 2003, a prestação de contas do FMAS foi realizada junto aos balancetes da prefeitura, da mesma forma, o mês de Janeiro do FMAS, exercício 2004.

12/04/2007 Doc94	Ministério Público Do Estado Do Piauí Procuradoria Geral De Justiça Esperantina	Ministério Público tem se mantido inertes as provocações da FTP, consigo que de minha parte sempre tenho respondido aos expedientes dela oriundos, entregando as respostas, mesmo porque considero-as essenciais a modificação de costumes, nem sempre adequados a melhoria da qualidade de vida da população brasileira e ate para lembrar Promotores de Justiça de sua missão maior: proteção do patrimônio publico.
11/04/2007 Doc95	Ministério Público Do Estado do Piauí; Procuradoria Geral De Justiça Esperantina Senhor Prefeito municipal.	Em face da proximidade do término do primeiro quadrimestre do ano em curso; considerando, ainda o disposto na Constituição Federal art. 31 que determina que as contas dos Municípios permaneçam, durante sessenta dias anualmente, a disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, podendo, inclusive, questionar-lhe a legitimidade; e finalmente considerando o disposto na Lei de responsabilidade Fiscal que preveem a realização de audiência publica para demonstração do cumprimento das metas fiscais , informar as medidas administrativas que estão sendo adotadas para cumprimento dessas normas constitucionais e infra-constitucionais.
11/04/2007 Doc96	Ministério Público Do Estado Do Piauí Procuradoria Geral De Justiça Esperantina Senhor Vereador	Em face da proximidade do termino do primeiro quadrimestre do ano em curso; considerando, ainda o disposto na Constituição Federal art. 31 que determina que as contas dos Municípios permaneçam, durante sessenta dias anualmente, a disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, podendo, inclusive, questionar-lhe a legitimidade; e finalmente considerando o disposto na Lei de responsabilidade Fiscal que preveem a realização de audiência publica para demonstração do cumprimento das metas fiscais , informar as medidas administrativas que estão sendo adotadas para cumprimento dessas normas constitucionais e infra-constitucionais.
16/04/2007 Doc97	Ministério Público Do Estado Do Piauí Promotoria de Justiça comarca de santa cruz do Piauí	Em atenção à 15ª Petição de Cidadania Ativa, vem parabenizar a todos os integrantes da FTP pela iniciativa fiscalizatória e prestar as informações que se seguem. Esta promotoria de justiça tem encaminhado ofícios e os gestores públicos municipais e presidentes das Casas Legislativas, com o mister de aferir se esta havendo cumprimento dos prazos de entrega de balancetes e reforçar a necessidade de exposição dos mesmos ao público, o que tem ocorrido de forma satisfatória. Informa-se por oportuno, que os balancetes e reforçar a necessidade de exposição dos mesmos ao público, o que tem ocorrido de forma satisfatória. Os balancetes ficam a disposição dos interessados junto as Câmaras municipais, tanto em Santa Cruz do Piauí como no Termo Judiciário, Wall Ferraz. Esta promotoria coloca-se a disposição para informações complementares.
12/04/2007 Doc98	Ministério Publico Do Estado Do Piauí Promotoria De Avelino Lopes	Informa para FTP que sua correspondência foi enviada em março de 2007, sem identificação numérica, solicitando as medidas adotadas por esta promotoria de justiça no tocante a prestação de contas e sua disponibilidade aos cidadãos. Quanto a Avelino Lopes/PI, não há noticia de atraso em prestação de contas. Em meados no ano de 2006, a Municipalidade encontrava-se com o balancete do mês de julho em atraso, tendo tal irregularidade sido sanada. Não há noticias de restrição dos populares as contas públicas; O atraso na resposta da presente decorre se férias gozadas por este signatário no mês de março de 2007 recebendo seu oficio apenas em 10 de abril no em curso.

24/04/2007 Doc99	Ministério Público Do Estado Do Piauí Promotoria de Justiça comarca de socorro do Piauí	Sr advogado, considerando o recebimento do expediente, datado de março de 2007, que solicita informação sobre as providencias tomadas por esta Promotoria de Justiça no tocante “as medidas legais no sentido de que os prefeitos e presidentes de câmaras Municipais “ prestem contas nos prazos e formas da lei disponibilizando ao povo balancetes mensais e o balanço geral do exercício de 2006, bem como os meses de 2007 foi dada ciência aos poderes locais do teor da petição de cidadania ativa encaminhada por vossa senhoria e, ainda que estão sendo tomadas as providência pertinentes a fim de possibilitar maior transparência na gestão e aplicação dos recursos públicos.
21/05/2002 Doc100	Ministério Público do Estado Do Piauí; Procuradoria Geral de Justiça de Altos.	Com relação às propostas contidas na 3ª Petição da Cidadania Ativa, firmada por membros da FTP, comunico que a Promotoria de Justiça de Altos tomou as seguintes Providências até o momento: <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Notificou os Prefeitos Municipais da Comarca de Altos para enviarem ao Fórum os balancetes mensais de 2002, bem como o balanço geral de 2001, conforme dispõem as constituições Federal e estadual;</li> <li>2- Solicitou aos partidos políticos e sindicatos de Altos para informarem se estão sendo notificados pela Prefeitura Municipal sobre as verbas federais recebidas, consoante a Lei n 9.452/97;</li> <li>3- Notificou o presidente da Câmara de Altos esclarecer se os órgãos federais estão dando-lhe ciência sobre o repasse de verbas federais para o município, conforme determina a lei;</li> <li>4- Realização de reuniões com o Conselho do FUNDEF objetivando que este Conselho desempenhe as suas funções com eficiência. Instauração de procedimento prévio investigatório do FUNDEF, pela Promotoria de Justiça de Altos para apurar denuncia de irregularidades no transporte escolar;</li> <li>5- A Promotoria de Justiça de Altos solicitou a procuradoria geral de justiça cópia de convênio firmado entre o Ministério Público e o MEC sobre a atuação dos promotores de justiça quanto à fiscalização da merenda escolar. Aproveita a oportunidade para manifestar admiração e respeito pelo trabalho realizado pela FTP, um movimento social que revela o elevado grau de cidadania e cultura política de seus membros.</li> </ol>
20/05/2002 Doc101	Ministério Público do Estado Do Piauí, Promotoria De Justiça Comarca De Elesbão Veloso.	Senhores Membros da FTP estamos enviando cópias dos atos promovidos nesta Comarca até a presente data, em atendimento a solicitação exposta na 3ª Petição de Cidadania Ativa datada de 09/04/2002.
20/05/2002 Doc102	Ministério Público do Estado Do Piauí Promotoria De Justiça Comarca De Elesbão Veloso	Senhor Prefeito, Solicitamos que informe a data em que foi realizada a entrega das prestações de contas (balanço geral do ano de 2001 e balancetes mensais do ano de 2002). Que comunique aos partidos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, com sede em Elesbão Veloso, o valor dos recursos financeiros recebidos de organismos federais, observando-se os prazos legais. Solicita informação sobre a situação do programa da merenda escolar junto ao MEC-FNDE, especialmente sobre a prestação de contas, e que sejam apresentados os nomes e qualificação dos integrantes do Conselho da Merenda Escolar deste município.

20/05/2002 Doc103	Ministério Público do Estado Do Piauí Promotoria De Justiça Comarca De Elesbão Veloso	Senhor Presidente, solicitamos de Vexa. Informações acerca da colocação a disposição do publico, para exame e apreciação do balanço geral de 2001 e balancetes mensais do ano de 2002, relativos as contas do prefeito Municipal de Elesbão Veloso. Solicitamos que promova a divulgação da disponibilidade dessas contas para os cidadãos elesbonenses, comunicando a promotoria de justiça as providencias adotadas.
18/08/2003 Doc104	Ministério Público do Estado do Piauí Promotoria Geral De Justiça, Promotoria de Justiça de Palmeiras- PI.	Informamos que as prestações de contas do município de Palmeiras-PI estão sendo encaminhadas em dia, tanto para o TCE como para a Câmara Municipal de Palmeiras, ficando a disposição da população para analise durante o prazo de lei. Informamos, outrossim, que ajuizamos ações penais e ações civis por atos de improbidade administrativa contra ex-prefeitos do Município de Palmeiras, as quais estão pendentes de julgamento, cuja tramitação infelizmente tem se dado de forma lenta.
28/08/2000 Doc105	Ministério Público do Estado do Piauí Promotoria Geral De Justiça Promotoria de Justiça da Comarca de Conceição de Canindé- PI	Prezado senhores Este órgão ministerial enaltece a brilhante iniciativa da FTP e coloca-se a disposição das entidades que a integram para fins de implementação da campanha contra corrupção ora, infelizmente, instalada no Brasil.
10/05/2000 Doc106	Ministério Público do Estado do Piauí Promotoria Geral De Justiça Promotoria de Justiça da Comarca de Conceição de Canindé- PI	Senhor Prefeito o Ministério Público do Estado Do Piauí, por seu Promotor de Justiça nesta comarca, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei , requisita de V Exa. o imediato cumprimento do disposto no Art31 da C.F. AS CONTAS DO MUNICÍPIO FICARÃO, DURANTE SESENTA DIAS ANUALMENTE A DISPOSIÇÃO DE QUALQUER CONTRIBUINTE, PARA EXAME E APRECIÇÃO, O QUAL PODERÁ QUESTIONAR-LHES A LEGITIMIDADE, NOS TERMOS DA LEI.
07/08/2000 Doc107	Estado Do Piauí Prefeitura Municipal De Conceição No Canindé	Já se concentram na Câmara Municipal de Vereadores situada na Praça Central os balancetes com as estações de contas referentes aos meses de janeiro a dezembro de 1999 a disposição qualquer contribuinte para exame e apreciação, por um período de 60 dias a partir da presente data.
13/07/2000 Doc108	Estado do Piauí Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis do Piauí C.G.C. 01.612.678/0001-98	Sr promotor; a prefeitura Municipal de São Francisco de Assis do Piauí por seu representante legal vem mui respeitosamente comunicar a V.Exa. que já se encontra na Câmara Municipal de vereadores as prestações das contas municipais de Janeiro/97 a março de 2000 a disposição de qualquer contribuinte no prazo conforme a Constituição Federal.
28/01/2000 Doc109	Ministério Público do Estado do Piauí, Promotoria de Justiça da Comarca de Bom Jesus- 2ª Entrância	Determina que as contas do município devem permanecer anualmente, durante sessenta dias a partir da remessa ao Tribunal de Contas, na sede da Câmara Municipal, do Fórum ou em local indicado pela Lei Orgânica do Município, a disposição ou sindicato, para exame e apreciação, podendo questionar-se a sua legitimidade, nos termos da lei perante a câmara Municipal o tribunal de contas ou o Ministério público os balancetes mensais a proporção que forem elaborados ficarão trinta dias a disposição do público, para os fins previstos neste artigo todos os presidentes das câmaras Municipais de Bom Jesus ,Currais, Redenção do Gurguéia e Santa Luz, para que a partir desta data, enviem ao fórum copias dos balancetes de seus municípios no dia imediatamente posterior ao dia que

		receberem os balancetes dos Chefes dos mencionados, para que receberem os balancetes dos Chefes dos executivos Municipais Todos os prefeitos dos municípios já mencionados, para que ao enviarem as copias dos balancetes para as câmaras, o façam em duas vias, exatamente para que uma delas seja enviada ao Fórum.
15/06/2000 Doc110	Ministério Público do Estado do Piauí Promotoria de Justiça de Barras	Sr Advogado foi enviado ofícios aos senhores Prefeitos dos municípios de Barras, Boa Hora e Cabeceiras do Piauí anexos requisitando das referidas autoridades a apresentação das contas e balancetes mensais, exercício 1999, porem que as autoridades requisitadas não atenderam a requisição ministerial ate a presente data, razão pela qual insistiremos na obtenção das informações e em caso de recalcitrância, adotaremos as medidas legais cabíveis.
29/05/2000 Doc111	Ministério Público do Estado do Piauí Promotoria de Justiça de Barras	Sr Prefeito colocar a disposição da população desse município e desta promotoria de justiça, além de órgãos e entidades as contas desse município exercício de 1999, em local previamente divulgado, para o fim de consultas e analises por qualquer interessado. Que a apresentação do balanço geral seja exposta juntamente as contas mensais no prazo suficiente a apreciação popular.
18/05/2000 Doc112	Ministério Público do Estado do Piauí Promotoria de Justiça de Barras	Sr Prefeito colocar a disposição da população barrense (autoridades, órgãos, entidades) as contas desse município exercício de 1999, em local previamente divulgado, para o fim de consultas e analises por qualquer interessado. Que a apresentação do balanço geral seja exposta juntamente as contas mensais no prazo suficiente a apreciação popular.
22/05/2000 Doc113	Ministério Público do Estado do Piauí Procuradoria Geral de Justiça Promotoria de Justiça da Comarca de São Gonçalo	Sr advogado copias externas foram encaminhadas a presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí e da Câmara Municipal de São Gonçalo do Piauí , requisitando informações sobre as prestações de contas por parte do Sr. Prefeito municipal de São Gonçalo do Piauí. Estamos ate o momento, aguardando as respostas, para que tomemos as medidas cabíveis.
03/05/2000 Doc114	Ministério Público do Estado do Piauí Promotoria de Justiça da Comarca de São Gonçalo	Ao Prefeito Municipal De São Gonçalo Do Piauí Ass: exposição da prestação de contas Os balanços deverão estar à disposição do povo e nesta Casa de Justiça durante todo o mês de Maio corrente. Caso a requisição ministerial não seja atendida prontamente, ou fora de prazo tomaremos as medidas cabíveis inclusive judiciais.
15/05/2000 Doc115	Ministério Público do Estado do Piauí Procuradoria Geral de Justiça Promotoria de Justiça da Comarca de São Gonçalo	Do: Promotor de Justiça de São Gonçalo do Piauí Ao: presidente da Câmara Municipal de São Gonçalo do Piauí Ass: Solicitação de informação se o Sr. Prefeito Municipal de São Gonçalo do Piauí prestou contas nesta Augusta Casa relativo ao Balanço Geral de 1999, e se o mesmo vem assim agindo mensalmente através de balancetes. Solicita brevidade na resposta a qual deve ser encaminhada para o Fórum local.
15/05/2000 Doc116	Ministério Público do Estado do Piauí Procuradoria Geral de Justiça Promotoria de Justiça da Comarca de São Gonçalo	Do: Promotor de Justiça de São Gonçalo do Piauí Ao: Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí Ass: Solicitação (FAZ) Viemos para nos informar se o Sr, Prefeito Municipal de São Gonçalo do Piauí prestou contas relativo ao Balanço Geral de 1999, e se o mesmo vem assim agindo mensalmente através de balancetes. Solicita brevidade na resposta, a qual deve ser encaminhada para o Fórum local.

03/05/2000 Doc117	Ministério Público do Estado do Piauí Procuradoria Geral de Justiça Promotoria de Justiça da Comarca de São Gonçalo Gabinete do promotor de justiça	Ao Prefeito Municipal De São Gonçalo Do Piauí Requer o envio do balanço Geral do município (exercício findo) para este fórum a fim de nele ser afixado para o exame popular. Informo por oportuno que se os balanços deverão estar à disposição do povo e nesta Casa de Justiça durante todo o mês de maio corrente. Neste sentido, caso a requisição ministerial não seja atendida prontamente, ou fora de prazo(maio /2000) to moremos as medidas cabíveis, inclusive judiciais sendo só para o momento.
15/05/2000 Doc118	Ministério Público do Estado do Piauí Procuradoria Geral de Justiça Promotoria de Justiça da Comarca de São Gonçalo do Piauí	Do: Promotor de Justiça de São Gonçalo do Piauí Ao: Presidente da Câmara Municipal de São Gonçalo do Piauí Solicitação de informações se o Sr prefeito prestou contas nesta Augusta Casa relativas ao Balanço Geral de 1999, e se o mesmo vem assim mensalmente através de balancetes. Requer brevidade na resposta a qual deve ser encaminhada para o Fórum local.
31/03/2000 Doc119	Ministério Público do Estado do Piauí Bel. José de Arimateia Dourado Leão – Promotor de Justiça Promotoria de Justiça da Comarca de Guadalupe	Do: Promotor de Justiça desta Comarca de Guadalupe Ao: Dr. José Arimateia Danta Lacerda Sr Advogado: Sirvo-me presente para parabeniza-lo pela iniciativa preocupação com a defesa da cidadania e do patrimônio publico a fim de que sua correspondência chegue ao destinatário correto, recomendo o envio da mesma aos agentes a fim de que eles possam conhecer e melhor exercer o direito de fiscalização popular.

## ANEXOS

ANEXO A – Extrato doc. FTP (2014) / Campanha “Ações de Improbidade, Julgamento Já!”

“EXMO. SR. CORREGEDOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUI.

### **AÇÕES DE IMPROBIDADE, JULGAMENTO JÁ!**

A **FORÇA TAREFA POPULAR**, articulação da sociedade civil que objetiva o exercício pleno da **democracia direta** por meio do controle social fiscalizando as contas públicas, por seu coordenador abaixo assinado José Arimateia Dantas Lacerda, brasileiro, solteiro, advogado com inscrição na OAB-PI sob o nº 1613, endereço na rua Coelho Rodrigues, 1999, sala 201, também, grafando em causa própria, vem perante V. Exa. apresentar relatos sobre processos em tramitação no Poder Judiciário envolvendo supostos atos ilícitos envolvendo a administração pública de várias comarcas do Estado, para no final, requerer as medidas cabíveis.

A FTP inicia com esta petição o movimento **AÇÕES DE IMPROBIDADE, JULGAMENTO JÁ!** O objetivo é contribuir com o Judiciário monitorando os processos de improbidade e outras relativas a investigações sobre a aplicação dos princípios constitucionais que salvaguardam o erário e a ética pública. Busca-se, ainda, colher como fruto a melhoria das políticas públicas com reflexos diretos na qualidade de vida da sociedade.

Usando a Lei de Acesso à Informação foi requerido junto a esta Corregedoria a relação de ação de improbidade em tramitação nas comarcas do Piauí. O resultado indicou cerca de 900 procedimentos e a identificação dos processos, o que possibilitou a organização desta ação da FTP que ora se inicia.

Além da importância para a sociedade, busca-se, também, resposta à meta 18 do CNJ. A meta esta relacionada com esta iniciativa, pois visa identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011. Mesmo com o prazo vencido o estudo preliminar que ora se apresenta indica um quadro preocupante que deve interessar a esta instituição.

Considerando as informações colhidas e a Meta 18 do CNJ traz-se a esta E. Corregedoria os primeiros processos onde foram detectados morosidade que compromete a Meta 18 e o interesse público na resolução da lide.

As informações foram analisadas considerando o portal do Tribunal de Justiça e os dados processuais do Themisweb - <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/>.

1. **Processo 000052-27.1999.8.18.0075 - Comarca de Simplício Mendes.** Ação Civil de Improbidade Administrativa - iniciado em **22/12/1999** contra ex-gestor. A análise da movimentação registra apenas a distribuição e remessa ao MP em 16/03/2010. Processo com praticamente 15 anos tramitando sem sentença. (<http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/processo/303520780>);
2. **Processo 000024-25.2000.8.18.0075 – Comarca de Simplício Mendes.** Ação Civil de Improbidade Administrativa - iniciado em **19/04/2000** ex-prefeito do município. Decorridos mais de 14 anos não houve julgamento. Registra-se que a denúncia só foi recebida 12 anos depois, 17/07/2012. Observa-se que o feito teve movimentação em 2013 no dia 09/10 quando foi feita conclusão. No início do ano de 2014, dia 25/02 houve despacho e desde então o feito se encontra inerte. (<http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/processo/303520429>);
3. **Processo 95-51.2000.8.18.0067 – Ação Civil de Improbidade Administrativa – processo iniciado em 22/02/2000, na comarca de Piracuruca contra ex-prefeito do município.** O sistema Themisweb registra apenas duas movimentações. Observa-se que em 22/09/2006 é há nova distribuição. A outra movimentação existente com data de 17/04/2012 registra a entrega dos autos ao advogado/procurador. Não há referencia a devolução do processo até 09/12/2014, hoje. Observa-se que o processo se encontra parado e ausente do Forum há mais de 02 anos. Em fevereiro de 2015 completará 15 anos de tramitação sem sentença. (<http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/processo/59332000>);
4. **Processo 000070-88.2001.8.18.0039 - Comarca de Barras.** Ação Civil de Improbidade Administrativa. Processo aberto em **04/10/2001** contra ex-prefeito de Barras. Há poucos registros no sistema, mas o suficiente para detectar a morosidade do feito. Nos anos de 2011, 2012 e 2013 houveram apenas 09 movimentações, sendo 03 a cada ano. Já em 2014 foram dois registros, sendo que um para despacho em 07/05/2014. Ressalta-se que antes dele a movimentação havia sido em 09/05/2013, um ano entre os dois atos processuais. Atualmente o feito se encontra com o MP que recebeu os autos em 13/05/2014. **São 13 anos de tramitação e sem sentença. O perigo de prescrição impõe medidas urgentes.** (<http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/processo/2252001>);
5. **Processo 000019-32.2001.8.18.0054 – Comarca de Inhuma.** Ação Civil de Improbidade Administrativa – Distribuição em **07/12/2001**. O sistema registra movimentações a partir de 2011 demonstrando morosidade sendo que em 2011 e 2012 houveram apenas dois registros em cada ano. O processo se encontra concluso ao magistrado desde o dia 17/09/2014. Ressalta-se que são 13 anos de tramitação sem sentença. O gestor denunciado já concorreu a varias eleições sendo vitorioso e a ação sem julgamento. Neste caso a morosidade claramente tira da Justiça a sua força punitiva e moral, bem como enfraquece a legitimidade frente a sociedade. Caso sejam provadas as acusações o comportamento impune estimulará a práticas mais ousadas ao tempo em que a sociedade pagará um preço muito alto pela morosidade da Justiça. (<http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/processo/303514838>);
6. **Processo 101-74.2002.8.18.0039 – comarca de Barras.** Ação Civil de Improbidade Administrativa. Processo distribuído em **30/09/2002**. O feito se encontra concluso ao magistrado desde 28/03/2014. Registra-se que já se passaram 12 anos e que nos anos de 2012 e 2013 não houve movimentação. (<http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/processo/2992002>);
7. **Processo 000016-23.2001.8.18.0072 – Ação Civil de Improbidade Administrativa – iniciada em 20/02/2002, na comarca de São Pedro** contra ex-prefeito do município de Agricolândia. Processo se refere atos relativos a responsabilidade civil do servidor público e indenização do erário. A análise feita apresenta duas movimentações, o que causa preocupação. A primeira informa a data da distribuição em 01/03/2001. A segunda se refere a remessa à Secretaria no mesmo dia. Desde então não há movimentação e atualmente esta localizado na estante 04,

- prateleira E. Segundo estes dados **o processo se encontra inerte por 13 anos.** (<http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/processo/303537326>);
8. **Processo 0000222-03.2005.8.18.0135 - Comarca de São João do Piauí.** Ação Civil de Improbidade Administrativa. Processo com distribuição em **13/12/2005** e até a presente data sem sentença. O ano de 2012 não houve movimentação no sistema. Constata-se que o feito teve andamento no dia 01/12/2014 quando foi remetido para despacho. Contudo, o tempo de tramitação é longo e **completará 09 anos** no próximo dia 13.12, o que impera desempenho eficiente do Judiciário tendo em vista os riscos patentes da prescrição. (<http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/processo/1342005>).
  9. **Processo 0000136-32.2005.8.18.0135 - Comarca de São João do Piauí.** Ação Civil de Improbidade Administrativa. Processo aberto em **19/07/2005**. A denúncia foi recebida em 02/12/2013, transcorridos 08 anos. Não há movimentação no sistema no ano de 2012. Atualmente o processo se encontra com o MP que o recebeu no dia 15/09/2014. Analisando as informações percebe-se que o processo é contra ex-gestor do município de Pedro Laurentino e trata de aplicação irregular destinada a **construção de uma casa de parto, convenio de 2002**. Faz-se este registro porque as eventuais vítimas são mulheres gestantes e fetos. Falamos de fetos, brasileiros(as), seres humanos em formação e que poderiam vim à luz de forma mais digna, com vida, com saúde, com a dignidade que a Constituição Federal estabelece. O suposto desvio é grave. **Desviar recursos ou negligencia-los prejudicando fetos e gestantes é um ato intolerável, como deve ser intolerável a demora de 09 anos sem julgamento.** Há risco de prescrição o que deixa o processo com mais relevância processual. (<http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/processo/1462005>);
  10. **Processo 0000209-14.2008.8.18.0033 – comarca de Piripiri.** Ação Civil de Improbidade Administrativa – Feito distribuído em **20/02/2008** e após algumas movimentações parou em 31/10/2011 com despacho correcional. Processo com apenas uma movimentação em 2011, sendo que 2012, 2013 e 2014 completamente inerte. (<http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/processo/70552008>);
  11. **Processo 0000233-41.2009.8.18.0022 –** Ação Civil de Improbidade Administrativa – o presente processo trata de prestações de contas fora de prazo de ex-gestor do município de Caraubas e foi distribuído em **18/05/2009**. O MP deu parecer requisitando informações o que foi deferido pelo juiz em 21/05/2014. Em 02/06/2014 foi remetido à Secretaria e até data de hoje não há referencia do cumprimento do despacho. **Registra-se que no ano de 2013 não houve nenhuma movimentação apontada e em 2012 apenas duas.** Neste período a Meta 18 já estava em vigor. Faz-se necessária explicação a sociedade. Mesmo ciente da seriedade desta nobre instituição e seus membros é relevante seja expostas as razões com o fim de que se possa contribuir para que isto não mais aconteça. (<http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/processo/61912009>);
  12. **Processo 0000621-41.2009.8.18.0022 – Buriti dos Lopes** Ação Civil de Improbidade Administrativa – Feito distribuído em **11/11/2009**. A tramitação lenta fez com que a inicial tenha sido recebida apenas em 06/12/2012, única movimentação ocorrida neste ano. Em 2014 apenas um despacho 20/05 determinando as partes a apresentarem provas. Recebido em secretaria em 29/05 não consta cumprimento do despacho. (<http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/processo/65792009>).
  13. **Processo 0000082-87.2009.8.18.0115 - Comarca de São Felix.** Ação Civil de Improbidade Administrativa. Abertura do feito em **14/07/2009**. Processo já instruído e remetido em 01/08/2014 para sentença. A ação foi ajuizada pelo município de Prata do Piauí contra ex-gestor, contudo o município, apesar de intimado para apresentar alegações finais não o fez. Importante este registro porque esta omissão é grave e beneficia o réu em detrimento da

sociedade. Consta certidão datada de 01/08/2014 comprovando a inercia. Omissão, portanto, da atual administração. (<http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/processo/582010>).

14. **Processo 0000007-29.2002.8.18.0039 - Comarca de Barras.** Ação Civil de Improbidade Administrativa. Processo aberto em **11/06/2002**. Em 2011 não houve movimentação e atualmente o MP se encontra com os autos retirados em 25/11/2014. São mais de 10 anos, uma década, e não há sentença. (<http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/processo/2832002>);
15. **Processo 0000101-74.2002.8.18.0039 - Comarca de Barras.** Ação Civil de Improbidade Administrativa. Processo aberto em **30/09/2002**. Poucas movimentações registradas sendo que em 2012 e 2013 nenhuma foi noticiada. O feito se encontra para despacho desde 28/03/2014. O processo, também, já ultrapassou a marca dos 10 anos [...].”

## ANEXO B – Pedido de informação enviado ao DNOCS

Exmo. Sr. Superintendente do DNOCS no Estado do Piauí.

PEDIDO DE INFORMAÇÕES.

LEI 12.527.

CLÓDIO RAIMUNDO DE ALMEIDA, presidente do **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Grande**, brasileiro, casado, portador do R.G. 1.147.857-SSP-PI, CPF: 828.700.633-34, residente e domiciliada à rua Odilon Joaquim do Nascimento, 55 bairro Novo Horizonte, José Arimateia Dantas Lacerda, articulador **FORÇA-TAREFA POPULAR**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB-PI 1613, escritório rua Rui Barbosa, 146, sala 311, Teresina-PI ANTONIA VIEIRA DOS SANTOS, coordenação do **Movimento de Pequenos Produtores – MPA**, brasileira, casada, portadora do R.G. 390.516 – SSP-PI, CPF: 703.049.633-02, residente e domiciliada na localidade Serra Nova, centro, Campo Grande do Piauí – PI, EDSON OSCAR DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, autônomo, portador do R.G. 2.062.085-SSP-PI, CPF: 534.027.901-49, residente e domiciliado à rua Manoel Cícero de Carvalho, 302, centro Campo Grande do Piauí – PI, MARIA DO SOCORRO JEANNE DA SILVA, **vereadora**, brasileira, casada, funcionária pública, portadora do R.G. 1. 855.720 – SSP-PI, CPF: 837.276.803-00, residente e domiciliada à rua Manoel Cícero de Carvalho, 302, centro, Campo Grande do Piauí – PI, EVA CIMARA DE SOUSA SÁ, brasileira, solteira, lavradora, portadora do R.G. 1701452 SSP/PI, CPF: 919.617.693-87, residente e domiciliada na localidade Feijão Bravo, zona rural, JOSÉ ANTONIO DA SILVA, **vereador**, brasileiro, casado, funcionário público, CPF 754987403-44, residente e domiciliado à rua Francisco Crisóstomo de Sousa, s/n, bairro Novo Horizonte, JOSEFA MARIA DE SOUSA, brasileira, casada, residente e domiciliada à rua Adonias Bezerra 156, centro, PRÓSPERO ARISTIDES BEZERRA, **vereador**, brasileiro, casado, portador do R.G. 1.027.580-SSP-PI, CPF: 319.287.733-20, residente e domiciliado no Povoado Km 80, zona rural, GILBERTO JOSÉ DE BRITO, brasileiro, Casado, CPF: 765.102.983-68, residente e domiciliado à rua Bráz Correia Praça, 47, todos domiciliados em Campo Grande do Piauí, abaixo assinados, vêm perante V. Exa. requerer INFORMAÇÕES, com base na Lei 12.527, na forma que segue.

O Piauí passa por uma das suas piores estiagens. A XI Marcha Contra a Corrupção Pela Vida constatou em 10 dias de caminhada grande sofrimento dos sertanejos da região de Marcolândia, Francisco Macedo, Alegrete, Vila Nova e Campo Grande. Neste mesmo tempo se percebeu o grande potencial hídrico da região composta por três grandes barragens (Estreito, Piaus e Poço do Marruá) as quais apresentam projetos de distribuição de água para estes e os municípios de Pio X, Fronteiras, São Julião, Patos. Estima-se que 300.000 famílias estejam esperando a conclusão das adutoras que levarão água a estas comunidades, acabando com o sofrimento de séculos destes nordestinos.

Recebi o Original  
Em 23/07/2012  
Vauel

Apesar das obras das adutoras terem sido iniciadas há muito tempo a população não tem ciência oficial dos motivos de não terem sido concluídas.

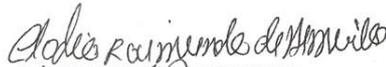
O tema foi discutido na Aula de Cidadania ministrada pelos ativistas da XI Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida onde deliberado pela criação do Movimento em Defesa das Adutoras – Água Já!. O presente pedido é subscrito pelos membros da articulação que terá como objetivo articular a região com o fim de colocar sociedade como patrocinadora de ações junto aos órgãos responsáveis para entrega das obras.

Considerando a grande relevância social e econômica das obras e a disposição do povo fiscaliza-las, requerem-se as seguintes informações:

- a) Quais os montantes de verbas já liberadas para a construção das adutoras referidas, bem como as que constam no orçamento;
- b) Quais as empresas responsáveis pelas obras;
- c) Quais os prazos previstos para entrega das obras a população;
- d) Quais os motivos da demora para conclusão?
- e) Se houve inadimplência explicitar as medidas tomadas para sanar o problema.
- f) Há algum plano de ação para acelerar a execução e entrega das obras?

Pede-se mais informações disponível no órgão que possa contribuir para o processo de fiscalização.

Campo Grande, 19 de julho de 2012.

  
CLÓDIO RAIMUNDO DE ALMEIDA

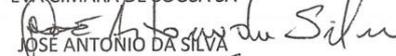
  
JOSÉ ARIMATEIA DANTAS LACERDA

  
ANTONIA VIEIRA DOS SANTOS

  
EDSON OSCAR DE OLIVEIRA

  
MARIA DO SOCORRO JEANNE DA SILVA

  
EVA CIMARA DE SOUSA SÁ

  
JOSÉ ANTONIO DA SILVA

  
JOSÉ MARIA DE SOUSA

  
PROSPERO ARISTIDES BEZERRA

  
GILBERTO JOSÉ DE BRITO